

GTI da Cracolândia 2023 e 2024 - Transcrição do inteiro teor das reuniões

São Paulo, 12 de Dezembro de 2024

Sumário

1º Reunião na CMSP; Plano de ação dos governos municipal e estadual para atendimento de usuários de drogas 02/03/2023	03
2º Reunião na ALESP; O Território da Cracolândia e as cenas abertas de uso de drogas em São Paulo 22/06/2023	48
3º Reunião na CMSP; Apresentação da Secretaria de Direitos Humanos 14/09/2023	120
4º Reunião na ALESP; Processo de apresentação, escuta e diagnóstico a partir das Secretarias Estaduais e Municipais 23/10/2023	165
5º Reunião na CMSP; Diálogo com Moradores e Comerciantes da Região 23/11/2023	234
6º Reunião na CMSP; A escuta dos trabalhadores da rede de saúde 09/05/2024	274
7º Reunião na CMSP; Oitiva das entidades do terceiro setor que realizam trabalhos na região conhecida como Cracolândia 08/08/2024	315
Reunião da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo em. Oitiva dos Colaboradores do Programa Redenção na Rua e do HUB de Cuidados em Crack e Outras Drogas do Governo de São Paulo 04/06/2024	362

1º Reunião do GTI da Cracolândia, na Câmara Municipal de São Paulo 02/03/2023. Plano de ação dos governos municipal e estadual para atendimento de usuários de drogas.

Participantes

1. Isabela Lemos – Coordenadora de Políticas de Drogas da Secretaria Municipal de Humanos e Cidadania. On-line
2. Rodolfo Furlan - Chefe de Gabinete da Subprefeitura da Sé.
3. Coronel Bixiga – Subprefeitura da Sé. on-line
4. Promotor Arthur Pinto Filho – Ministério Público de São Paulo. Promotoria de Saúde Pública da Capital – on-line
5. Promotor Eduardo Tostes - Ministério Público de São Paulo - Centro de Apoio Operacional Cível, Tutela coletiva na área da Saúde Pública, assessor do Procurador Geral de Justiça.
6. Maria Angélica – É de Lei - on-line.
7. João Carlos de Andrade Cardoso Júnior - morador da região.
8. Roseli Kraemer - Comitê Pop Rua. Movimento Nacional de Luta da População em Situação de Rua.
9. Cleberson Charles de Menezes Souza - morador da região.
10. Juliana Borges - Conselheira da Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas
11. Flavio Falcone – Médico - Teto, Trampo e Tratamento
12. Fernanda Penteado – Defensora Pública do Estado de São Paulo.
13. Marcos Muniz – COMUDA.
14. Sônia Maria Domingos Pereira - moradora da região.

15. Alexandre Félix – Movimento Policiais Antifascismo.

Deputado Eduardo Suplicy

Muito bom dia. Com a presença online dos vereadores Celso Giannazi, Daniel Annenberg, presencialmente Eduardo Suplicy, também presente a Luna Zarattini, que em poucos dias estará assumindo a vereança, nós damos por aberta a esta sessão da nona reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre a Cracolândia. E também quero dar as boas-vindas aos convidados que têm nos privilegiado com a possibilidade da abertura de um debate tão importante que é o Plano de Ação do Governo, juntamente com a Prefeitura de São Paulo, para o território. Agradeço a todos a possibilidade de, hoje, discutirmos o plano lançado no dia 24 de janeiro de 2023 em uma entrevista coletiva. Desde que iniciamos os trabalhos deste grupo de trabalho intersetorial, vimos nos debruçando sobre várias frentes de trabalho, buscando uma maior compreensão dos múltiplos fatores que afetam as pessoas que afetam o território. Com isso, ressaltamos que a função deste encontro é debatermos o plano de ações que tem gerado importantes e pertinentes questões que hoje teremos a oportunidade de discutir. Eu e alguns membros de entidades da sociedade civil e pública fomos recebidos pelo vice-governador Felício Ramuth, em 13 de janeiro, e tivemos a oportunidade de compartilhar importantes proposições sobre as difíceis questões que cercam o território. Esses encontros fortalecem e criam possibilidade de expandirmos a atuação do poder público com mais eficiência e responsabilidade em relação a todos que fazem parte deste tão difícil cenário, devido à ampla dimensão de questões que tentaremos tratar e à disponibilidade de tempo dos convidados do governo e prefeitura. Entendemos que o mais importante é já antecipar algumas perguntas elaboradas pelos membros deste GTI, para que, se possível, estas já sejam contempladas pelas falas iniciais de cada representante. Devido ao grande volume, ao número de pontos que atravessa este tema, a fala para os convidados presentes talvez tenha que ser limitada primeiro para os membros da

GTI e para os membros do governo e para os vereadores. Mas, em algum momento, haverá oportunidade para que de maneira mais ampla, venhamos a desdobrar as questões que possam surgir. Seguiremos com este grupo de trabalho agora, com a minha participação pela Assembleia Legislativa de São Paulo, pois tomo posse lá como deputado estadual no dia 15 de março. É possível que lá venha fazer parte da Comissão de Direitos Humanos e continuarei interagindo com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal. E lá teremos que aguardar os procedimentos internos para a conformação da comissão de direitos humanos da casa e, uma vez estabelecida, daremos continuidade aos nossos trabalhos. Enquanto isso, meu gabinete continua à disposição para qualquer providência. Gostaria de considerar como, estando na nossa mesa aqui, embora esteja participando virtualmente, a senhora Isabela Lemos, que é coordenadora de políticas de drogas da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Ela vai participar virtualmente. Gostaríamos de mencionar que convidamos o Major Billard, coordenador de análise e planejamento da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, o Sr. Alexis Galias de Sousa Vargas, secretário-executivo de projetos estratégicos da Secretaria de Governo Municipal, mas ainda ontem o líder do governo, Fábio Riva, me informou que eles teriam que estar em outra atividade hoje e, portanto, poderão comparecer na próxima reunião. Também foram convidados, mas não estão presentes, Isabel Figueiredo, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, e a doutora Paulette Secuzullar, coordenadora regional de saúde do centro, e a doutora Aglaya Souza, analista de saúde da Secretaria Municipal de Saúde. Vamos iniciar com as perguntas elaboradas pelos membros do GTI e que serão lidas pela minha assessora antropóloga Amanda Amparo. Gostaria de convidar para sentar à mesa a vereadora eleita, Luna Zarattini, por favor, e gostaria de convidar também para compor a mesa. O promotor Arthur Pinto Filho, do Ministério Público de São Paulo, está virtualmente presente. O senhor Marcos Muniz. E também o promotor Eduardo Tostes está por favor, o senhor pode vir à mesa. O senhor Marcos Muniz, do Comuda. A senhora Maria

Angélica Comis, que está presente virtualmente. João Carlos de Andrades Cardoso Júnior, morador da região. Pode vir à mesa. Aqui está a Fernanda Pentes. Senhora Rosalie Kramer, do Comitê Pop Rua. Pode vir à mesa. Sr. Clebson Charles de Menezes Souza, morador da região. Flávio Falcone do Teto, Trampo e Tratamento. Sônia Maria Domingues Pereira, moradora da região. Está presente? Há algum membro mais do GTI? Por favor, que esteja presente. Se chegar, pode sentar à mesa. Acabou de entrar, virtualmente, o Sr. Rodolfo Furlan, chefe de gabinete da Subprefeitura da Sé. Seja bem-vindo. Todos bem-vindos. Vamos iniciar com as perguntas já elaboradas pelos membros do GTI, que serão lidas pela minha assessora Amanda Amparo. Na sequência, passaremos as perguntas aos parlamentares e, em seguida, ouviremos a explanação dos convidados e, subsequentemente, abriremos a fala para os membros do GTI. É importante ressaltar que teremos pouco tempo para muitas questões importantes, portanto gostaríamos de reiterar a necessidade de perguntas objetivas e sucintas para que possamos retornar a palavra aos convidados para as respectivas respostas no tempo previsto para esse encontro. Aos membros do GTI, pedimos a compreensão... E como o nosso tempo previsto de reunião será de duas horas, vamos ter uma disciplina de que ninguém ultrapasse mais de dez minutos na sua fala inicial. Então, gostaria de pedir à Amanda Amparo que inicie a leitura das perguntas.

Amanda Amparo

Bom dia a todos. Eu gostaria de iniciar dizendo que a gente recebeu uma série de perguntas que seriam elaboradas para os representantes de governo, mas que alguns não estão à mesa. Desse modo, eu vou fazer as perguntas que foram elaboradas e vou seguir para as secretarias que foram elaboradas. E, uma vez que a gente abrir para o debate, de modo geral, a gente vai constituindo uma discussão possível com as pessoas que estão presentes. Está bom? Nossa primeira pergunta, que seria uma pergunta aberta, é importante lembrar que essas perguntas foram enviadas pelos membros

do GTI. Nós fizemos uma elaboração múltipla de todos que enviaram as perguntas. Nossa primeira pergunta, um tema muito comentado no plano, que foi lançado no dia 24, a justiça terapêutica, o que seria uma prática de justiça terapêutica. Entendendo que os avanços da política de drogas nacional é o não reconhecimento do uso de substâncias psicoativas passível de penalidade. Nessa prática, a penalidade não seria uma alternativa principal ao invés do cuidado, pensando a justiça terapêutica? Segunda pergunta. Essa também seria uma pergunta aberta, que seria para todas as secretarias. Qual a diferença do papel da segurança pública no trabalho da antiga Operação Caronte e o trabalho agora da segurança pública, considerando esse novo plano. Qual a distinção dos dois papéis? Terceira pergunta. Um dos pontos discutidos na reunião com o vice-governador foi a participação dos coletivos e trabalhadores e demais grupos que vêm se debruçando sobre as problemáticas que envolvem o território e as múltiplas formas de tratar a questão do uso abusivo das substâncias nas cenas públicas. Nesse sentido, quais critérios foram usados para estabelecer os métodos de tratamento, uma vez que esses atores não participaram da construção do plano? Quarta pergunta. No novo plano, o CRATOD, que é um equipamento de serviços de saúde da região, teve destaque enquanto um equipamento que voltaria a atuar no território de modo mais presente. Então, a questão é quais seriam as mudanças? Como será a abordagem desse equipamento? E quais tipos de tratamento ele disponibilizará? Quinta pergunta. Foi ressaltado no plano que haveria um fortalecimento dos trabalhos em torno da garantia de acesso da população em uso abusivo de substâncias nos programas de assistência financeira disponíveis. Tendo em vista que a grande maioria das pessoas nas cenas públicas de uso não tem acesso a esse tipo de programa por conta das especificidades da sua condição, como será o método visando facilitar o acesso? Sexta pergunta. A proposta de internação voluntária e involuntária é algo muito debatido enquanto método de tratamento, tendo em vista os recorrentes usos dessa linha nas múltiplas gestões públicas. Nesse sentido, o grupo de trabalho fez uma incursão por diversos equipamentos de saúde no decorrer do

ano passado, e tivemos respostas de que não haveria número, dados sobre as pessoas que, de fato, foram recuperadas com esse tratamento. Então, seria possível entender, diante desses dados, qual é a nova estratégia do plano para que esses tratamentos venham a ser eficazes. Sétima pergunta. Tivemos conhecimento que seria constituído um grupo de trabalho para pensar questões voltadas à temática entre governo e prefeitura. Como será composto esse grupo? Essa seria uma pergunta direta para a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento. Como tem sido a capacitação oferecida para os trabalhadores de ponta em relação às políticas de drogas? Essa seria uma pergunta direta para a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e para a Secretaria de Governo Municipal. Como foi construído o critério de inclusão para as pessoas no programa da Vila Reencontro? E se estão fazendo monitoramento em relação ao uso de drogas? Tendo em vista que denominaram o programa como House First, moradia primeiro. Mas o conceito desse tipo de programa é justamente oferecer moradia para as pessoas que estão mais tempo em situação de rua e com comorbidades. Por que o programa não atende pessoas que fazem uso problemático de drogas? Essa seria uma pergunta para a Secretaria Municipal de Saúde. Qual a previsão da ampliação das unidades de acolhimento ligadas ao CAPS-AD na cidade de São Paulo? Os CAPS-AD recentemente inaugurados terão essa unidade de acolhimento? Qual o custo mensal de uma unidade de acolhimento? Uma segunda pergunta para a Secretaria Municipal de Saúde. Por que foi escolhida a criação de um serviço não tipificado na rede de atenção psicossocial, ao invés de expandir as unidades de acolhimento ligadas ao CAPS-AD? Essa é uma pergunta aberta. Qual secretaria solicitou a criação de um serviço não tipificado na rede de atenção psicossocial para fazer o cuidado de pessoas em uso problemático de drogas? Como é o fluxo de atendimento da SCP, que foi inaugurado recentemente? Quantas pessoas estão sendo atendidas e o que aconteceu com as pessoas que saíram de lá? Qual o custo mensal desse equipamento? Uma sexta pergunta que também seria aberta. Em 2020, a portaria 412, de 2020, foi instituída para a criação de um grupo de trabalho para

discutir o trabalho dos centros de convivência e cooperativa que esse GT teria duração de outubro a novembro. Qual o resultado? Qual é a atual situação dos SECOS da cidade? Como estão compostas essas equipes? Eles são de administração direta? E o que ocorre quando os servidores se aposentam? Teremos inauguração de algum SECO na região central da cidade? Essa seria uma pergunta para a Secretaria de Governo Municipal. Qual o orçamento do programa redenção e quais os serviços são custeados por essa dotação orçamentária? Uma outra pergunta que seria aberta. Com qual embasamento técnico a Secretaria de Governo Municipal solicitou à Secretaria Municipal de Saúde a criação da SCP? Essas seriam perguntas para a subprefeitura da Sé. Por que existe diferença nas abordagens da zeladoria urbana em diferentes regiões no centro da cidade? Por que as pessoas em situação de rua não costumam receber o contra lacre quando seus pertences são retirados nas ações de zeladoria urbana? A subprefeitura já consultou as denúncias feitas pelo Comitê PopRua ou pela Ouvidoria de Direitos Humanos em relação às violações de pessoas em situação de rua antes de planejar as ações? Essa seria uma pergunta para a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e a Coordenadoria de Política de Drogas. Qual é o papel da coordenadoria no Programa Redenção? Quais as ações desenvolvidas por essa coordenação? Como acontece a articulação entre essa coordenadoria e as demais secretarias envolvidas na política de drogas do município? Essa seria uma pergunta para a Secretaria de Segurança Pública. Quais são os projetos, planos, políticas das Faixas de Segurança Pública, estadual e municipal, para a promoção dos direitos humanos nas ações dirigidas ao povo de rua, em especial no território reconhecido como Cracolândia? E, por fim, essa seria uma pergunta para a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento, para a Secretaria de Saúde e para a Secretaria de Direitos Humanos. Se existem, quais são as ações, projetos e políticas públicas em execução ou planejadas para regulamentação e fiscalização da arquitetura hostil e combate à aporofobia?" Bom, enfim, aqui encerramos as perguntas iniciais.

Amanda Amparo

O Suplicy vai abrir para as pessoas, para o debate.

Dep. Eduardo Suplicy

Muito bem. Então, eu gostaria de perguntar aos vereadores presentes que Daniel Annenberg e Celso Janazzi se têm perguntas a realizar, ou também, se tiverem alguma fala, está aberta a palavra. Celso Gianazzi. O Daniel Annenberg. Vou abrir a palavra para a Luna Zarattini, porque tem uma pergunta a fazer, por favor.

Vereadora Luna Zarattini

Bom dia a todos e todas. Eu me chamo Luna Zarattini. Sou atualmente vereadora suplente pelo PT aqui. Nessa casa, assumo o dia 15 de março como vereadora eleita. Queria saudar a presença de todos e ressaltar a importância desse grupo de trabalho e do trabalho que vem sendo feito. A Amanda leu diversas perguntas muito importantes. Eu vou acrescentar uma. Porque esse plano apresentado pela Prefeitura disse que consultou alguns especialistas, médicos e a sociedade civil. A pergunta, por uma questão de transparência, quem foram esses médicos, quem foram esses especialistas e quem foram essas pessoas da sociedade civil que foram consultadas para a elaboração desse plano? Essa é a pergunta. Muito obrigada.

Dep. Eduardo Suplicy

Muito bem precisa a pergunta da Luna Zarattini. Gostaríamos de saber quais foram as pessoas consultadas e, sobretudo, os especialistas nas áreas de saúde, de segurança e demais áreas pelo Grupo para a Realização do Plano de Governo para tudo que está envolvido com a chamada cracolândia. Eu pergunto à senhora Juliana Borges, que é da Iniciativa Negra por uma Nova Política

de Drogas, se deseja usar a palavra para vir à mesa e se desejar, depois de falar. Então, passamos a palavra à senhora Isabela Lemos, coordenadora de Políticas de Drogas da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Houve algumas perguntas feitas diretamente e explicitamente para a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. E, se puder respondê-las, nós agradecemos. Sra. Isabella Lemos, que está presente virtualmente. Então, está havendo um problema de comunicação. Vamos chamar agora o Sr. Rodolfo Furlan, chefe de gabinete da Subprefeitura da Sé, para o qual foram feitas algumas perguntas. Por favor, o Sr. Roberto Rodolfo Furlan, da Subprefeitura da Sé. Tenha a palavra. Nós não estamos ouvindo. Convidamos o coronel Bexiga, que está presente online, para usar a palavra. Então, até o presente momento, os representantes do governo não estão presentes, então, passamos agora a palavra aos membros do grupo de trabalho. Primeiramente, o senhor, promotor Arthur Pinto Filho, que se encontra presente aqui do Ministério Público de São Paulo, está presente virtualmente. O Promotor Arthur Pinto Filho tem a palavra.

Promotor Arthur Pinto Filho.

Essa proposta do governo municipal estadual, ela tem algumas coisas que me chamam a atenção positivamente. Durante a semana que antecedeu a explicitação da proposta, o prefeito municipal falou que não haveria prisão de usuários e não haveria internação em massa que gerou claramente o pânico em toda a sociedade pelo horror que isso causaria no território. Então, no primeiro momento, o projeto causou um alívio, porque isso não estava no projeto. O que nos chama a atenção, entretanto, é que o projeto é muito aberto. Quando se fala do CRATOD se fala exatamente quais as mudanças que aconteceram no CRATOD. Eu me lembro que o CRATOD, antes de 2012, era uma referência muito importante para treinamento de profissionais que iriam para o interior, levando conhecimento, por exemplo, na questão do vício do cigarro. Quando a lei foi aprovada aqui em São Paulo, havia lá um dispositivo dizendo que o Estado deveria facilitar a vida daquelas pessoas que

quisessem fechar o vício. E o CRATOD fez um trabalho maravilhoso treinando as pessoas das UBS do interior para esse tipo de tratamento e deu muito certo. Mas em 2012, o CRATOD foi completamente modificado para pior e ficou, na verdade, como um entreposto, mero entreposto de levar as pessoas para as comunidades terapêuticas. Eu me lembro de ter ido lá várias vezes em 2012 e vi horrorizado aquelas kombis, aquelas peruas lotadas de pessoas sendo levadas para as comunidades terapêuticas. Isso foi um gasto de dinheiro inútil, porque as pessoas iam para as comunidades, porque estavam apanhando da polícia militar na rua, elas iam para as comunidades terapêuticas, ficavam lá 15, 20 dias e saíam. Voltavam para a região da Cracolândia e continuavam apanhando, para outra comunidade terapêutica, assim foi feito, não tem nenhum tipo de porta de saída adequada dessas comunidades. Foi uma coisa horrorosa. Mas no curso do tempo, o CRATOD alterou a sua ideia. Passou a ser, modificou, deixando de ser um mero entreposto de levar gente para as comunidades terapêuticas, para começar a fazer um trabalho muito sério na área da saúde mental. Pois bem, isso levou anos para que o CRATOD alterasse a sua política, né? Agora queremos saber que tipo de alteração vai ter o CRATOD. Vai voltar esse CRATOD de 2012, o entreposto de colocar pessoas em comunidade terapêutica? Qual será a mudança? Então, isso está absolutamente obscurecido na proposta. A proposta também tem questões importantes, mas que ninguém sabe exatamente o que. Por exemplo, fala-se em construção de milhares de casas. Onde? Quando? Para quem? Então, é um projeto extremamente aberto, é um projeto que, dependendo da forma com que ele for efetivado, ele pode ir pro lado da civilização, mas ele, se for efetivado de uma forma equivocada, ele também irá à margem, aqui as coisas caminham mal. Se falam num grupo de trabalho para justiça terapêutica, esse grupo de trabalho ainda não foi montado, pelo menos, ainda não foi instado a informar quem participará como promotores desse grupo. Então é um projeto assim, é muito solto ainda, né? Muito solto. O que a gente vê, eu estive recentemente na região, o que a gente vê de realidade na região é a presença ostensiva da polícia quer seja da Guarda Civil,

Metropolitana, quer seja da Polícia Militar, e sempre de forma muito ostensiva e às vezes muito violenta. Isso é o que é de real. Não se vê lá ninguém da assistência social, eu andei e não vi ninguém, não vi nenhum daqueles coletinhos, não vi ninguém da saúde, com um problema maior. Essa ideia do prefeito de espalhar as pessoas pelo centro de São Paulo gerou problemas para todos, para os usuários, para os moradores, trabalhadores, comerciantes e também para a assistência social. Nós ouvimos quatro representantes da assistência social no Ministério Público que eles falaram, olha, ao se espalhar as pessoas pelo Centro de São Paulo, nós perdemos contato com elas. Então, meu querido vereador, é um projeto ainda muito aberto, a gente está acompanhando a efetivação dele, aparentemente ainda não houve, não se contratou aquelas pessoas que vão servir em base da assistência social, enfim, pouca coisa andou de efetiva. Estamos aguardando para ver para que caminho o projeto seguirá. Muito obrigado.

Deputado Eduardo Suplicy

Muito obrigado, promotor Arthur Pinto Filho, por suas considerações. Só queria dizer, eu só mencionei o CRATOD, só para que todos saibam, é o Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas que teve uma função importante. Eu gostaria de chamar agora o promotor Eduardo Tostes para as suas considerações. Tem a palavra, faz o favor.

Promotor Eduardo Tostes

Muito bom dia, vereador Suplicy, na pessoa de quem cumprimento todos os integrantes desta mesa, as pessoas aqui presentes e aqueles que nos acompanham virtualmente. Acho que é bom esclarecer aqui, o Arthur está à frente da promotoria de saúde pública da capital, acompanha esta política pública há muito tempo, é profundo conhecedor do tema. Atualmente eu estou à frente do Centro de Apoio Operacional, Cível e Tutela Coletiva, área da saúde pública, assessorando o Procurador-Geral

de Justiça, e é nesta condição que estou aqui presente. Creio que o Arthur foi muito didático e preciso na sua fala. Acho que a nossa proposta aqui, a nossa presença aqui, é mais para ouvir, para esclarecer pontos deste projeto apresentado, que sinaliza algumas coisas aparentemente positivas, mas muitas generalidades. Então, para possibilitar a fala de todos e para que a gente possa cumprir esse intento de ouvir, é importante ouvir, nesse tema a gente tem muitas pessoas dispostas a falar, mas eu vejo pouca disposição de escuta. Então eu paro por aqui, agradecendo a oportunidade, e estarei aqui anotando e observando atentamente, caso necessário, evidentemente, à disposição para algum esclarecimento que possa contribuir com este grupo de trabalho. Muito obrigado, vereador.

Deputado Eduardo Suplicy

Queria informar que chegou também a senhora Cecília Galício, do Comuda, Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool, de São Paulo. Vou passar a palavra agora para Maria Angélica Comis, do É de Lei, que está virtualmente presente.

Angelis Comis É de Lei

Bom dia a todas, a todos e todes. Bom, a primeira coisa que eu gostaria de dizer é que essa não-presença e essas não-respostas do poder público não é muita novidade para a sociedade civil que atua diretamente com a população em situação de vulnerabilidade da região da Cracolândia. Nesse sentido, eu gostaria de dizer e de perguntar ainda como esse diálogo ainda pode ser retomado tendo em vista que a gente já teve diversos apontamentos desse governo municipal principalmente de retirada das organizações da sociedade civil inclusive do Conselho Municipal de Álcool e Outras Drogas, o que dificulta o diálogo e a não participação das pessoas que usam drogas nas tomadas de decisão. E também gostaria de trazer uma reflexão em relação ao que foi apresentado pelo vice-governador sobre a atuação de organizações da sociedade civil no CRATOD

para compor atividades. Quais organizações poderão desenvolver atividades em conjunto ao CRATOD? Tendo em vista que não foi construído nenhuma proposta com as organizações, acho que isso é de extrema importância e dizer que é uma falta de respeito do poder público, não responder as perguntas realizadas por esse grupo de trabalho interinstitucional entre Câmara dos Vereadores e Assembleia Legislativa. Muito obrigada.

Deputado Eduardo Suplicy

Muito obrigado. Maria Angélica Comis, do É de Lei. O Coronel Bixiga voltou à reunião virtualmente. Vou dar a palavra ao Coronel Bixiga.

Coronel Bexiga

Bom dia. Bom dia a todos. É um prazer. Estão me ouvindo?

Deputado Eduardo suplicy

Sim.

Coronel Bexiga

Bom dia. É um prazer estar participando aqui representando a **sub Prefeitura Sé** que estamos inseridos no contexto aqui da região na naquilo que se refere a zeladoria pública, né? E estamos à disposição aqui também para contribuir no que diz respeito a esse assunto. Muito obrigado.

Deputado Eduardo Suplicy

Muito bem. Então, passamos a palavra agora ao senhor João Carlos Andrade Cardoso Júnior, morador da região e membro do grupo de trabalho.

João Carlos Andrade Cardoso Junior Morador da região (membro do GTI)

Bom dia. Eu tenho uma questão mais objetiva, que é com relação à quadra 37, na Rua Helvetia. Ela foi desapropriada em uma das questões da desocupação do fluxo. Nós temos ali um risco muito grande, já tivemos alguns acidentes, inclusive com todos os moradores, inclusive os usuários, os moradores frequentes da região, as pessoas que passam ali. Tivemos dois casos de desabamento. As pessoas ali, os usuários, continuam derrubando os prédios. A gente está tendo um aumento muito grande com relação à dengue, porque os prédios estão abandonados ali, está tendo uma proliferação muito grande. Uma questão mais urgente para os moradores da região ali. Eu gostaria de uma resposta do Estado e da Prefeitura, porque a Defesa Civil já foi acionada várias vezes, não vem tomando as providências para sanar essa questão. Está colocando-se em risco tanto as pessoas que entram para dormir ou para pegar objetos, quanto as pessoas de fora. Temos duas escolas importantes no trajeto, já teve desmoronamento que quase pegou as crianças ali, e era a resposta que eu gostaria do Estado em relação a essa questão.

Deputado Eduardo Suplicy

São questões muito relevantes e importantes. Pergunto se o representante da subprefeitura da Sé, que está presente, pode responder à sua indagação agora mesmo.

Coronel Bexiga

Bom, sobre... o desabamento, aquela área já estava interditada, né? Já estava emparedada, mas pelas equipes que foram lá, infelizmente elas foram utilizadas lá dentro até como reduto de usuários de drogas, né? E pessoas que acabam depredando esse espaço por dentro, né? Nós aqui da Prefeitura trabalhamos sempre que em estado usar a trabalhar nessa parte de emparedamento de imóveis, né? E também cumprindo as ações judiciais, né? Já nessa na parte de defesa civil, a defesa civil age também quando tem questões de risco, né? E como parece foi o caso deste local, mas toda aquela

área está interditada, fechada, e outros órgãos da Prefeitura cuidam da destinação desses imóveis. Nós, aqui da Subprefeitura Sé, trabalhamos em estados a colaborar com o poder público. É isso que nós fazemos.

Deputado Eduardo suplicy

Também gostaria de... Talvez o senhor não tenha ouvido, mas... Quando formuladas as perguntas, houve três perguntas específicas para a subprefeitura da Sé. Por que existe diferença nas abordagens da zeladoria urbana em diferentes regiões do centro da cidade? Segundo, por que pessoas em situação de rua não costumam receber o contra lacre quando seus pertences são retirados nas ações de zeladoria urbana. E terceiro, a Sub Prefeitura já consultou as denúncias feitas pelo Comitê POP-Rua ou pela ouvidoria de direitos humanos em relação às violações das pessoas em situação de rua antes de planejar as ações? São essas as três perguntas. Prezado Coronel Vestiga, passo a palavra ao senhor.

Coronel Bexiga

Vamos lá. Então, sobre a atuação da zeladoria. A zeladoria age exatamente conforme as normas e em toda a região são todas as ações são feitas de acordo com o decreto de acordo com a legislação vigente em toda a região sobre os contra lacres os contra lacres houve uma ação judicial e na semana passada na sexta-feira foi levado lá no Tribunal de Justiça toda a documentação inclusive encaminhada está no processo toda a situação dos contra lacres os contra lacres com não só com a população de rua mas com qualquer tipo de material apreendido eles são entregues aos proprietários acontece que às vezes o material está na rua e não aparece o dono ou quem se coloque como proprietário desse material quando isso acontece esse material é recolhido de acordo com a lei e quando a pessoa vai lá para retirar esse material no nosso depósito ainda que não tenha o contra

lacre ele faz uma descrição do material é identificado o material e esse material é devolvido mesmo sem o contra lacre. Então tudo isso é registrado em relatórios que têm registros de todos os materiais e de todos os procedimentos. A terceira pergunta, desculpa.

Deputado eduardo Suplicy

As denúncias feitas pelo Conselho de Própria Rua.

Coronel Bexiga

Todas as denúncias são apuradas e isso também foi colocado lá nessa ação judicial, lá nessa audiência que foi feita sexta-feira e tudo está registrado e já consta lá nos autos desse processo também.

Deputado Eduardo Suplicy

Muito bem. Muito obrigado. Então... Passo a palavra à senhora Roseli Kramer, do Comitê POP-Rua.

Roseli Kremer Comiter POP Rua (membro)

Bom dia. Eu só tenho a agradecer por fazer parte desse GT e agradecer a você, Suplicy, que você é uma pessoa mais humana, que nós temos conhecimento na política. Infelizmente, você vai sair de São Paulo, mas vai ser nosso braço em Brasília. É essa rede que tem que ser focada.

Deputado Eduardo Suplicy

Não, na Assembleia Legislativa.

Roseli Kremer Comitê POP Rua

É esse braço onde nós temos que ocupar todos os locais, porque hoje a Pop Rua é esmagada pela zeladoria de São Paulo. Eu gostaria de saber qual é esse mundo que esse governo, que está aí, desde o nosso prefeito, nosso subprefeito da região da Sé, vive. Porque é um mundo paralelo, porque a realidade é outra. Não é entregue lacris. Estão sendo tiradas as barracas. A violência é constante, é direto. Nós não podemos ficar mais um minuto parados ou conversando. Nós somos tirados da região da Sé, da região da luz, do centro urbano, da construção civil, que é essa que manda aqui em São Paulo que, nesta pandemia, ela não parou um segundo, um segundo de construir e construir, e destruir todas as ações feitas pela Pop Rua. Braços Abertos funcionava, foi extinto, teve resultados, e a gente é esmagado. Nesse GT, ano passado, estávamos com a Janaína Paschual aqui, que deixou bem claro, durante toda a gestão desse comitê, que ela trabalha, sim, para os moradores, para o capitalismo dessa sociedade, que nada é feito pela vida fundamental e humana das pessoas que estão lá na Cracolândia, que são doentes que são escravos da droga, porque, além de tudo, não é só os escravos da droga, do álcool, é tudo. Dessa pandemia, as pessoas foram para a rua, perderam suas casas, seus trabalhos, se quebraram. E ainda a rua está cada vez mais cheia, suas calçadas, praças. Em São Paulo, não existe lugar onde não tenha um pop rua. Graças à sociedade civil, ao voluntariado, ao humanismo, que não houve mais mortes. Porque nós estamos na rua, estamos trabalhando, estamos levando água. Nós não temos nem água. Braços abertos, acabou. Vidas no centro? Acabou. Os banheiros? Acabou. Banho? Morar? Não. Eu queria saber do nosso prefeito, das margens, cadê essas 20 mil vagas que não existem? Eu venho pedindo uma vila, tudo bem, a Vila Reencontro está aí, é uma nova visão do acolhimento de São Paulo, porque o que tem aí não vale nada? É tudo subfaturado? Nada funciona? Nada. Então, eu falei, conversei, estou dialogando para uma Vila Reencontro, para a Cracolândia, para os usuários de droga, porque não é... prender elas, não é levar elas para um tratamento compulsório, porque não adianta, a pessoa sai mais violenta, ela sai para a droga, porque não tem uma porta de saída, não tem o trabalho coletivo, cultural, social

com essas pessoas. Existem vários tratamentos que estudamos sobre drogas, que é possível, sim, tirá-los da droga, mas precisa o quê? Da saúde estar presente. Cadê o CAPS que não está na rua? Há três anos eu peço para o CAPS estar junto com o consultório na rua, atuando, porque nós temos a violência, a violência física, moral, tudo. Gente, é inacreditável que, depois de um ano de diálogo, não se chegou-se a nada. De tanto trabalho e tanto empenho de todos, Ericka Hilton, Suplicy e vários outros, o Comuda, porque existe, sim, a gente luta pelas leis de drogas para estar regulamentada para a saúde. Eu estou fazendo um curso sobre o quê? Cadáveres para a saúde. Gente, existem várias saídas, várias portas de saída, e não vem, e não tem. Agora, o que existe, sim. É o imobiliário? O desvalorizamento da área? Não é? Cadê? Eu quero desmontar isso aqui, que eu quero criar meus prédios, meus edifícios, para quem? Para a sociedade? Que paga. E nós? Onde ficamos? Nessa situação absurda que existe, e eu tenho que escutar mentiras. Mentiras. Mentiras da zeladoria, mentiras das subprefeituras, mentira do nosso governo, mas nós estamos aqui, nós vamos lutar, nós temos esse ano todinho para conversar e dialogar. E eu espero que seja feito assim, que as pessoas que ocupem essa mesa aqui tenham empatia mesmo com essa pauta, com esse trabalho. Porque eu não vi nada esse ano. Você viu alguma coisa? Alguma mudança nesses anos? O senhor não viu alguma mudança nesse ano que passou depois de tantas reuniões, de tanto empenho, de tanto trabalho? Nada. E aqui eu vejo que realmente nada. Os subprefeitos estão aí, não vem. Temos que chamá-lo aqui para dialogar com a gente. Não vem. É um absurdo essa omissão. Nós teríamos que processar esse prefeito, esse subprefeito, a omissão aos direitos humanos fundamentais da vida. Que é, não é pegar e vamos fazer a urbanização do centro, vamos tirar essas calçadas e cuidar das vidas que estão primeiro nessas calçadas. Para depois deixar tudo bonitinho e faturar, subfaturar. Calçadas e calçadas, porque o que eu só vejo nesse governo é isso, é fazer calçadas aqui, ali, e nada. Nada. Infelizmente, eu preciso complementar isso, mas eu vou falar, meu, redução de danos, não vejo. Zeladoria é um absurdo. A polícia civil e militar, Deus me livre, está nessa rua, nessas calçadas.

Porque nós não temos que nos preocupar só com aquele usuário que está ali. Porque o mais que você pode ter de um Pop-Rua é um mangueio, de uma comida, de uma alimentação, de uma água. Agora, do poder, sim, eles tiram. Cadê esses lacris? Jogam fora. Nós brigamos com eles para dar pelo menos... Olha, vai entrar a baixa temperatura. Eu faço parte do GT de zeladoria. Vai começar as baixas temperaturas. E aí? Como é que nós vamos ficar? Nós vamos ter muitos diálogos. Obrigada, Suplicy, e me desculpe. Mas não dá para ficar calada vendo esse mundo paralelo que esse governo insiste em viver. A realidade é outra.

Deputado Eduardo Suplicy

Muito obrigado, Roseli Kramer, pela sua forma tão espontânea e colocando o seu sentimento a respeito daquilo que tem conhecimento bastante, porque, como participante do Comitê Pop Rua, Você tem estado muito presente nas ruas do centro de São Paulo e é importante que possa expressar a sua percepção e sentimento. Passamos a palavra agora ao Sr. Clebson Charles de Menezes Souza, que é morador da região. Agora ligou.

Clebson Charles de Menezes de Souza morador (membro do GTI)

Bom dia a todos.

Deputado Eduardo Suplicy

Estamos ouvindo.

Clebson Charles de Menezes de Souza morador (membro do GTI)

Quero agradecer a todos os membros e componentes dessa mesa, a todas as pessoas que se fazem presente neste plenário, aos moradores que aqui se fazem presente, e a todos que, de forma virtual,

participam desse GT. Bom, em primeiro lugar, eu quero agradecer à superprefeitura da Sé, porque todas as demandas de zeladoria que nós, população do centro, mandamos e enviamos para eles, eles têm nos atendido. Às vezes eles não dão conta, porque é uma situação fora do normal. Eles não conseguem dar conta. Acho que eles teriam que trabalhar 36 horas, 24 não é possível mais. E a gente sabe que os recursos também são limitados. Sobre violência. Concordo que toda violência não se justifica, seja ela qual for. Só que os moradores de rua estão em vulnerabilidade por estar na rua. E manter eles, dizer que a rua, é um lugar que eles têm por direito de ficar, não é dar continuidade a essas violências? E lembrando que muitos usuários de drogas que estão ali, em situação de rua, são extremamente violentos, para roubar um celular, para vender e usar a sua pedra de crack. Esfaqueiam moradores, batem, dão mata-leão a idosos, como a gente já trouxe vídeos recentes aqui. Então, assim, a rua é lugar de tratar doente? A rua é lugar de dar alimento e dar dignidade a um ser humano? E o fato da gente querer que eles sejam tratados em locais adequados nos torna desumanos? Lembramos que nós temos leis para que a sociedade viva em harmonia, para que o caos não se estabeleça. Vivemos um estado de exceção a uma minoria e a lei não pode ser aplicada porque combater a facção criminosa do tráfico de drogas é crime. Os policiais estão sendo criminalizados por combater o tráfico de drogas. Não é combater o usuário, e sim o crime. Usar droga em local público é crime, segundo a lei. Até que mudem a lei, ela está aí. Traficar é crime. Concordo que nosso debate aqui deve ser, sabe qual? Cobrar do Poder Executivo locais adequados para dar assistência a essa população de rua. Que eles sejam verdadeiramente abrigados e feito um processo para que eles possam ser incluídos novamente na sociedade. Concordo que não é somente prender, que não é somente tirar eles da esquina tal e enviar para a esquina B. Nós temos que dar um encaminhamento, sim. Tem que ter moradia. Mas existem muitas ferramentas hoje que são mal fiscalizadas. Então nós temos que fiscalizar. Se o poder público não está fazendo, vamos nós, quanto população, fazer. E cobrar para que aquele lugar seja salubre. Agora, se tudo que é feito, nada dá

certo e deixa eles nas ruas, doar uma barraca é normatizar, é dizer, aqui é seu lugar. Nós temos que doar moradia, nós temos que doar dignidade. Eu vi numa reunião que teve no teatro de containers, que vamos doar comida, mas não podemos fazer a limpeza porque não podemos fazer tudo. Espera aí, doar comida na sarjeta é dignidade? Eu fiz uma proposta. Há três entidades que se faziam presente lá. Vamos montar um projeto para dar um local com assistência 24 horas, para dar comida, banho, higienização. Me pergunte se uma dessas entidades me procuraram para a gente fazer isso em conjunto. Nenhuma. Porque o que nos dá a entender é que a manutenção do caos é lucrativa. É lucrativo. Muita gente lucra com isso. Então, a rua não dá dignidade nem segurança para ninguém. Inclusive para nós moradores, que até para ir trabalhar hoje temos medo. Os nossos filhos, para estudar, têm medo. Sofremos violência 24 horas no centro. Inclusive dos usuários também. Tem as gangues das bicicletas e outras gangues também, mas também tem usuário violento. E ele não está cometendo crime? Ora, se ele não tem consciência psíquica para discernimento e ele está agindo de forma violenta, alguma coisa precisa ser feita. Ora, se ele tem consciência, ele está agindo como um criminoso. Então, me desculpem. Esse discurso de alguns aqui é falido para a nossa população. Eu acho que o embate aqui devemos encaminhar propostas realmente contundentes para que o Poder Executivo faça, assim, um projeto que contemple não só tirá-los da rua, o tratamento e o pós, porque tem pessoas ali que vão precisar de seis meses de assistência, tem outras que vão precisar de dois anos, três anos. O que hoje acontece é que não é contemplado desta forma. Leva-se para desintoxicar sete dias, quinze dias, um mês, e depois joga na rua de novo, porque ele não tem para onde ir. Eu acho que o nosso debate aqui não deve ser de ideologia política, mas sim num sentido contundente de ver realmente o que fazer para que essas pessoas sejam reinseridas na sociedade de forma digna. E a sarjeta não é laboratório. A sarjeta não é clínica. A sarjeta não é um local adequado para se alimentar e viver. Então, me desculpe. Eu acho que a gente já tem que passar dessa discussão e realmente dar um encaminhamento aqui, esse GTI tem que dar um encaminhamento e chamar para a

realidade. A sociedade que mora e que tem um apartamento ali no centro está sofrendo violência. Tem muita gente doente. Eu conheço pessoas que estão há dois anos trancadas dentro de casa com medo da violência. E que é parte dessa violência também se resume ao fluxo. Porque existem pessoas dentro do fluxo, criminosas, me desculpem. Existem pessoas que estão lá vítimas da sociedade, vítimas da questão toda, sim, mas existem criminosos lá dentro. Pessoas que esfaqueiam, que batem, que tentam estuprar. Então nós não podemos passar isso com uma borrachinha e fingir que nada está acontecendo. Nós temos que contemplar o todo, não só uma comunidade individual. Ou não somos uma sociedade. E me desculpe ao Ministério Público e à Defensoria dos Direitos Humanos, que muitas vezes combatem a lei. A própria lei se contradiz. Por quê? Se o poder policial não pode combater o crime organizado, então deixa tudo como está? Então me desculpem. Eu acho que a discussão é muito ampla, sim. Mas chega desses ataques. Porque se há ataque para o lado de cá, vai ter para o lado de lá. Acho que nós temos que sentar e realmente construir algo sólido. O que fazer com esse pessoal? Para onde encaminhar? O que é dignidade? Cobrar do Poder Executivo, se tem albergue salubre, poxa, é dinheiro público que está jogando no lixo. Vamos fiscalizar, vamos fazer isso aqui se tornar salubre para dar dignidade para as pessoas? Eu acho que isso é política, isso é discutir realmente direitos humanos. Não vim aqui dizer que eles vão ficar na rua, que o lugar deles é ali. Então, assim, precisamos entrar em um acordo aqui, sem ataques a A e a B, e realmente construir algo sólido. Porque, me desculpe, eu vejo pessoas ali na cena de fluxo, com trombose, com lisa e pela, com feridas desse tamanho. Pessoas em estado terminal. E quer dizer, deixa eles lá? Porque ele quer ficar ali? Pelo amor de Deus, isso é dar dignidade ao ser humano? Essa é a preocupação que nós temos com a vida? Lembrando que a vida é o bem maior de tudo? Então, me perdoem aqui a minha exaltação, mas é complicado ouvir certas falas e se calar. Certo? Eles estão lá escravizados da droga, mas tem muitos que estão ali traficando, infiltrados, e nem usam. E nem usam droga. Então, quero agradecer a vocês, mas deixo essa reflexão.

Deputado Eduardo suplicy

É muito importante o seu depoimento sobre o sentimento dos moradores ali daquela área. Justamente estamos aqui para ouvir as mais diversas opiniões de pessoas da forma mais democrática e respeitosa possível. E sabemos o quanto não será fácil resolvermos todos esses problemas simultaneamente. Eu quero, ao final da nossa palavra hoje, dizer de algo que está acontecendo em Brasília neste horário, das 11 e pouco, quando está sendo anunciado o novo programa Bolsa Família, que possivelmente será um passo em direção à renda básica de cidadania, que eu espero possa acontecer de forma universal, e isso vai ter grande impacto ali no problema que estamos vivendo. Vou falar mais sobre isso ao final da nossa reunião.

01:23:22 SPK_4

Só para acrescentar, também em Brasília vai ter a volta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o CONSEA.

Deputado Eduardo suplicy

Já foi lançado também. Então, agora, A palavra para a senhora Juliana Borges, da Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas. Juliana Borges, perdão.

Juliana Borges Iniciativa Negra Por uma Nova Política Sobre Drogas

Oi, bom dia a todos, todas e todes. Primeiro, quero cumprimentar a todos... Obrigada. Vou cumprimentar a todos da mesa em nome do... Eu sempre... Obrigada. Eu sempre chamo de senador, meu sempre senador, Eduardo Suplicy, e a Luna Zaratini, a quem conheço de longa data, tenho um imenso carinho e estou muito feliz que você vai tomar posse aqui nessa casa e que a gente vai ter uma jovem combatente ao lado dos movimentos sociais. Eu havia pensado, por conta

da falta de diálogo e da ausência, ou da pequena presença do poder público aqui, tinha pensado em fazer uma fala, basicamente, dialogando com o relatório parcial que foi produzido pela Amanda, pelo Flávio, por esse GTI, a partir de visitas em equipamentos de saúde na região da Cracolândia, na região da Luz. Eu acho, mas aí fica inviável, a gente precisa dialogar também com algumas questões que são colocadas aqui. Eu acho que há um falso dilema entre nós e eles, que é colocado o tempo inteiro, nessa discussão, e eu sempre me pergunto quem é a população do centro, quem tem direito à cidade, quem é considerado cidadão na cidade de São Paulo. Será que são só os que têm moradia, que têm CEP? Eu acho que esse é um debate inicial para fazermos. O centro de São Paulo, já morei por alguns anos aqui, hoje retornei ao meu bairro na periferia de São Paulo, mas eu considero o centro de São Paulo minha cidade também a discussão sobre o centro da cidade, sobre a cidade como um todo, de direito a todos nós, não apenas quem tem CEP, quem tem endereço, quem tem residência. Então, é importante a gente pensar que a população em situação de rua também é população do centro e também tem demandas a apresentar esse poder público. Uma outra questão que eu acho que é importante pontuar é que acho que às vezes a gente tem que limpar o campo, porque sempre nas discussões que a gente faz, quando há alguma divergência, se joga a discussão para o campo de vamos tirar a ideologia do lugar. Como pessoa que vem das ciências sociais, eu gostaria de dizer que, me desculpem, toda uma teoria histórica sobre ideologia, o conceito de ideologia, mas eu vou resumir bem brevemente e bem toscamente mesmo. Ideologia é um conjunto de ideias e valores. Ideias e valores todos nós temos. Todos nós somos atravessados por ideologias. A ausência, a defesa da ausência de ideologia é uma ideologia. A omissão e a ausência do Estado é um projeto político e é uma ideologia. Acho que é importante definir de que ponto estamos partindo. Gosto de deixar sempre tudo às escuras no debate que fazemos. Em nenhum momento os movimentos de direitos humanos defendem qualquer contravenção à lei. Fazemos, na verdade, disputa de lei. Porque lei não é ponto final. Lei se modifica. Escravidão já

foi lei. Criminalização da capoeira já foi lei. Criminalização de escola de samba já foi lei. Hoje todo mundo gosta de carnaval e fala que é um grande patrimônio da sociedade brasileira. Leis não são ponto final na discussão da sociedade. Leis são marcos normativos a partir de uma disputa política e ideológica que acontece no legislativo. Por isso que lei não é feita no judiciário. O judiciário executa a lei. A lei é feita a partir da discussão de representantes eleitos pela sociedade. A discussão sobre formulação de lei é política e ideológica. Acho que é importante termos esses pontos de partida nas nossas discussões para discutirmos vulnerabilidades sociais, dificuldades de diálogo, O que foi apresentado no relatório para nós da iniciativa nos chama muita atenção, nos traz muita preocupação. Porque a gente percebe, no relatório, que há, inclusive, dificuldade de comunicação entre equipamentos do próprio município. Isso é gravíssimo. Isso demonstra falta de normativa, falta de definição de fluxos. Eu já participei de uma gestão pública, e sabemos que precisa ter normativa, fluxo de informação. Se esses processos, se essas informações estão todas sendo registradas, eu entro numa outra questão que é fundamental para o poder público. Então, onde estão esses dados? Onde estão essas informações? Onde está a transparência? O poder público precisa ser transparente. E não é só ser transparente quando a sociedade ou os movimentos sociais e de direitos humanos convocam o poder público a dar contas à sociedade. Isso é prerrogativa do poder público. Então, esse é um ponto que nos chama a atenção, da dificuldade de comunicação, inclusive, entre equipamentos do próprio município. Não há acompanhamento continuado, ou, ao menos, os equipamentos e os trabalhadores desses equipamentos não souberam apresentar, na maioria dos casos, o acompanhamento às pessoas que foram atendidas por esses equipamentos. De novo, um problema do Estado. De novo, um problema que a gente pode até, se a gente está falando de crime, a gente pode até pensar em resposta. O Poder Público precisaria responder. Eu não sou uma pessoa que defenda a criminalização, prefiro que o Poder Público responda civilmente. Mas a ausência de transparência, a falta de normativas e fluxo entre os

equipamentos é um problema gravíssimo. Para não me alongar muito, também queria pontuar que nós temos, na verdade, visto uma inversão de como têm que ser lidadas as questões de vulnerabilidades sociais na nossa cidade, e uma inversão pensando que a repressão vai resolver garantias de direitos. Garantias de direitos se resolvem com mais direitos, não com repressão. Se vamos falar de combate ao tráfico, acho que é importante. Nenhum movimento social ou de direitos humanos, eu nunca vi, pelo menos, defende crime organizado. Muito pelo contrário, inclusive as pesquisas, as propostas mais avançadas em relação a esse setor partem desses movimentos de direitos humanos e da sociedade civil. Então, sempre fico com essa dúvida. Por que a gente sempre segue insistindo na repressão quando a gente vê, por exemplo, um braço importante no que seria o combate ao tráfico, que é a inteligência, e isso é trabalho da polícia civil? Por que a gente vê a polícia civil sendo sucateada? Então, se você for fazer... Eu tenho um amigo que é policial civil, é perito criminal, e ele falou assim, olha, nem faz boletim de ocorrência, porque a gente não tem como investigar, porque não tem pessoal. Então, a gente tem que... Então, o policial civil tem que ficar fazendo assim, o que é mais grave para eu poder investigar? Porque se eu perder o meu celular, eu não vou ter pessoal. Então, a gente... Ficamos com o discurso superficial, falando sobre um combate ao tráfico que não se faz no varejo. Não se combate tráfico no varejo, gente. Se combate tráfico no atacado, e atacado fazemos com inteligência, fazemos com fiscalização de fronteiras, É assim que se combate o tráfico. Não fazendo ação sobre usuários que precisam de tratamento psicoterapêutico, que precisam de saídas que vão garantir direitos, inserção na sociedade. E eu acho que uma inserção na sociedade, para finalizar, desculpe-me alongar, uma inserção na sociedade, que nós temos que pensar que ela não deve partir a partir do que nós achamos, do que eu acho. Eu, Juliana Borges, da Iniciativa Negra, tenho o CEP, tenho o endereço, tenho o trabalho. Não sou eu que tenho o que dizer apenas. É claro, posso ter uma série de opiniões, posso ter uma série de formulações a partir de pesquisas, a

partir de análises. Mas acho que foi dito aqui nessa mesa que era importante a gente escutar mais do que a gente falar. E a gente sempre esquece de escutar as pessoas que estão em situação de extrema vulnerabilidade e que também apontam saídas para as problemáticas que elas vivem cotidianamente. Então, acho que, para a Iniciativa Negra, esses são pontos importantes que nós viemos trazer. É claro que nós teríamos uma série de perguntas para fazer, mas acho que faria sentido fazer essas perguntas se nós tivéssemos respostas dessas perguntas por parte do Poder Público Municipal. Na falta delas, fazemos essa fala demonstrando as nossas preocupações e nos colocando sempre à disposição para contribuir com os trabalhos desse grupo de trabalho e, em qualquer momento pertinente, para discutirmos saídas de inclusão e garantias de direitos, não violações de direitos, mas garantias de direitos na nossa cidade. Obrigada.

Deputado Eduardo suplicy

Muito obrigado, querida Juliana Borges, por sua contribuição muito significativa. Então, passo a palavra para o Flávio Falcone, Teto, Trampo e Tratamento, que tem muito colaborado com este grupo de trabalho pelo seu conhecimento e vivência do problema. Muito obrigado.

Flavio Falcone Teto Trampo e Tratamento.

Bom dia a todos. Cumprimento aqui o presidente da mesa, o vereador Eduardo Suplicy, e todos os demais colegas aqui presentes. Ressalto a presença aqui da Cecília Galício, pela Reforma e pelo Comuda, e do Vinícius, do SP Invisível, que agora também tem acompanhado as articulações políticas do território da Cracolândia. Gostaria de centrar minha fala hoje pensando num encaminhamento, como nosso colega aqui, meu vizinho, que eu também sou morador do território, sugeriu, e gostaria de falar e relatar para as pessoas que não estavam presentes, que foram feitas já duas conversas com o Ministério dos Direitos Humanos, uma na quarta-feira anterior ao Carnaval,

outra na sexta-feira pós-Carnaval. Dessas conversas, o que tiramos como encaminhamento foi um esforço para viabilizar a moradia, em primeiro lugar, que ainda não é um programa federal. Primeiro lugar, para que isso seja um programa de governo, e temos todas as condições para que isso ocorra. E... Também concordo que, nesse momento, temos que buscar alguma conciliação possível e dar um passo atrás na nossa beligerância tão peculiar ao território. Acho que é de conhecimento de todos aqui, eu fui um dos alvos desses ataques no último ano, além de... mas que a situação tem se encaminhado também para uma conciliação. Então, aproveitar esse momento de conciliação e pedir apoio dos moradores de que a gente viabilize a moradia em primeiro lugar. Eu concordo que a rua não é local para fazer um tratamento digno, mas é o que temos para hoje. Eu não gostaria de estar indo lá daqui a duas horas no fluxo, fazer a atividade que eu faço no fluxo. Eu já fiz diferente, numa época em que a política pública era diferente. E aí quero finalizar a minha fala nesse ponto. Nesse momento, a gente tem ainda um embate entre a abstinência total e a redução de danos. Então, como profissional da saúde, como médico, eu gostaria de esclarecer que a abstinência total é um recurso da redução de danos. Então, não tem por que a gente brigar. Agora, nós temos o dever, como sociedade civil e o poder público também têm esse dever de respeitar a ciência, quando ele propõe uma política pública. A abstinência total pode ser uma vontade pessoal minha, uma convicção pessoal minha, dentro do meu sistema de crenças, mas não pode ser uma proposta de política pública. Por quê? Porque a ciência, há muitos anos, há mais de 50 anos, já mostra que é uma minoria das pessoas que consegue estar em abstinência total para, posteriormente, ter acesso à moradia e acesso a programas de geração de renda. Também gostaria de lembrar que a maior parte das pessoas que estão no território são egressos do sistema penitenciário. E a atual situação do sistema penitenciário é que o Poder Público investe 3 mil vezes mais em encarcerar as pessoas do que em recuperá-las. Então, o roubo de celular é uma consequência disso. E precisamos olhar para isso se quisermos resolver esse problema. Senão, garanto para vocês que vai piorar, não vai melhorar.

Então, precisamos pressionar o poder público, e aí gostaria também de cumprimentar a Secretaria Municipal de Assistência Social por estar iniciando, na semana que vem, um programa de capacitação de mais de 700 profissionais da Rede de Trabalhadores do Centro, com uma equipe de redução de danos, que é a equipe do PROAD, que é o Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes, da qual eu faço parte, da Unifesp. Isso eu considero já uma sinalização para uma política que respeita a ciência. Nós precisamos virar essa página no país, das políticas públicas que não respeitam a ciência. Eu posso querer que todas as pessoas não consumam droga no país, mas isso é viável? Há 6 mil anos, pelo menos, isso não é viável no planeta Terra. Então, precisamos trabalhar com o que é viável. E sugiro que a gente coloque em primeiro lugar o que deve ser colocado em primeiro lugar, que é a moradia, a questão da moradia. Sem moradia, não adianta internar, não adianta ficar um ano e meio como uma das pessoas que está, neste momento, na unidade de cuidados prolongados que a Prefeitura inaugurou na semana passada, conversei com ela na sexta feira, e essa unidade é mais uma unidade que trabalha com abstinência total, e só depois de seis meses a pessoa, com exames de urina periódicos, vai poder ter acesso à moradia e ao trabalho. Isso vai atender muito pouca gente, não vai resolver o problema da cidade, não vai resolver o problema de nós moradores com CEP e brancos. Isso é importante dizer. Todos os moradores que estão aqui, a maior parte deles são brancos, como eu. Para a gente ter uma conciliação possível, eu sugiro que a gente foque os nossos esforços, enquanto Sociedade Civil, Poder Público, fundações e iniciativa privada, em viabilizar a moradia em primeiro lugar, porque, sem moradia em primeiro lugar, não dá para fazer mais nada. Se a gente não der o primeiro passo, não dá para dar os próximos. E o que a gente vem fazendo desde 2018, quando a moradia em primeiro lugar foi eliminada da cidade de São Paulo até agora, é enxugar gelo. E o resultado disso é o que nós vivemos ali no bairro do Campos Elíseos, na Santa Efigênia, em Higienópolis, que não está bom para ninguém. Então, para finalizar, eu acredito que nós devemos apoiar o que é melhor para todos, não o que é melhor

segundo as minhas convicções pessoais, principalmente no sistema de crenças. Muito obrigado.

Deputado Eduardo suplicy

Muito obrigado, Flávio Falcone. A sua vivência já há algum tempo, vivendo em meio às pessoas que estão ali na região do fluxo, nos faz ver que a sua contribuição é muito enriquecida por sua expediência, inclusive como médico e um artista que se dedica à transformação desse lugar e das pessoas para uma vida melhor. Agora vou passar a palavra à senhora Cecília Galicio, do Comuda, Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool de São Paulo. Antes, uma palavrinha aqui para a Luna Zarattini.

Vereadora Luna Zarattini.

Gente, eu pedi a palavra aqui para o vereador Suplicy, porque eu vou precisar. Sair um pouco antes. Eu não consegui desmarcar um compromisso que eu tenho agora ao meio-dia, mas queria saudar a iniciativa e todas as falas aqui dos membros do GTI, e dizer e reafirmar mais uma vez o meu compromisso com essa luta, o meu compromisso com essas pautas, eu vou assumir, no lugar do Suplicy, a Comissão de Direitos Humanos, e prazer em conhecê-los, mais ainda, algumas pessoas já estou conhecendo e trabalhando. A Malu, que vai trabalhar aqui, vai. Estar com a gente, vai acompanhar esse final da reunião, mas, no mais, falar. Que essa luta é uma luta muito. Gigantesca, muito grande, não é de hoje, e eu espero cada vez mais me somar e fortalecer todas essas pontes para a gente ter a cidade que a gente quer realmente e conseguir acolher as pessoas e sempre saudando aqui o Suplicy, que é a minha inspiração política, da vida, de partido, meu companheiro, e que nós vamos estar atuando muito juntos, ele na ALESP e eu aqui na Câmara. Muito obrigada.

Deputado Eduardo suplicy

Muito obrigado, Luna Zarattini. Sempre será bem-vinda aqui à reunião deste grupo. Então, agora vou passar a palavra à senhora Cecilia Galicio, do Conselho Municipal de Políticas Públicas, sobre drogas e álcool.

Cecilia Galicio COMUDA.

Ligado, ligado. Olá, bom dia a todos. Cumprimento à mesa esse grupo de trabalho que nós já temos, já nos conhecemos, já temos desenvolvido diversas reuniões juntos. Acho que é bastante importante a gente chegar a alguma conclusão hoje, em março, considerando que esse grupo foi instaurado em junho de que aqui nós fizemos uma oitiva, aqui nós fizemos uma escuta das pessoas que estiveram aqui. Então, quem esteve aqui foi ouvido, quem esteve em todas as reuniões foi ouvido, e a conclusão que chegamos é que o tema é de uma interseccionalidade e que esse espaço aqui não é o suficiente. Na verdade, a gente precisa identificar quais são os verdadeiros espaços onde essas discussões devem ser feitas e onde é que estão os espaços onde o poder público presta satisfação à sociedade civil, porque, pelo que a gente viu, pelo jeito, não é aqui. Porque se nem ao atendimento de um convite que foi realizado por um grupo de trabalho dessa importância e dessa magnitude se não existiu espaço na agenda dessas pessoas, desses nossos representantes, para estarem aqui, para nos ouvir ou para prestar alguma satisfação, é muito importante que a gente pontue que a gente tem, sim, um problema de onde é que está o lugar onde o poder público presta satisfação do que faz em prol da população. Como vice-presidente do Conselho Municipal de Política de Drogas e Álcool, também chegamos à conclusão de que também não é no Conselho Municipal de Política de Drogas e Álcool que o Poder Público tem prestado essa satisfação, apesar da instalação e do funcionamento destes conselhos ser uma medida prevista em lei, não só numa lei, na Constituição Federal consagra a participação dos conselhos estaduais, municipais e nacionais para a construção de políticas públicas, todas elas. Quando estamos falando de drogas e álcool, vemos aqui que temos... São muitos atores,

muitas demandas e muitos entes. A Prefeitura, o Estado, o Governo Federal. E com relação à Prefeitura, que é o que nos cabe dizer, a Prefeitura também não prestou esclarecimentos ou satisfações ao Conselho Municipal de Política de Drogas, porque este Conselho é, como temos percebido, um Conselho que foi esvaziado por uma manobra do poder público para que ele não tivesse o papel e a importância que deveria ter na construção dessa política. Como proposta, para deixar... Nós todos já nos ouvimos e, como disse a Juliana, é mais importante ouvir do que falar. Como proposta, acho que seria muito importante que todas as pessoas aqui entendessem qual é o valor de termos um local onde a sociedade civil tenha acesso ao poder público. A ideia é fortalecer o Conselho Municipal de Política de Drogas e Alcool, porque é só a partir do fortalecimento desse espaço que nós vamos ter legitimidade de todas essas pessoas para cobrar do poder público. E eu estou falando isso em um ato de fé, porque durante todo o mandato da atual coordenação executiva, nós também fizemos convites, ofícios e apelos, até, vou dizer aqui, algumas humilhações para que o secretário de governo, o prefeito, a Secretaria de Direitos Humanos, ouvisse o conselho. Então, acho que, como sociedade civil, é muito importante que a sociedade civil participe do conselho. Hoje temos um conselho que tem uma quantidade esvaziada de entidades e de representações, mas nós não temos moradores, por exemplo. E este deve ser um apelo dos moradores, porque, muito embora este espaço aqui desse GTI seja um espaço importante para estarem os moradores aqui, também não temos os usuários. E a oitiva das pessoas que são afetadas, de fato, por essa política é fundamental para construirmos solução. Por outro lado, também gostaria de falar com relação ao cumprimento da lei, me sinto bastante contemplada pela fala da Juliana, porque quando a gente fala de cumprimento da lei, a gente vai fazer questão, então, de cumprir a lei de drogas ou de cumprir a Constituição Federal em cláusulas pétreas de direitos humanos fundamentais. Então, quando a gente fala... a lei de drogas é responsável pelo estado de coisas inconstitucionais que se encontra o sistema prisional brasileiro. Ela não é uma lei boa. Em que medida também o poder público a revelia, inclusive da

discussão no Supremo Tribunal Federal a respeito do uso de drogas, por que o poder público não está observando isso, a revelia da discussão sobre a lei de drogas, se é a lei de drogas que tanto nos aflige. Se o problema é as pessoas usarem drogas, nós temos que falar de lei de drogas, sim, e não no sentido de cumpri-la, mas no sentido de observar qual é o impacto tão negativo que a lei de drogas tem na sociedade. É ingênuo nós estarmos aqui sob a desculpa de que a lei de drogas tem que ser cumprida no Brasil. A lei de drogas é um câncer. A lei de drogas é responsável pelo aumento do encarceramento de mulheres e, como disse o Flávio, nós não resolvemos esse problema do uso de drogas em 6 mil anos. Nós não vamos resolver a lei de drogas, inclusive na Cracolândia, porque aquilo não é sobre lei de drogas, aquilo é sobre miséria. A miséria é muito pior do que qualquer situação que nós possamos tentar discutir aqui. Nós não estamos falando de um território, nós estamos falando de pessoas. Se nós utilizarmos esta lógica da lei de drogas, o máximo que nós vamos fazer é transformar e marginalizar essas pessoas ainda mais. Para finalizar, também não é papel da Prefeitura a persecução penal, que também não é papel da Prefeitura a fiscalização e a ortopedia moral de pessoas adultas. O papel da Prefeitura... saúde, educação, lazer, trabalho. Se precisamos discutir alguma coisa a respeito da violência na Cracolândia, também temos que discutir qual é o papel do poder público municipal na construção e promoção de políticas públicas. Para finalizar, eu gostaria, novamente, de chamar a atenção da população e também chamar a atenção para o fato de que o Conselho Municipal de Política de Drogas tem feito um trabalho considerando que nem o Conselho Estadual de Política de Drogas, porque o governo estadual já apresentou propostas sem escutar o Conselho Estadual de Política de Drogas, e nós temos aí, embora tenhamos hoje a instalação do Conselho de Assistência, o Conselho Nacional de Política de Drogas também não está funcionando. Se nós estamos falando de drogas, em várias interseções, nós também vamos ter que dizer que o governo federal também não está ouvindo a sociedade civil, o governo estadual também não está ouvindo a sociedade civil, e aqui nós vamos fazer um apelo para que, pelo menos no

município de São Paulo, contando com o apoio de todos vocês, todas as pessoas que estão aqui interessadas, inclusive no sentido de trazer outros atores interessados para compor esse conselho, porque eu acredito, lógico, de novo, uma questão de fé, independente da crença, que nós temos que, sim, fortalecer os espaços políticos de discussão das políticas públicas que nós queremos ver aqui na nossa cidade. É isso.

Deputado Eduardo Suplicy

Muito obrigado, Cecília Galicia, do Comuda, pela sua contribuição muito relevante. Eu passo a palavra agora à Sônia Maria Domingues Pereira, que é moradora da região.

Sônia Maria Domingues Pereira Moradora (Membro do GTI).

Bom dia a todos. Cumprimento aqui os presentes que estão à mesa e aos que estão online. Eu me chamo Sônia, sou do Complexo. Júlio Prestes, subsíndica de uma das torres lá, e agradeço ao Suplicy por estar. Dando continuidade a esse GT tão importante para a gente. Eu gostaria aqui de falar sobre... e. Que vocês lembrassem de falar alguns locais. E que vocês lembrassem desses locais: Sala São Paulo, Jardim da Luz, Estação da Luz, Liceu, Coração de Jesus. Parque Princesa Isabel. Todos os polos de compras famosos, que incluem José Paulino, Rua das Motos, 25 de Março, Brás, Santa Ifigênia, Viaduto do Chá. Viaduto Santa Ifigênia, Teatro Municipal, Praça da República, Largo do Arouche, Galeria do Rock, Instituto Feira Livre. Praça Roosevelt, Biblioteca Mário de Andrade, Elevado Costa e Silva, Edifício Itália, Edifício Copan, Martinelli, Largo São Bento, Centro Cultural Banco do Brasil, Itaú, também Centro Cultural. Pátio do Colégio Crítico. Sesc, teatros, museus, exposições, igrejas, feiras, muitas praças, cemitérios, shows. Não é só o turismo que está sendo prejudicado em São Paulo. Moradores do centro já pedem socorro por anos e só o que vemos é uma situação caótica, que cada dia, cada dia, vem piorando os espaços estão

sendo ocupados, todas essas. Que eu falei e muitas outras, por falta de moradia. Estão sendo literalmente ocupados por moradores em situação de rua. Dependentes químicos por falta de moradia. Nós não podemos usufruir desses locais. É violência, é sujeira. Craque a céu aberto, com seus dependentes. Que são tão sofrendores como nós. Cadê o tratamento digno, que é tão difundido e não é feito? Na Sarjeta, não é mesmo lugar de tratamento

Todos já sabem disso. E os nossos filhos, nossos netos cresceram sem conhecer a cidade que habitam. Uma cidade de riqueza inigualável, rica em gastronomia, em turismo, em arquitetura. Pagamos impostos cada vez maiores. Sem ver resultados. Tantos programas, projetos, e nada, nada se resolve. Estou tentando manter a calma, estou falando pausadamente. São patrimônios culturais que estamos perdendo. Essa é a nossa realidade. A nossa realidade é essa. Nós estamos perdendo. Até quando vamos adiar essa falta de segurança para todos os munícipes moradores que são de rua, moradores que têm CEP? Até quando? Até quando nós vamos ter secretarias que não se conversam? Até quando nós vamos ter leis que nunca são aplicadas? E tantas siglas que aparecem a cada. Dia, nós repudiamos a violência, seja ela de qual grau for, de onde for, de onde parta, de um lado ou de outro, nós repudiamos a violência. Mas até quando nós vamos viver nessa situação, perdendo patrimônios públicos, perdendo o nosso direito de ir e vir, com medo, com medo de sair à rua? Até quando? Obrigada.

Deputado Eduardo suplicy

Muito bem Sônia Maria Domingos Pereira, acho muito relevante o seu depoimento, inclusive recordando para todos nós esses lugares aí de quem conhece a cidade e às vezes percorre a cidade, vai sempre se lembrar desses lugares tão significativos na nossa história. Agora, o senhor Alexandre Félix, do Movimento Policiais Antifascismo. Por favor, tenha a palavra. Pode usar ali, se quiser. Ali.

Alexandre Felix Movimento Polícias Antifascistas.

Bom dia, boa tarde já a todos e todas. Bom, meu nome é Alexandre, eu sou policial civil aqui em São Paulo. Faço parte de um movimento chamado Policiais Antifascismo. Sou um dos fundadores desse movimento. Eu, na verdade, tem algo que, na verdade, me gera algum incômodo, ao mesmo tempo é o que me dá combustível para me manter na minha postura militante. Como as pessoas costumam dizer, eu esqueci o nome do colega que falou antes, que é morador da... Charles, é isso? O Charles? Essa fala que ele fez, por exemplo, também me dá combustível, porque sempre se fala dos direitos humanos como uma entidade, como algo que fosse além de mim, além do vereador Suplicy, além da Juliana, e não. A minha profissão, a minha função, que eu já exerço há 28 anos, eu passei pela Guarda Municipal de São Paulo, pela GCM, eu passei pela Polícia Militar, e hoje sou investigador de polícia já há 23 anos. E a razão da existência da minha profissão não é sequer ser um respeitador ou um protetor dos direitos humanos, e sim de ser um promotor dos direitos humanos. A minha existência, a existência de um policial, só se justifica para promover os direitos humanos. Hoje eu nem tenho... Na verdade, eu até não tenho muitas condições de falar muito, porque eu iniciei um tratamento cardíaco, estou com bastante remédio, fazendo uso de bastante medicações, mas não podia deixar de estar aqui. E que bom que eu estive, porque foi passado no grupo de e-mail para que encaminhássemos perguntas ao poder público. E eu encaminhei algumas. Lógico que eu encaminhei a grande parte para as áreas de segurança, para a Secretaria Municipal de Segurança Urbana, para o secretário de Segurança Pública, para o subprefeito da Sé, que é um coronel da Polícia Militar da Reserva e que fez algumas declarações um tanto quanto espantosas nos últimos dias. Mas a fala do Charles, na verdade, me colocou numa posição que realmente eu me sinto à necessidade de dizer, se bem que a Juliana já fez uma resposta talvez até muito melhor elaborada que a minha, então eu não vou repetir e nem vou tentar insistir. Eu só quero colocar algumas questões aqui. Percebam que nós

estamos falando, nós temos o Flávio, que é um médico atuante no território da Cracolândia, nós temos o vereador Suplicy, nós temos pessoas que não são da área de segurança. Já perceberam que toda vez que tratamos do assunto de população de rua, toda vez que tratamos principalmente do território Cracolândia, nós caímos na seara da segurança pública? Então tem alguma coisa aí. A gente precisa entender. E aí o Charles começa a dizer o seguinte, ele coloca, em parte da fala dele, que existe a criminalização do trabalho policial. É verdade, Charles. O meu trabalho é muito criminalizado. O meu trabalho é muito mal compreendido. Mas será que o meu trabalho está sendo bem manifestado por quem o elabora, o homem branco, hétero, entre 25 e 45 anos, bem nascido, com uma formação acadêmica específica. Será que está sendo muito bem elaborado? Será que está correta a ação policial do investigador, do agente, do soldado, da polícia militar? Nós nos questionamos o que a guarda municipal está fazendo naquele território chamado Cracolândia com um fuzil na mão. Nós já paramos para fazer essa questão? E aí eu deixo algumas perguntas não só para o Charles, mas para todos nós pensarmos. Sim, o trabalho policial está sendo muito mal visto, muito mal interpretado. Eu me sinto muitas vezes criminalizado no meu trabalho. Só que um detalhezinho. Eu sou muito mais apurado pela minha corregedoria por me posicionar como um promotor dos direitos humanos, como um policial que defende o cumprimento da lei, Charles, me colocar como um defensor do cumprimento da lei, porque a lei deve ser cumprida, sim. Só que eu quero deixar algumas questões para todos aqui. Apesar de eu ter gostado muito da fala da Juliana, eu só discordo que o combate ao crime deva ser feito em fronteiras, deva ser feito prendendo grandes traficantes. Eu não concordo muito com isso. Eu acredito que o tratamento e não o combate, eu não gosto nem dessa palavra, porque dá a ideia... A gente legitima o discurso da guerra às drogas, e esse assunto para mim, essa expressão para mim é terrível. Não se faz guerra às coisas, se faz guerra às pessoas. Normalmente essa guerra é feita a pretos, pobres e periféricos, porque drogas na Vila Olímpia e na Vila Madalena, durante os bloquinhos de carnaval, não são tão combatidas quanto no

fluxo da minha terra, que é a Guaianazes. E aí eu deixo a pergunta, então. Devemos combater o tráfico? Eu não concordo muito com essa expressão e com essa postura. Porém, eu gostaria de saber se nós temos os dados... São três coisas que eu quero deixar. Primeiro é, nós temos os dados sobre tratando do combate ao tráfico, quantos helicópteros foram apreendidos nos últimos 20 anos de atuação da polícia na Cracolândia? Quantos quilos foram apreendidos no território Cracolândia nos últimos dois anos? Chegam, nos últimos quatro anos, chegam a 39 quilos? Mas nós temos notícia de apreensão de 39 quilos de cocaína em algum lugar por aí. E eu queria saber se no território foram apreendidos, porque a informação que eu tenho do meu trabalho é que as apreensões, em média, por todo o Brasil, são de 40 gramas por apreensão. E eu queria saber se tem 39 quilos apreendidos nos últimos quatro anos de atuação desse governo, que foi um governo extremamente reativo ao usuário de droga lá da Cracolândia. E a terceira coisa, e aí eu vou dirigir ao vereador, e muito em breve, estamos há alguns dias, do deputado estadual Eduardo Suplicy, que eu também sempre o chamo de senador, E aí, quantas petições foram feitas, quantos pedidos de informações foram feitos para a Secretaria de Segurança Urbana para entender o que leva a guarda civil metropolitana, que tem uma lei geral específica que trata dela, dizendo que ela tem que ser essencialmente civil, o que faz ter uma tropa de choque com cães que ficam aqui na frente da Câmara Municipal quando tem uma manifestação de servidores da educação, por exemplo? O que leva à compra de fuzis e ter uma postura totalmente militarizada no território Cracolândia? E não só, mas como nós estamos tratando desse território... Quantos pedidos de informações foram feitos? Quantos de vocês conhecem o regulamento interno, principalmente o regulamento disciplinar da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo? Leiam e depois procurem o regimento do exército. Se vocês acharem alguma semelhança, acreditem. Não é mera coincidência. Então, vereador, deputado, vamos questionar isso? Vamos questionar, vamos levar, vamos trazer dados, porque se é que eu estou errado, e eu acredito que a legalização das drogas, e quando eu falo legalização não é liberar, quando eu falo legalização é

que o Estado seja responsável pela produção, distribuição e tratamento de usuários. Então, distribuição, produção, distribuição e uso da droga. Isso deve ser regulamentado pelo Estado, assim como são tantas outras drogas como a cerveja e o clonazepam. Então, eu acredito mais na legalização do que no combate. Mas, se eu estiver errado e tivermos que combater, quais são os dados que nós estamos usando e quem é o nosso inimigo? Será que o inimigo vai ser sempre aquela pessoa que se parece comigo? e mora em Guaianazes, porque as ordens que vêm da polícia para a ação do investigador de polícia negro, nascido em Guaianazes, de família negra, é para combater alguém que eu vejo no espelho todos os dias, e não o homem, porque assim, Charles, você tem razão, aquilo ali gera muito lucro, aquela miséria Como a Cecília colocou que ali é uma questão de miséria, sim, é uma questão de miséria, mas muita gente lucra com aquilo. Mas será que são as pessoas que estão lá no território? Era isso, gente. Me desculpa por me alongar. Obrigado.

Deputado Eduardo suplicy.

Muito obrigado, Sr. Alexandre Félix, por sua contribuição. Agora vamos dar a palavra à última pessoa que está inscrita. Onde está aqui? Fernanda Penteado Balera, defensora pública do Estado de São Paulo, que está presente virtualmente. Seja muito bem-vinda. E é a última pessoa inscrita para falar nesta manhã. Nós já ultrapassamos o tempo que era de meio-dia, mas vamos ouvir a senhora Fernanda Balera. Fernanda Penteada Balera, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Tenha a palavra.

Fernanda Balera.

Bom dia a todas e a todos. Primeiro, eu gostaria de cumprimentar o vereador e agora deputado e sempre senador Eduardo Suplicy e todos os presentes, todas e todos presentes nessa reunião. Vou ser bem breve para não me alongar, porque eu já tive a oportunidade de fazer uso da palavra em diversas reuniões desse grupo de trabalho. E eu queria, na verdade, fazer coro e reiterar o que o

Flávio Falcone trouxe, que, pela perspectiva da defensoria, que tem acompanhado o território há bastante tempo nos últimos meses também acompanhamos com bastante atenção o que a Operação Caronte fez e, principalmente, a ação que foi feita em relação aos usuários, as detenções arbitrárias, ilegais dessas pessoas é que a gente tem avaliado que o território precisa urgentemente que as forças policiais deixem de atuar como elas estão atuando, na criminalização e reforçando os estigmas e violentando esses usuários, e que o Estado tenha um programa de uma política pública que acho que a gente já tem que ultrapassar o momento de falar que não tem políticas públicas para para aquela região, mas a gente precisa começar a discutir políticas públicas baseadas em evidências e políticas públicas que sejam de fato efetivas para garantir o tratamento, o acolhimento e o cuidado das pessoas que fazem uso abusivo de drogas, que estão hoje ali vagando pelo território e sendo objeto de de objetos de intervenção e não sujeitos de direito. Então, nesse sentido, a Defensoria Pública, assim como trouxe já o Flávio Falcone, entende que a política que precisa ser desenvolvida lá naquela região e que é uma política tanto de segurança, de atenção, de cuidado, de assistência de saúde, é a política de moradia primeiro, garantir um acolhimento para aquelas pessoas e, a partir desse acolhimento, ser desenvolvido o tratamento, ser criados os vínculos que são necessários para que haja um tratamento de saúde efetivo e depois a inclusão em políticas de geração de trabalho e renda, o que não pode ser feito pela porta de entrada da segurança pública e da polícia. Isso foi tentado recentemente na última fase da Operação Caronte. A defensoria teve acesso aos números das mais de 800 pessoas que foram detidas nessa fase da operação e nenhuma delas hoje está em tratamento efetivo de saúde. Então, a política que tem sido desenvolvida no território ao longo desses anos é só de violência, e só de afastamento das pessoas da rede de atenção e cuidado. Então, o agravamento do problema social atinge os comerciantes, os moradores, quem circula e vive pela região. Então, a gente precisa urgentemente de um outro olhar para essas pessoas. E não é um outro olhar baseado em achismo, é um outro olhar baseado em evidências, em políticas públicas que já

foram testadas em vários lugares do mundo e em alguns lugares aqui do Brasil que demonstram que garantir a moradia e o acesso ao tratamento e cuidado a partir da moradia é a forma mais efetiva de lidar com pessoas em situação de vulnerabilidade e que fazem uso abusivo de substâncias. Então, acho muito interessante a gente encaminhar como proposta, passar desse momento dos relatórios desse GTI que fez inúmeras lutas nos territórios, nos equipamentos e constatou coisas bem graves de desassistência e muita violação de direitos, a gente caminhar para a construção de uma política pública que efetivamente atenda essas pessoas, e a Defensoria Pública está à disposição para contribuir nesse debate e poder efetivamente pensar numa solução. Então, muito obrigada. Desejo uma boa continuidade da reunião a todas e todos.

Deputado Eduardo suplicy

Muitíssimo obrigado, Fernanda Penteado Balera, por sua muito positiva contribuição. Eu gostaria de aqui dar uma informação. Hoje, às 11 horas, não pude assistir, deve estar ainda, talvez, acontecendo, já concluído, o governo do presidente Lula e o ministro Wellington Dias, do Desenvolvimento Social, apresentaram novas medidas, em especial o novo programa Bolsa Família, e eu gostaria de lhes dizer, acho muito importante, isso esteja sendo feito, mas na perspectiva de que, ainda durante o governo do presidente Lula, nós tenhamos um progresso em direção à proposição da renda básica de cidadania como um direito universal e incondicional para todas as pessoas, não importa sua origem, raça, sexualidade, condição civil ou socioeconômica, todos deveremos ter o direito de participar da riqueza comum de nossa nação através de uma renda que, na medida do possível, com o progresso do país, será suficiente para atender às necessidades vitais de cada um. A ninguém será negado, mas, como assim, até para o mais bem-sucedido empresário brasileiro, para nós todos aqui presentes, sim. Obviamente, os que temos mais colaboraremos para que nós próprios e todos os demais venham a receber. Com isso, teremos as grandes vantagens de acabar toda e qualquer

burocracia envolvida em se ter que saber quanto cada um ganha, no mercado formal ou informal, eliminamos qualquer estigma ou sentimento de vergonha da pessoa, precisa dizer, eu só recebo tanto, por isso mereço tal complemento de renda. E é do ponto de vista da dignidade, da liberdade do ser humano que nós teremos a maior vantagem. O dia que houver uma renda básica para todas as pessoas, como um direito à cidadania suficiente para atender às necessidades vitais, esta pessoa, ou muitas vezes, aquela pessoa que às vezes, mãe, não tendo como dar de comer, em casa para suas crianças resolve se prostituir para aquele rapaz que, não tendo como auxiliar no orçamento da sua família, resolve se tornar um aviãozinho da quadrilha de narcotraficantes ou tantas outras alternativas, o dia que houver para si e cada membro da sua família uma renda suficiente para atender às suas necessidades vitais, essa pessoa ganhará o direito de dizer não. Agora eu não preciso aceitar essa única alternativa que me surge pela frente. Quem sabe agora, graças à renda básica, eu poderei fazer um curso aqui, numa instituição, na minha cidade, até que surja uma oportunidade, mas de acordo com a minha vocação, é por isso que eu tanto acredito nesta proposição e quero ajudar o governo do presidente Lula a colocar isso em prática. E eu tenho a convicção também de que isso vai ajudar, de fato, a resolver muito a problemática de toda a Cracolândia. Eu acho que eu percebo aqui que há uma... como que uma compreensão desta proposição, na medida, então, que me ajudarem a transmitir ao presidente Lula. Está na hora? Vamos agora começar. Posso contar mais um episódio? No dia 2 de fevereiro, dia de Iemanjá, fui convidado pelo Pai Rodney William, um babalorixá lá de Mairiporã, um dos classificados como um dos 100 homens mais importantes, que mais influenciam o mundo, e ele me convidou para passar o dia 2 de fevereiro de Iemanjá, ali em Salvador. E daí nós fomos levados por ele, umas 90 pessoas, num barco para fazer a homenagem a Iemanjá. Todos nós adquirimos algumas flores e depositamos em uma grande cesta de flores. na metade do caminho, em direção ao outro lado da Baía de Todos os Santos, a cesta de flores foi jogada no mar para Iemanjá, e daí fomos até o outro lado, na chamada prainha, onde descemos do

barco, nadamos e tudo, e ali as pessoas fizeram seus pedidos a Iemanjá. Eu, nadando em meio às demais pessoas e até perguntando, já fiz meus pedidos à Iemanjá, Sim, já fizemos. Posso sugerir mais um pedido? Claro. Então, que possa iemanjá, dar toda a força ao presidente Lula para aplicar a renda básica de cidadania. E todos aceitaram a proposta. No caminho de volta, O Pai Roger, então, fez uma fala agradecendo a todos e tal, e passou a palavra para mim, que também agradeço a todos por terem colocado dentre os seus pedidos a Iemanjá que possamos ter a renda básica de cidadania universal aplicada no Brasil, se possível, ainda durante esses quatro anos do governo do presidente Lula. Então, se vocês acharem bom, podem também pedir, como eu costumo pedir, a Nossa Senhora, a Jesus, mas também a Iemanjá, os orixás, que possamos logo ter no Brasil a renda básica universal. Está bem? Então. Então, acho que é o seguinte, Amanda e Larissa, acredito que possamos concluir agora a nossa reunião. E vou pedir à Amanda que possa, junto com a assessoria, recolher todas as indagações que foram formuladas ao longo da reunião, para que possamos encaminhar aos respectivos secretários mencionados na reunião, e para que, na próxima reunião, eles possam vir, estarem presentes e com as respostas às perguntas e questões formuladas nesta reunião. E então, marcamos para, quando eu, inclusive, já estiver na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, em cooperação aqui com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, para tratar desse assunto e gostaria de dizer que eu vou perguntar, consultar novamente o Dr. Dráuzio Varella, se ele puder fazer uma palestra para nós. Depois eu vou marcar em ele aceitando, porque ele já tinha marcado uma vez, se vai ser na Assembleia Legislativa ou aqui. Mas, se alguém tiver alguma observação, Larissa tem, pode falar.

Larissa Dalkimin Assessoria Deputado Eduardo Suplicy.

Não, a única questão que eu acho. Que eu queria falar é que a gente convidou com antecedência ao governo, em torno de 15 dias, reiteramos o convite depois, depois ligamos, ligamos para as

secretarias. Conseguimos nomes de representantes, porque as secretarias mesmo não viriam, e aí, muito pouco os representantes também não vieram. Então, acho que precisamos pensar juntos. Esse GT, que tem tanta gente envolvida. Tantas entidades importantes, moradores e tudo mais, O que a gente faz para dialogar com o governo? Todo mundo junto. Porque quando você pede uma reunião, você é recebido. Mas a gente tem que pensar como. A gente faz para sentar todo mundo. Todas essas partes inclusivas e diferentes, sentar. Na mesma mesa para ouvir o governo Porque a gente só queria ouvir. A gente não veio aqui para eles ouvirem a gente. Era a gente que queria entender o plano novo. Só entender. Então, acho que é necessário um esforço coletivo. Do Ministério Público, a OAB, a Defensoria, dar uma força nesse processo coletivo de escuta, porque a gente também não está conseguindo.

Deputado Eduardo suplicy

Eu quero informar que, ainda ontem, o líder do governo, Fábio Riva, me disse que não podendo o Sr. Alexis, nem o titular da pasta, comparecerem hoje, porque tinha uma reunião que precisam estar juntos, em outro lugar, que, da próxima vez, para março, eles vão aceitar e estarão aqui conosco. Então, na próxima reunião, eu vou insistir com cada secretário que é importante que eles venham e estejam presentes para colaborar com os propósitos deste grupo de trabalho. Então, eu agradeço muito a presença de todos. Acho que foi uma reunião muito proveitosa. E a Amanda, além das suas perguntas, vai incluir todas as demais perguntas que foram formuladas para as autoridades municipais e estaduais. Parabéns a todos. Muito obrigado.

**2º Reunião; Audiência pública do GTI da Cracolândia, na Assembleia Legislativa de São Paulo
22/06/2023. O Território da Cracolândia e as cenas abertas de uso de drogas em São Paulo.**

Participantes

1. Dra. Taniele Cristina Rui - Professora do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e autora do livro “Nas tramas do crack: etnografia da abjeção”
2. Dr. Marcelo Ribeiro – Psiquiatra e Diretor do Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas (CRATOD) de 2013 a 2023
3. Dr. Arthur Pinto Filho – Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo na área de Direitos Humanos e Saúde Pública
4. Deputada Paula da Bancada Feminista - Vice-presidente da CPI da Epidemia do Crack na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
5. Vereadora Luna Zarattini – Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal de São Paulo
6. Deputado Estadual Eduardo Suplicy - Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
7. Deputado Estadual Guto Zacarias
8. Ailde Portela – Assessora do Mandato do Deputado Enio Tatto
9. Jorge Louco - Ativista do Movimento por Praças, Parques e Espaços Culturais
10. Marcone Moraes - Presidente da Associação Pró Centro
11. Ana Maria - Moradora da Rua Guaianazes, bairro Campos Elíseos
12. Fabio Redondo - Vice-Presidente da Associação Pró Centro

-
13. Antonio Carlos Dela Coleta - Instituto Dela Coleta
 14. Raquel Carvalho - Ex-funcionária do Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas (CRATOD) e moradora da Região Central
 15. João Carlos – Morador do bairro Campos Elíseos
 16. Juliana Borges - coordenadora de advoca-se da Iniciativa Negra Para Uma Nova Política Sobre Drogas
 17. Flávio Campos – Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil
 18. Flavio Falcone - Teto Trampo e Tratamento
 19. Charles Souza - Associação Geral do Centro de São Paulo
 20. Yuri - Morador da Rua Guaianazes, bairro Campos Elíseos
 21. Antonio de Souza - Comerciante no bairro de Campos Elíseos
 22. Danilo
 23. Silvana Perazzoli
 24. Celi Cavallari
 25. Cleiton Ferreira - Centro de Convivência É de Lei e artista plástico (membro do GTI)

Deputado Eduardo Suplicy.

Agradeço a presença dos palestrantes, convido a todos e todas para somarmos esforços e seguirmos juntos nessa importante missão, que é ajudar a produzir soluções para uma questão tão complexa como a Cracolândia. Vamos ter aqui hoje as palavras de três convidados especiais. E eu, então, convido à mesa, para estarem aqui ao meu lado, a doutora Taniele Rui, professora de Antropologia da Unicamp, autora do livro Nas Tramas do Crack. Pode sentar aqui, pertinho. Doutor Marcelo

Ribeiro, médico-psiquiatra, que foi diretor do CRATOD, entre 2013 e 2023. O doutor Arthur Pinto Filho, que é o terceiro convidado, está por chegar a qualquer instante. Convido também para... para estar aqui na mesa, a deputada Paula, da bancada feminista do PSOL e da Rede. Também quero dar as boas-vindas ... Dar as boas-vindas e convidar para estar aqui na mesa da vereadora Luna Zarattini, da Câmara Municipal de São Paulo. Que seja bem-vindo. Primeiro nós ouviremos os convidados e as convidadas presentes. Depois vamos passar a palavra aos parlamentares e ao público. As inscrições podem ser feitas aqui com a minha assessoria presente. A proposta de audiência de hoje é aprendermos mais sobre o assunto, por isso, agradeço à Tanieli, Marcelo e à Artur que compartilham de maneira generosa o seu tempo e conhecimento. E por isso é fundamental aproveitarmos esta oportunidade. Passo então a palavra aos nossos convidados. E podemos sugerir 10 a 15 minutos de fala para cada um. Começando pela... Querida doutora Taniele Rui, professora de Antropologia da Unicamp e autora do livro Nas Tramas do Crack. Tenha a palavra a doutora Taniele Rui.

Taniele Rui (UNICAMP membro do GTI)

Bom dia a todos, todas e todes. Eu queria agradecer o convite do deputado Eduardo Suplicy, saudar os presentes, estou vendo aqui muitos atores que são centrais ao território da Cracolândia, e pedir licença para ocupar esse espaço e também para fazer essa exposição. É uma necessidade discutir nesta casa as ações de dispersão de pessoas que, em sua maioria, são pobres, são negras, têm baixa escolaridade, estão em situação de rua. Muitas sequer chegaram a conhecer o mercado de trabalho, mas conhecem e são bastante conhecidas das carceragens e da prisão. Essas pessoas unidas transportam consigo, pelas ruas do Centro da maior metrópole brasileira, a territorialidade itinerante que ficou estigmatizada como Cracolândia. Esse é um primeiro ponto. A Cracolândia, longe de ser

um território fixo, é um território em fluxo, é junção de espaço e corpo, e é onde essas pessoas estão. Eu sou Taniele Rui, eu sou professora do Departamento de Antropologia na Unicamp e vou fazer uma breve apresentação para que vocês entendam de onde eu falo. Eu conheci essa área estigmatizada como cracolândia em 2009. Eu comecei a acompanhar o trabalho da ONG É de Lei para realizar a pesquisa que resultou na minha tese de doutorado e no livro Nas Tramas do Crack. Depois, entre 2015 e 2016, eu coordenei a pesquisa de avaliação do Programa de Braços Abertos, que foi financiada pela Open Society e está disponível no site da Plataforma Brasileira de Política sobre Drogas. Agora, durante a pandemia, em 2020, em parceria com a Defensoria Pública, nós também realizamos um conjunto de entrevistas com vários trabalhadores atuantes na área e pessoas que trabalham ali no local, para tentar entender o que a gente já identificava ali em 2020 como um desmonte das políticas para a área e uma desassistência das pessoas que ali estavam. Além de ser pesquisadora, eu também sou professora, e acabei acompanhando muitos trabalhos sobre a região da luz, participando de avaliação e banca. Conheci um pouco da produção sobre a região, e eu vou contar um pouquinho disso aqui. Para vocês terem ideia, as duas últimas bancas em que participei, uma foi referente às pessoas que estão hoje morando ali nos prédios que foram edificadas em frente à Estação Júlio Prestes, então, era uma dissertação de mestrado que chamava o pessoal lá dos prédios, e qual é a percepção dos moradores dos prédios sobre a região da Cracolândia. E a outra, agora em março, era sobre o que aconteceu com as pessoas que foram despejadas dos programas e dos hotéis do De Braços Abertos. Onde elas estão? O que aconteceu com a vida delas? Ele teve muita dificuldade de encontrá-las, e algumas das que ele conseguiu encontrar estavam em situação de rua, novamente. Eu tenho poucos minutos, 10, 15 minutos. É um tempo muito breve, mas eu queria, nesse tempo, mais fazer uma contextualização da área. A Carcolândia é aquele tema que quase todo morador da cidade de São Paulo tem algo a dizer sobre, ou que conhece um pouco, mas eu acho importante recuperar algumas questões para a gente fazer uma discussão também mais

qualificada e para a gente entender o que já foi feito, o que não foi feito, quais estratégias são novas, quais estão sendo retomadas. Enfim, a gente pode ir pensando um pouco nessa direção. Como eu disse, eu conheci essa região antes de 2012, mas foi em 2012 que teve talvez a primeira grande operação de dispersão e de desconcentração das pessoas ali nesse território, também sob a justificativa de combate ao tráfico de drogas e com a tentativa de reduzir ou zerar o faturamento dos mercados ilegais que são ali operados. Essa foi a primeira operação em grande escala, e que fez da Cracolândia também um problema público de grande escala e de grande monte para a cidade de São Paulo. De problema urbano e localizado na cidade de São Paulo, o crack passou a ser um problema público e um dos principais temas de debate, talvez, no Brasil, de modo mais geral, e eu dato ali, em 2012, como um ano muito fundamental para isso. Depois disso, é claro que isso foi um tipo de operação que foi muito violenta, mas que também teve uma reação contrária e que também abriu uma brecha para se começar a pensar em projetos mais qualificados para a área ou tentar pensar em projetos e ações de saúde, de atenção para as pessoas que estavam ali no território. Então, em 2013 e 2016 é o tempo do De Braços Abertos no Território. Naquela época tinha o De Braços Abertos, mas tinha também o programa que ainda hoje é o Programa do Governo do Estado, que é o Programa Recomeço. Então, os dois estavam ali atuantes no território e com as suas propostas de atenção e atendimento para a população. Eu só queria frisar que, embora os programas pudessem ter vertentes muito diferentes, na prática, os funcionários estavam tentando modos de conversar, de articular discussões, de fazer trabalho em rede. Inclusive, alguns desses funcionários se intitularam sem ternos, justamente para subverter aquilo que vinha dos gabinetes e, na prática, tentar fazer ações para a população ali no local. Também era um momento em que as forças policiais estavam no território, mas alguns destacamentos da Guarda Civil Metropolitana estavam recebendo formação em redução de danos, e tinha uma inspetoria de redução de danos na Guarda Civil Metropolitana. Acho que esse é um período muito alto de intervenções na região, mas é também um período de

muito conhecimento sobre a área. E aí eu queria colocar um outro ponto que é importante. A Cracolândia não é um tema desconhecido. Ela não é um tema que não é estudado. Esses dias eu fui fazer uma busca no site, tinha mais de 250 artigos sobre a região da Cracolândia. Então tem muita produção sobre essa região, sobre as mais diferentes propostas, um pouco tentando estudar a dinâmica dos usuários, tentando entender as políticas, tentando entender os serviços, tentando entender quais são os processos incriminatórios dessa população. E também, o que eu achei muito interessante, que eu vim acompanhando nesse tempo, é que os trabalhos mais recentes sobre a região são trabalhos produzidos por funcionários. Por pessoas que trabalharam na região e depois foram fazer seus mestrados, e doutorados, estão produzindo reflexões sobre o tema, o que eu acho que é um ponto muito importante. Enfim, eu também queria destacar que tem uma produção artística enorme sobre a região da Cracolândia. Quem não conhece, eu recomendo que veja os filmes. Diga a ela que me viu chorar. Também recomendo que vejam um que está disponível no YouTube, que se chama O Teolaide, produzido pela Débora Diniz, além de um livro que se chama Gargalhando Vitórias, produzido pelo Daniel Melo. Então, tem uma produção também sobre a área e que isso é importante de destacar. Também destaco que teve um período em que teve um fórum intersetorial que articulava trabalhadores de diversas secretarias atuantes ali no território. Eu vou retomar isso mais para frente, mas eu considero importante recuperar um pouco desses momentos, porque eu acho que tem várias coisas em jogo nessa discussão. Primeiro, porque eu acho que, junto com as tentativas de fazer com que essa população não esteja na área central de São Paulo, também está em curso o que eu posso chamar de um extermínio da memória sobre redução de danos na cidade de São Paulo. E os projetos de lei recentes dão conta do que está acontecendo. Depois, porque eu acho, como escreveu o Tiago Amparo, num texto recente, que também chamo Bang Bang na Cracolândia, na Folha de São Paulo, esse texto está publicado, ele diz, é prático dizer que a questão da Cracolândia é complexa. Mas ela é complexa e também ela pode não ser complexa.

Depois eu vou retomar essas questões mais para frente. Porque eu considero que retomar essa memória é fundamental para pensarmos, efetivamente, caminhos mais interessantes a essas pessoas. Eu também queria destacar que, em 2017, teve outra operação policial violenta, que inaugurou as ações da Prefeitura João Dória ali na região. E daí também teve dispersão de pessoas, e as pessoas foram para outros territórios. E, durante a pandemia de covid-19, a prefeitura removeu a população que morava e trabalhava, esvaziando e emparedando quarteirões inteiros repletos de moradia, comércio, pensão e hotel. Foi um período, de fato, de uma grande transformação urbana. E, nessas entrevistas que fizemos com trabalhadores durante a pandemia, um deles falava, agora acho que a Cracolândia vai sair de lugar, porque a paisagem urbana tem muita força. Quando ele viu os prédios sendo construídos de modo muito acelerado, ele falou, eu estou vendo isso aqui e estou vendo que isso vai se movimentar. Foi uma política de terra arrasada que possibilitou esse projeto de transformação urbana da área e esse redirecionamento das pessoas pelo Centro. Nesse período também, eu acho que é forte identificar que a gente tentou um pouco saber onde é que as pessoas que estavam sendo dispersadas estavam indo. E aí acho que tem alguns lugares para onde as pessoas vão sendo colocadas em momentos de grande dispersão. Comunidades terapêuticas, hospitais gerais, Mesmo alguns processos de incriminação, que a gente tem acompanhado muito também aos casos de prisão provisória, mas também tem tido um relato bastante forte das pessoas que estão trabalhando em hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, como o perfil da população que está nesses estabelecimentos tem mudado, e tem tido muita pessoa que está em situação de ruído, usado crack, nesses territórios. Eu também comecei a direcionar a minha atenção para onde é que as pessoas estavam indo, e para entender esses circuitos mais amplos de possibilidade de fazer com que as pessoas saiam do Centro e estejam em alguns desses equipamentos urbanos. E também o que se viu, no período mais recente, foi o desmonte dos serviços de assistência e de proteção. E muita coisa aconteceu. Nessas entrevistas com os funcionários, ficou muito claro várias das questões que foram

trabalhadas. Vários relatos que perderam acesso ao sistema de acompanhamento dos beneficiários. Os trabalhadores ficaram sem supervisão, sem reuniões periódicas, muitos adoecidos, e também o que eles relataram, que eles aos poucos foram perdendo toda a vinculação que eles tinham com as pessoas que estavam ali no território e com as próprias lideranças do fluxo, o que fazia com que os funcionários pudessem adentrar especificamente essa região do fluxo. Uma das funcionárias deu uma definição ótima do que estava acontecendo. Ela falou que começamos a fazer uma clínica da borda. Ficávamos fora para tentar fazer com que as pessoas nos identificassem, chegassem até nós, mas não estávamos mais conseguindo acessar as pessoas ali dentro. Estou falando isso porque tem um processo, e quero chamar a atenção para isso, onde esse fluxo de pessoas tinha muito mais relação com as pessoas que estavam no território e vão perdendo, os profissionais vão perdendo essa vinculação que faz com que eles possam entrar e possam fazer seu trabalho e possam desenvolver o seu trabalho. Também serviços e equipamentos construídos a toque de caixa, tendo a improvisação como política, o território foi também se tornando mais hostil, E a esse processo se desenrolou o que o Achille Mbembe chama de guerra infraestrutural. Ele está chamando esse termo para pensar as destruições das infraestruturas, banheiro, água, comida. Então, um dos serviços que oferecia banheiro, água e comida foi fechado no meio da pandemia, com tudo minguando ali na região. Eu queria colocar algumas questões, já estou com 13 minutos, eu só tenho 15, mas eu queria reforçar alguns pontos. Então, acho que tem um processo, que é um processo que, sobretudo a partir de 2017 para cá, a gente viu a violência transbordar e aumentar com força ali no território, e teve um funcionário que falou o seguinte, que eu acho que é uma questão importante para a gente que também está discutindo, essas questões aqui. Ele falou que a violência coloca uma urgência sobre as políticas públicas. E, daí, fazer política tendo que ficar discutindo violência faz com que a gente não pense em políticas de cuidado, em políticas de atenção, porque toda a nossa política é falar para que a violência não aconteça. Então, a violência vai se pondo como urgência e medidas mais

interessantes e mais eficazes não são apresentadas em períodos de grande urgência. E, nesse sentido, eu quero fechar essa breve contextualização, mostrando, então, que o que se passa é resultante já de um processo mais longo de desmonte de políticas, de desmanche de uma série de trabalhadores que estavam, de certa forma, articulados, e ampliação da violência para variados atores do território. E queria falar duas coisas no final. Primeiro é que eu acho que a questão por que a Cracolândia não acaba deveria ser substituída pela questão por que a Cracolândia continua? E eu acho que tentar responder essa questão de por que a Cracolândia continua a despeito de tanta força contrária e a despeito de tanta violência, talvez uma das questões mais importantes para entendermos um pouco o que se passa naquele território. Eu fui aprendendo, aos poucos, que o consumo de drogas ali ele é muito variável, muito heterogêneo e muito situacional, e revela uma face muito pequena de uma série de outras questões que as pessoas estão enfrentando no seu cotidiano. Enfim, estamos falando, então, que o consumo de crack é muito pequeno, perto do que são as trajetórias de pobreza, de violência, de perdas de vínculos familiares, de fracassos materiais, e também no trabalho, que se articulam ao racismo e se articulam com as desigualdades socioestruturais. Quando estamos falando que o crack tem efeitos sociais, isso não é contexto, isso é concreto, é falar de trajetórias que, ao longo de toda a vida, passaram por variadas situações que merecem ser vistas na sua complexidade. Por último, eu quero colocar, já está acabando, que cada cena de uso de crack implica interações muito diferentes. Eu fiz trabalho em cena de uso do crack no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, por exemplo. E é uma situação muito diferente daqui da Cracolândia, relacionada com o Comando Vermelho. O que está acontecendo nas periferias da cidade é muito diferente do que está acontecendo. Então, eu acho que são situações muito variadas e que é preciso estar atento a essas especificidades. Mas a gente sabe que a política de drogas na cidade de São Paulo, por vezes, é centro-centrada. Então, se imagina que, resolvendo o que está acontecendo ali no Centro de São Paulo, se resolve a política de drogas. E eu já lanço a questão do que está acontecendo nas periferias

da cidade. Quais são as políticas de droga nas suas periferias das cidades? Nós sabemos que muitas dinâmicas acontecendo na periferia têm relação direta com essa... Que podemos chamar de refúgio para as regiões centrais, e isso nem sempre é colocado. Eu tenho um aluno que está estudando quais são as políticas de drogas na região do Grajaú, lá no final de São Paulo.

Ali o que tem é... Comunidades terapêuticas, clínicas clandestinas e cultos de despossessão. Dessas coisas que a gente está falando. E, por último, eu acho importante dizer que o que impressiona e por que a Cracolândia continua, a gente sabe, é essa resistência das pessoas em um território que quer que elas saiam dali a todo momento, há mais de 20 anos, e algo que só é possível porque essas pessoas estão juntas. Juntas, elas também se fortalecem. Nesse sentido, eu acho que é impressionante... capacidade de resistência e de luta por aquilo que a gente pode também entender como vida, que eu gostaria de salientar nesses meus momentos finais mesmo. E eu só queria trazer uma alusão, porque às vezes a gente está falando de drogas, às vezes a gente faz alusões com álcool, ou faz alusões com tabaco, que são bastante disseminados, mas eu queria fazer uma alusão, vou pegar emprestado uma autora, que é a Ana Maribol, com a diabetes. Porque eu acho que talvez pode ser interessante, e muita gente aqui talvez tenha que lidar com as diabetes no seu cotidiano. Mas ela escreve o seguinte sobre diabetes. Ela fala, olha, as pessoas não escolhem ter diabetes, mas isso acontece na vida delas. É um problema que elas enfrentam, ou um conjunto de problemas. As pessoas não escolhem se elas vão ficar medindo a diabetes o tempo inteiro, a glicemia, vendo, ou estão ali lutando com o açúcar que vão comer, com o tipo de carboidrato que vão comer todo dia. Às vezes, elas falham em organizar a vida cotidiana delas, porque, enfim, lidar com isso no seu dia a dia implica variadas organizações. E é possível que as pessoas não vão conseguir dar conta de tudo mesmo tendo essa situação. A Annemarie Moll, com esse exemplo, ela fala, o cuidado é sobre organizações na prática, ele não é sobre escolhas. Então, eu acho que é um pouco pensar isso, quais

são as maneiras mais cuidadosas que a gente pode ter de organizar as vidas e as práticas das variadas pessoas que estão em situação de rua nesse momento. Obrigada.

Deputado Eduardo Suplicy.

Meus cumprimentos, doutora Taniele Rui, professora de Antropologia da Unicamp, por esse depoimento tão significativo. A sua pessoa abraçou essa causa tem estudado em profundidade e a que nos brinda com uma reflexão de grande importância. Eu convido à mesa o doutor Arthur Pinto Filho, promotor de saúde pública do Ministério Público de São Paulo. Seja bem-vindo. Tudo bem? Gostaria de informar que, dentre outras pessoas, estão presentes a Sra. Ailde Portela, representando o deputado Enio Tato, Sr. Bruno Mouro, do Serviço de Cuidados Prolongados em Álcool e Drogas, Boracéia, responsável técnico médico. Bárbara Guimarães, assessora do deputado Rômulo Fernandes, Adriana Apote Teixeira, conselheira titular do CMDCA. Eu passo agora a palavra... Também está presente o Jorge Louco, do Movimentos Loucos por Praças, Parques e Cultura. Acho que eu mencionei Isabela Lemos, da Coordenadoria de Políticas de Drogas da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Passo a palavra agora ao doutor Marcelo Ribeiro, médico-psiquiatra, que foi diretor do CRATOD entre 2013 e 2023. Seja muito bem-vindo.

Marcelo Ribeiro – Psiquiatra e ex diretor do CRATOD – “Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas” de 2013 a 2023.

Muito obrigado, deputado. Agradeço muito o convite. Obrigado pela presença de todos. É um prazer estar aqui para debater esse tema. Rapidamente, eu sou psiquiatra de formação, fiz minha formação acadêmica na Escola Paulista de Medicina, na Unifesp, e passei a dirigir o CRATOD em 2013 e fiquei até março deste ano. Já tinha tido contato com a Cracolândia dois anos antes, tinha feito uma pesquisa, conheci alguns atores que atuavam em algumas ONGs, e, a partir daí, quando

eu assumi a direção do CRATOD, trouxe essas pessoas junto comigo e a gente montou uma história. Vale dizer que o CRATOD já existia há 10 anos, há 11 anos, quando eu cheguei. E, ao longo dos anos, fui aprendendo que ali havia uma história, e aquela história tinha que ser preservada, mantida, valorizada, ao mesmo tempo que essa ideia de montar um serviço 24 horas, que pudesse ser uma porta de entrada para o tratamento intensivo, desde a internação, eu fui entendendo que, mais do que uma porta de entrada, ela tinha que ser uma das portas de saída que os usuários da Cracolândia poderiam ter, se assim desejassem. Acho que foi assim que ele continuou sendo organizado nesta década, entre 2013 e este ano, a ponto de, em um dado instante, ele conseguir atuar em diferentes frentes. Ele oferecia desde banho, teste para HIV, orientação de planejamento familiar para as usuárias lá da Cracolândia, procedimentos até o CAPS 24 horas. Ali realmente era um CAPS 24 horas. A gente tinha médicos 24 horas, enfermeiros, assistentes sociais que recebiam essas pessoas e atendiam essas pessoas sempre que elas necessitavam. Houve uma integração importante com a prefeitura em todas as gestões dela. Claro que lá atrás, com o Programa Recomeço, começou mais aguerrido, mas logo isso se desfez, de alguma forma. Ali a gente amassava barro juntos, ali era um momento em que a gente atuava de maneira muito próxima, e isso foi ficando muito claro depois. É o que a Taniele acabou de dizer. A gente não quer uma solução para a Cracolândia. Ninguém está aqui com ideias que seriam facilmente exequíveis, só não são, porque tem isso ou tem aquilo. Isso é o discurso fácil, é o discurso polarizado. Ideia do cuidado que se dá a partir da oferta de estruturação, acho que é isso que interessa a qualquer usuário, a qualquer um de nós. Antes de subir aqui, estava conversando com a Maria Angélica, ela atuou no De Braços Abertos, contando alguns casos que foram muito bem-sucedidos a partir da oferta de estrutura psicossocial. Eu fui pensando em outros que se beneficiaram de uma internação ou de um cuidado intensivo voltado para a abstinência mais organizada. Por que os dois casos funcionaram? Porque a oferta de estruturação estava acima de qualquer outra questão. Então, algumas pessoas

vão se beneficiar parando primeiro e melhorando depois, outras vão se beneficiar se aprimorando psicossocialmente antes e, em uma determinada hora, enfrentando aquele uso, ou diminuindo, ou realmente falando assim, não posso mais usar porque o que eu quero agora, porque esse uso se contrapõe com o meu patrimônio psíquico desse instante, então eu decido não usar mais. Então, é esse encadeamento delicado, complexo, que se define às vezes em um detalhe, em um sussurro, que faz a diferença. Então, em um dado instante, estava claro para a gente que atuávamos lá no CRATOD, atendendo... A gente chegava a atender mil pessoas na porta de entrada, 24 horas por mês, 1.200, 15 mil pessoas por ano, fora o CAPS, que tinha sempre 900 pacientes fixos e 4.000, 5.000 orbitando de alguma forma, sumindo, voltando, diminuindo a frequência, aumentando. Então, a gente foi montando um tecido ali, sempre... preferencialmente concatenado com o entorno, que foi muito importante. Apesar de eu não falar disso porque não sei o que está acontecendo hoje, o que entristeceu a todos foi que a mudança e o fim do Centro de referência aconteceu na forma de ruptura. Não precisaria ter sido, poderia ter sido uma transição que a gente facilmente organizaria e faria. Então essa foi a coisa mais triste. Mas são escolhas. Eu não vou encher vocês com dados, como a gente que faz pesquisa gosta, mas a gente fez um último levantamento que a gente está analisando e pretende publicar rapidamente. Então eu peguei no final as 9 mil entrevistas que os agentes fizeram com os usuários ali. Entre 2014, que foi quando os agentes começaram a atuar, eram 80 agentes, depois foi caindo, porque a Prefeitura foi assumindo essa parte, então a gente caiu de 80 para 20, depois eles acabaram a abordagem com a gente, acabou pelo Estado, ficou só com a Prefeitura, a partir de dezembro de 2018. Então, nesses quatro anos, a gente entrevistou 9 mil pessoas diferentes. E aquela situação que todo mundo já sabe, eram principalmente homens, por volta dos 35 anos, solteiros, vivendo lá pelo menos um ano. 60% não tinham mais contato com as suas famílias há pelo menos um ano. O que a gente observou? dados muito objetivos, que ajudam qualquer ação, seja ela voltada para a redução de danos, demanda... Obviamente que só funciona se

elas estão juntas. Se você faz separadamente, não funciona, tanto um lado quanto o outro. Mas o que você observou? A gente observou essas pessoas lá. Para cada ano que elas estavam, a chance de elas permanecerem lá aumentava em 3,2%. O número não é importante. Só para a gente entender que, quanto mais ela vai ficando, maior a chance dela permanecer. Exatamente. Exatamente. Tem um outro estudo nosso que aponta que, em cinco anos, um quarto deles morre. Então, é bastante gente. Outra coisa, apesar de ser a Cracolândia, a gente tem dois terços das pessoas usando crack. A gente fez uma divisão muito simples. Como os agentes marcavam X nas substâncias que eles diziam que usavam, a gente fez assim. As pessoas que usam crack e qualquer outra coisa. Pessoa que usa álcool, qualquer outra coisa, menos crack. Pessoa que usa cocaína, qualquer outra coisa, menos álcool e crack. Pessoa que usa maconha, qualquer outra coisa, menos álcool, cocaína e crack. Pessoa que disse que não usou nada nos últimos tempos. O que a gente observou? Dois terços usavam crack. Um terço usavam outras coisas ou não usavam. Estavam lá por outras questões. Essas pessoas, teoricamente, pelo menos, são mais passíveis de abordagens sociais para que saiam. Oferta de moradia, um trabalho de reconexão com a família, oferta de uma frente de trabalho ou de um emprego. Outra coisa que a gente observou. Quem usa o crack tem 3% de chance de estar ano a ano, mas quem usa outras substâncias não tem essa chance. Ou seja, ela se desconecta daquele lugar com maior facilidade. É um dado. A mobilidade é regra na cena de uso. A gente vê, a gente lê nos jornais infinitamente que a Cracolândia tem duas mil pessoas, duas mil pessoas. Eu entrevistei em quatro anos... Eu não, os agentes entrevistaram nove mil pessoas. Você tem outros estudos canadenses, europeus, que apontam que, em média, um quarto das cenas abertas migra em seis meses. Ou seja, não estou falando de um lago, estou falando de um rio. As pessoas passam ali, de um rio que se alarga. Então, as pessoas estão ali, mas elas estão indo e voltando. Então, é uma abordagem, ou é um cuidado que tem que ter essa visão, essa delicadeza. O que todos os estudos apontam? canadense, finlandês, me impressionei ao ver um

estudo de Oslo, onde o pesquisador fala assim, tem duas mil pessoas aqui na cena aberta em frente à ferroviária, não tem mais hoje tanto, mas é um problema que eles entenderam como crônico, que eles lidam de N maneiras. Um outro estudo sueco, que o cara falou assim, a gente mapeou Estocolmo e tem 50 cenas abertas no Centro. Claro, cenas suecas, quatro pessoas, cinco pessoas, porque eles eram uma cena aberta. Mas ele mapeou, falou, tem 50 cenas abertas, que eu localizei aqui, e eu abordo essas 50 cenas. O que fica muito claro é que esse cara que está se desfiliando da cultura original dele e ficando na Cracolândia, como se fosse uma cebola, Então você tem as cartas onde você tem pessoas mais conectadas com família, com emprego, com uma moradia, e pessoas que vão perdendo a moradia, mas ainda tem albergue, aí perde albergue, fica só na cena, não vê família há cinco anos. Essa pessoa é o núcleo da cebola, ela em tese, ela virou só um craqueiro. Paradigmaticamente, ela não é mais nada. Ela não é mais pai, não é mais filho, não é mais empregado. Ela é o cracudo da cracolândia, ponto. Então, são situações muito sérias e muito graves. São pessoas que, a hora que você tira ela da cena, a cultura dela de uso se sobrepõe a tudo aquilo que ela quer reassimilar. Então não era incomum. Os pacientes falavam assim, poxa, doutor, vou conseguir acordar todo dia às 9 para ir no emprego e tal? Não, a gente vai te ajudar, você está na nossa moradia, a gente acorda você. Então são pequenas nuances que vão fazendo toda a diferença para essas pessoas. Não sei se o já estourou o meu tempo. Não, não, nós todos vamos trocar ideias. Então, assim, conforme o uso piora, a mobilidade aumenta, claro. Ele vai perdendo todas as conexões, ele passa a ser um freewheeling, como os estudos dizem. Ele vai circulando e vai se movendo para onde for. Então, a hora que a polícia vai lá e faz um boom, você cria pessoas que ficam rodando. Claro que aí tem outras forças que depois vão organizando, o próprio narcotráfico, eles vão juntando de novo e tal, mas são pessoas que não é espalhando que você vai resolver, óbvio. Você precisa tirar de lá para um lugar onde ela consiga receber uma assistência inicial. Isso é uma outra coisa que ela aponta, que se você não produz situações estáveis, ele volta.

Pode parecer óbvio, mais estáveis e o mais distante possível da cena. Então eu fico pensando o que do programa De Braços Abertos, que era um excelente programa, ficou e não teve jeito de acabar. As moradias mais distantes, que hoje acho que entregam o Seat 3, que é o espaço de moradia já. Então essa pessoa saiu da cena, ela conseguiu reassimilar alguns regramentos, algumas rotinas de não uso, que tornam esse uso menos provável. Ela conseguiu se filiar a outras coisas, como emprego e tal. Ela tem essa moradia que é o CEP, que todos precisamos. Não dá para você procurar emprego e falar assim, eu moro no albergue e tal. Não, eu moro na rua tal, CEP tal, apartamento tal. Isso faz toda a diferença. Então, o estudo também mostrou que quem se reconectava com a família... Esse dado ainda não está totalmente analisado, mas ficou parecendo algo assim. Quem você consegue puxar a família e reconectar, aumenta a chance de sair em 49%. Quando você oferece alguma moradia, aumenta em 200%. Quer dizer, é muito importante que a política de moradia seja a porta de saída principal. Para concluir já, o que sempre salta aos olhos? A gente tem que partir da ideia, como agente público de saúde, como eu vejo a situação. É claro que a pessoa... Tenho o direito de ficar lá, mas, como agentes públicos, a gente precisa pensar assim. Então, o que eu preciso fazer para a pessoa falar assim? Acho que para esse negócio eu vou, eu saio da rua por essa ideia. Porque ou a saúde pública parte também para que ela consiga fazer algo, ou ela parte do paradigma de que aquilo não está certo, não está certo as pessoas ficarem na rua do jeito que ficam, ou a gente não faz o dever de casa, eu não ofereço um bom tratamento, eu não ofereço um bom programa social para moradias, não faço o meu dever de casa nunca. Aí falam assim, ah, então vai usar ali, ou então fica aí usando. Não, acho que não. Acho que, sim, óbvio, essas pessoas não podem ser atacadas no meio da rua, ou simplesmente mudadas de lugar. Mas cabe ao poder público, sim, dizer, olha, o que você está fazendo? O que você está fazendo de efetivo para que essas pessoas não fiquem mais na rua? Ou a gente fica pensando, às vezes, em salas de uso, que eu acho que é uma boa alternativa. Mas acho que, como um filtro, não dá para eu não fazer nada e oferecer a sala de

uso. Eu trago a cidade inteira para uma sala ou para várias, mas eu trago a cidade inteira. Quem quer sair antes disso? Porque muitos querem sair, mas para uma condição digna, não para... Às vezes até para uma comunidade, não tenho nenhuma restrição, mas que não seja só isso, que tenha outras opções, que haja repúblicas, que haja moradias sociais autogeridas. Especialmente para quem já está num estágio de não uso, que faça a gestão do próprio espaço e possa ficar. Tem modelos europeus hoje que o cara fala assim, se você não está mais usando, pode ficar nesse lugar para sempre. É seu. É muito mais barato ele ficar num lugar para sempre, sem usar, do que usando, se machucando, sendo atropelado, assaltando. Isso gera muito mais custo para o Estado do que ele bem em algum lugar financiado pelo próprio Estado. Então, essas são as contribuições que eu queria trazer hoje. Agradeço mais uma vez e muito obrigado.

Deputado Eduardo Suplicy.

Muito obrigado, doutor Marcelo Ribeiro. Acho que o seu depoimento mostra uma vivência muito importante com tudo o que tem acontecido lá na Cracolândia e, tendo passado por diversos governos municipais, então, acho que ele tem uma contribuição muito significativa a dar. Passamos a palavra agora ao doutor Artur Pinto Filho, promotor de saúde pública do Ministério Público de São Paulo. E gostaria de anunciar que estamos já junto conosco e convidei para estar na mesa o deputado Guto Zacarias. Seja muito bem-vindo. Pois não, tem a palavra doutor Artur Pinto Filho. Promotor de saúde pública do Ministério Público de São Paulo.

Arthur Pinto Filho, (promotor de saúde pública do Ministério de São Paulo, membro do GTI).

Bom dia a todos e todas, agradeço profundamente o convite, acho muito importante esses debates na Assembleia Legislativa e cumprimento o deputado Suplicy e assim o faço para todos os componentes da mesa e da nossa plateia. Eu estou acompanhando a Cracolândia desde 2012,

então eu vou fazer um breve relato do que se passou desde então, tentando demonstrar que tudo que não funcionou nesses dez anos está sendo feito atualmente pelo prefeito e pelo governador do Estado. Eles pegaram tudo aquilo que não funcionou e querem fazer, imaginar que vai funcionar agora. Quero dizer, inicialmente, que nós temos vítimas naquela região. As vítimas são os usuários abusivos de droga, os moradores, os trabalhadores e as pessoas que passam pelo Centro de São Paulo. Quem participa, quem vive no Centro, quem trabalha no Centro, percebe o quanto degradado está o Centro por conta de uma política equivocadíssima do prefeito municipal e agora do governador do Estado. Nós começamos a acompanhar a Cracolândia desde 2012, quando se desencadeou uma operação chamada dor e sofrimento. O que era essa operação de dor e sofrimento? Foi dita pelo, então, Dr. Laco, que era o coordenador da saúde mental do Estado. Nós o ouvimos numa ação civil pública e ele disse que ele pensou que, criando dor e sofrimento para as pessoas que estavam na região do Centro, elas iriam buscar tratamento. E, buscando tratamento, na ideia dele, buscando tratamento, iriam se sarar do vício do crack. Então, o que eles fizeram? Num determinado dia, sem nenhuma articulação com a Prefeitura, é preciso que se diga isso, foi uma ação exclusiva do Governo do Estado, então, Policiais militares, com seus cavalos, cachorros, motos, cassetetes e todo o armamento que causasse dor nas pessoas, invadiram a região da Cracolândia e praticaram ali uma série de violências nunca antes vistas na cidade de São Paulo. As pessoas apanhavam na rua, as motos passavam por cima das pernas das pessoas, os cachorros mordiam as pessoas, e à noite, não satisfeito com o horror que fazia-se durante o dia, à noite a Polícia Militar chegava e obrigava as pessoas que ali estavam a fazerem aquilo que a imprensa chamou de procissão do craque. O que era a procissão do craque? As pessoas tinham a obrigação de rodar durante a madrugada inteira, até que, num determinado momento, já exaustas, a polícia militar desligava o giroflex e ia embora, e as pessoas desmaiavam de cansaço. E, de manhã, continuava a pancadaria. É bem possível. Muito bem. Veja, qual era a ideia, então, que esse

governo do Estado tinha? Criando essa violência na rua, as pessoas iam se tratar. E elas, claro, se eu estivesse apanhando na rua, me abrisse uma porta, eu iria. e a porta que abriram era a porta das comunidades terapêuticas. E as pessoas iam para as comunidades terapêuticas, fugindo da pancadaria, ficavam 10, 15 dias na comunidade terapêutica, saíam, voltavam, continuavam a apanhar e iam para outra comunidade terapêutica. A situação chegou a ser tão ridícula que eu presenciei uma senhora e ela falou assim, não, não, eu não quero essa comunidade, eu quero aquela que tem piscina, porque ela já conhecia todas. E se gastou um dinheiro fabuloso com resultado nenhum. O tratamento era trabalho escravo, porrada e reza. Exatamente. Eu não quero entrar muito no que as comunidades terapêuticas fazem, porque a gente abre um outro canal, mas é mais ou menos isso que você falou. Então, se gastou um dinheiro absurdo, até que a gente teve que entrar com uma ação civil pública, exigindo que a PM parasse de fazer a procissão do crack, e saiu a liminar, e as coisas começaram a funcionar e a Cracolândia continuou exatamente como estava, porque a dor e sofrimento, se comprovou que aquilo não resolvia absolutamente nada, as pessoas não iam se tratar por conta da dor e resolver a questão do crack, que é gravíssima com esse tipo de ação. Então, 2012 foi a primeira ação do governo do Estado naquela região da Cracolândia que não gerou nada de bom. Qual é a lição que o governo e os governos não entendem, não praticam? Toda vez que o posto de comando de uma operação na região da Cracolândia for da polícia, está fadado ao fracasso. Fracasso, como foi em 2012, como foi em 2017, como nós vamos ver agora, e como tem sido na nossa história durante dez anos. Ou se aprende essa lição mínima, ou nós vamos continuar fazendo a mesma coisa, com os mesmos resultados. Pois muito bem, 2012 foi esse horror. Em 2014, se criou o De Braços Abertos, que foi um programa muito, muito interessante, que devemos aprender muitas lições, não significa que ele fosse perfeito, mas ele apontou caminhos interessantes, que tem que ser, tem que ser melhor pensados. A gente vai fazendo um programa e vai adaptando o programa, a realidade, aquilo que funciona, aquilo que

não funciona. Mas algumas coisas têm que ser levadas em conta e a gente tem que levar isso para frente. Primeiro lugar, o prefeito, um dia determinado, chamou vários psiquiatras, várias organizações sociais, chamou o Ministério Público, a Defensoria, o Judiciário, criou uma mesa com 30 pessoas e perguntou como fazemos para melhorar a situação da Cracolândia. Não para resolver, porque quem fala que vai resolver a questão da Cracolândia em dois, três meses é um piadista, é uma coisa absurda. Como é que a gente faz para iniciar um processo ali? E muita gente deu o palpite, cada um na sua área, e alguém falou, olha, é preciso que a gente ouça as pessoas que ali estão. Imaginar que as pessoas sejam zumbis é um equívoco. Ali a liderança, não digo liderança do tráfico, não estou falando de liderança do tráfico, estou falando de liderança do usuário. Não estou falando de liderança de tráfico, porque aí é coisa de polícia. Estou falando da liderança das pessoas que... Não, meu amigo... Não, essa conversa, eu já cansei de ouvir. Se vocês me ouvirem... Por favor, vou.

Deputado Eduardo Suplicy.

Só um momento, por favor. Vou pedir que não interrompa o orador para que ele fale o prazo combinado e depois será dada a palavra aos presentes, está bem? E, assim, por favor, vamos respeitar, porque vamos ter outras oportunidades para ouvir a todos os segmentos, está bem?

Arthur Pinto Filho, (promotor de saúde do Ministério Público de São Paulo, membro do GTI).

Esse programa De Braços Abertos criou algumas questões que são importantes. Em primeiro lugar, as pessoas poderiam trabalhar e receber alguma coisa. Segundo, como disse o colega que me antecedeu, havia uma possibilidade de moradia. Enfim, esse programa foi destruído em 2017. E eu explico como aconteceu isso. Assim que o prefeito Doria sumiu, ele chamou o Ministério Público, o Judiciário, a Defensoria, várias pessoas, e disse o que ele pretendia fazer. Ele pretendia criar uma

zona sanitária na região central, e achava que entraria com o PM e uma assistente social, falaria com a pessoa, a pessoa diria o que queria e a pessoa, então, seria encaminhada para aquilo que ela dissesse. Nós mostramos que isso não seria adequado, daria problema. E ele, corretamente, então falou, bom, vamos fazer então uma reunião de várias pessoas para fazer um programa. E se fez esse programa, que chamava-se Redenção. Não é esse que está aí, não tem nada a ver com esse que está aí. Se pegava o que deu certo do De Braços Abertos, se pegava o que deu errado na dor e sofrimento e tentava fazer um programa que apontasse caminhos corretos para a região central da Cracolândia e de São Paulo. Muito bem. Esse debate foi objeto de várias reuniões, alguns dos colegas que estão aqui participaram, como a Angélica, com secretários, secretários da Assistência Social, Secretário de Saúde, enfim, vários secretários da Prefeitura, e se fez o Programa Redenção. O Programa Redenção foi encaminhado ao prefeito, e o prefeito nos retornou no dia 17 de maio de 2017, dizendo que topa o programa. Esse programa está ótimo, vamos implementar o programa". Foi uma alegria. Foi numa quarta-feira que ele mandou esse programa de volta. No domingo, novamente o Governo do Estado, sem nenhuma articulação com a Prefeitura, que não sabia o que estava acontecendo, coloca 900 policiais civis na região da Cracolândia, prende três ou quatro microtraficantes e gera uma situação muito grave na região. Muito bem. Novamente, o programa Redenção não foi colocado em vigor, diante daquela violência, o governo Dória recuou, o programa Redenção nunca foi aplicado conforme foi pensado, por conta de uma ação que não gerou absolutamente nada com 900 policiais na região da Cracolândia em 2017. Nós tivemos a ideia da internação compulsória, que era uma barbaridade, a ideia que foi colocada no papel era que as pessoas que estivessem passando na região central e alguém imaginasse que fossem usuários, eles seriam presos, agarrados, levados até uma barraca em que estaria um psiquiatra, e o psiquiatra ia determinar a internação e mandar para um juiz achando que isso seria razoável. Não foi. Muito bem. O que aconteceu em março de 2022? Agora, em março de 2022, houve o que o prefeito disse que foi pensado, que era o espalhamento da

Cracolândia. Então, a Cracolândia, que se reunia num pequeno pedaço ali da região, ela foi espalhada para a cidade e gerou o que vocês estão sofrendo. Evidentemente. Não estou aqui dizendo que isso não gera sofrimento aos moradores. É evidente que quem mora, é evidente que gera. E espalhou a Cracolândia pela região Central. Diz o prefeito. Não, isso facilita a abordagem dos assistentes sociais. Nós chamamos os assistentes sociais. Quatro altos dirigentes da Secretaria de Assistência Social. E eles falaram, não é verdade, isso atrapalha o nosso trabalho. Nós não conseguimos falar com as pessoas. Aliás, nós nem sabemos onde as pessoas estão. Um dia estão num lugar, outro dia estão no outro, e nós não temos mais contato com elas. E deram uma informação que é importante que vocês saibam. Deram a seguinte informação. Eram pouquíssimos assistentes sociais que ganhavam R\$ 1.900,00 para trabalhar de segunda a sexta, das sete às dez da noite. Evidente que qualquer ser humano que tem dois neurônios, que se arruma um outro emprego, ele sai dali. Então há uma rotatividade na assistência social e não há ligação que é necessária entre a assistência e o usuário. Essa relação de confiança não existe, porque com esse salário todo mundo sai. Então o que aconteceu hoje na cidade de São Paulo é o pior. O que existe de concreto na região? É a polícia. Mais nada. Não tem mais nada. O pouco que tem é de polícia. Veja, é GCM, que eu falo Polícia Sentido Geral. É a polícia. Muito bem. Imaginar que a polícia vai dar conta de uma situação como essa é um sonho de uma noite de verão. Eu vou dar um exemplo da situação da Caronte. Eu sei que vocês acham a Caronte interessante, mas eu vou dizer o que aconteceu com a Caronte. A Caronte começou a prender usuário. Vamos, vamos, vamos. Muito bem. Levava-se isso ao judiciário, e o judiciário arquivava... Não sou eu que arquivo, não, eu sou promotor da área civil, eu estou falando dos promotores criminais. Os promotores arquivaram de pronto. Por quê? Porque não havia prova de que a pessoa estava com droga, porque cachimbo não prova isso. Então, todo aquele forfê que foi feito não gerava nada. A pessoa ia até a delegacia de polícia, levava-se até o fórum e o fórum arquiva. Então, vejam, nós precisamos entender que soluções mirabolantes não vão funcionar. Então, vejam,

o governo do Estado apresentou um projeto, esse projeto não sai do papel. Eles diziam, vamos contratar 200 profissionais especializados na drogadição para fazer articulação com os usuários. Vamos pagar 1.200 de aluguel para 5 mil famílias. Nada. Vamos criar 600 unidades habitacionais. Nada. A única coisa que fizeram foi o equívoco. Foi o equívoco que o doutor Marcelo acaba de relatar aqui. Foi virar o CRATOD de uma situação, que estava indo muito bem, para uma situação nova, que ninguém sabe o que vai acontecer. Eu participei de uma reunião no CRATOD, logo depois da saída do doutor Marcelo, com os dirigentes que já estavam. E durante a reunião veio a representante da Secretaria de Estado da Saúde, a doutora Magali, que é uma excelente pessoa, excelente profissional. Uma das melhores que nós temos. E nós falamos, doutora Magali, é preciso que faça transição. Não é possível mandar todo mundo embora do CRATOD e trazer uma equipe do zero, porque há uma história de dez anos que o CRATOD está ali, que conhece profundamente a região. Ela se comprometeu a levar esse pleito aos dirigentes, mas isso não foi feito. Claro que não foi a doutora Magali que não fez isso, foram as instâncias superiores a ela que não deixaram haver essa transição. Então hoje nós estamos na pior situação de todos os tempos da região Central. Eu trabalho na rua Riachuelo. Eu trabalho na Riachuelo há 15 anos. Eu nunca vi nada parecido no Centro, lojas fechando, comércio fechando, restaurantes fechando, centenas e centenas de lugares com a placa de aluguel. Por quê? Porque esse espalhamento que foi feito foi um horror. Está errado, não é preciso fazer isso. Nós conversamos com o governador, nós conversamos com o prefeito, falamos, não é possível fazer isso. Fechar todos os serviços. Não tem banheiro, não tem água, não tem nada. As pessoas são tratadas como bichos, como é que isso vai dar certo? Em algum lugar do mundo isso deu certo? E não adianta fazer conversinha fiada de prefeito que vai resolver o problema colocando polícia lá, porque não vai, é mentira. vai resolver o problema ouvindo os profissionais, ouvindo a população e criando uma política pública decente para a região central. Não o que está sendo feito hoje, que coloca os moradores contra os usuários, os usuários contra os trabalhadores, os

trabalhadores contra os moradores. E quem lucra com isso politicamente? Não são vocês, não sou eu, não é ninguém que está na mesa. Entendeu? É quem está no poder. Então, é isso que eu... É evidente, mas vejam, eu não quero entrar na questão do tráfico, mas o tráfico existe na cidade inteira. E o tráfico é comandado no Estado pelo PCC. Quem não sabe disso? Não é só na Cracolândia, é no Estado inteiro, é nas cadeias. A cadeia é comandada pelo PCC, não é mais o Estado que comanda a cadeia. Então, não vai imaginar que vai resolver o problema do PCC na região central. Querido deputado, era isso que eu queria falar, o senhor me desculpe o desabafo, mas é o que eu tenho a dizer. Muito obrigado.

Deputado Eduardo Suplicy.

Caro doutor Arthur Pinto Filho, o seu depoimento também é de extraordinária importância, porque tem estudado e vivido o problema da Cracolândia muito de perto, e nos deu um depoimento muito significativo. Quero dizer que eu era vereador quando houve aquela operação com 900 policiais, acho que era um sábado ou domingo, me ligaram às sete da manhã, por favor, venha logo aqui, a Alameda Dino Bueno, com a Rua Helvetia, e eu assisti, durante toda aquela manhã, os 900 policiais expulsando as pessoas que estavam em barracas, das mais diversas formas, e o prefeito disse, ao término daquela operação, que acabou a Cracolândia, é só que ela continua. Então, eu quero informar que também estão presentes Juliana Borges, da Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas, e a Juan Oliveira, pesquisador da Clínica de Direitos Humanos, Luiz Gama. Quero também informar que estou sendo aqui assessorado por Maria Angélica Comis, Amanda Amparo, Flávia Rolim de Andrade, pessoas da minha equipe e da liderança do PT que têm procurado ajudar o bom andamento. E quero dizer algo, eu ontem conversei com o deputado Major Mecca, que está presidindo a CPI sobre a questão do crack. Então, como nós temos aqui também esse tema da

Cracolândia como algo muito importante, e, mais do que isso, quando eu era vereador, fui vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, fiz um entendimento com a Comissão de Direitos Humanos aqui, da Assembleia Legislativa e fizemos, no ano passado, mais de sete reuniões, pelo menos. Então, gostaria que esta comissão continuasse a ter um bom entendimento com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo. Vamos fazer reuniões conjuntas. E eu queria agora dar a palavra à vereadora Luna Zarattini, que é a presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de São Paulo e que continuará, portanto, a ter essa colaboração com esta comissão. E, com o Major Meca, conversei com ele de ter uma reunião com ele para estar unindo os esforços, tanto desta comissão quanto a da CPI, para estarmos interagindo. O Major Meca é presidente da Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa, então, que está justamente realizando audiências sobre a Cracolândia. Tem a palavra a vereadora Luna Zarattini.

Vereadora Luna Zarattini

Bom dia a todos e todas. Bom dia a todos que estão assistindo a gente aqui pela TV Alesp. Bom dia a todos que estão presentes aqui e que, creio eu, têm muito interesse em debater essa questão. Queria saudar aqui a mesa, começando aqui pela deputada Paula, da bancada feminista, saudar a professora Taniele, saudar o promotor Arthur Pinto Filho e saudar também Marcelo Ribeiro, promotor, e também iniciar essa minha fala saudando o deputado estadual Eduardo Suplicy, que tem proposto esse debate há muito tempo na cidade, aqui no Estado, e que nessa audiência pública faz algo muito importante, que é a sequência de trabalhos em relação a esse debate sobre a Cracolândia. Eu me chamo Luna Zarattini, sou vereadora na cidade de São Paulo e atualmente sou presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania comissão que o Eduardo Suplicy presidiu e que fez um trabalho muito importante para a nossa cidade, seja em relação à Cracolândia, seja em relação à

população em situação de rua, seja em relação à violação de direitos humanos na nossa cidade e que eu tenho muito orgulho de hoje presidir e levar esse legado. É muito difícil, eu acho que todos aqui vão cuidar comigo, da gente continuar as políticas públicas. Passa eleição, muda governo, muda os vereadores, os deputados, e a gente tem muita dificuldade de continuar progredindo em debates e em políticas públicas. Mas o Eduardo Suplicy, nosso deputado, continua esse debate aqui e faz muito bem à gente constituir novamente o grupo de trabalho intersetorial entre a ALESP e a Câmara. Então é muito importante o prosseguimento desses debates e dessas discussões. A professora Taniele trouxe aqui uma pergunta que eu acho que é muito importante, que muitas pessoas fazem. Por que a Cracolândia não acaba? Acho que é uma pergunta que passa na cabeça de todo mundo, porque o que a gente observa quando a gente está na Cracolândia é uma série de violações de direitos humanos. Não é algo que é nem um pouco comemorável e a gente precisa falar sobre isso. E a professora também trouxe que existem vários estudos, que existem várias discussões, que o conhecimento é muito vasto, mas falta vontade política da gente conseguir conduzir esses trabalhos, da gente conseguir conduzir essas discussões. E acho que porque a Cracolândia não acaba, realmente é um problema complexo e junta muitas coisas. Primeiro, existe uma disputa territorial muito grande do mercado imobiliário naquela área. Existe um processo enorme de higienização social promovido atualmente pela Prefeitura de São Paulo e também pelo governo do Estado de São Paulo. Existe também um aumento da vulnerabilidade social. Nos últimos anos, a gente viu um aumento da fome, da miséria, do desemprego, da redução das políticas públicas, dos serviços públicos, da privatização, da terceirização. Então, aumentou demais a vulnerabilidade social, gerando um caos social, porque a gente viu o Brasil empobrecer e o Brasil, de fato, retroceder muito. A gente também pode e deve trazer um outro elemento do porquê a Cracolândia não acaba, e que eu acho que é preciso estar registrado aqui nessa audiência, que é a questão do racismo estrutural. Se fossem pessoas brancas que estivessem ali naquela cena de uso e tudo mais, eu tenho certeza que não teria essa ação muitas

vezes truculenta das polícias. E eu acho que é preciso a gente registrar isso. Eu acho que uma outra coisa também, e que foi trazida aqui, é que é um espaço lucrativo. É um espaço lucrativo para o tráfico, é um espaço lucrativo para quem está se beneficiando daquele espaço. E, muitas das vezes, as respostas que vêm são atacando as pessoas que estão em uma situação muito vulnerável naquele espaço. Então, com a ação policial truculenta, com tentativas de expulsão dessas pessoas, de dispersão dessas pessoas, e aqui foi trazido muito bem, aqui pelo psiquiatra Marcelo também, de que essas ações de dispersão acabam descontinuando políticas públicas por exemplo, da assistência social. Então, existe uma rotatividade muito grande daqueles agentes, das pessoas que estão atuando, mas essa dispersão também acaba com que a gente não consiga acompanhamento, e fazer um acompanhamento, um acolhimento é muito importante. E aí, eu acho que aqui a gente traz algumas discussões e caminhos de como a gente pode tratar essa questão de uma outra forma, com outro olhar. Primeiro, a gente precisa entender que as pessoas que estão ali naquela região central são pessoas, são sujeitos de direito. E é preciso a gente ter um olhar humanizado, é preciso a gente ter um acolhimento dessas pessoas e é preciso que a gente garanta direitos. E garantir direitos é garantir políticas públicas de qualidade. Políticas públicas integradas. A gente já viu o que foi o De Braços Abertos e também resultados positivos disso. Então, com a política pública integrada, de moradia, de saúde, de educação, de geração de emprego, por que não de cultura, a gente viu casos de pessoas que estavam naquele espaço e que hoje produzem até atividades e projetos. Por exemplo, um projeto que eu conheço, que atua ali na Cracolândia, que chama Tem Sentimento, de mulheres trans que saíram das ruas, que saíram da drogadição e que hoje têm geração de renda através de venda de camisetas, de produtos, e isso faz com que essas mulheres hoje possam atuar ali na Cracolândia também acolhendo pessoas, e eu acho que isso é a coisa mais incrível que a gente pode ter, ver como as políticas públicas podem mudar a vida das pessoas, e mudam mesmo, faz muita diferença. E eu acho que aí a gente precisa entender que tem políticas públicas que podem ajudar, e a gente sabe que é um

caminho enorme para, de fato, a gente ter resolução dessas questões, mas é isso. O que existe hoje, não é adequado. Hoje, por exemplo, não existe nenhum investimento grande em políticas de inteligência da polícia. Isso não existe. Existe hoje uma truculência em muitas ações policiais. Existe hoje uma tentativa de fechamento de equipamentos e de não resolução de soluções que possam diminuir a vulnerabilidade social. Por exemplo, em três meses de mandato, a primeira ação que a gente teve que denunciar da Prefeitura de São Paulo com o Governo do Estado foi o fechamento do Bom Prato dos Campos Elíseos, que atendia 4.600 pessoas por dia. Por que fechar um Bom Prato? Por que fazer uma política... Veja bem, Bom Prato não foi uma política feita num governo do meu partido. Por que fechar uma política pública dessa? Porque existe uma política de higienização, de tirar as pessoas desse lugar. Então, fechamento de Bom Prato, não atendimento da carência habitacional na cidade de São Paulo, não atendimento de políticas públicas de assistência social. Hoje, nos postos de saúde aqui, na nossa cidade, não tem sequer dipirona, as pessoas pegam as filas enormes. Não existe uma política de emprego, de renda. É por isso que o caos social, que hoje vivemos em São Paulo e no Estado, tem nome, tem sobrenome e tem ação política para isso. Então é preciso que a gente entenda que as políticas públicas hoje feitas não resolvem. E se a polícia resolvesse, se a ação de truculência resolvesse, que é o que existe, e a gente pode discutir mais ou menos aqui, mas é o que existe, não resolve também, porque não resolveu. Então é preciso que a gente faça um debate sincero, um debate que a gente seja amplo, que a gente traga à sociedade civil, que a gente faça uma discussão, mas que, por favor, a gente tenha um olhar humanizado, e trate aquelas pessoas como pessoas, porque quem teve a oportunidade de estar presente naquele espaço sabe o quanto é importante o acolhimento, sabe o quanto é importante políticas públicas integradas e sabe o quanto é importante a gente buscar que essas pessoas tenham dignidade e que a gente atinja quem realmente está lucrando com tudo isso. Que não são as pessoas que são usuários que estão ali na cena, não é a população de São Paulo, não é quem pensa política pública e quem está ali, de fato,

fazendo um atendimento, um acolhimento adequado para aquelas pessoas. Contem comigo, e aí terminando, agradeço novamente o convite aqui do deputado Eduardo Suplicy. Contem comigo, como presidenta da Comissão de Direitos Humanos, para a gente olhar para essa questão e trabalhar muito em relação a essa pauta aqui na cidade de São Paulo. Muito obrigada e parabéns por essa audiência.

Deputado Eduardo Suplicy

Muito obrigada vereadora Luana Zarattini. Vamos continuar a nossa colaboração entre as Comissões de Direitos Humanos da Câmara Municipal e da Assembleia Legislativa. Levante a mão Maria Angélica Comis, só para que todos vejam. Ela está inscrevendo os que desejam usar a palavra. Queria convidar o deputado Enio Tato, que está aqui presente também, para se sentar à mesa. Primeiro inscrito? Agora vamos passar a palavra à deputada Paula, da bancada feminista. Tem a palavra.

Deputada Paula Nunes da Bancada Feminista

Bom dia, bom dia a todas, todos e todes aqui presentes. Eu sou a deputada Paula, da bancada feminista, sou vice-presidenta da CPI do Crack, que está instalada aqui nessa casa, e também membro dessa Comissão de Direitos Humanos aqui na ALESP. Bom, quero falar sobre esse assunto, a importância que tem esse assunto. Ontem, na CPI do Crack, nós recebemos o vice-governador Felício Ramuth. Ele foi convidado para a CPI e trouxe uma perspectiva que é uma perspectiva, o vice-governador, todo mundo sabe, é o responsável atualmente pela existência do HUB de álcool e outras drogas onde funcionava o antigo CRATOD, e ele pintou um cenário de Centro de São Paulo que é um cenário de Centro de São Paulo que, infelizmente, não existe. Eu gostaria muito que o cenário do atendimento, do acolhimento, que o cenário da segurança pública pintado por ele fosse

um cenário que, de fato, existisse. A verdade é que, apesar de, supostamente, os dados de segurança dizerem que a região central teve uma diminuição grande do número de furtos, do número de roubos, a sensação de percepção de segurança de todas as pessoas é uma sensação de percepção de segurança que não é real. E digo isso porque todo mundo falou aqui sobre como o Estado de São Paulo tem apostado com força na segurança pública como a única forma de lidar com o Centro de São Paulo, com a região conhecida popularmente como região da Cracolândia. Mas nem isso tem funcionado. Nem isso tem funcionado porque, como o promotor Arthur disse aqui muito bem, não é isso que vai fazer funcionar essa questão. E digo isso porque o Estado tem apostado muito, em conjunto com a Prefeitura, na tática da dispersão, que é defendida por eles como uma forma de resolver o problema. E eu, como uma mulher cristã, aprendi, e levo isso para a política, que a gente não resolve um problema só porque ele desaparece da nossa frente. Não é porque a Cracolândia não está na porta da nossa casa que ela deixa de ser um problema para a cidade. Pelo contrário, o que a gente precisa é pensar de que forma, de fato, as políticas públicas vão pensar num acolhimento, num tratamento e numa forma de lidar com essa questão que existe há quase 30 anos aqui no Estado. E a segurança tem se mostrado como uma forma de não resolver, não agora, desde a Operação Dor e Sofrimento já tem mostrado que não é uma forma de resolver, mas o fechamento de equipamentos públicos, que eram fundamentais, têm sido combinado com esse fator, que é apostar com força na segurança. E esse é o grande problema atualmente no Centro de São Paulo. É o fechamento de equipamentos que atualmente existiam, o equipamento do Atende, o Bom Prato, entre tantos outros, a quantidade de pessoas que foram despejadas dos hotéis e tantos outros, e uma aposta em uma segurança pública truculenta que faz as pessoas ficarem rodando por horas, a noite toda, sem poder parar em um único lugar, achando que isso vai resolver a Cracolândia. E, repito, não é porque não está na porta da nossa casa que não existe. E o que aconteceu foi que o que antes existia, que era uma tática, de reunião das pessoas para melhorar o atendimento, não existe mais. E hoje essas

peças estão dispersas por inúmeras regiões da cidade. E hoje não existe mais uma única região da Cracolândia na cidade, mas sim dezenas de regiões da Cracolândia na cidade de São Paulo. Quero terminar falando sobre outras duas táticas que eu considero equivocadas do governo do Estado para que a gente possa debater aqui, Senador, nosso sempre Senador. A primeira, a tática equivocada de prisão de usuários de drogas. Na legislação brasileira não existe prisão de usuários de drogas. Isso não existe. E o governo do Estado apostou na prisão das pessoas que eles chamam de lagartos, e não no foco Central, que seria o foco no combate ao tráfico de drogas. Existe ainda, para além disso, diante de uma questão, um problema grande de segurança, todo mundo viu também nas notícias recentemente, o aliciamento por parte da Guarda Civil Metropolitana, que cobra dos comerciantes altíssimos valores para que os seus comércios estejam seguros. Para além disso, também denúncias de empresas de segurança, provavelmente chefiadas por policiais militares, empresas de segurança privadas, que também estão fazendo o mesmo na região conhecida como região da Cracolândia. E quando a segurança privada entra, é porque a segurança pública falhou. Então a segurança pública, repito, a única aposta do governo do estado atualmente, não tem funcionado. E finalizo com o tema das comunidades terapêuticas. Nós vimos pelos dados apresentados pelo vice-governador ontem, que metade das pessoas que foram acolhidas pelo HUB foram encaminhadas cerca de 750 pessoas para as comunidades terapêuticas, que não é rede pública de saúde. Não se fala da RAPS, não se fala da rede de atendimento psicossocial, dos CAPS e do atendimento público, mas sim prioriza contratos milionários para dar dinheiro para comunidades terapêuticas que são amplamente denunciadas por violações, por torturas e por práticas de terapias que não funcionam em lugar nenhum e nunca foram recomendadas pela Tática de Saúde. Infelizmente... Exatamente. Então, infelizmente, o governo do estado e a prefeitura estão errando muito, precisam ser responsabilizados com relação a isso, e nada melhor do que tratar essa questão com cientificidade, como essa mesa fez. Obrigada, Senador.

Deputado Eduardo Suplicy

Alguém mais quiser se inscrever, Jorge, Marcone, Fábio Redondo, Raquel, João Carlos, Flávio Campos, Antônio de Souza, Juliana Borges, Danilo, Alexandre Araújo, Charles... Desculpe, esqueci do Yuri, que é o terceiro. Celica Valari, Silvana Perassoli, Maurídez Ribeiro e Cleiton Conceição. Então, eu vou passar... Era para retirar. Vou dar a palavra, então, para o Jorge.

Jorge Louco - Ativista do Movimento por Praças, Parques e Espaços Culturais

Jorge Louco. Louco, não doente mental normal ou normótico doente mental. Articulador, mais dor do que articulador. Arte do movimento Louco, sub praças, parques, ruas e cultura. Eu sou morador de rua, eu não estou em situação de rua. O movimento tem uma inspiração, mais inspiração do que Inns, em um filósofo grego que mandou Alexandre o grande à merda. Vejam na Wikipédia, chama-se Diogenes de Sinope. Era um filósofo mendigo. É o maior expoente da filosofia cínica. O senador... Ex-senador, que tem um surto de vez em quando de cantar em espaços parlamentares, deveria ter começado esse evento com um poema do Carlos Drummond de Andrade, coisa que eu vivo brincando com meus colegas de rua, que são usuários de crack. Eu digo assim, o problema de vocês é que vocês passaram a recitar compulsivamente, dia e noite, o poema do Drummond. No caminho tinha uma pedra, no caminho tinha uma pedra, no caminho tinha uma pedra. Gente, me avisaram que eu só tenho três minutos. Eu tenho que fazer uma ressalva, aí o doutor aqui vai me referendar, ele vai assinar embaixo. Alguns psiquiatras, alguns psicólogos costumam dizer, mas não provam, que eu sou bipolar, se eu sou bipolar, eu tenho direito a dois. Eles passaram 15 anos discutindo DSM e assírios da vida. E, mesmo depois da provada, continuam discutindo e tentando patologizar comportamentos, outros dizem que eu sou esquizofrênico. Caso vocês não saibam, esquizo em grego significa cindido, quer dizer, no mínimo dois, então, eu tenho direito a quatro vezes o número de falas. Mas eu sou louco, mas não sou idiota e não sou tão... Eu vou tentar

restringir. Vou começar aqui pela doutora Dawni Kamp, a antropóloga. A senhora, talvez, nas suas pesquisas, deve ter tropeçado, não numa pedra, mas na epidemia de gins do século XVI ou XVII, em Londres, que é fichinha frente... A epidemia foi muito maior. A epidemia de crack aqui... Recomendo, se não tropeçou, que tropece. O doutor aqui presente, psiquiatra, psiu, tome um choquinho, tome um tajá pretinho, deve conhecer o Eliseu Carline, que coordenou o setor de adicção de drogas listas e listas no Ministério da Saúde, lá na área da saúde mental. E o Eliseu, em um artigo publicado em uma dessas revistas científicas, diz que mais de 15%, e atualmente nessa sociedade doente mental, segundo o Foucault, que nós vivemos, é maior o índice de pessoas, devido ao seu sistema bioquímico, que tomarem um gole de álcool, fumar uma pedrinha, um baseadinho, vão ficar adictos. E não tem cura. E eu queria... Eu tinha muita coisa para falar, mas eu vou tentar finalizar com uma coisa básica, que Foucault e o Ângelo Gaiarsa diziam. Nessa sociedade em que nós vivemos, de origem religiosa judaico-cristã, cultural e filosófica grega, no sistema capitalista da modernidade, é uma fábrica de doença mental. O crack na rua e a epidemia de doença mental é sintoma, gente. Está tudo errado. Convido vocês para irem viver comigo na rua. Eu vivo na rua. Não pago aluguel, não pago telefone, não pago condomínio. Em Brasília, eu sou morador de rua de Brasília, na Asa Norte, no plano piloto. Eu durmo na Universidade de Brasília. Eu como comida vegana a R\$80 o quilo, que me dão almoço e janta. Venham viver na rua com a gente. E não tropeçando em pedras, por gentileza.

Deputado Eduardo Suplicy

Muito obrigado, Jorge Louco. No caminho tinha uma pedra, um dos mais belos poemas de Carlos Drummond de Andrade. Muito bem. Marcone Moraes. Já diz o nome do próximo, Maria Angélica?

Marcone Moraes - Presidente da Associação Pró Centro

Olá, boa tarde a todos. Queria agradecer ao Suplicy o espaço de fala. Apesar de achar pouco democrático a gente só ter três minutos cada um de nós, mas como teremos mais audiências, espero poder participar. Meu nome é Marcone Moraes, como já disse, sou presidente de uma associação chamada Pro Centro. A gente atua no centro já como moradores e trabalhadores do Centro há cerca de 10 anos, estou lá desde os meus 7 anos de idade, e a função do Pro Centro é justamente isso que a gente está fazendo aqui, a gente surgiu para poder diminuir o espaço entre o legislativo, o executivo, o judiciário e a população. Existe uma população que, para mim, não tem diferença, que está sendo explorada pelo tráfico de drogas, pelo PCC. E isso não pode ficar fora da análise de nenhum de vocês. O PCC escraviza as pessoas, o PCC manda quebrar carros que passam filmando o fluxo. E eu não gosto nem de usar Cracolândia. Sabe por quê? Porque a gente tem uma condição humana de criar alguns arquétipos na cabeça, então, quando a gente fala Disneylândia, a gente lembra do parque. E aí você fala, mas o que as pessoas estão fazendo lá? Elas estão lá para se divertir. Quando a gente fala Cracolândia, você imagina um grupo de pessoas, mulheres, homens, brancos, negros, etc., crianças mas você não consegue imaginar O que é aquilo? Agora, quando a gente fala Mickey Mouse, estou indo lá para ver o Mickey, aí você fala, opa, estou lembrando o rato. Então a Cracolândia é um ambiente onde o tráfico de drogas, o traficante, uma pessoa vendendo drogas... Ah, mas ela teve oportunidade na vida? Pouco importa, mas ela está destruindo vidas ali, naquele ponto. Então o Pro Centro surge para isso. E aí é outro ponto também que eu percebi na fala de todos vocês. Existe uma diferença grande, um espaço, um vácuo que é entre conhecer... Ouvi muitos de vocês, especialistas, falarem em conhecer a realidade, eu conheci essa realidade em 2012, conheci isso, enfim. E existem as pessoas que vivem. Quem vive? O viciado vive essa realidade e os moradores vivem nessa realidade. O Distrito República tem 90 mil habitantes. Na última gestão, uma

das últimas gestões de algum desses projetos fracassados que tivemos, nós tivemos... Vou tentar ser o mais democrático possível para não ser chamado de antidemocrático, só com três minutos. É difícil, gente, difícil mesmo, porque isso mexe com o emocional muitas vezes. Aproveitando o doutor Arthur Pinto e queria ser convidado para poder ir lá falar com o senhor, ouvir também uma outra parte então, para tentar encerrar, o que quero dizer é o seguinte. Existe quem conhece e existe quem vive. Quem vive é quem está viciado, sendo cooptado pelo tráfico de drogas. Essas últimas políticas públicas aumentaram o número de usuários e, naturalmente, aquilo ficou incontrolável, vocês vão ouvir relatos aqui de pais e mães que têm filhos que já estão viciados por tabela sem usar a droga. A gente teve agora, no mês passado, acolhido pela Missão Belém uma mãe viciada em k9 que pariu um filho e não percebeu. E essa criança ficou jogada na Praça da Sé até ser resgatada. E essa criança está na Missão Belém. Diferente de outros trabalhos católicos que existem lá, a Missão Belém faz um trabalho incrível. Então o objetivo do Pro Centro é esse. É muito bom estar aqui com você, Suplicy, para que vocês ouçam uma outra parte também desse debate, que aqui ninguém citou, que são esses moradores. Então, só para dar o último dado aqui, são 90 mil famílias. Essas famílias que estão lá, quase 60% recebem um salário mínimo. São pessoas que têm os bens, que compraram um prédio, um kitnet nessas regiões, porque há muito tempo era barato, ainda é. É bem mais ou menos em relação ao Brasil. Então, pessoas que ganham mais do que cinco salários mínimos são menos de 3% desta população. As pessoas que vão falar aqui, apóstolos, moradores principalmente, quem é que ganha mais do que três salários mínimos? Não ganha. Então a gente está falando também de uma população vulnerável, uma população feminina, uma população negra, que também está sofrendo daquele outro lado. E aí eu resalto encerrando. temos que falar do tráfico de drogas. É o PCC que não permite vender... Perguntaram o que estava acontecendo com as drogas nas periferias. O PCC não permite vender k9 em Pirituba, onde eu sou, não permite, nem k9, nem crack. Onde eles permitem vender? No Centro. Então, a gente precisa discutir o tráfico de drogas. Seria muito interessante que, nas

próximas oportunidades, chamassem outros promotores que estudam também o PCC. Importante isso. Obrigado.

Deputado Eduardo Suplicy

Muito obrigado, Marco, pelo seu depoimento muito relevante. Então pode chamar o próximo. Por favor, Yuri, e depois Ana Maria. Aqui no púlpito, por favor, que fica melhor para a filmagem.

Yuri - Morador da Rua Guaianazes, bairro Campos Elíseos

Boa tarde, meu nome é Yuri, eu moro na rua Guaianases, 195, eu escutei vocês falar que os usuários são vítimas. O que é isso? Eu moro no primeiro andar. No primeiro andar tem mais de 500 usuários. Eu tenho dois filhos 24 horas inalando fumaça. A gente quer isso para vocês. A gente paga imposto, paga tudo. Só isso que eu queria falar, tá? Obrigado aí.

Deputado Eduardo Suplicy

Ana Maria, por favor.

Ana Maria - moradora

Eu sou Ana Maria, moradora da Rua Guaianazes, lutadora pela Rua Guaianazes, não é de hoje. Desde que o promotor falou que, em 2011, eu tenho fotos da Cracolândia na minha rua. Então, não é de hoje que eu estou nessa luta. Da primeira vez a gente conseguiu colocar viatura da polícia militar retirando eles, só que era um outro tipo de usuários, eles entendiam a gente. Agora eu tenho bacias de crack, eu tenho bacias de droga a você escolher na minha rua. Isso é a visão que vocês estão dando do direito à criança e juventude para as 22 crianças que moram no meu prédio? Eu tenho um autista

que tem que passar no meio da Cracolândia, inalando, inalando, porque, se vocês forem agora, duas horas da tarde, vocês vão ver a fumaça de crack que está na minha rua, porque ela se concentra na metade, na metade da minha rua. É isso que vocês estão ensinando, falando que está certo, vocês deixarem essas cenas de uso aberto para a juventude que está vindo, achando certo, porque essas 22 crianças estão convivendo com isso, e o que eles vão falar dos governantes de hoje? Todos, é vereador, é senador, o que quer que seja, que está lá, que pode sentar, reunir e falar, tem jeito, vamos dar um jeito, porque não é... Gente, eu tenho usuários na minha porta que eu ajudo. Eu quero água, eu dou água. Eu estou com fome, eu dou comida. A que estava sentada aqui do Direitos Humanos, ela falou uma coisa. Precisa, sim, do Bom Prato. Precisa. Precisa do Bom Prato. Eu acho que a dignidade do ser humano não acaba na droga. Eu tenho um irmão que usou, eu tenho uma cunhada que usou. Não vem com essa conversa que 15 dias desintoxica, porque não desintoxica ninguém. Minha cunhada precisou de dois anos para desintoxicar, internada em clínica. Eu sei que a minha sogra e o meu sogro sofreram. Então, não vem com essa conversa, não. Meu irmão, hoje, mal consegue pôr o pé no chão, por causa do que ele já usou na vida dele. E tá com mais de 50 anos. Bateu agora. Um dia bate. Agora, é degradante ver, falar... Desculpa, promotor, que eu vou falar pro senhor. Internação compulsória, sim. Porque eu vejo mulheres... Gostaram do que? Muita mulher tá usando droga. Gente, é inacreditável o que eu assisto. Eu vejo. Em loco, eu vejo. Mulher, enquanto ela não derreter no chão, de tanto usar droga, ela não para. É coisa de louco. Eu vejo criança menor. Menor eu vejo lá. E nada é feito. Tem, sim, assistentes sociais. Eles são hostilizados. Eu assisto isso da minha janela. Eu convido vocês que estão aqui para conviver uma semana comigo lá. Vamos ver se vocês aguentam o cheiro. Eu quero ver se vocês conseguem conviver. Não vai? Porque todo mundo vai para suas casas, fecha a portinha e vai dormir. Eu agradeço a todos vocês e espero que a política pública faça alguma coisa por nós. E outra, é só em dois lugares que está tendo a Cracolândia, Rua Guaianazes e Conselheiro Nébias. As outras são mini-cracolândias, porque eu

converso com eles, o pessoal da Zona Norte está vindo, porque fala que lá a polícia não bate. Na nossa região, a polícia não bate. E lá nas outras zonas, nos outros lugares, a polícia desce o rio. Está bom? Então, é isso que eu tenho a pedir. Eu preciso pedir para vocês, nos ajudem pelas crianças. Está bom?

Deputado Eduardo Suplicy

Obrigado, senhora Ana Maria. Agora vamos ouvir Fábio Redondo. Obrigado. Em seguida, pode se aproximar, Antônio, dela a boleta.

Fabio Redondo - Vice-Presidente da Associação Pró Centro

Acho que já é boa tarde. Aqui a gente recebeu o olhar de que a gente não conhece o que é Cracolândia, nós estamos aqui porque nós vivemos a Cracolândia. Nós temos estabelecimentos, moramos e nós vivemos diariamente com as consequências da permissão que alguns querem conceder para se usar Crack e K9 na luz do dia, durante. Todo o dia, e todas essas pessoas. Nós pensamos mais nos usuários do que quem estuda os usuários. E nós vivemos com eles. Eles estão ali todo o dia. E a gente vê. Aqui não se quer discutir tráfico, nem droga, nem a aceleração de que quando uma pessoa começa a usar, ela começa a usar cada vez mais. A degradação humana acontece visivelmente. Eu já vi gente chegar vestido assim e em uma semana está destruído. Gente que chegou lá e a gente vive e conhece. A tia Eva, eu conheço as pessoas que estão lá. Então eu falo com propriedade, porque a Cracolândia já esteve mais longe e hoje está na porta da Ana e está na porta dos meus estabelecimentos. Então eu não quero que ele volte para Praça do Cachimbo e o meu problema está resolvido. Porque aqui a gente batalha, que é o que eu acho que o doutor Arthur falou, que a dispersão errou, e eu não quero mandar de volta para a Sônia, porque a Sônia mora na PPP e ela viveu esse problema durante anos. Então a gente tem que atacar o problema como ele é. O tráfico

escraviza essas pessoas, como disse, e não é aceitável que se tenha cenas de uso abertas na frente de crianças e de moradores e de trabalhadores que estão tentando seguir suas vidas com o psicológico minimamente estão enlouquecendo porque tem pessoas que não tem o tratamento devido, psiquiátrico e todos os seus problemas sociais que deveriam ser tratados, mas não dá pra você tratar isso, a mesma coisa que você tratar um alcoólatra no bar. Você não consegue tirar essa pessoa do vício. Então não dá pra tratar as pessoas viciadas no meio do fluxo. Elas precisam ser encaminhadas para locais adequados, desintoxicadas e aí, a partir daí, tratar os problemas que elas têm de sociais. Psicológicos ou seja lá o que for. Não dá para você lidar com o traficante. O traficante manda nessa pessoa. Essa pessoa, por uma pedra de crack, ela faz qualquer coisa. E elas fazem. Quebram carros, invadem comércios, roubam pessoas. E quem são as pessoas afetadas? São as pessoas que vivem nesse território, do entorno. Todo dia nós temos assaltos, nós temos roubos, não porque essas pessoas, é porque elas querem pegar mais uma pedra. Porque a progressão de uso aumenta e cada vez mais. E com a K9, a gente vê cenas absurdas. A gente vê pessoas desacordadas que não conseguem andar no meio da calçada. Essas pessoas não têm como pedir, mas elas pedem, pelo amor de Deus, para sair disso. Então, vocês têm que fazer alguma coisa, já que vocês estão preocupados com os usuários, espero que também comecem a se sensibilizar pelos que estão no entorno. Tirem essas pessoas e encaminhe para tratamento. Não existe redução de danos, não existe isso, ou existe o fim do uso e o início do tratamento, ou a gente não vai conseguir discutir isso. E a polícia precisa repreender. Ela tem feito, sim, incursões de inteligência. Tanto é que, na última semana, prenderam 16 pessoas. Então, existe, sim, inteligência. A polícia tem trabalhado. Só que não adianta esse debate ideológico de que vamos lidar com a pessoa usando um pouquinho de pedra.

Deputado Eduardo Suplicy

Muito obrigado, Sr. Fábio Redondo. Antônio Dela Coleta, fale por favor apenas uma breve observação do doutor Marcelo Ribeiro.

Marcelo Ribeiro

Só um minutinho mesmo. Só para dizer que eu concordo que, do ponto de vista da segurança pública, tem que ter uma ação não para a cena aberta acabar, a guerra às drogas está aí, mas para a cena aberta vira cena fechada. Acho que essa inteligência é importante que a Secretaria da Segurança estruture e proveja, porque a cena aberta, se fica sobre o comando do narcotráfico, vira essa loucura que a gente conhece. E depois, eu acho que aí sim ações de redução de dano são importantes, porque muitas pessoas vão sair pela moradia, outras pessoas vão sair pelo tratamento. Eu fiquei à frente do CRATOD por 10 anos, o que a gente via nesses 4 anos que a gente acompanhou, 4 mil pessoas saíram, a gente entrevistou 9 mil. Então, uma parte sai pelo tratamento e volta depois, claro, tem a porta giratória, mas é uma porta de saída importante, mas que dá conta de 15%, bem a porcentagem que o nosso amigo apontou aqui. Tem 15% que estão gravemente doentes mentais e que precisam ser retirados, até compulsoriamente, se for o caso.

Deputado Eduardo Suplicy

Muito bem. Então, depois do Sr. Antônio Dela Coleta, a Sra. Raquel pode se aproximar.

Antonio Carlos Dela Coleta - Instituto Dela Coleta

Boa tarde a todos, meu nome é Antônio Carlos Dela Coleta. Eu vim de Campinas para trazer uma informação que eu acredito que possa ser útil para essa audiência pública aqui. O que ocorre? Nós estamos juntamente com o juiz criminal da Comarca de Paulínia e com o prefeito municipal de Paulínia, e com o apoio da Câmara Municipal, que criou uma lei específica para esse trabalho que

nós estamos realizando lá, eu vim trazer essa informação, que poderá ser útil. Qual é a informação? O nosso instituto, o próprio nome já é autoexplicativo. Instituto Dela Coleta de abordagem virtuosa do cérebro fetal dos bebês e infantil das crianças brasileiras. A partir disso, o juiz criminal nos convidou para fazer um projeto. Eu discuti com o juiz desde maio do ano passado até agora que ele está sendo implementado, até construir a lei. Teve que construir uma lei para isso, agora estamos só esperando a vara da infância e da juventude liberar, nós vamos começar as ações. Como que é esse trabalho? Ele poderá ser aplicado também na Cracolândia. Esse trabalho vai ser feito com os criminosos presos e cumprindo penas alternativas. Ele busca mitigar os riscos dos bebês e dos filhos dos criminosos de também participar dessa área da criminalidade e, ao mesmo tempo, contribuir com a ressocialização dos próprios condenados. Como isso será feito? Através de ações bem objetivas, não é nada professoral, não é discurso, não tem curso, não tem nada disso, tem ações as ações quais sejam. Vamos identificar o ambiente circunstancial que vive a família, essas crianças, como elas vivem, e verificar quais são as ações materiais e imateriais que vão ser propostas e realizadas. Qual é o objetivo? Gerar sentimento um sentimento favorável e aproveitar a simbiose que existe entre pais e filhos, avós e netos, para criar um novo sentimento de pertencimento, um novo sentimento de gratidão, para que realmente as pessoas possam ter uma postura diferente. Não depende da vontade. Elas passarão a ter uma postura diferente para enfrentar a própria dificuldade que estão vivendo. E a Cracolândia, eu acredito que possa também ser aplicada a mesma coisa. Então, eu convido a todos a acompanharem esse trabalho que estamos fazendo lá, e eu vou dando sempre informações aqui para a Câmara, para a Assembleia. Quem sabe vocês aproveitam. Muito obrigado.

Deputado Eduardo Suplicy

Muito obrigado, Sr. Antônio Dalla Colletta, pela sugestão e contribuição. Sra. Raquel, em

seguida será João Carlos. Pode se aproximar.

Raquel Carvalho - Ex-funcionária do Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas (CRATOD) e moradora da Região Central

Olá, gente, boa tarde. Eu sou a Raquel, eu sou trabalhadora da região central e moradora também da região central há alguns anos. Eu acho que tem uma coisa que foi dita aqui e que eu queria destacar, que é, enfim, acho que todos concordam, é que não existem respostas simplistas para uma questão que é tão complexa e historicamente instituída ao longo dos anos naquele território, e que se tem uma coisa que precisamos avançar é como aqui todos nós somos aliados. Nós não estamos de lados diferentes. Acho que todo mundo aqui... quer que tenha uma melhoria para aquele território, e uma melhoria para aquele território é como fazemos uma cidade que contempla todo mundo. Não estou querendo dizer, com isso, que defendemos e validamos a existência da Cracolândia naquela condição para aquelas pessoas. Não, gostaríamos, pelo menos eu gostaria, e tenho certeza que muitas pessoas concordam com o que estou dizendo, de que gostaríamos que aquelas pessoas não tivessem aquelas condições, gostaríamos que os moradores também tivessem uma outra realidade e que, de repente, por um próximo passo aqui, em termos de uma audiência pública, como que nós garantimos a presença de um morador para falar como garantir a presença de um usuário para falar, porque me gera um certo incômodo, porque não falo pelos usuários. Eles precisam estar aqui para dizer por eles a realidade deles. Assim como sou uma moradora daquele território, não falo por todos os moradores. Sou uma trabalhadora, também não falo por todos. Acho que um avanço que precisamos ter é como bebemos de todo mundo que está aqui para que possam colaborar com uma mudança. Acho que redução de danos e abstinência também não são lados separados e distintos. Acho que elas têm junção e colaboração. Só por fim quero destacar dois pontos. Um, enquanto trabalhadora, de que eu fui uma das trabalhadoras, eu sou servidora pública estadual, há mais de dez anos, e fui uma das

que tiveram que sair do serviço que eu trabalho, do CRATOD, do extinto CRATOD, e ouvi, da boca do vice-governador, que servidor atrapalha o serviço. E quero dizer assim, ao longo dos meus dez anos, eu sempre respeitei o usuário que eu estava atendendo, o morador, o familiar, todo mundo que estava ali precisando de uma certa assistência, cuidado e, principalmente, escuta. Ouvi recentemente de um colega que teve um caso, por exemplo, que foi levado de van, um usuário da região da Cracolândia foi levado de van para Ribeirão Preto, todo mundo sabe que tem uma distância grande daqui para Ribeirão Preto, e chegou lá na comunidade terapêutica, esse caso foi recusado e voltou para São Paulo. O que eu quero dizer com isso? Isso também é gasto de dinheiro público. Uma ação policial gasta muito dinheiro. Uma bomba é muito cara. Como a gente já disse, acabou de encerrar serviços têm um impacto muito maior, e isso também é gasto do nosso dinheiro, de todos nós que estamos aqui e somos munícipes desta cidade. Obrigada.

Deputado Eduardo Suplicy

Obrigado, Raquel. O Sr. João Carlos, então, pode se aproximar. Eu queria só informar que a vereadora Luna Zarattini tem compromisso na Câmara Municipal e precisa se despedir agora.

João Carlos – Morador do bairro Campos Elíseos

Você poderia ouvir a minha fala? Porque eu queria... Bom, bom dia a todos, ou boa tarde, não sei. A gente não almoçou. Então é bom dia. Olá, Sr. Prissi. Lembra que, desde que começou a discussão na Câmara Municipal, eu, o Charles, a Sônia, mais algumas pessoas, o Paulo Branco, que não está aqui, desculpe se eu esqueci alguns nomes, nós dissemos naquela época que estaríamos em todas as discussões da Cracolândia. Desde então, nós estamos aqui. O Charles vai falar daqui a pouco. A Sônia, não sei se ela foi embora, se ela pode falar ou não, mas nós estamos aqui, nós queremos discutir. Então, eu fiz algumas anotações aqui, que eu vou ler, e eu gostaria de ler o que eu anotei

aqui. Nesse tempo todo que nós estamos aqui, eu ouvi muito a palavra expulsar, expulsar os usuários, expulsou da Praça da República, expulsou de lá. E eu fico pensando assim, e nós, moradores que estamos lá? Quando estava na Princesa Isabel, era frequentado, e nós que fomos lá? Nós que frequentávamos lá a praça? Nós não fomos expulsos? Fico perguntando isso na fala. E aí, quando acontece isso, valida esse espaço. Válida isso. Expulsou de lá para qualquer outro que está em outra região, fala assim, ah, mas eles tinham o direito de estar lá, porque eles foram expulsos. Mas, na verdade, eles não foram expulsos. Desde que era lá na Guaianazes, antes da PPP, lá que a Sônia mora, lá tinha moradores. É história isso. E os moradores foram expulsos. Só tem PPP lá porque houve uma ação do Estado para construir lá. E aí, a palavra de novo, foi expulso de lá e se espalhou pela cidade. Então, tem algumas palavras aqui que eu acho que validam isso, que vocês validam. Esse é o discurso. Que começou-se primeiro, especulação imobiliária, quando estava construindo a PPP. Até hoje, violência policial, higienização. Essas palavras parecem que nós somos higienistas, nós moradores. Mas, de fato, quem estava lá primeiro? Se a gente for falar de quem é o território, se tem coisa, quem estava lá? Eu vou falar, todos. É rapidinho. Eu vou falar, todos. Quem estava lá? Nós, moradores. Quando eles chegaram na Praça Princesa Isabel, nós, moradores, estávamos lá. Crianças brincavam lá. Crianças jogavam bola, andavam com cachorro lá. Então, eu acho que a fala aí, essas falas, esses discursos, vêm validando o que vocês chamam de território hoje, o território da Cracolândia, vem só validando que aquilo é espaço deles. Só uma fala aqui, o Suplicy vai brigar comigo agora. Porque o De Braços Abertos, quando foi implantado o De Braços Abertos, e eu tenho algumas críticas, por exemplo, foi falado aqui sobre o trabalho deles, sabe qual era o trabalho deles? Varrer a rua em torno da Cracolândia, os comerciantes ficavam loucos da vida ao ver os usuários de droga com a vassoura aqui nas costas, rindo deles, então, eu acho que a gente precisa conversar mesmo sobre isso. Precisa conversar do De Braços Abertos, precisa conversar para solucionar o problema. Porque quando se fala de violência policial, lá em 2012, o doutor Arthur acabou de falar

agora, ainda com isso? Então vamos sentar com a polícia militar. Vamos lá conversar, nós moradores estamos dispostos. Tem associações aí que estão dispostas a isso. Eu falei que, enquanto tiver discussão da Cracolândia, eu vou estar aqui. Tem mais uma coisa aqui, que é... Os pesquisadores... Tem duas coisinhas só. Eu termino. É sobre a pesquisa. E a pesquisa sempre fala sobre os usuários, mas não tem uma pesquisa sobre o impacto que o fluxo causa ao redor, como disse, ele foi espalhado. Não tem uma pesquisa de impacto aos moradores, comerciantes e transeuntes, pessoas que trabalham lá naquela região. Não tem uma pesquisa porque não mostraram aqui. Outra pesquisa, quando se fala o lugar de uso, tem o lugar de uso. Que lugar de uso é esse? Porque nós, do Centro, já estamos há 30 anos vivenciando isso, sofrendo com isso. Eu quero uma pesquisa. Qual bairro na cidade de São Paulo aceita um lugar de uso? Eu conheço, eu conheço, eu li, eu sei o que quer dizer o lugar de uso, por isso que eu estou falando isso. Terminando, Suplicy, o Dr. Arthur falou assim que nós não devemos agir com a polícia militar. E aí, quando eu ouço isso, eu falo assim, tá bom, a polícia militar não vai entrar lá, então não vai combater o tráfico, não vai fazer isso, o tráfico vai ficar à vontade. É o meu entendimento, doutor Arthur, eu tô vendo o senhor balançar a cabeça aí. É, mas é o meu entendimento.

Deputado Eduardo Suplicy

Dr. Arthur, no final vai responder às perguntas.

João Carlos

O tempo já se esgotou, já passou. Só para terminar. Desculpe chamar de Paula, senhora Paula. CPI da Cracolândia. Sabe o que eu gostaria que fosse? Eu fui conselheiro municipal, uma das coisas que eu sempre batalhei no Conselho Municipal é saber quem está financiando as ONGs que trabalham ali. Eu gostaria muito de saber quem são os financiadores das ONGs que trabalham no território.

Então, já que é uma CPI, é um pedido que isso conste lá na CPI. Muito obrigado.

Deputado Eduardo Suplicy

Obrigado. Luna, então, muito obrigado pela sua participação.

Vereadora Luna Zarattini

Obrigada, deputado Eduardo Suplicy. Também saudar novamente a mesa e dizer que a gente vai fazer diversas audiências, visitas e que, enfim, a gente vai fazer um trabalho excelente de parceria, eu tenho que ir embora agora, porque a gente vai ter uma votação para o novo conselheiro do Tribunal de Contas, então, não tem como eu não participar, por isso que, enfim, eu vou precisar ir. Acabou sendo remarcado essa semana, tá bom?

Muito obrigado.

Deputada Paula Nunes da Bancada Feminista

Posso aproveitar também e me despedir, dizer que a nossa equipe segue aqui.

Pessoa da plateia

Deputada Paula. Quando aquelas pessoas que não dizem nada falaram, vocês...

Deputada Paula Nunes da Bancada Feminista

Não, eu não rio. Se você quiser pegar as gravações, você fica à vontade. Eu posso dizer tudo o que eu me oponho do que falaram, isso é parte do debate político e do jogo democrático. Mas rir, como parlamentar, eu não faço. Pelo contrário, como eles ficaram interrompendo falas de pessoas que estão aqui na mesa, convidadas, parlamentares, especialistas, e isso sim, minha senhora, é um

desrespeito. Então vocês, quando aprenderem a respeitar a fala de parlamentares eleitos, também serão respeitados. Do contrário, a casa é de todos nós. A casa é de todos nós. Não é por isso que nós seremos interrompidos e interrompidas. Não é por isso que pessoas serão interrompidas. Eu não interrompi nenhum dos senhores. Eu estava até aqui ouvindo atentamente. Cada uma das pessoas que estavam lá podem ouvir que eu estava ouvindo atentamente. Com certeza vocês têm. É por isso que a nossa equipe segue aqui. Então, muito obrigada a todos vocês.

Deputado Eduardo Suplicy

Vamos prosseguir, então.

Paula Nunes da Bancada Feminista

Se quiser falar, tem que se inscrever, minha senhora. Então, aguarda a sua vez. A senhora é uma dita respeitosa. A senhora é uma dita respeitosa, porque a senhora é branca e pode fazer o que quiser com uma mulher negra. Não na minha mão. Não na minha mão.

Deputado Eduardo Suplicy

Olá. Oi. Com licença. Como a senhora chama? Oi, Silvana. Então, só para tirar alguma dúvida, eu perguntei para ele, porque a gente estava olhando e ele não viu a gente rindo. Então, a gente não precisa disso, a gente está aqui discutindo com profissionais, com pessoas que estão interessadas, vocês estão interessados no tema. Então, não precisa de nada disso, tá bom? Mas, enfim, eu estava olhando para o olho dele, tá bom? Então, é isso. Então, o Sr. Flávio Campos tem a palavra.

Flávio Campos – Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil

Obrigado, deputado Eduardo Suplicy, a quem eu rendo as minhas homenagens e cumprimento os demais membros da mesa, na sua pessoa e, primeiramente, bom dia a todos. Eu, geralmente, opto por não me manifestar em audiências públicas, tendo em vista que a minha atuação é muito mais como advogado e assessor parlamentar. Só que, nesta ocasião, eu não estou como assessor. Estou apenas como membro da sociedade civil, e, apesar de ainda ser assessor parlamentar, mas não nesta casa, como advogado e membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB São Paulo. Mas eu tive uma experiência com o território da Cracolândia, que eu entendi que seria importante compartilhar com as pessoas que estão aqui nesta manhã, porque a audiência pública cumpre exatamente o propósito que ela está cumprindo, o que já cumpriu nesta manhã até aqui, que é de ouvir as pessoas que se dispuseram a sair das suas casas para irem até a casa legislativa, colocar a sua opinião. Mas é importante que a gente tenha em mente que o que está sendo dito aqui, o espectro do que está sendo colocado aqui, ele é bastante restrito a uma parcela específica das pessoas que estão envolvidas no tema no qual nós nos debruçamos hoje. Isso porque, obviamente, nem todos tiveram condições de tomar uma condução e vir até aqui trazer a sua opinião. Outros, até que pudessem receber uma carona de alguém, iam se sentir constrangidos, talvez pela forma de se vestir, ou de falar, ou pela sua fisionomia. E isso é importante a gente entender, que nós estamos falando de um território, e eu acho importante discutir território, porque cada território tem uma especificidade, porque tem um povo ali que se relaciona, etc. E, na Cracolândia, nós também temos um povo ali, e esse povo vive ali há muitos anos, e outros são mais recentes, mas, de alguma forma, eles estão convivendo, dialogando e vivendo, e produzindo ali a sua vivência diária. E aí, como advogado, é nisso que eu quero restringir aqui a minha fala para já concluir, o que eu pude perceber? nas dinâmicas em que eu fui até a delegacia ou eu fui até o território defender os direitos de uma pessoa. Eu percebi que, por trás de toda a pauta política, por trás de todo o grande interesse que mobiliza grupos e defesa, interesses econômicos, interesses morais, éticos, seja lá o que for que a gente mobilize, existem pessoas que

merecem um olhar de cuidado e de atenção frente à sua maior necessidade ali naquele momento. E, com isso, o meu olhar passou a ser um olhar de redobrado cuidado, tendo em vista as situações de extrema necessidade que eu me deparei com alguns dos meus patrocinados ou clientes naquele lugar. Então, eu queria compartilhar isso especialmente com as pessoas que estão presentes aqui, porque tem inúmeras outras coisas que, nesse espaço, não caberia falar. Mas, para concluir a nossa fala aqui, eu poderia dizer que nós estamos colocando os holofotes, muitas vezes, nas pessoas erradas. Há um interesse econômico por detrás de todas as questões que hoje mobilizam a Cracolândia? Com certeza. Mas, obviamente, as pessoas que estão mobilizando esses interesses econômicos não estão aparecendo. Elas não vêm até a audiência pública ouvir os senhores, ser arguido pelos senhores. Quem vem são os pouquíssimos políticos que se debruçam os ouvidos para isso e alguns tomam algumas medidas, mas a grande maioria acaba apenas ouvindo alguma coisa e discutindo. Então, nós vamos ainda estar muito juntos, eu acredito, porque nós vamos nos ver, e eu acho importante nós procurarmos alinhar sempre mais o nosso debate, porque se nós estamos preocupados realmente com as pessoas, não tem porquê nós estarmos nos ofendendo ou, de alguma forma, desagradando um ao outro nessa manhã tão fria de São Paulo aqui hoje, tá bom? E eu queria agradecer pela oportunidade que me deram de falar e parabenizar os proponentes dessa mesa, e parabenizar especialmente a antropóloga Amanda Amparo, por todo o trabalho dela no território da Cracolândia me apresentado bastante coisa, de conhecimento, e eu tenho tido um conhecimento um pouco mais humanizado, a partir da perspectiva de um antropóloga que está estudando os dados ali do território. Muito obrigado a todos. Bom dia.

Deputado Eduardo Suplicy

Muito obrigado, Flávio Campos. Vamos agora ouvir o Sr. Antônio de Souza, em seguida, Juliana Borges.

Antonio de Souza - Comerciante no bairro de Campos Elíseos

No fluxo! Bom dia a todos. Senador Suplicy, eterno senador, é uma alegria estar aqui, ainda mais com o Diório de Sinop, que esteve há 400 anos antes de Cristo vivo, sendo o grande irônico dos poderes na época. Ressalte, levante mais sua crista e mostre para os nossos políticos também aquilo que. Diório de Sinop mostrava. Com respeito a todos da mesa, eu quero deixar claro para vocês que ninguém é inimigo aqui. Nós estamos todos juntos, gente. Vocês não têm noção, senador, doutor, doutores da área do Ministério Público, da Saúde, vocês não têm noção da dureza que é você ter que entrar no fluxo todos os dias. Eu estou no centro há mais de 40 anos. Nunca vimos o estado que chegamos até hoje. Agora, quando você pega uma colega, doutores, e levamos até o fluxo, para que ela possa entrar dentro da casa dela, é muito triste. Muito triste. E nós temos vários amigos que muitas vezes estão em uma dessas reuniões, tentando encontrar um caminho digno, justo, com o cidadão que mora naquela região, Vocês não têm noção de como a coisa é, de como a coisa anda. A professora de antropologia, belos estudos, maravilhosa, sabe muito bem o que é o sofrimento humano. Conhece também isso, assim como todos nós. Nós estamos numa fase que não dá para vocês... Vocês não imaginam o que é para quem mora ali. Para o comerciante, é um sofrimento atroz. Ele não consegue levar e seguir adiante. Sabe quem são esses comerciantes? São os pequenos comerciantes, segundo o Sebrae, em torno de 60, 70%, que sustentam tudo isso aqui. Sustentam toda essa estrutura. Sustentam o Ministério Público, a saúde, toda essa plutocracia que comanda o país. Nós, como pequenos comerciantes, nos sustentamos. Obrigado. Então, gente, eu estou aqui também. Nós não temos que atacar ninguém. Não temos que atacar a polícia. Não temos que atacar o governo. Pelo contrário, nós temos que nos unirmos, Suplicy. Nos darmos as mãos e falarmos, gente, vamos buscar uma solução. Esse é o caminho, inteligente, de sabedoria. Vamos usar um pouquinho de sabedoria. O povo não é burro, não. Se as pessoas imaginam que o povo é

burro, é um lê do engano. O povo é inteligente, o povo é sábio. O povo está só observando para poder, em algum momento, tomar uma atitude maior. O que está acontecendo com esse grupo aqui? Está aumentando o número de associações, de entidades, que todos estão tentando se organizar para fazer uma cidade mais digna, que todos nós merecemos. Afinal de contas, São Paulo é um dos maiores orçamentos não só do Brasil, mas de toda a América Latina, de muitos países. Por que nós não podemos aprender a gerir e administrar o dinheiro de uma maneira sadia? Nós temos dinheiro suficiente para colocar cada um desses mil, cinco mil pessoas que estão lá numa condição privilegiada. Agora, ONGs ganham muito mais, exploram muito mais, e a cada dia aumentam mais as pessoas. Quer dizer, essas ONGs não estão funcionando. Se tem algum representante de ONG aqui, eu já vou parar. Por favor, gente, vocês estão aí para poder nos ajudar, mas vocês estão aumentando o número de pessoas. O crack está aí, o crack do jacaré que está chegando por aí também, é muito pior, gente, o K9 é terrível. Eu vejo lá, muitas vezes, estou ali no Centro todos os dias, eu vejo as pessoas com K9, é uma coisa muito triste. Ser humano não merece isso. Muito obrigado.

Deputado Eduardo Suplicy

Muito obrigado. Sra. Antônia de Sousa, por sua colaboração. Agora, Sra. Juliana Borges, por favor. Em seguida, Sr. Danilo.

Juliana Borges (Iniciativa Negra por uma Nova Política Sobre Drogas Membro do GTI)

Bom dia, ainda não almoçamos. Meu nome é Juliana Borges, eu sou coordenadora de advocacia da Iniciativa Negra para uma Nova Política sobre Drogas e também falo como moradora da periferia, ex-moradora do Centro e porque também tenho um comércio no Centro de São Paulo. Sou livreira, tenho uma livraria no Centro, então falo também como pessoa que convive diariamente, vive o

Centro de São Paulo. Então, antes de mais nada, eu queria dizer que nós, na iniciativa, nós temos uma pesquisa que chama Racismo e Gestão Pública, Custos das Políticas de Drogas na Cracolândia, e nessa pesquisa, a despeito do que foi dito aqui em algumas falas, nós entrevistamos sim moradores, a gente não entrevistou só usuário, do fluxo. Nós entrevistamos moradores, ativistas, trabalhadores de serviços, gestores públicos. Então, tem uma ampla gama de pessoas que foram entrevistadas para a discussão de como são os custos do poder público em relação aos nossos territórios. Se a gente for pensar no Estado de São Paulo, por exemplo, a gente gasta no Estado de São Paulo mais com segurança pública do que com saúde. A gente só teve um investimento maior em saúde por conta de um aditivo no nosso orçamento público estadual, porque em decorrência da pandemia da Covid-19, caso contrário, a educação estaria em primeiro lugar porque é obrigatório, um percentual de recursos para a educação, mas se não, é segurança pública. Então isso, para mim, já deixa muito evidente que investimento em saúde e segurança pública não está resolvendo nenhuma questão social, nenhuma questão de conflito social na nossa sociedade. Então a Iniciativa Negra acredita que mediação de conflito e promoção de paz e promoção de direitos são saídas mais efetivas para qualquer conflito que exista em qualquer território. Então, acho que nessa pesquisa a gente tem como ponto fundamental uma discussão de que a gente entende que ali naquele território há pessoas majoritariamente negras, majoritariamente de outros territórios periféricos da cidade, portanto, pensar isso significa pensar o racismo estrutural como central na política de drogas que a gente vem assistindo sendo executada na nossa cidade. Então, acho que a gente precisa discutir sobre como esses orçamentos têm sido distribuídos em políticas que dificultam o acesso a direitos. Então, foi dito aqui do encerramento, fechamento, de serviços públicos que são essenciais para a gente poder resolver aquela situação e garantir dignidade às pessoas, garantir tanto dignidade aos usuários que fazem uso abusivo de substâncias, porque eu gosto de fazer essa separação de quem faz uso abusivo e de quem não faz, porque eu poderia muito bem vir aqui no público e dizer para vocês que eu sou

usuária de álcool, e foi dito aqui que redução de danos não existe, isso é uma inverdade, porque quando você vai num restaurante e recebe a sua taça de vinho, você recebe uma taça de água. Isso é redução de danos. Significa que, pra você não ter ressaca no dia seguinte, você precisa beber água, para garantir que o seu sistema funcione no dia seguinte. Todo mundo aqui faz redução de danos. Você vai no churrasco com a sua família no final de semana, você não bebe sua cerveja, você come também, porque o seu corpo precisa estar alimentado. Isso é redução de danos também, meus caros, eu acho importante a gente partir de uma discussão sincera entre nós, e eu gostei muito das últimas falas, que falaram que todos nós estamos no mesmo barco. E isso é importante para pensar que a gente tem uma situação... Alguns, claro, sempre tem o Titanic, os da primeira classe e os da terceira classe. Isso não temos discordância nenhuma. Mas eu acho que é fundamental a gente pensar que a gente está nesse mesmo barco e que a gente só vai conseguir soluções se a gente pensar conjuntamente. E isso vai envolver tensões, vão envolver divergências, e eu acho que a gente precisa aprender a ouvir o divergente, a pensar em como a gente resolve o conflito, não para tensionar o conflito, mas para, de fato, resolver questões. E finalizo. Vou colocar essa pesquisa da iniciativa à disposição aqui de todos vocês. Quem quiser também pode acessar o site da iniciativa para acessar essas pesquisas. E eu finalizo só colocando algumas questões que me incomodaram aqui, e eu vou colocar isso com muita tranquilidade. De fato, eu acho que a gente precisa discutir, eu concordo que a gente precisa discutir mais, a gente discute muito mais o papel do Estado, por uma questão óbvia, mas a gente precisa também discutir a questão do tráfico. Isso eu concordo com algumas falas que foram colocadas aqui. Mas eu acho que tráfico, e isso é provado com pesquisa, isso é provado em qualquer lugar que você for, tráfico se combate com inteligência e ações pontuais e estratégicas para a gente obter resultados. Isso a gente faz com articulação entre Estado, governo federal, polícia federal, polícia civil. A gente combate o tráfico com inteligência e não com ação ostensiva, não com confronto policial. Isso tensiona, isso piora a situação de violência em territórios. Isso não é achismo,

gente. Isso é qualquer pesquisador, qualquer profissional sério da área de segurança pública sabe disso. Inclusive porque essa ação de colocar os policiais nessa situação de constante confronto também traz consequências psíquicas a esses policiais, ou a gente vai fechar os olhos de que as taxas de suicídio entre policiais são maiores do que entre a população geral. E isso é sofrimento psíquico que é causado a esses policiais, que são colocados em situação de tensão 24 por 7. E eu falo também aqui como uma pessoa que tem familiares policiais. Então, eu não falo com achismo. Eu falo de quem sabe e de quem convive também com policiais que estão em sofrimento constante por conta de como é tratado os seus trabalhos. Outra fala que foi dita aqui, para finalizar, senador, é de que o PCC não permite K9 e Crack nas periferias, veja bem, meus caros, eu moro na periferia de São Paulo, a duas quadras de uma cena de uso, na região do Jabaquara, e lá vende crack, sim. lá vende K9, sim. Eu cresci no Jardim São Luís, que tem o Cemitério São Luís, que tem a segunda maior cena de uso aberto da cidade, no Cemitério São Luís, de usuários de Crack que, na verdade, é essa que a gente está dizendo aqui? Se a gente quer sair dessa situação e construir soluções conjuntas, entendendo que todos nós estamos sendo impactados de alguma maneira com essa política de drogas que mata pessoas, e que nos desestabiliza a todos, a gente tem que trabalhar em cima da verdade. Então, se a gente quer discutir o tráfico, acho muito bom que a gente faça essa discussão baseado em fatos, em verdades e em quem está na periferia e sabe que sim, tem crack sim na periferia, tem K9 sim na periferia, tem cena de uso sim na periferia. Aí a gente faz uma conversa sincera e a gente constroi uma solução coletiva. Obrigada.

Deputado Eduardo Suplicy

Muito obrigado, Juliana Borges, pela sua contribuição muito significativa. Agora o Sr. Danilo, em seguida, Alexandre Araújo.

Danilo

Eu vou começar por onde a Ju acabou. A primeira coisa, se nós queremos realmente acabar ou enfrentar o problema do Crack no Estado de São Paulo é nos respeitar, aprender a ouvir, entender sem agressividade, com compreensão, e trabalhar com a verdade. Porque essa falsa polarização, que em alguns momentos aparece aqui, não vai ajudar em nada. Só vai atrapalhar. Todos nós aqui queremos a mesma coisa. Então nós temos que nos unir e, a partir daí, trabalhar conjuntamente. Então temos que ter um pouco mais de paciência entre nós. Os moradores são tão vítimas quanto os usuários. Ninguém tem dúvida nisso. E tem mais uma outra coisa, não tem outra solução do problema que não passe pelas políticas públicas, que não passe pelo Estado. O que nós temos que discutir é isso. O que nós temos que discutir é o que uma servidora pública disse, que o vice-governador disse pra ela, que servidor não serve pra nada, que só atrapalha. Ontem eu ouvi da boca dele que. Banheiro na Cracolândia não é prioridade. Isso! Exato, isso foi dito aqui ontem. Nós temos que enfrentar essas questões com um pouco mais de combatividade, e não dá. Os moradores e os usuários precisam de política pública, precisam de médico. Não é só médico para usuário, é médico para a população. Precisa de lazer, precisa de chuveiro, precisa de um ambiente limpo, precisa de banheiro que o governador disse que não é prioridade. E como são só três minutos, para finalizar, eu queria falar um pouco do tráfico. O que nós estamos enfrentando, eu não diria nem mais no Estado de São Paulo, mas no Brasil, hoje é a maior organização narcotraficante do mundo. O PCC hoje no mundo inteiro não existe uma máfia. Não é siciliana, não é máfia russa, não é máfia ucraniana. Hoje o PCC domina o tráfico internacional. Só não mexe com os mexicanos que trabalham para os Estados Unidos. O resto do mundo todo é PCC. Deixa o Comando Vermelho e as outras organizações ficarem brincando no Rio enquanto eles mandam droga para o mundo todo. E aí não é achando que prendendo 16 na Cracolândia, nós vamos estar resolvendo. Não vai. Hoje já tem

outros 16 que se prenderam 16 anos. Exato, exato então tem que ter uma política muito mais séria de enfrentamento nisso na área da segurança pública. Vocês estão vendo o que está acontecendo lá. As forças de segurança estão vendendo proteção para morador, vendendo proteção para comerciantes, isso quem está dizendo é um deputado do PL, da direita, então, vamos ter um pouco mais de seriedade, vamos ter um pouco mais de paciência. Se a gente quer resolver isso, nós temos que sentar todos juntos, o objetivo é o mesmo. E a partir daí, trabalhar de forma unitária uma solução única, que passa primeiro pelo respeito e pelo entendimento mútuo de todos nós.

Deputado Eduardo Suplicy

Muito obrigado, Sra. Alexandre Araújo. Agora o Charles e, em seguida, Celie Cavallari. Pode se aproximar.

Alexandre Araújo - Movimento Faces & Vozes da Recuperação do Brasil

Bom dia a todos. Obrigado, senador. Eu me chamo Alexandre Araújo, estou em recuperação a longo prazo, isso quer dizer que eu não faço uso de álcool e outras drogas já há 33 anos. Conheci o crack na época que eu substituía a droga injetável, estava morrendo muita gente de HIV, a gente misturava cocaína com bicarbonato, fazia pitilho. E eu gostaria de dar minha contribuição. Eu sou presidente e fundador da Associação Faces e Vozes da Recuperação no Brasil. É um movimento internacional de pessoas em recuperação. Nós partimos do pressuposto que dependente químico não é uma pessoa ruim querendo ser boa. É uma pessoa que tem um problema de saúde e precisa de tratamento e recuperação, e que o preconceito, o estigma e a discriminação têm sido uma grande barreira para isso. No Brasil, nós não temos políticas de recuperação. Eu estou ouvindo o debate, e o debate só fala de tratamento. Nós precisamos urgentemente mudar essa percepção de tratamento para uma percepção de recuperação a longo prazo. Todas as outras patologias crônicas têm políticas públicas

de tratamento, AIDS, Osteoporose, diabetes, HIV, hepatite C. São todas doenças crônicas e todas elas têm políticas públicas, mas quando fala de dependência química, as pessoas apavoram, fazem nada. No Brasil, nós não temos nem definição do que é recuperação. Só se fala de tratamento. O tratamento, gente, em clínica, comunidade, hospital, comunidade, é um apêndice. É um apêndice, é um suporte de um processo maior que a recuperação. Então, fica uma coisa de correr para o rabo. Você pega uma árvore doente, leva ela para um lugar, trata a árvore, na hora que ela está dando fruto, a raiz está boa, você tira ela e põe no lugar doente de novo. O que vai acontecer? Então nós, do movimento Faces e Vozes, nós queremos deixar de ser resultado de pesquisa, resultado de tratamento, nós queremos sentar e fazer parte da solução do problema. Nós temos propostas de políticas públicas, temos propostas de serviços de cuidado e orientação para a pessoa em recuperação. Para finalizar, eu queria dizer a vocês que eu consegui aprovar na Câmara Municipal de São Paulo um projeto de lei que cria o Dia Municipal da Pessoa em Recuperação. Qual é a ideia? É começar a chamar a percepção para a sociedade que a recuperação existe, é uma realidade. Existem centenas de milhares de pessoas que, como eu, retomaram a vida e estão escondidas. Histórias de superação têm poder de influenciar a vida do outro, mas não é contado, porque essas pessoas ficam escondidas, são marginalizadas. E essa proposta foi feita com HIV. Quando falavam que homossexuais eram portadores, a população LGBTQ era a que trouxe a desgraça do HIV. Eles cunharam. O que está matando é o silêncio e, hoje, mudar essa percepção. E nós, pessoas em recuperação, queremos mudar essa percepção. Recuperação existe, sim, é possível mudar, mas a sociedade precisa se unir. Eu conto com vocês. No último domingo de março do ano que vem, nós queremos fazer uma parada na rua para chamar a atenção das pessoas. E, por último, eu gostaria de dizer que, nos dias 6, 7 e 8, na Faculdade de Ciências Médicas, de São Paulo, na Santa Casa, o Faces e Vozes vai promover um debate com pessoas dos Estados Unidos, do Canadá, tudo em recuperação, tudo em recuperação, para a gente começar a pensar o que é recuperação no Brasil. Vocês acreditam

que eu estou com dificuldade de distribuir os convites? Porque todo mundo só fala disso. Polícia, tratamento, comunidade. Mas só no tratamento ninguém fala do que é a recuperação a longo prazo. Você consegue montar uma assembleia legislativa toda de literatura, de pesquisa, de tratamento, mas não monta aqui uma estante com livro sobre recuperação. O maior problema das dependências é o abandono de tratamento, 60% das pessoas que passam por um tratamento, elas abandonam o tratamento em seis meses, e 90% em um ano. Aí fala a redução de danos, independência química, tudo funciona e nada funciona. Saravá funciona, igreja funciona, benzedeira funciona, 12 passo funciona, redução de danos funciona. Se a pessoa ficar, se ela não ficar, não funciona. Quais as estratégias que a gente tem para a pessoa ficar... Ninguém fala. Ninguém fala. É isso. Obrigado.

Charles Souza - Associação Geral do Centro de São Paulo

Quero agradecer a todos que se fazem aqui presentes, porque demonstra o interesse de muitos em achar uma saída para esse problema. Embora a gente divirja de muitos pontos de vista, eu acho que nós concordamos em uma coisa, queremos a solução do problema. Concordo que muitas políticas públicas criadas são ineficientes, ineficazes. Outras atendem a meia-boca e outras não significam nada. Não significam nada. Porém, um dos nossos propósitos, quando começamos nessa batalha junto com o GTI, que era na Câmara dos Vereadores, era justamente a gente discutir a solução desse problema. Porque a gente vê muitas coisas paliativas de várias esferas e de várias pessoas, e de defesa de muitos personagens. Mas a vida que é a mais importante, às vezes eu não vejo falar. E a vida, quando eu digo, é num todo. É a vida dessa criança que esteve aqui, que está passando pelo fluxo, inalando droga, é do usuário, é do morador, é do trabalhador, é do transeunte, é de todo e qualquer cidadão. Essa vida, ela vale muito, não tem preço, é inestimável. Qual o valor da sua vida? Você trocaria a sua vida por algum quinhão? Duvido que não. Então, assim, tudo que se foi

feito até hoje, durante 30 anos, em todas as esferas, inclusive nos programas públicos que alguns aqui defendem, também não deu certo. Não deram certo. Vejam a defesa grande no projeto do Haddad na época, que era o De Braços Abertos. O De Braços Abertos, para quem não sabe, foi uma porta de entrada de multiplicação de usuários. Por quê? Muitos políticos, nas suas cidades, para não enfrentar o problema, mandavam seus usuários, seus dependentes, para a Princesa Isabel e eram depositados lá de madrugada. Muitos aqui não sabem dessa verdade. Nós sabemos porque nós morávamos lá. Nós víamos e víamos isso acontecer até hoje. É mais fácil transferir o problema, jogar lá, do que enfrentar o problema. Então, acho que teve coisas que o De Braços Abertos fez, que foi bom, mas teve muitas coisas negativas. Inclusive, em algum momento, era dado dinheiro em mãos, porque o cartão não funcionava. Então, a gente precisa rever todo o que não deu certo durante todos esses anos, questão de políticas de segurança pública. De social, de desenvolvimento social, de saúde, inclusive, e precisamos recomeçar tudo do zero. Vamos ser bem sinceros? Nada deu certo até aqui. Nada deu certo. Então vamos discutir o que dá certo. Ou que pelo menos se aproximou a isso. A minha proposta sempre foi, a esta casa e a todas que nós tivemos, nós precisamos, para ontem, sentar numa mesa redonda. Isso é para ontem, onde? Prefeitura, governo do Estado, vereadores, deputados, organizações civis, ONGs, ONGs têm que sentar e agora vamos debater e tentar fazer a abertura do que é possível. Um lado vai ter que ceder em alguns pontos e outros em outros. Mas isso é necessário. Sem isso a gente não vai avançar. Essa questão de defesa, de direito de estar na rua, eu discordo, ninguém está sendo protegido na rua. Ninguém. Moradia na rua, uma barraca de rua, dormir ao relento, não é pior ou melhor do que ir para um albergue. Ah, mas o albergue não funciona e é insalubre. Então, vamos lá, eu convido e já convidei aqui o É de lei e todos vocês, vamos juntos fiscalizar e vamos cobrar a Prefeitura. Vamos cobrar os órgãos públicos e vamos desnudar isso. Vamos pôr lá em público, agora, dizer que nada pode ser feito, porque tudo não dá certo e deixar o caos social se proliferar às custas de uma

sociedade que está massacrada porque ali tem pessoas em vulnerabilidade, mas ali tem pessoas agressivas, pessoas que esfaqueiam, pessoas que dão mata-leão ao idoso, pessoas que estão traumatizando criança. Ou escola porque roubam a mochila por causa de um celular. Isso ninguém aqui falou. Então é necessário desnudar como num todo. Vamos tirar a roupa de tudo isso e pôr as cartas limpas na mesa. Eu acho que agora é o momento de a gente provocar as esferas e os poderes para sentarmos realmente numa mesa e solucionar o problema. E solucionar o problema, não é só vir aqui e criticar tudo que está sendo feito. Polícia é necessária, com o trabalho de investigação, sim, para combater o narcotráfico, para combater o crime organizado. Hoje nós estamos refém de uma associação criminosa no Centro de São Paulo. Então quero deixar aqui a minha provocação nesse sentido. Acho que já passou da hora da gente ficar só em audiência, só isso, só grupo de trabalho. Não. O grupo de trabalho tem que ser formado por esferas judiciais, municipais, estaduais, federais, organizações civis, que são as ONGs e Associações, e o todo e aí, sim, a gente discutiu o que é melhor para nós, população no geral. E quando eu falo população, eu me refiro também a morador de rua, que também é ser humano e é população. Muito obrigado a todos.

Deputado Eduardo Suplicy

Muito obrigado, Charles. Agora, a senhora Celi Cavallari pode se aproximar. A próxima, Silvana Perazzoli.

Celi Cavallari

Gostaria de parabenizar a iniciativa, a importante discussão. Eu sou psicóloga, trabalho há 40 anos nessa área, sou da Rede Brasileira de Redução de Danos, do Intercambiantes Brasil e da Associação Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas. Nós não podemos perder de vista uma coisa, que a questão principal não é a droga, são as pessoas. Falamos muito em política de droga, só se for a política de

droga de vida, porque as políticas não são para as substâncias em si, as políticas são para as pessoas. Estamos com uma sociedade muito adoecida, pós-pandemia, porque a situação da Cracolândia na pandemia foi caótica, desesperadora. Eu gostaria de dizer que eu adorei a fala da vizinha, que falou como vizinha, de fato, com respeito, maravilhoso da situação, ao mesmo tempo sofrendo algumas consequências e pedindo, mas, ao mesmo tempo, com uma doçura de que, assim, eu não aguento, vou lá e dou comida, eu vou lá e dou uma água. Olhando as pessoas como pessoas. Isso é muito difícil de ver. Eu já trabalhei de tudo, desde trabalho com rua, desde trabalho em clínica, trabalho até hoje nessa área, dou supervisão. Na sua fala, eu vi uma transformação. Achei muito interessante enquanto de saúde mental. Mas nós temos uma leitura polarizada também na questão de drogas, que é ou é usuário ou não é usuário. Isso é uma mentira. Quem usa e não tem problema com isso, esconde para não ser estereotipado. Todo mundo também sabe disso. Todo mundo também sabe que tem em todos os bairros. E que é mentira que só tem no Centro da cidade. É mentira que o problema começou há 30 anos. Eu era criança, há muito mais de 30. Há mais de 50 anos eu era criança. E, na Luz, já tinha o problema que tem hoje. Quando foi feita a estação de trem e as pessoas chegavam ali e não tinham para onde ir, começou o problema. Era um problema do Centro de uma cidade que ficou desse tamanho. É cheio de mentira. Precisamos parar de fazer fake news nas nossas narrativas. O sintoma psicossocial precisa ser trabalhado como um todo, porque ele é ruim para todos também. É uma questão cronificada. Estamos falando do PCC, a situação está um pouco pior, porque estamos com guerra, já tenho ouvido PCC com milícias em São Paulo. E as milícias tomam as instituições. Tenho muitas coisas para falar, mas me lembro de um dia em que aprendi qual era a diferença entre a milícia e o crime organizado em São Paulo. Fui para o Rio de Janeiro, conheci o Cristo Redentor. O guarda me disse, a senhora não pode subir com o carro. Então, paguei a van e subi. Cheguei lá em cima, tinha um monte de carro estacionado. Perguntei para os cariocas, o policial me disse para não subir. Ah, não, ele é miliciano. É isso que é tomar uma instituição do crime organizado que toma as

instituições. Ele é miliciano, ele ganha, trabalha para a milícia, mas ele está de uniforme. Eu nunca tinha visto. Ele é policial com medo. Mas, assim, isso não tinha aqui. Tem que ter cuidado para não ter. Então, o problema é um pouco maior. tem uma máxima na saúde, que tudo que não tratamos, piora. E nós temos alimentado, ultimamente, o tráfico. Tem um programa também do Rio, da Julita Lanbrugger, que diz que a proibição alimenta o tráfico e é, porque a gente tem boas práticas, como ninguém nunca fez, que quem me antecedeu disse. Ninguém nunca fez. No mundo está cheio de experiências. Eu conheci as experiências de alguns países onde deu certo. Por que a gente não aprende com as boas práticas? A Holanda, há 25 anos, tinha os problemas que a gente tem hoje. Trinta, mais ou menos. Então, o que foram feitas? Salas de uso seguro. Foram tomadas medidas para não deixar as pessoas também. Primeiro, eles levaram as pessoas para parques, porque as pessoas, de fato, estão sendo tratadas como animais mal cuidados, porque, atualmente, a proteção dos animais cuida melhor do que das pessoas. Não é que as pessoas não possam ficar na rua, mas as pessoas precisam ser bem tratadas, precisam ter banheiro para usar, A gente precisa se ver no lugar de cada pessoa. Agora, eu queria só falar uma coisa com relação ao que foi dito de redução de danos, é um equívoco, primeiro, criminalizar a redução de danos vai piorar o problema, estou dizendo como especialista agora. Vai piorar o problema. Esse projeto de lei que tem aí é uma aberração. Então, nós não podemos deixar passar, nós precisamos discutir isso também. Por quê? Com a redução de danos, diminuimos também o tamanho do problema. Não temos controle de qualidade, qual é a política de saúde que justifiquemos que a pessoa furou o dedinho e vai parar no hospital? Ninguém acha isso, até porque, do nível público, do dinheiro público, isso seria um absurdo. A gente precisa começar do começo. A gente precisa ter capacitação de professores, de profissionais multidisciplinares, descriminalização, sala de uso seguro para garantir que as pessoas tenham onde ir, para poder ter um uso protegido e orientado e, eu concordo com o Suplicy, que é necessário a gente ter um programa de renda básica, porque a Finlândia tem isso e ganhou com melhor qualidade

do mundo pelo sexto ano consecutivo. Desbancou o Canadá. Aí falam assim, no Brasil não dá para fazer, diziam, no Uruguai não dá para fazer, eu fui conhecer o projeto lá, deu para fazer, ficou ótimo. A situação dos usuários é muito melhor que a nossa, e da população, a tranquilidade da população também. Mas os adolescentes fumam maconha na praça pública, sem esconder e sem dever para o tráfico, o café foi proibido por quatro séculos como droga pesada no Oriente Médio, acho que está na hora de a gente rever a nossa política, porque, senão, a Cracolândia sai de lá e vai criar outra. Desculpe se eu passei um pouco.

Deputado Eduardo Suplicy

Muito obrigada agora a senhora Silvana Perazzoli.

Silvana Perazzoli

Meu nome é Silvana. Eu sou filha de um operário que era alcoólatra, falecido por conta do vício dele, e de uma mãe faxineira. Com muito orgulho, eu rompi a linha da pobreza estudando e trabalhando desde os meus 13 anos de idade, sem me vitimizar, a minha cor não é diferente da dela como pessoa, porque o que eu enxergo é a alma e o caráter. Se a pessoa é boa, não interessa a cor. Então, aquilo que a deputada falou ali para parar a conversa, porque quando alguém quer parar a conversa, ela se vitimiza e usa alguma pauta. Então, eu vim aqui quando eu vi o tema. Eu me interessei porque eu faço muito trabalho social, visito muitas regiões pobres é um assunto que, por ter tido um pai viciado e ter falecido, porque ele era um bom pai, eu me arrependo até hoje de não ter obrigado o meu pai a se tratar. Eu perdi meu pai jovem. E eu falei, preciso ajudar e olhar, mas eu olho os dois lados. Eu olho o lado daquela pessoa que está convivendo com aquilo na porta e daquelas pessoas que estão sofrendo. Então, quando eu vim aqui, eu comecei a ouvir as falas, e que

teve uma vertente um pouco ideológica, eu me decepcionei, porque eu imaginava ver nessa mesa aquele rapaz que eu fui dar um abraço, porque ele venceu algo que eu não pude ajudar o meu pai a vencer. Você deveria estar ali. Vocês que estão ali... que estão passando problema, deveriam estar sentados aqui. Então, eu estou mudando a minha contribuição, eu mudei a minha fala em função de tudo o que aconteceu. Eu me senti desrespeitada, porque o senhor Eduardo Suplicy gritou comigo, e é interessante, que ele vem de uma linha ideológica que defende tanto o feminismo, que fala tanto da mulher. Mas eu não me vitimizo, eu me enxergo como uma pessoa. Assim como aquele rapaz é uma pessoa. Não tem diferença dos nossos sexos, o respeito tem que ser igual. E quando ele se manifestou também, houve uma fala muito forte por parte também do senhor com ele. Se nós estamos aqui para tratar um assunto de maneira democrática, a gente precisa ter os dois lados na mesa falando, e não falarmos em ideologia. O senhor procurador, senhor Arthur, quando ele fala do PCC, De fato, agora, quem está soltando bandidos, traficantes e chefes de facções criminosas é a justiça. Quem está devolvendo os bens para traficante é a justiça. Então, são colegas que estão devolvendo isso para a rua. E nós estamos pagando esse preço. E nós, inclusive, quando chegamos aqui, uma pessoa falou para mim, você está indo para lá para falar disso? De Cracolândia? Eu falei, sim. Ali dentro, na política, tem o PCC. Eu não quero acreditar nisso que eu ouvi. Mas eu acho que valeria a pena, então, olhar como estão as nossas instituições. Se aqui dentro tiver, nós não podemos aceitar. Então, a pessoa aqui dentro falou para mim, você vai participar disso? Eu falei assim, sim. É um tema que, pela minha história de vida, eu quero ajudar. Assim como a gente ajuda as pessoas do nosso entorno, pessoas com doença mental, pessoas com crise, eu quero ajudar. E escutei isso, mas eu digo o seguinte, eu me solidarizo para aquele que está na rua, e que nós temos o nosso grupo aqui, incluindo as minhas amigas negras, as pessoas que convivem comigo diariamente, trabalham comigo, três negras fortes, que desde jovem trabalham, e eu tenho o maior respeito. Cada uma com um problema. Uma com mãe drogada que espanca a filha, a outra com irmão que também tem

problema com droga. Então, aquilo que a deputada falou para mim foi vitimismo. Uma coisa horrível que não deveria existir. Nós estamos do mesmo lado. Temos que parar de querer impor ideologia. Tem gente sofrendo. Eles estão sofrendo, estão sendo usados, porque virou uma indústria. O morador de rua, o drogado, os vulneráveis, eles estão escravos e alguém está lucrando. Nós temos que libertar essas pessoas. Então, é a minha fala.

Deputado Eduardo Suplicy

Senhora Silvana Perazzoli, se acha que eu ofendi, me desculpe, mas como a senhora havia interrompido a deputada já mais do que pela terceira ou quarta vez, e eu tinha dito para que todos respeitassem quem estava falando. Assim como todos respeitaram a sua fala, ninguém interrompeu. Só que agora eu não vou poder lhe dar a palavra, porque tanto o doutor Marcelo Ribeiro quanto o doutor Arthur Pinto precisam se ausentar. Então, vou passar a palavra para ambos poderem fazer uma reflexão conclusiva sobre tudo o que ouviram aqui. Por favor, tenham.

Marcelo Ribeiro psiquiatra ex diretor do CATROD.

Eu me despeço, só agradeço. Gostaria de participar na plateia agora dos próximos encontros e desejar uma boa tarde a todos.

Arthur Pinto Filho (promotor de saúde do Ministério Público de São Paulo membro do GTI)

Eu também agradeço o convite, acho que foi muito interessante o debate, porque houve posições diferentes, inclusive da plateia. Algumas de uma forma, outras de outra, mas eu achei muito curioso essa divergência, essas análises muito diferentes que foram feitas aqui. Eu queria fazer duas rapidíssimas observações com relação ao que a colega acabou de fazer. Eu queria dizer o seguinte, eu sou do Ministério Público, não sou do Judiciário. Nós processamos. Quando o juiz solta, nós

recorremos. Então, não temos nada a ver com a minha carreira, não tem nada a ver com a carreira do judiciário. São carreiras completamente diferentes. Segundo, evidentemente que eu não sou favorável a não entrar polícia, não sou favorável a polícia trabalhar. É evidente que sim. O que eu sou contra é a violência pela violência. Como muita gente falou aqui, a questão do PCC é grave, tem que ser analisada dentro de uma política pública de inteligência para pegar o traficante grande, não o microtraficante. Mas eu quero dizer a vocês que, para mim, é muito importante participar desses eventos, que eu sempre aprendo, e queria agradecer ao senador Suplicy pela a oportunidade.

Deputado Eduardo Suplicy

Dr. Marcelo e Dr. Arthur, muitíssimo obrigado pela sua extraordinária cooperação e depoimento. E eu gostaria também de lhes dizer, seria bom podermos ter um prolongamento do debate, porque eu tenho a convicção de que, conforme uma das últimas oradoras mencionou, que o dia que for instituído para valer a renda básica de cidadania universal e incondicional, isto vai contribuir enormemente para que sejam superados os problemas que temos observados na Caracolândia também. Inclusive, a senhora Silvana Perassoli, que ficou tão brava comigo, se quiser saber mais, eu me disponho a conversar com ela mais detalhadamente, se quiser conhecer também. Muitíssimo obrigado. Muito obrigado pelo convite. Um abraço. Mas vamos ainda ouvir a Mairilis Ribeiro, Cleiton Conceição e Manica Mesquita. O Maurício já saiu, então Clayton Conceição e Manica Mesquita.

Cleiton Ferreira - Centro de Convivência É de Lei e artista plástico (membro do GTI)

Por favor. Boa tarde a todos, bom dia, boa tarde já, né gente? Ninguém almoçou ainda, mas bora ver. Meu nome é Cleiton Conceição Ferreira, eu sou conhecido como Dentinho. E eu sou mais um morador desse lugar. Eu venho das ruas. Eu acho que não é falar sobre vítimas e míseras das pessoas.

Eu acho que é falar sobre vidas reais. Também vejo os moradores que aqui estão, os trabalhadores, os donos de comércio, que limpam suas calçadas, que as pessoas não têm acesso ao banheiro, à água, e elas são procuradas, elas são caçadas. Eu fui cassado por ser usuário de crack. Sim, em algum momento da minha vida, sim, o Crack salvou a minha vida também. Quando eu tinha fome, quando eu tinha frio. Mas eu já sou vítima de uma estrutura que nunca me olhou. E não olha pras pessoas. Então somos moradores do lugar. E falar assim sobre a questão do cuidado de todo mundo. A gente fala sobre a questão de reduzir esses danos reais. A redução de danos trouxe pra mim um momento de vida. Eu tô aqui com vocês hoje. Melhor organizado. Na prática, o meu uso do crack, do crack sim, foi pra uma dor de dente com uma bomba explodindo no meu rosto, que eu perdi minha visão. Mas será que o gasto dessa bomba valeu perder a minha visão? Será que o não ter acesso ao banheiro hoje, e como estão falando aqui, a gente tem acesso a muitas coisas e essas pessoas não tem. Então assim, sim, redução de danos é o cuidado e liberdade. Acho que a escuta é a primeira prática da redução de danos, o respeito ao próximo. Falaram sobre pessoas, estão falando sobre pessoas, e aqui não somos inimigos, pelo contrário, somos muito preocupados. Eu sou morador desde as calçadas e sou morador do território até hoje. Eu vejo aqui os moradores andarem, o medo das famílias, e o medo das famílias que estão lá deitadas todo dia. Trabalho na ponta hoje como redutor de danos e também sou artista do território. Eu sou uma das pessoas que estava assim, no De Braços Abertos, e falaram que não deu certo, então eu estou aqui para contar a história. Me tornei artista plástico pelo De Braços Abertos. Enquanto eu estava lá fazendo minha arte, enquanto eu estava em um momento de quatro horas de atividade, eu não estava usando drogas. Eu não estava fazendo corre, que seria o manguear, eu não estava nesse momento, eu estava construindo. As vidas importam. E hoje eu tenho vários traumas por causa dessa violência. Quando tem os confrontos, eu vejo as experiências das famílias, a bomba de gás entra para dentro dos apartamentos, é uma dor e sofrimento constante todo dia. Isso não pode continuar. E falar aqui também como uma pessoa que

hoje atua na ponta com essas pessoas se torna uma troca muito importante, porque nós, só quem estava com o cachorrinho na mão, sentado lá, sabe o que é passar um frio, sabe o que é ter fome, tem que ser explorado também, a cidade nos explora. E aí eu penso assim, o que falta mesmo? Moradia. Moradia é uma questão importante, o espaço cultural, a educação. Outras secretarias têm que fazer o seu trabalho, porque não são feitas. A saúde em principal. Falo isso para você que hoje, se eu sou melhor organizado, foi porque a gente conseguiu ainda estar num hotel onde a maioria dessas pessoas são deficientes. Uma pessoa que teve uma deficiência por causa de violência. E isso é válido. Quando sobra uma bomba, eu fico traumatizado dentro de casa, não consigo sair pra rua. Eu imagino como são as crianças, como que é o acesso dessas famílias, porque a gente tá lá, quando você fala sobre o território da Luz, o bairro da Luz, fala sobre Cracolândia, Cracolândia é uma marca que está na sociedade, e é de responsabilidade nossa a gente trazer melhores soluções, estarmos juntos, tanto na questão do cuidado, o cuidado de liberdade, redução de danos, que isso seja levado para outras frentes, porque a gente também é usuário. Hoje eu sou usuário de outras substâncias, do Crack, estou em abstinência do Crack, mas foi através da redução de danos, mas ainda continuo usando outras substâncias. Mas hoje eu tenho uma rede, uma rede que eu tenho acesso. Caso dê ruim, uma perda de emprego, alguma coisa acontecer, eu tenho uma rede que vai me apoiar. E essas pessoas precisam que essa rede seja funcional. Que os moradores, que a sociedade civil, que as instituições estejam presentes nisso. Pra gente construir melhorias na prática do cuidado. Entendeu o acesso? A gente tem aí um centro de convivência. Estar lá pra conviver com as pessoas, para que as pessoas possam falar, que tenham o direito de falar. Porque em algum momento dessa história, eu fui silenciado por ser pobre, por ser cracudo e não ter direito, invisibilidade, e quem sofre isso? Somos nós mesmos, os moradores, todo mundo está vendo isso. Porque deve ser muito ruim agora que é na época do frio. Hoje eu tenho um lugar que eu fico num quartinho. Eu tenho o sonho de ter uma casa também. E ter um lugar para mim, uma pia, poder cozinhar, poder fazer as coisas. Não, eu moro num quarto. A

gente dá acesso digno às pessoas. E não é só pegar as pessoas e colocar num albergue acúmulo de gente, não. Que essas pessoas também têm oferta. Porque eu acho, você que tava morando um dia na periferia, que conseguiu entrar num ap hoje, Vitória, e chega a ter uma cena dessa, é horrível. É horrível pra gente. O nosso filho tem que ir pra escola com medo, né? A gente não pode ter o medo de ter acesso a essa cidade, sem menos que as pessoas estão dormindo na calçada, gente. É urgente. Baixa as temperaturas agora. E aí chegou o Rapa, que é chamado de GCM, chegou o Rapa e violenta essas pessoas. O pouco que elas têm. Na rua. A minha redução de danos era ter livros. Eu lia. E aí quando eu tava fazendo a minha prática, isso era bem orientado. Hoje eu faço parte de um espaço que me garante o cuidado, mas o cuidado em liberdade. Que eu entenda que eu não sou a droga, Não é sobre o Crack só. Não é o Crack. É um conjunto social. E não dá pra romantizar, porque também, não dá pra você, que nem a mana falou aqui agora, né? Não dá pra você não olhar, porque eu sinto muito pelo seu pai, sinto muito também por vocês, por todos que estão aqui, ficaram aqui até agora. É importante demais a gente olhar pras pessoas, olhar e se somar nisso, né? Que redução de dano, sim, é uma prática, o De Braços Abertos, teve várias questões, mas foi um lugar que eu consegui ter minimamente um espaço pra dormir, um espaço pra me alimentar, um espaço em que eu tinha um ganho, através desse ganho eu virei artista. Hoje eu sou artista plástico, sou um dos artistas do território, e aí, como a gente vê hoje, o Tem Sentimento. Então, assim, não estamos aqui para guerrear entre nós. A guerra já está posta. Está aí. E é de hoje, de muito tempo. Quando eu era moleque também. Hoje eu tenho 44 anos de existência. Então, gente, vamos construir juntos, pensando no cuidado, em liberdade e somando as potências. Obrigado.

Deputado Eduardo Suplicy

Muito obrigado, Cleiton Conceição. O seu depoimento é, acredito, de extraordinária valia. e, como

uma conclusão deste nosso diálogo, agora eu vou passar a palavra... A assessora falou que não vai. O problema é que, hoje, acho que não vou ter almoço, porque estamos desde as 10 e já está na hora de começar a sessão. A Audiência Pública sobre Saúde Mental da vereadora Luana teve a dignidade de ser solidária. Mas agora nós vamos ouvir a doutora... Manica Mesquita e, por favor... Manica Mesquita, saiu? Então, vamos ouvir agora a palavra conclusiva da doutora Taniele Rui, professora de Antropologia da Unicamp, autora do livro Nas Tramas do Crack. Após todos esses testemunhos, depoimentos tão interessantes, enriquecedores para o objetivo de nosso trabalho, será importante ouvirmos a doutora Taniele Rui, tenha a palavra.

Taniele Rui (UNICAMP, membra do GTI)

Eu só... Não, acho que não é nada conclusivo. Na verdade, é só o início, eu acho, de variadas discussões. E eu queria agradecer muito a oportunidade de a gente ter feito esse debate franco. Teve um conflito, mas também teve muito esforço de mediação e eu gostei muito de todas as falas que tentaram essa mediação e me somo a elas. É uma pena que agora os moradores, a maioria, não estão aqui, mas eu acho que, de fato, eles trouxeram coisas muito importantes para serem levadas em conta nos trabalhos que forem sendo tocados, acho que é evidente o quanto a vida deles estão sendo afetadas por toda essa situação, e, de fato, uma solução concreta implica uma mediação, um entendimento maior dos moradores, dos trabalhadores e dos usuários que estão circulando e sendo transportados de um lado para o outro no Centro de São Paulo. Eu não sei se essa audiência vai resultar em encaminhamentos. Eu acho que seria interessante a gente saber um pouco quais seriam esses encaminhamentos. Então, eu também passo para o vereador. Mas eu queria dizer que fiquei... Deputado, senador, deputado, vereador, tudo. Suplicy é tudo. Mas eu queria saber um pouco desses encaminhamentos, me colocar à disposição também. Quero dizer que, mesmo sendo professora e pesquisadora, eu falei desse lugar porque eu acho que é o lugar que eu mais me sinto confortável,

mas que eu nunca entendi pesquisas que estivessem apartadas das vidas sociais das pessoas, ou que não fizessem um trabalho que estivesse muito colado ao cotidiano das pessoas, das suas vivências. Só esse tipo de pesquisa que acredito, não acredito em outras. Mas eu queria deixar claro, e acho que tem uma coisa muito importante acontecendo na cidade de São Paulo, que é essa relação entre PCC e milícias. E eu acho que tem uma coisa séria mesmo, porque os moradores também estão narrando que já estão sendo cobrados para ter proteção policial no Centro de São Paulo. Isso é muito sério. E isso também precisa de encaminhamentos. Então, tem muitas questões sérias, novas e bastante complicadas para serem debatidas.

Deputado Eduardo Suplicy

Querida Taniela e Rui, muitíssimo obrigado pela sua cooperação, pelo seu depoimento tão importante. Quero agradecer a participação de todos e todas, e, neste encerramento, propor como encaminhamento a retomada dos trabalhos do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre o Território, conhecido como a Cracolândia, que foi criado no ano passado pelas Comissões de Direitos Humanos da Câmara Municipal e da Assembleia Legislativa. Eu ontem tive um diálogo com o Major Meca, presidente da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, para que juntássemos com o nosso grupo de trabalho. E ele, em princípio, aprovou a proposta. Fiquei de conversar melhor com ele no início da semana. E tivemos aqui a presença da vereadora Luna Zarattini, presidente da Comissão de Direitos Humanos, que vai colaborar com isso, como ela falou. E, além de nós, parlamentares, esse grupo de trabalho será composto por órgãos do Executivo Municipal e Estadual, Conselho Nacional, Estadual e Municipal, de políticas de álcool e outras drogas, Ministério Público, Defensoria Pública, OAB, Tribunal de Justiça, Universidades, entidades que atuam na região, os moradores, os comerciantes e usuários das cenas abertas de uso de drogas.

quanto maior nossa união de esforço, melhor chegaremos em nosso objetivo comum de encontrar soluções para este problema de grande complexidade. Eu quero agradecer a todas e todos e dizer que, como que eu acredito muito, que o dia que tivermos e espero que isso aconteça em breve, porque já é lei aprovada por todos os partidos, no Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula, em 8 de janeiro de 2004, há 19 anos, o dia em que tivemos para valer a renda básica de cidadania universal e incondicional, para todos os mais de 200 milhões de brasileiros e brasileiras, nós teremos dado um passo muito significativo para resolver também o problema de todos que vivem na Cracolândia. Então, muitíssimo obrigado a todos. Espero poder dar uma contribuição a você e para você. Minha casa não é propriamente uma mansão, mas eu posso um dia convidá-la para almoçar. Muito obrigado a todos vocês.

**3º Reunião do GTI da Cracolândia, na Câmara Municipal de São Paulo 14/09/2023.
Apresentação da Secretaria de Direitos Humanos**

Participantes:

1. Soninha Francine - Secretária Municipal de Direitos Humanos
2. Deputado Estadual Eduardo Suplicy – Presidente da Comissão de Direitos Humanos - ALESP
3. Vereadora Luna Zarattini – Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania
4. Vereadora Eli Teruel
5. Vereador Professor Toninho Vespoli – on-line
6. Sonia Domingues, moradora do Complexo Júlio Prestes
7. Cleberson Charles de Menezes Souza - morador da região.
8. João Carlos – Morador do bairro Campos Elíseos
9. João – Morador
10. Alexandre Araújo - Movimento Faces & Vozes da Recuperação do Brasil
11. Clayton Ferreira – Dentinho – morador na rua, trabalhador na rede redutora de danos e artista do território, ator do Teatro de Container
12. Roberto Otaviano – trabalhador da Rede de Educação
13. Rose – Moradora
14. Lírio Negro
15. Roseli Kraemer – Comitê POP Rua
16. Flávio Campos – Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil

Vereadora Luna Zarattini.

Todo mundo sabe o quanto a chamada Cracolândia na região central tem sido alvo de discussões, de reportagens, de violência e de uma série de questões, e como a gente precisa fazer um debate sincero, um debate amplo, aberto, sobre essa questão que não é uma questão, na nossa opinião, de polícia, não é uma questão de truculência, mas é uma questão que envolve a saúde pública, envolve educação, envolve debates de moradia, envolve cultura, envolve a gente discutir como podemos ter saídas qualificadas por meio de diversas políticas públicas combinadas, e como podemos, através desse grupo de trabalho interinstitucional, reunir especialistas, moradores da região, reunir poder público, reunir operadores do direito, reunir o judiciário, reunir o executivo, o legislativo, para que a gente encontre soluções em conjunto para essa questão que, infelizmente, não é mais uma questão só da cidade de São Paulo. É uma questão que tem sido repercutida em várias outras cidades do Brasil. Então é algo que a gente precisa fazer um esforço em conjunto para buscar essas saídas, essas políticas, que sejam realmente efetivas. E o Grupo de Trabalho Interinstitucional, esse GTI, busca fazer esse diálogo. Então, eu queria passar aqui, e no final também, para deixar bem nítido o objetivo desse Grupo de Trabalho, é que a gente produza um relatório com recomendações de políticas públicas, com recomendações e ações do Poder Público. Como vocês estão vendo no slide, é um grupo de trabalho interinstitucional que conta com a participação de diversos atores e que visa debater a região conhecida como Cracolândia, localizada no território da Luz. Nessa segunda edição do GTI, temos como objetivo a produção de um relatório de recomendações de políticas públicas a serem adotadas na região. Bom. Bom, eu vou passar, então... Eu tenho aqui. Aqui já vou passar, então, a palavra para o Eduardo Suplicy falar um pouco dessa trajetória do grupo de trabalho e como foi conduzido os trabalhos na primeira edição do GTI. Com a palavra, deputado estadual Eduardo Suplicy.

Deputado Eduardo Suplicy

Querida presidente, a vereadora Luna Zarattini, desta reunião da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. Quero cumprimentar a querida Secretária de Direitos Humanos, Sonia Francini, a Jussara Basso, vereadora que precisou se ausentar, a vereadora Eliter Well, ao vereador Toninho Vespoli e a todos os presentes. E eu acredito que este grupo de trabalho, que envolve tanto a Câmara Municipal quanto a Assembleia Legislativa, tem por intenção trabalhar, conhecer em maior profundidade os problemas da Cracolândia, um dos maiores problemas que temos hoje na cidade de São Paulo e em tantas outras cidades do interior e mesmo do Brasil. Em 9 de dezembro de 2021, com a vereadora Erika Hilton e eu próprio, nós criamos uma primeira comissão e também colaboramos com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, na ocasião com o deputado Emilio de Souza, ex-prefeito de Osasco. E as reuniões ocorreram durante o ano de 2022. Em março de 2023, o grupo foi finalizado. Hoje estamos em um novo momento muito propício. Em 22 de junho deste ano, nós realizamos uma audiência pública na Assembleia Legislativa para debater o território da Cracolândia, cenas abertas de uso de drogas em São Paulo. Nesta audiência, contamos com a presença da deputada Paula da Bancada Feminista, o deputado Guto Zacarias, a vereadora Luna Zarattini, o promotor do Ministério Público, Arthur Pinto Filho, a professora, a doutora Tanieli Rui, o médico-psiquiatra, o doutor Marcelo Ribeiro, moradores do território, trabalhadores e usuários que frequentam a região. As apresentações foram ricas, e as falas de todas as pessoas foram muito importantes para refletirmos sobre o tema da audiência pública sobre o novo momento do Grupo de Trabalho. Após um ano deste GTI, aprendemos muito com erros e acertos, além de conclusões coletivas sobre os diversos assuntos que permeiam a região da Cracolândia. Entendo essa reinauguração do nosso grupo de trabalho institucional entre a ALESP e a Câmara de Vereadores como um novo momento em que repensamos a proposta de configuração e da composição do grupo. Após conversas com diversas pessoas que compuseram o GTI anterior,

peessoas que poderão compor este novo momento, nós trouxemos uma proposta para ser apreciada e aprovada por vocês. Eu fiz um requerimento para a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa da qual sou o presidente, para que o GTI acontecesse pela comissão, porém, na reunião de ontem o requerimento não foi votado, mas eu, por enquanto, vou acompanhar o GTI pelo meu mandato. E agora venho apresentar a proposta de composição deste GTI. Há um slide que vocês poderão acompanhar, em que se mostra da parte do Legislativo os membros indicados da ALESP e da Câmara Municipal. Da parte do Executivo Municipal, temos as Comissões de Direitos Humanos e Cidadania, de Assistência e Desenvolvimento Social, de Segurança Urbana, de Saúde e de Habitação. Da parte do Executivo Estadual, as Secretarias de Saúde, Justiça e Cidadania, Segurança Pública, Desenvolvimento Social e Ouvidoria das Polícias, operadores de direito, membros indicados do Ministério Público, da Defensoria Pública do Estado e da OAB. Membros da sociedade civil, representando os Conselhos Estadual de Política sobre Drogas, Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Comitê da Política Municipal para a População de Rua e os representantes da sociedade civil, dos moradores, dos usuários, dos acadêmicos e ainda das organizações. Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas, Teto, Trampo e Tratamento e o É de Lei. Sempre estaremos dispostos a repensar as rotas que forem necessárias rever em nosso grupo, tendo em vista que aqui temos diferentes perfis e uma grande quantidade de membros. Nós teremos que focar nos consensos e repetir em como vamos operacionalizar nosso trabalho. Há divergência entre nós. Entretanto, a grande convergência se resume em querer solucionar a situação em que a região da Cracolândia se encontra. Gostaria de fazer um apelo para que todos e todas se tratem com respeito, pois temos um interesse em garantir a melhora da qualidade de vida de todas as pessoas que vivem na região central da cidade. Então, retorno a palavra à querida Luna Zarattini.

Vereadora Luna Zarattini.

Bom, e... Continuando a apresentação dessa proposta que a gente tem feito aqui no GTI, eu queria apresentar o cronograma também do nosso grupo de trabalho. Então, hoje é a primeira reunião que envolve essa apresentação do planejamento, dos objetivos, dos atores, dos convidados que vão compor a composição desse GT. E, a partir da segunda reunião, a gente quer fazer um processo de escuta e diagnóstico para que a gente produza esse relatório. Então, nessa segunda reunião, a gente quer a presença das secretarias, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, da Secretaria da subset, da secretaria da SMDet, da SMU, da SMC. Numa terceira reunião, a gente quer a presença dos trabalhadores no território e fazer esse processo de escuta também, em separado, faz com que a gente consiga ter diversos elementos sobre isso. Numa quarta reunião, a gente quer ouvir moradores e comerciantes da região. Inclusive, eu estive presente numa reunião chamada pelo Sindicato dos Comerciantes, que também tem buscado a discussão da Cracolândia, como que os comércios ali podem voltar a funcionar, e como essa questão pode ser trazida aqui também, no nosso GTI. E, na quinta reunião, a gente quer ouvir os coletivos do território e os usuários. A previsão é que a gente faça também algumas visitas ao território, tanto uma primeira visita ao Fluxo e conversa com usuários e comerciantes, como também uma visita ao Hub e ao CAPS Redenção. Depois, seguindo aqui o cronograma, a gente quer fazer um processo de debate e de formulação. Então, a gente selecionou algumas áreas para a gente fazer debates mais focalizados. Então, na sexta reunião, a gente quer entender e fazer um foco em relação às políticas de saúde na região da Cracolândia. Na sétima reunião, as políticas de assistência e desenvolvimento social. Na oitava reunião, as políticas de moradia, ou, na reunião, a zeladoria urbana e segurança pública. Depois, na décima reunião, falar sobre a ótica dos direitos humanos. Na décima primeira reunião, falar sobre a geração de emprego e renda. e escolaridade, e, numa 12ª reunião, falar sobre as políticas de cultura, para que aí

a gente faça um processo de sistematização dos dados e elaboração de um segundo relatório, para a gente dialogar com o primeiro relatório que foi trazido. Queria aqui anunciar a presença da vereadora Eli Teruel, agora de forma presencial, obrigada pela presença. É sempre bom você aqui. Então, agora a gente queria abrir, a partir dessa proposta do cronograma, eu queria abrir as inscrições de falas dos presentes, para a gente tentar entender se esse cronograma, se essa proposta é positiva, se todo mundo concorda, também ouvir vocês sobre esse tema. Também queria saber se a secretária Soninha gostaria já de fazer o uso da palavra, que eu acho que seria muito importante apresentar, pelo âmbito da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, as colocações. Soninha, acho que todo mundo aqui já conhece, tem uma trajetória muito grande na defesa dos direitos humanos, nesses temas. Então, é uma honra, é muito importante a sua presença aqui, contribui muito, enriquece muito o nosso GTI. Agradecer a sua presença, secretária. A gente sabe do esforço que é para estar aqui na Câmara e esse diálogo entre Câmara e poder executivo é muito frutífero, principalmente em temas tão sensíveis, tão importantes e de difícil solução e complexidade, como é o tema da Cracolândia, que não vai ser resolvido em uma gestão ou uma segunda gestão, que é uma questão que a gente tem que olhar, além das gestões da Prefeitura, mas ter um trabalho contínuo, de curto, médio e longo prazo. Então, sua presença aqui é muito importante. Primeiro, eu passaria a fala para a secretária, e depois a gente abriria a fala para o público em geral, para todos que estão aqui, e agradecer novamente a presença de todo mundo, e também aqui do Eduardo Suplicy, nosso eterno senador. Vou passar agora para a secretária. A Maria Angélica está pegando as inscrições, então, se vocês puderem falar com ela, vai ser muito importante.

Soninha Francine - Secretária Municipal de Direitos Humanos.

Obrigada, vereadoras, vereador, deputado. Na verdade, a Secretaria de Direitos Humanos não faz nenhum favor de vir para a reunião da comissão. Inclusive, a secretária ocupa um lugar estratégico

dentro do Poder Executivo Municipal, porque, em várias pautas, nós não temos atribuições executivas diretas, mas temos participação em todos os conselhos gestores, grupos de trabalho, comitês executivos, do próprio Poder Executivo, que tratam desse assunto. Então, Direitos Humanos tem uma presença nas várias instâncias de formulação, de monitoramento, avaliação das políticas, além de ser a Secretária, que é a sede do Comuda, Conselho Municipal de Álcool e Drogas, e outras drogas. E o Comuda tem representações também de várias secretarias, da Sociedade Civil e da Câmara Municipal, inclusive. Então, eu entendo que, nesse GT, possivelmente, a Secretaria de Direitos Humanos é o ponto focal do Executivo para tratar, para todo esse calendário de ações. Porque, realisticamente falando, eu acho bem mais viável que as secretarias, as outras secretarias sejam convidadas para reuniões específicas para tratar dos temas, do que que elas consigam se engajar como membros permanentes de todos esses trabalhos. Só nas Secretarias de Direitos Humanos a gente se divide em 88 reuniões de colegiados diferentes por mês. Então, imagino as outras secretarias também, qual a disponibilidade de agendas. Mas nós já acompanhávamos a composição anterior dessa comissão, que é muito interessante, presidente, porque é muito plural, como tem de ser. A alternância de reuniões na Câmara, na Assembleia, fazia a gente se confrontar com o tamanho do desafio, como a senhora já bem colocou aqui. Se vocês me permitem, eu vou falar tão rápido que talvez não tenha nem para entender, para não perder muito tempo, mas eu quero trazer aqui a apresentação que algumas pessoas já viram, porque já foi feita na reunião da Comissão de Finanças e Orçamento, Era uma audiência pública tratando sobre a isenção de IPTU para os imóveis mais diretamente afetados pelo movimento do fluxo. Acho que é um bom resumo do que vem sendo feito nos últimos anos, e especificamente nos últimos meses e semanas. Nós, no governo, no Poder Executivo, o Legislativo também, mas o Poder Executivo é mais cotidiano esse confronto. Nós vivemos esmagados entre duas posições. Uma parte das pessoas que entende que nós só nos preocupamos e nos ocupamos com os direitos dos usuários e as outras pessoas não têm direitos

também, e uma outra parte que entende que, na verdade, nós não zelamos nem um pouco pelos direitos dos usuários e que só o que existe voltado para essas pessoas é a violência. Parece também que tem uma divisão em duas possibilidades, para algumas pessoas só internando compulsoriamente, e redução de danos não é uma alternativa desejável, viável e outras pessoas que entendem exatamente o contrário, que a internação é uma forma de violência e que a abstinência é uma visão moralista da questão. Nada disso se divide tão facilmente. As linhas de cuidado, os projetos terapêuticos dizem respeito a cada pessoa. Não existe, até na trajetória de uma pessoa, pode haver variações entre esses momentos de tensão. Uma pessoa que faz uso de álcool, por exemplo, não conheço nenhum caso em que exista alternativa à abstinência. Outras drogas permitem um outro tipo de relação, outras substâncias. Então, o que vem se fazendo?

Essa é a página do programa Redenção, que é o guarda-chuva das ações voltadas especialmente para as cenas de uso e especialmente para as cenas de uso da luz. Não é a política de drogas do município de um modo geral, é um programa voltado para esse contexto, vamos dizer. São três grandes linhas de ação. Isso é uma compreensão que vem se consolidando ao longo de vários anos. **O tratamento ou o cuidado em saúde, as ações de desenvolvimento, assistência social, desenvolvimento social e de trabalho.** Bom, são três dessas linhas: tratamento, acolhimento, trabalho e renda. Então, esse é um mapa de programas, de equipamentos, serviços ligados à redenção. Confesso que esse é um mapa desatualizado, porque depois que eu fiz o print da tela, já houve algumas mudanças, alguns acréscimos até. Mas a atuação voltada para a cena de uso da região da luz, não se concentra na cena de uso da região da luz. Nenhuma das questões vai ser resolvida só ali. Nem as questões de segurança pública, nem as questões de saúde, de assistência social. Isso exige que a cidade mobilize uma série de outros recursos para além da própria região. Então, na assistência social, um modelo que foi criado mais recentemente é esse do SEAT. SEAT 1, 2, 3, são três atribuições diferentes dentro do programa. O SEAT 1 é o da abordagem, portanto, é algo que acontece realmente no território, nas

cenar de uso. O SEAT II já é um pouco mais afastado do território, mas ainda na região central, que oferece um acolhimento pela assistência social com uma relação mais próxima com serviços de saúde. E o SEAT 3, que é para as pessoas que já estão num outro momento mais organizadas. O SEAT 3 é uma reformulação, um passo adiante, eu entendo, em relação... No SEAT 2 eu ia comparar com os hotéis sociais, mas não é justo. Mas o SEAT, os hotéis sociais que ficavam ali na região central, são coisas bem diferentes. O SEAT 3 já é o modelo que parte dos hotéis sociais afastados da cena de uso que começaram no governo anterior, no programa De Braços Abertos. Tanto é que dois continuam. Esse é o SEAT 2, são os dois SEAT 2 ali do centro. Então, o SEAT 3 Heliópolis, o SEAT 3 Brasilândia, são serviços que já tinham sido criados e que eram, de modo geral, bem avaliados pelos próprios beneficiários do programa, como formas realmente de reorganização, de reinserção. E agora tem mais dois SEAT 3. Penha e o Hermelino Matarazzo, que têm mesmo um cuidado com a qualidade do espaço para realmente favorecer uma reconstrução, uma reorganização de pessoas, de casais, de famílias. Aqui tem umas fotos do Hermelino Matarazzo, porque eu gosto muito de ir lá mesmo. Pode ir na próxima. É bem caprichado. Pode ir. Então, o SEAT tem uma série de atividades, tanto o SEAT 2 quanto o SEAT 3, tem esse cuidado mesmo integral. Não é só o acolhimento de assistência social, não é só o atendimento em saúde, se bem que tanto assistência social quanto saúde, se não envolverem todas essas coisas, também não fazem jus ao que pretendem. Aí, na área da saúde, mais propriamente, a gente continua expandindo a rede de CAPS pela cidade. Tem o CAPS AD Boraceia, que é... razoavelmente perto do território da luz, e tem o CAPS 4 praticamente no meio das cenas de uso, que fica ali na Duque de Caxias, atravessando a rua da Praça Princesa Isabel, porque é 4, é uma modalidade que não existia. É um CAPS 24 horas de porta aberta. Os CAPS que têm funcionamento 24 horas nos outros modelos, eles têm funcionamento 24 horas porque eles têm leitos de internação, por uma permanência ali de até 15 dias. Mas ele não é um serviço aberto 24 horas para acesso das pessoas, e o CAPS 4 sim. E tem as unidades de acolhimento,

as UA, que também é um serviço da saúde, que tem essa compreensão, não é uma invenção do município, faz parte da rede de atenção psicossocial, é um serviço que tem essa compreensão, que você não consegue oferecer, de fato, cuidado para uma pessoa que vai para o CAPS e volta para a calçada, que tem uma consulta marcada no CAPS, um grupo, terça-feira às nove da manhã, e de hoje até terça-feira, Ela não tem onde ficar, não tem o que comer, não tem o que vestir, não tem onde lavar roupa. Então, claro, é uma compreensão de que o cuidado da pessoa precisa envolver um lugar para ela estar. Pode ir. Aí as imagens do CAPS AD 4. E aí tem um outro serviço, esse sim, uma proposta dessa gestão, que é o serviço de cuidados prolongados, que também tem essa compreensão de que, bom, a pessoa passou pelo CAPS, ou passou pelo hospital, pelo leito de internação e depois. A gente sempre cuidou muito mal desse depois. Não é à toa que são tantos os relatos, tanto de que a internação não adianta nada, o cara já passou dez vezes por uma internação e continua aqui, ou o relato, a redução de danos não adianta nada, o cara continua aqui. Se a gente não oferece um lugar para essa pessoa, quem já acompanhou a trajetória de um usuário, quando ele passa por uma internação, por um período de desintoxicação, sai super confiante. Estou limpo, estou careta, estou bem". A gente olha para o cara e fala assim, está gordinho. Quem acompanhou a pessoa na cena de uso e, depois, quando ele sai de um serviço, está gordinho, está bem para caramba. Se a gente não tiver o que oferecer nesse momento... Quanto tempo vai durar a autoconfiança, a organização, a convicção dessa pessoa em continuar se cuidando? Então, o serviço de cuidados prolongados é um outro tipo de serviço criado pensando nisso, que continua usando o projeto terapêutico singular como o que precisa ser feito. Cada pessoa precisa ter o seu projeto. Algumas precisam se reaproximar da família, e isso em si traz um grande... um benefício muito grande para as partes, mas, se a gente não acompanhar essa aproximação da família, se a gente não estiver próximo disso, apoiando, isso também pode ser um outro tipo de frustração, de conflito. A situação, muito frequentemente, envolve rupturas sérias de casamento, de relacionamento terminado, de mãe com

filho. Então, esse depois é algo que vem sendo... A gente vem dando mais atenção a isso de uns anos para cá. Aqui são as imagens do SCP, dessa estrutura. As pessoas que estão no SCP gostam muito. Elas têm uma avaliação muito positiva. E, assim, a regra para o SCP é a abstinência. Mas as pessoas não são obrigadas a ficar no SCP. Elas podem ir construindo a sua saída. Então, eu vou sair porque eu estou estudando, estou fazendo um curso, beleza, faz parte do projeto singular. E a hora que quiser interromper e ir embora, é claro, e não existe um movimento voluntário ou compulsório para o SCP. Lembrando que internações involuntárias e compulsórias são medidas que são decisões judiciais, a partir de um laudo médico, de uma pessoa específica. Não existe nenhuma previsão legal para uma internação involuntária e compulsória que não siga esse caminho, como qualquer internação. Se você tiver uma pneumonia grave, um médico vai achar que você tem que ser internado, outro vai achar que você pode ser tratado em casa. Então, a gente pode até concordar ou discordar dessa avaliação. Eu já discordei várias vezes de pessoas que tiveram alta, em crise renal, morrendo de dor, não voltar para casa, toma aqui um tramal. Então, mesmo que seja por uma decisão de um juiz, não é simplesmente a cabeça do juiz quem decide se você precisa ou não precisa. Tem um laudo de um profissional médico concordando ou discordando dessa avaliação. Então, a rede de atenção psicossocial hoje é muito maior do que ela era antes, de um modo geral. Tem mais CAPs, tem mais unidades de acolhimento, as UAS, tem mais equipes do consultório na rua, que não é exatamente da RAPs, mas também acrescenta, e tem as equipes específicas do Redenção na Rua. E tem, aquele outro eixo do trabalho, que também é uma construção, algo que foi ficando claro, já dois governos atrás, o De Braços Abertos já trazia essa ideia de que, olha, tem que ter o trabalho. Isso também continua sendo desenvolvido e aperfeiçoado. Então, hoje, a gente tem o POT, Programa Operação Trabalho Redenção, que é executado de uma maneira também, presidente, mais próxima, mais intensa, mais cuidadosa. Porque uma compreensão que você tem assim, você não pode ter altíssima exigência. Tipo, não, para vir aqui, você não pode se atrasar, 15 minutos, três

vezes, perdeu, acabou, voltou. Porque aí você está... ajudando a construir a trajetória do passo para frente, dois para trás, três para frente e um para trás. Então não pode ser de altíssima exigência, claro que não, porque senão você não vai funcionar. Mas também não pode ser zero exigência. precisam de contornos que ajudem esse processo todo de reorganização, de convívio, outros códigos, outro repertório. Então, eu gosto especialmente do POT Redenção que tem no Bom Retiro, que é razoavelmente próximo ali da região da luz e que faz um trabalho muito intenso, muito caprichado. De novo, a gente vai estar se deparando com o desafio de... E depois? Porque o POT, a Operação Trabalho, ele tem um período. Ele é por, no máximo, dois anos. E aí você tem pessoas aqui incríveis trabalhando, aprendendo confeitaria e produzindo maravilhosamente nas instalações do POT. Quando terminar o período delas lá, elas deixam de ter esse auxílio fixo, passam a depender da sua própria produção e elas estão doidas para produzir. Mas vão produzir onde? Ela não tem uma confeitaria, ela não tem uma marcenaria. Então, nós estamos lidando com essa ansiedade. Tem uma demanda, e eu acho que isso é algo que a Câmara Municipal pode muito ajudar a construir, que são lugares de produção para geração de renda. Aqui é capacitação. E tem até acordos informais com a organização. Você participou da capacitação da marcenaria de manhã, à tarde não vai estar usando a oficina. Então, você pode vir aqui utilizar. Mas aí fica o problema de onde vender o produto. Então, a gente precisa pensar em um modelo que não seja só a capacitação para o trabalho, mas que seja mesmo uma oportunidade de prestação de serviços, de venda de produtos. Então, estamos lidando com esse depois. Tem várias situações que lidamos. O já é para já, é para já, para já, para já. O que precisa? Precisa de um lugar para as pessoas se cuidarem e serem cuidadas. Não adianta. O lugar. O lugar é uma coisa fundamental. Onde estaríamos agora fazendo essa reunião se não tivesse um lugar com som bom? O lugar, o já, é muito importante nesse sentido. Um lugar. E tem o por enquanto. que vai ser diferente para cada pessoa. Para alguns, por enquanto, é redução de danos, é CAPS, é vai e volta, anda. Para outros, vai ser um processo mais longo, ou de internação, ou de reinserção. E tem o

depois. E a gente ainda tem muito desafio, claro, no já, por enquanto, mas, se a gente não cuidar do depois, também vamos continuar nessa sensação de não chegar nunca no lugar que a gente pretende. Do meu ponto de vista, pode haver divergência, escutar isso, mas do meu ponto de vista, sim, é não ter cena de uso a céu aberto. Eu não acho que é possível admitir que a cena de uso a céu aberto seja algum lugar onde se garanta direitos. Então, para nós, da secretaria, nós não concordamos com algumas pessoas que entendem que a cena de uso pode ser um lugar que as pessoas estejam sem sofrer violência. Nós achamos que o convívio à violação é parte de uma cena de uso a céu aberto, não é um espaço de garantia, não é um espaço de dignidade humana. Pode ir. Bom, aí tem as vagas do POT Redenção. O Governo do Estado tem sempre... O Município sempre demanda mais e mais do Governo do Estado, porque o Município é quem sempre é mais pressionado, demandado, cobrado. E aí o Governo reformulou o CRATOD, que agora é HUB. pode passar. Um investimento muito bom do Governo do Estado, muito incipiente ainda, porque é pouco numeroso, mas que espero que aconteça mais para fazer bastante diferença, que é repúblicas. Também repúblicas para as pessoas que saíram de uma internação, saíram de uma comunidade terapêutica e... Então, essas são fotos de uma república na Vila Mariana. Tem um acompanhamento bem intenso. Eu fiquei muito bem impressionada com as repúblicas criadas na capital, na cidade de São Paulo. Aí tem um resumo do que o Estado dispõe, leitos hospitalares, comunidades terapêuticas, etc., etc. Pode ir. Ah, e tem muitas e muitas histórias bacanas, pode ir. E aí, próximos passos. O que se prevê para o território, ou para o território expandido? O SECO é um serviço de saúde. Eu acho, Angélica, acho que só tem na cidade. Foi uma criação municipal, o SECO, ou ele foi incorporado ao SUS depois? Foi reproduzido em outros lugares. Olha só. Então, tem o SECO, Centro de Convivência e Cooperativa, que são serviços bastante interessantes de convívio de atividades diversas, culturais e esportivas. Talvez vocês já tenham passado por um SECO sem saber o que era. Ali na Avenida Sumaré, esquina com a Tutoia, tem um SECO. O Parque Ibirapuera tem o SECO, tem inúmeros

pelas cidades, então são equipamentos que, embora ligados à saúde, também não são equipamentos simplesmente de ter ação, tratamento, consulta em saúde, mas uma visão até de saúde muito mais abrangente. Não é só para pessoas que fazem uso nocivo de drogas, é para pessoas... O SECO é bem articulado com as atenções, em saúde mental de modo geral, mas também não é só para as pessoas em atenção em saúde mental, promove mesmo esse convívio saudável. E outra oferta importante, que a gente entende, que é esse lugar de cuidado, para autocuidado e receber cuidado, e um caráter menos precário, talvez seja a palavra, invasivo, da Estação Cidadania. A Estação Cidadania foi criada durante a pandemia, super emergência sanitária, então foram estruturas temporárias feitas com serviços de empresas que prestam serviço em eventos, feiras, convenções, tudo, criadas em praça pública, para as pessoas poderem tomar banho, usar o banheiro e lavar sua roupa. Ninguém achou que a pandemia ia durar dois anos. Eu lembro quando a gente interrompeu as atividades aqui da Câmara, fechou, parou tudo, vamos todos para o online, a gente achou que era três meses. E, no fim, foi todo esse tempo, e as estruturas que eram para ser bastante temporárias, acabaram ficando por muito mais tempo do que o previsto. Então, a gente precisa oferecer outro tipo de possibilidade de autocuidado e de cuidado que é a Estação Cidadania, que é um imóvel propriamente alugado para isso, pode ser um galpão, pode ser um terreno no qual se coloque essa estrutura. E já existe uma Estação Cidadania em funcionamento, que não é para cena de uso, mas na região da Sé. A Praça da Sé tinha uma estação, tinham vidas no centro, com banho, banheiro e lavanderia, ocupando um pedaço bem grande da praça. Ali perto tinha a quadra do sindicato dos bancários, onde as pessoas podiam receber as marmitas para almoçar diariamente. A quadra dos bancários fechou, a estação vidas no centro foi desmontada, e agora existe um lugar, onde as pessoas chegam mais cedo, esperam o serviço, esperam o almoço sentadas enquanto participam de uma atividade, enquanto assistem a um filme, fazem um debate na sequência. E o almoço, o pessoal brinca que é a praça de alimentação, tem... um salão grande com mesas e cadeiras, na verdade, dois, um com mais

acessibilidade para as pessoas idosas, pessoas com dificuldades diversas de locomoção, e o outro maior. E aí não é mais do que o Vidas no Centro, que tinha esse espaço do autocuidado, mas você tinha ali pessoas encarregadas assim, aqui sua toalha, daqui seus pertences, aqui seu sabonete. Claro, acabava criando um vínculo, mas agora não. A estação tem equipe técnica para atender as pessoas. Então, tem assistente social, que entra em contato com as redes da prefeitura para articular uma vaga. Tem um consultório na rua, que agora passa lá na Estação Cidadania também, para oferecer atendimento para as pessoas. Então, da parte de direitos humanos, tem essa previsão de que se ofereça uma estação cidadania em algum local ali do território, ou seja, um passo adiante do que era o Vidas no Centro, e oferecendo também isso que é super importante, que é um lugar decente para as pessoas comerem, para as pessoas poderem se sentar, lavar a mão, porque precisamos avançar do combate à fome, que é urgente, e isso entrega uma marmita a qualquer lugar, para o direito à segurança alimentar e nutricional é um direito de cidadania. Então, a minuta do edital está na assessoria jurídica para fazermos os finalmentes e poder publicar logo mais. Acho que é isso. Obrigada, presidente. Obrigada. Demorei mais do que pensei.

Vereadora Luna Zarattini.

Muito obrigada, secretária. Muito importante essa apresentação bastante esclarecedora das políticas. Queria, antes de passar a palavra para os inscritos, reforçar que a gente chamou outras secretarias para estarem presentes. A Secretaria de Direitos Humanos esteve presente aqui com a nossa secretária. mas a gente também convidou a Secretária de Saúde, a SMADES, e a Secretaria de Segurança Urbana, de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, a Secretaria de Cultura e a Subprefeitura da SÉ, mas que a gente vai continuar chamando nas próximas reuniões. Também queria saudar a secretária e dizer que, aqui no Legislativo, na Câmara, pode ter certeza que você e todos serão parceiros para a gente trabalhar nessa continuidade das políticas, principalmente nesse

acompanhamento que você bem colocou, das pessoas que estão em tratamento e como podemos conduzir esses processos, inclusive dessas saídas serem efetivamente qualificadas e não serem interrompidas, e isso exige realmente um esforço de todos nós para podermos ter essa transformação da nossa cidade, que é algo urgente, que é algo que a cidade espera, os moradores esperam, a sociedade espera. Queria também reforçar, antes de passar para os inscritos, que tem 12 inscrições aqui, que vão ser essas 12 inscrições nessa reunião, mas que são muitos outros encontros, em que não vai ser nem o primeiro, nem o último encontro que a gente vai se ver. Como a gente apresentou, têm um calendário extenso. Pedir para vocês também se atentarem a falar sobre o cronograma, sobre o que vocês esperam desse GTI, do que pode ser modificado, de quem mais pode ser convidado, Como essa é uma primeira reunião de apresentação, mas a gente teve a presença da secretária, para a gente conseguir se atentar nisso, porque esse grupo de trabalho visa ter uma resolução, ter uma proposição para a prefeitura, ter propostas de recomendações de políticas públicas. Então eu peço, se vocês puderem, os inscritos, se atentarem também a colocarem sua opinião sobre esse grupo de trabalho e como ele pode ser melhor gerido. Porque eu tenho certeza que quando tem a participação das pessoas na construção, não só das políticas públicas, mas também da forma como a gente vai conduzir, a condução é melhor, a resolução é melhor, o final desse GTI será melhor. E também reforçar que não é um assunto fácil, é a minha primeira legislatura, eu sou a vereadora mais jovem aqui da casa, mas não é por isso que a gente não vai enfrentar os grandes problemas da cidade de São Paulo, não é por isso que a gente vai se omitir. Então dizer que poucas pessoas vão assumir e tratar desse tema. Muitas vezes o legislativo está pensando nos votos, nas eleições. Mas aqui a gente está pensando na nossa cidade e como a gente pode ter essas resoluções, como a própria secretária colocou, com todas as partes, de forma plural, de forma participativa. Então eu queria fazer essa primeira fala para abrir aqui as inscrições e pedir, encarecidamente, de usarmos os três minutos para podermos ouvir mais pessoas. Então, eu queria já deixar aqui chamada Sônia Domingues e depois o

Charles para usar a palavra. A Malu, minha assessora, vai conduzir o tempo. Então, primeira pessoa, Sônia Domingues, bem-vinda. Bem-vinda. Pode fazer uso da palavra. E aí já preparo o Charles e depois o João Carlos.

Sônia Domingues, moradora, membra do GTI.

Alô? Bom dia a todos. Agradeço a mesa, vereadora Luna, deputado Suplicy. Eu sou a Sônia Domingues, moradora do Complexo Júlio Prestes, sou subsíndica de uma das torres. E referente a esse documento técnico da GTI, eu só tenho uma coisa para falar. Falta a voz de moradores. Muito bacana, está muito bem feito, bem elaborado, mas não tem a voz dos moradores ali. A minha sugestão seria, como a vereadora Luna pediu para darmos a sugestão, seria ter uma parte específica para morador. Porque o morador tem que ser ouvido. Quem está ali, na Cracolândia, 24 horas, ouvindo barulho, sentindo os cheiros, vendo a violência ali, louco, nós que temos que falar, que ter a palavra, não desmerecendo o documento. O documento está muito bem feito, foi muito bem elaborado mesmo, parabéns, mas está faltando a parte dos moradores. Os moradores que estão ali, que estão convivendo com essa problemática já há mais de 30 anos, mais ou menos, eu, faz cinco anos que estou nessa batalha, e vemos muita coisa repetida. A Soninha, agora, ela explanou bastante coisa aqui, muita coisa interessante. O POT, a Estação Cidadania, o espaço cidadania, também gostei muito. E, a respeito do espaço cidadania, eu gostaria de falar que esses espaços abertos para alimentação, ótimo, já foi uma grande evolução, porque agora nós não estamos vendo mais o dependente químico se alimentando na calçada, junto com fezes, vômito, urina ali. Agora ele tem um lugar para sentar. Só que precisa expandir esses locais. Na minha portaria, ele foi aberto um que é minúsculo. Então fica uma fila imensa que vai até a porta de uma creche. Então não é o lugar ideal. O lugar ideal seria, sim, a gente ter um espaço desse maior, e vários. Porque a gente quer a dignidade também do dependente químico. A gente não quer só truculência. E, aliás, morador não é

favorável à truculência. É uma coisa que tem que ser desmistificada. Porque hoje a gente... Porque hoje os moradores são como aparafóbicos, higienistas, eles são tratados assim. E não somos. Nós somos a outra parte. A outra parte que também tem que ser ouvida e respeitada, da mesma forma que nós temos respeitado todos. Então é isso que eu gostaria de deixar. Gostei muito do que a Soninha falou. Achei que é um passo enorme já nesses outros projetos que estão sendo feitos. Apoiado, totalmente apoiado. E é isso, gente. Vamos ouvir os moradores. Muito obrigada a todos.

Vereadora Luna Zarattini.

Muito obrigada, Sônia. Agora, no final, a gente vai respondendo e colocando. Agora eu queria passar para o Charles, e já prepara João Carlos. Tem dois João Carlos aqui na lista. Então, primeiro João Carlos, depois João Carlos 2. Mas eu vou passar agora para o Charles.

Clebson Charles de Menezes Souza, morador, membro do GTI.

Bom, primeiramente, bom dia a todos. Bom dia às autoridades constituídas na mesa, ao nobre deputado estadual Suplicy, a Luna vereadora e os demais. Eu vou tentar ser bem breve. Talvez eu precise de cinco minutinhos, passe dois, mas é bem rápido, e tem tudo a ver com o laudo, a consultoria que foi feita, o documento que nós lemos. Ao GTI da Cracolândia e ao Grupo de Trabalho Interinstitucional da Comissão Especial de Direitos Humanos e Cidadania, da Câmara dos Vereadores e da Câmara dos Deputados, à Associação Geral do Centro de São Paulo e às Organizações de Livre Manifestação em Cívica, Venho através desta solicitar, referente ao requerimento à revisão do documento técnico da consultoria técnica legislativa da CMPS, acerca do grupo de trabalho interinstitucional da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania, sobre a região conhecida como Cracolândia. Quanto ao entendimento ao direito à documentação e à divulgação dos impactos causados aos moradores, comerciantes, trabalhadores do Centro pelo uso de drogas em cena aberta na região denominada Craco. Após a leitura do documento técnico da

consultoria técnica legislativa da CMPS acerca do grupo de trabalho interinstitucional da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadanias sobre a região do conhecido como Cracolândia, entendemos e Constatamos a invisibilidade dos moradores, comerciantes, trabalhadores do centro neste documento. Este documento possui 148 páginas e a palavra morador ou comerciante são citadas, de forma ampla, apenas cinco vezes, nas páginas 23, 78, 79, 83 e 84. Nessas páginas são omitidos os relatos dos moradores, comerciantes e do presidente de associações de bairro sobre o impacto causado pelo uso de drogas em cenas abertas que estiveram em todas as audiências deste GT. No quadro das atividades envolvidas na página 81, não há nenhuma menção sobre a violência sofrida pelos moradores e comerciantes durante esses anos, também relatada nas audiências deste GT. Não foi constatada que a bibliografia utilizada neste documento não há nenhum que trate dos impactos causados aos moradores, comerciantes e trabalhadores do centro pelo uso de drogas em cenas abertas na região denominada de Craco. Constatamos também que, tanto as conclusões da página 84 quanto a sugestão da página 87, não há menção de estudos ou proposição de uma pesquisa acadêmica aos impactos causados aos moradores, comerciantes e trabalhadores em territórios ocupados pelo uso de drogas em cenas abertas de uso. Desta forma, entendemos que estes fatos citados acima são de extrema gravidade. E é por essa gravidade que pedimos a revisão, no documento técnico da Consultoria Técnica-Legislativa da CMPS, acerca do Grupo de Trabalho Interinstitucional da Comissão Extraordinária de Direitos Humanos e Cidadania. Sobre a região conhecida como Cracolândia, pois, desde o primeiro encontro deste GT, reivindicamos os nossos direitos constitucionais, o nosso lugar de fala, e relatamos inúmeras vezes as violências físicas e psíquicas que sofremos todos os dias e que nos foi omitida. Bom, isso acho que é uma coisa que a gente veio, desde o início, falando muito, que existem muitos estudos a respeito da droga, da droga, do usuário, da cena de uso, dos direitos dos usuários, mas e os moradores que ficam 24 horas sem dormir, que estão adquirindo doenças psíquicas, psicológicas, psiquiátricas. Qual assistência está

sendo dada a essas pessoas? Quais as visitas? Foi falado aqui sobre um trabalho, sobre os trabalhos, foi colocado aqui. Nós não vimos visita aos moradores, impactados aos comerciantes e trabalhadores. Lembrando que nós temos trabalhadores que foram assassinados para ter um celular furtado. Lembrando que nós temos idosos que estão sendo violentados, arremessados ao chão para ter um celular roubado. Lembrando que nós temos crianças que estão sendo arremessadas ao chão para ter seu tênis e uma mochila roubada. Cadê esses dados? Isso tudo gera muito impacto. Síndromes do pânico, depressão. Nós temos muitos moradores que estão presos dentro da sua própria casa porque têm medo. Posso citar o seu caso, João? O João, que vem a este GT há um ano e meio, praticamente, junto com a gente, adquiriu síndrome do pânico. Então, cadê esses dados? Então, assim, para a gente ser mais justo, nós entendemos a vulnerabilidade do usuário, nós entendemos que necessita desse trabalho, desse cuidado, e parabéns à Soninha, porque isso é uma coisa que a gente vem lutando, é o pós. Não adianta nada. Faz tudo, interna, e joga onde? Na rua? Que dignidade é essa que está sendo dada? Então o pós é o primordial. É aí onde nós estamos pecando. Só que esse pós também tem que se estender a essas famílias que estão nas suas casas, mas estão sofrendo violências devido ao território, devido à situação do território, e não está sendo contemplado. Isso é uma coisa que a gente já falou em reunião com o próprio prefeito, com os seus secretários, e mesmo assim não houve nenhuma mobilização. Cadê os antropólogos para trazer os números dos reais impactos causados nesse território com esses moradores, com esses comerciantes? Já existem dados da 25 de março da Santa Efigênia, que se nenhuma intervenção for feita, daqui a cinco anos vai acabar com todo o comércio de rua. Quanto isso significa de desemprego? Quanto isso significa de abandono no território? Então eu acho que isso é muito importante. Muito obrigado a todos. Eu só queria fazer uma sugestão, que poderíamos chamar a senhora Isilda Alves. Ela é uma jornalista que está há 25 anos trabalhando na frente das drogas, principalmente de Cracolândia. E o Dr. Pablo Roig, que é psiquiatra internacional e tem um olhar diferente dos outros que foram

trazidos aqui. Acho que é muito importante ouvir essas duas frentes. Muito obrigado.

Vereadora Luna Zarattini.

Muito obrigada, Charles, pela sua fala. Vou passar agora para o João Carlos e, depois, o João Carlos... João Carlos Helvétia e, depois, já prepara a major Vilardi. E só também dizer que estou anotando tudo o que foi falado e que a gente vai dialogar com as falas, mas é só para a gente ouvir primeiro e depois fazer esse diálogo, e o Suplicy está inscrito no final também.

João Carlos morador, membro do GTI.

Olá, boa tarde. Primeiro, obrigado pelo Suplicy que começou esse trabalho super importante. A gente vivia uma situação na localidade de onde eu morava, que eu moro, muito terrível. O Suplicy abriu essa oportunidade desse trabalho. Hoje a gente vê uma diferença. Soninha vem fazendo um trabalho que eu vejo o trabalho que fizemos na GT anterior, vejo muitos aspectos que foram capturados e vêm sendo contemplados, porém o problema não foi solucionado. Com relação ao complemento que meus colegas falaram, eu gostaria de uma visita à noite, que vocês visitassem à noite, principalmente os moradores. Visite um apartamento. Pega um grupo de trabalho e visita um apartamento. Eu acredito que vocês vão ter acesso. Vê o que é um sofrimento, qual é a tortura que esses moradores passam, para a gente poder perceber realmente, acompanhar quando as crianças estão indo para a escola de manhã, ou os moradores estão tentando sair para o trabalho, principalmente em uma parte da região ali, onde está tendo a mudança do fluxo, está tendo toda essa movimentação. E ter esse cuidado nos relatórios, para que o relatório não fique um discurso apenas. Eu li o documento, eu vi ali que tem uma visão muito focada, com uma visão de mundo só, e não contemplou tudo o que passamos, que foi um trabalho incrível, vemos os reflexos, só que no relatório não está. Essa é a parte importante. Espero que o nosso próximo trabalho desse ano seja bem frutífero e a gente consiga avançar. Uma questão que eu gostaria muito de discutir esse ano era

a prevenção, porque estamos falando de apagar fogo. Mas o que está sendo feito nas escolas, no ensino? O que estamos fazendo? O que vai ser feito para não chegar lá? Por isso, precisamos também cuidar dessa ponta. Tem que chamar o pessoal de educação, o pessoal de turismo e trabalhar quais são os shows que a gente está fazendo na cidade, o que está sendo feito nas escolas para prevenir. Vamos trabalhar tudo isso. Muito obrigado.

Vereadora Luna Zarattini.

Muito obrigada, João. Agora eu vou passar para o segundo João, depois Major Villardi, e também já prepara Alexandre Araújo.

João Carlos morador, membro do GTI.

Bom dia, bom dia a todos, bom dia à mesa. Eu vou ser muito rápido na coisa, porque eu também li o documento e eu senti assim, que a cena de uso aberto era um deserto, e nada tinha em volta. Então, isso é muito grave mesmo. Estou aqui reafirmando a questão do Charles, porque eu, Charles, Sônia e mais alguns aqui, desde a primeira reunião sobre si, nós estivemos aqui pedindo a voz dos moradores. Como vivemos numa democracia, a democracia tem que ouvir todos os lados. E eu estou dizendo todos os lados mesmo. E isso é o ponto. Soninha, muito obrigado por um esclarecimento, que eu tinha tantas dúvidas, e agora parece que está caminhando, como o Charles falou. E depois, o que fazemos? E o João trouxe uma coisa muito importante. E o antes da educação? Eu sou educador há anos, há muitos anos. Então, o que nós estamos fazendo antes? Agora, Soninha e mesa, tem uma coisa assim. É para ontem. Quem mora lá na região é para ontem, não é para agora. Esse é um dado. E aí eu tenho algumas perguntas. Lugar de uso. A gente precisa começar a discutir. Onde? Onde é esse lugar? Sobre todos os aspectos que foram levantados aqui, é como? Onde e quando? São essas questões que a gente precisa agora aprofundar. E reforço tudo o que eles acabaram de dizer, que a visita aos moradores precisa ser feita. No relatório tem só visitas à cena de uso, aos equipamentos,

mas não fala nenhuma. Era isso que eu tinha que fazer. Perguntas. Onde, como e quando? É isso que precisamos começar a responder. Muito obrigado.

Vereadora Luna Zarattini.

Agora eu queria passar para o Major Villardi. Depois, Alexandre Araújo já prepara Clayton.

Major Villard (Secretaria de Segurança do estado de São Paulo)

Muito bom dia. Agradeço o convite. Em nome da Secretaria de Segurança Pública, do secretário Derride, do governador Tarcísio e do vice-governador Felício Ramuth. A gente está aqui para, mais uma vez, participar desse importante grupo de trabalho, assim como o deputado Eduardo Suplicy fez questão de participar da audiência pública lá na ALESP, e trazer, basicamente, a informação que a gente já tem conversado desde janeiro com os moradores, seja em reuniões semanais com todas as secretarias, saúde, assistência social, o grupo que está se reunindo na SSP, ou com os próximos moradores, no sentido do que foi feito até aqui e quais são os objetivos concretos que o grupo tem buscado e tem trabalhado. Porque esses objetivos não podem ser definidos pela polícia, pela secretaria, de segurança pública ou saúde, assistência social, ele tem que ser definido em conjunto das secretarias e junto com os moradores. Dentro dessas conversas, o que a Secretaria de Segurança Pública acompanhou, realmente esse problema que os moradores têm enfrentado, seja com relação à perturbação do sossego, que, apesar de ser uma contravenção penal, ela acaba, por ser crônica, violando um direito humano fundamental básico, que é o direito à propriedade, que é o direito à saúde e tudo o que foi narrado aqui. E também a questão da criminalidade, porque, em decorrência das desordens que nós temos no Centro, em decorrência desse processo de degradação ocorrido nas últimas décadas, hoje o terceiro DP e a segunda companhia do sétimo é o distrito policial e a circunscrição policial em que nós temos o maior número de registros de roubos e furtos aqui na capital. Então, esses dois grandes problemas, que acho que foi mencionado aqui na fala dos

moradores, foram os principais objetivos definidos pelo grupo de trabalho, em conjunto com eles, que como meta inicial que nós temos nesses meses, nós temos a redução de roubos e furtos e a devolução da tranquilidade para que os comerciantes possam realizar suas atividades, os trabalhadores e os moradores possam viver com uma tranquilidade mínima. Dentro desses dois objetivos, para que a gente não fique em discursos vazios ou também apenas teórico, foi realizado e está sendo realizado um diagnóstico criminal e um diagnóstico semanal de todos esses problemas. Esse diagnóstico tem sido compartilhado com a sociedade no site da Secretaria da Segurança Pública. E os resultados também que são alcançados ou não, independente do resultado que for alcançado semanalmente, ele é divulgado para que os moradores acompanhem, para que a sociedade acompanhe, para que esse diálogo seja realizado de uma maneira democrática. E, nesses últimos meses, o que tem sido alcançado, em decorrência desse trabalho das polícias, é a requalificação de algumas ruas. Então, como foi solicitado na audiência pública nas duas audiências públicas que nós tivemos na ALESP, além das conversas pessoais que a gente realiza diariamente com os moradores, a Rua Guaianazes, a Rua Conselheiro Nébias, a Rua Vitória, nós já conseguimos iniciar o processo de requalificação, a Rua dos Andradas e do Triunfo. Houve um avanço, houve um retrocesso, e estamos nesse processo de avanço e retrocesso. E a Rua dos Protestantes, agora, perto da parceria público-privada do edifício, houve avanço e retrocesso, e a gente está agora com foco nessa requalificação desses dois locais. Com relação à meta, então, que nós temos, é a redução do fluxo das pessoas na cena de uso e a redução de roubos e furtos. Com relação a roubos e furtos, desde o início do ano nós já tivemos uma redução de cerca de 15% a 20% de roubos e furtos, o que significa que de abril até hoje, até o mês de agosto, nós já tivemos menos, ou seja, cerca de 1.500 pessoas a menos foram vítimas de roubos e furtos do que esse mesmo período do ano passado. Ainda não significa que isso está bom ou está tranquilo por lá, porque o número ainda é o maior da cidade, então a Secretaria de Segurança Pública vai continuar trabalhando em conjunto com essas metas, de

maneira transparente, de maneira técnica, científica, divulgando com os moradores, para que a gente possa restituir essa tranquilidade de roubos e furtos. E, com relação ao fluxo, nós estamos fazendo a mensuração, a qualificação, para entender o que cada um ali está, o porquê cada um ali está, e compartilhando isso com as Secretarias de Saúde e Assistência Social, para que cada secretaria e que cada órgão possa adotar as políticas adequadas. Da parte da segurança pública, o principal ponto que nós estamos analisando com relação ao fluxo, é que dos cerca de mil qualificados que tivemos até agora, cerca de 50% a 60%, ou está respondendo um processo criminal em liberdade. e, portanto, com condições judiciais estabelecidas pela lei, ou está cumprindo pena nas ruas e, estando no fluxo em determinadas condições, descumprindo condições previstas na lei. E a Secretaria de Segurança Pública e a Polícia, ela tem como uma das atribuições fazer cumprir a lei. Então, nós, pelas Polícias e pela SSP, estamos em conjunto com o Judiciário, com o Ministério Público e Defensoria, adotando as providências legais com relação a isso, visando a que a lei seja cumprida, e compartilhando essas informações com assistência social e saúde, para que essas outras atividades e secretarias possam também trazer os serviços públicos, que essas pessoas que estão sendo exploradas também dentro do fluxo, dentro das aglomerações, possam receber todos os seus direitos fundamentais garantidos pelo Estado Democrático de Direito. A gente continua à disposição, foi um grande prazer E a gente espera que o grupo de trabalho avance cada vez mais e nos ajude também nessa missão. Muito obrigado.

Vereadora Luna Zarattini.

Obrigada pela presença. Major Villardi, agora eu queria passar para o Alexandre Araújo e depois o Cleiton.

Alexandre Araújo - Movimento Faces & Vozes da Recuperação do Brasil

Gente, boa tarde. Obrigado à mesa. Eu queria partir da fala da secretária Soninha, que ela falou sobre serviços de cuidados prolongados, que eu vejo que foi o mais avançado, e que nós precisamos

começar a avançar desses cuidados intensivos, porque só foi falado no programa de cuidados para crise, para atenuar a crise, cuidados intensivos, não se fala em recuperação a longo prazo. Eu sou Alexandre Araújo, faço parte da Associação Faces e Vozes da Recuperação no Brasil. Eu estou em recuperação há 33 anos. É uma associação que dá voz às pessoas em recuperação. E eu queria acrescentar que existem várias frentes que nós precisamos pensar. Por exemplo, o combate ao preconceito, ao estigma e à discriminação. Todas as doenças crônicas têm várias políticas públicas no SUS, políticas públicas de atendimento, médicos especializados, comissões especializadas, dependência química, não tem nada. São vários os andaimes que se criam para apoiar o dependente químico na crise, mas as famílias, moradores, nenhum. E nós, pessoas em recuperação, nós temos como ajudar se derem a oportunidade. Eu penso muito nesse pós-tratamento, de como a pessoa, quando ela sai das casas moradias, de quando ela sai da assistência. A recuperação é crônica, como é crônico o câncer, a AIDS, a hepatite C, a osteoporose, a diabetes, a pessoa precisa pensar na recuperação a longo prazo, e nós não temos pensado nisso, nós não pensamos nisso. Nós enchemos essa sala aqui toda de cuidados intensivos, mas não falamos de recuperação a longo prazo. Nós do Faces e Vozes queremos contribuir com isso, nós temos como contribuir. Para finalizar, eu queria dizer que essa casa votou, através do vereador Toninho Vespoli, o dia municipal da pessoa em recuperação, que vai acontecer no último domingo de março. Eu queria a ajuda de vocês para nós fazermos um movimento social para o combate ao preconceito, estigma e discriminação de dependentes químicos. Obrigado.

Vereadora Luna Zarattini.

Obrigada. Obrigada, Alexandre. Vou passar para o Cleiton, e já prepara Roberto Otaviano. E vai para lá. Vai para lá. Desculpa, Cleiton, só, antes de eu passar a palavra para você, registrar a presença da Cristiane Leonardo, que está representando a SMADS, Secretaria Municipal de Assistência e

Desenvolvimento Social, e a Denise Brito, que está representando a Secretaria de Habitação de modo online. Passando agora para o Cleiton.

Cleiton Ferreira - Centro de Convivência É de Lei e artista plástico (membro do GTI)

Olá, gente, tudo bem? Boa tarde a todos, todas e todes. É um prazer estar aqui hoje. Agradeço a mesa, a GTI, ao deputado Eduardo Suplicy, secretária, presidente, todos os aqui presentes, todos os moradores presentes, trabalhadores. Venho representando como morador. Meu nome é Cleiton Ferreira, também conhecido como Dentinho. Além disso, sou trabalhador da rede, sou redutor de danos e artista do território. Atuo no teatro de Contêiner como ator hoje. E aí me identifico muito com a fala da Sônia, que a Sônia traz, a questão do programa que foi efetivado no De Braços Abertos. Sou sobrevivente do Braços Abertos. E no âmbito da construção de redução de danos, eu acho que para nós que estamos ali no território, para a pessoa que mora, para a pessoa que trabalha, para o comerciante, para a pessoa que também mora, atua na rua, que se insere, tem acesso à água, sem acesso a banheiro, há dificuldade. Até para o trabalhador da ponta, que é mesmo o trabalhador da segurança pública, o trabalhador da saúde, da ciência social. Porque como essas pessoas voltam para suas casas? Eu acho que me identifico com a fala de um amigo que falou da saúde mental das pessoas, porque isso é um trauma para nós. Eu, como morador do Projeto de Braços Abertos, morando ali, tendo um espaço de forma coletiva, e hoje ainda atuo, ali na Rua do Triunfo, há alguns anos, na construção da redução de danos. Para nós também é difícil. O cheiro, o barulho, a dor e o sofrimento. Porque é isso, é muito difícil para a pessoa que trabalha ali, o comerciante, todo dia ter que limpar a sua porta com fezes e urina, porque as pessoas não têm acesso. E falando na construção, Soninha, para além disso, eu acho que a rede, o que faz eu estar aqui hoje, para hoje poder estar nesta sala, dignamente, falando e construindo junto, coletivo, é que somos pessoas. E todas as pessoas precisam ter um auxílio, uma rede. E essa rede já tem que ser ativa. Porque se hoje

estou aqui, estou no cuidado de seis anos no programa, nesses programas, no âmbito de redução de danos, pensando que para além do trabalho, o trabalho para a pessoa que estava invisibilizada é uma nova atividade. E como que a gente vai construindo isso? E é muito importante em sociedade civil, sim, os moradores têm essa fala da participação ativa, que estamos ali porque nossos filhos, nossa família passa ali todo dia. E é o sonho de ter uma moradia. Mas eu acho que a construção da moradia Soninha é uma rede tem que ser ativa em todas as frentes. E não é tirar as pessoas do Centro. Porque eu, como morador do Centro há mais de 10 anos, desde a rua, da calçada, com o cachimbo na mão, invisível, hoje, redutor de danos, ator e muitas coisas mas, digo que as pessoas se constroem onde elas têm suas relações. E temos que ter dignamente uma fala sem estigmas, sem preconceito, porque a culpa, o estigma, o preconceito até hoje é atuante, porque a gente tem uma margem social nessa população ativa, a grande maioria são pessoas pretas e pardas, e a gente até hoje nunca teve mais restauração social. Então, são pessoas que talvez não tiveram espaço nem de olhar. Então, isso para nós é difícil. Eu agradeço a todos aqui presentes hoje e pensando que estamos unidos para construir juntos. Beleza? Vamos ver. Estamos juntos. Parabéns aí, gente.

Vereadora Luna Zarattini.

Obrigado pela fala. Obrigada. Obrigada, Dentinho. Vou passar agora para o Roberto Otaviano e depois para a Rose.

Roberto Otaviani.

Boa tarde a todos. Eu trabalho na rede estadual de educação. Desde quando a Luna falou desse GTI, eu fiquei bastante interessado, porque eu sou um filho de um pai alcoólatra. Eu sofri bastante e eu não entendia o meu pai. Quando eu vim morar aqui em São Paulo, eu comecei a mergulhar na pesquisa em relação à questão das drogas. Eu trabalhei três anos no CAPS AD, do Jardim Ângela. Eu já fiz um trabalho em Heliópolis, através da Fundação Paulistana. Era um trabalho bastante

terapêutico. E, como professor da rede, eu discuto muito sobre drogas dentro da sala de aula. Eu falo para eles, para os alunos, que lá nós podemos falar sobre religião, política, sexo, futebol, o que eles quiserem, porque lá é o lugar do conhecimento, é para eles se libertarem. Então, assim, eu tenho essa visão como educador. No CAPS, eu trabalhei muito em relação a artes, e eu vejo que tivemos um resultado muito bom. E eu gostaria de... Aqui, quando eu entrei, eu perguntei para mim mesmo, se eu estivesse lá na Cracolândia, quem estaria preocupado comigo? Então, essa preocupação, como a Luna falou, algo em relação, para não ficar uma coisa só de ganhar votos, que haja realmente uma preocupação, porque, quando eu trabalhei lá, tinha um rapaz que eu acho que foi muito interessante, ele fez assim, ele falou, professor, quando eu recebo dinheiro, a minha vontade é ir para a biqueira. Aí eu falei para ele, você teria um tutor, uma pessoa para você confiar e entregar o seu cartão? Para quando você, só pedir quando você precisar, ele fez, eu nunca tinha pensado nisso, aí ele disse a minha mãe, aí eu fiz assim, ela vai ter algum risco? Você vai ficar agressivo se ela não quiser te passar o cartão? Ele falou não. Então, na minha fala, eu gostaria muito de acrescentar, porque eu sei que eu posso, eu sou uma pessoa de ação. Esse acolhimento para eles também é fundamental. Eu fico indignado quando vejo ação policial, essa coisa da truculência, isso para mim é uma coisa que não resolve, isso me deixa muito chateado, eu me coloco no lugar de cada um deles. Já fiz um trabalho de prevenção em escola, já fiz um trabalho nos CJs. Estou super aberto em relação ao trabalho para a gente visitar, para a gente acolher essas pessoas, porque, na maioria das vezes, elas não têm essa autonomia que nós temos hoje de estar aqui. Elas não pediram para estar lá. Então, acho que tem que ter uma intervenção, tem que ter um trabalho muito profundo e um trabalho muito verdadeiro mesmo para que nós possamos alcançar, então, essas pessoas e a gente resolver esse problema, que eu acredito que temos essa capacidade.

Vereadora Luna Zarattini.

Obrigada Roberto. Vou passar agora para a Rose, depois Lírio Negro. É isso. Você depois, Roseli.

Rose moradora.

Bom dia a todos. Está virando praxe nós subirmos essas tribunas toda semana, não é, Charles? Eu vendo o papel... Bom dia, mesa, desculpem. Eu vendo o vídeo da Soninha aqui, me remeteu vendo aqueles dormitórios, os refeitórios, igualzinho orfanato, onde eu fui despachada quando eu saí de um útero, essa é a sensação que é tudo muito bonito, mas a realidade é muito dolorida, é muito dolorida viver nessas instituições, na fotografia, é muito bonito. Mas lá dentro, o real, cada um sente. Porque nós não somos seres, nós somos um número e cifrões, é isso que nós significamos. Então, por isso doi mais ainda. Com mais de 64 anos nas costas e ainda saber que esse tipo de coisa existe, que ela não é ceifada, que ninguém... Sabe, é muito difícil a gente acreditar que essas coisas possam acontecer, que tem muita gente tentando fazer alguma coisa, Isso é verdade. E agora, há quatro anos, morando ali naquelas cenas de uso, sendo moradora, como diz o Charles, o João, o João, a Sônia, nós, como moradores, não sermos... Agora nós não somos nem números e nem nada, nós somos invisíveis. Essa manhã... A noite toda a gente está com aquele barulho, o Dentinho mora ali sabe, já falou sobre o barulho, é aquela competição de caixas de som de quem toca o pior barulho, eu não chamo nem de som. Às cinco da manhã, dois helicópteros já. Então, a gente está sem dormir há muito tempo, sem ter uma noite digna de sono. Essas coisas não são computadas e deveriam ser computadas. Então, quando a gente sobe em um lugar desse e começa a falar, como dizem as pessoas, muita balela, se vitimizando, não é, gente. Eu gostaria que todo mundo, inclusive quem sugeriu o João de passar um tempo ali, eu ofereço o meu apartamento. Como ontem eu ouvi, em uma reunião que eu fui, me disseram assim, quando eu reclamei do barulho, me disseram, você põe o copo na parede para ouvir o barulho da rua. Isso doi. Doi muito. Porque eu não preciso. Com a janela fechada, ele é. E não sou só eu. É toda a Rua dos Gusmões, que é onde eu moro. Esquina com

a Triunfo, entre Triunfo e Andradadas. E Andradadas é onde está o maior fluxo. E ninguém se coloca no nosso lugar. Ninguém está aqui por nós. E nós não somos nada. É isso que doi, que nós não somos nada. Tomara, tomara que daqui a 30 anos isso seja só história a ser contada. Sabe, quando existia a Cracolândia, que tomara, Soninha, que nós consigamos suplicy e mesa, que nós consigamos limpar essa cidade, limpar o Centro da cidade, para que seja digno, para que minhas netas possam vir me visitar sem medo, Eu posso entrar e sair da minha casa sem ter que estar falando com os vizinhos? Como é que está a rua? Eu posso entrar? Poder pedir um Uber, que a gente não pode pedir um Uber? Eu tenho uma vizinha que vai viajar essa madrugada, ela vem me pedir. Rose, eu tenho que sair às 4 horas da manhã de casa. Como é que eu faço? Eu não sei. Eu vou chegar em casa, vou falar no grupo do prédio se nós podemos fazer uma comissão de moradores, reunir alguns para levar essa vizinha até o trem, que ela tem que tomar o trem às 5 horas da manhã. Fica difícil isso tudo. E ninguém se coloca no nosso lugar. Ninguém. Isso é que dói. É muita dor, gente. O meu prédio só tem quatro anos, todos os moradores ali são novos. De várias regiões de São Paulo nós viemos. Ele já está quase abandonado, são só 96 apartamentos, mas a maioria fechou e voltou a pagar aluguel em qualquer região de São Paulo, e ali nós somos proprietários, porque não conseguem. Saem de casa pisando em fezes, em gente dormindo debaixo do cobertor, em briga, em tráfico, crianças gritando três horas da manhã como se estivessem em um playground, e isso é que dói. Muito bom dia, e eu espero que raciocinem um pouquinho e que nós entremos, nós moradores, nas estatísticas. Muito obrigada.

Vereadora Luna Zarattini.

Obrigada. Lírio Negro, Roseli. E a gente já está encerrando as últimas falas, para voltar aqui para a mesa e a gente fechar essa primeira reunião.

Lirio Negro.

Bom dia a todas as pessoas que se encontram aqui presentes. Quero agradecer por morar em uma região denominada comercialmente, porque dá muito lucro falar sobre a Cracolândia, do centro de São Paulo, mas eu sou aquele morador que, diferente de muitos que vieram aqui explicar a sua insatisfação, é o que não paga aluguel, que mora em um hotel social, o autista, que não aguenta dor, barulho, gritaria, a pessoa com deficiência e mobilidade reduzida, que não aguenta correr, a pessoa que não aguenta o confronto policial entre a Guarda Municipal e os usuários e usuárias e usuárias do fluxo, denominado Cracolândia, na região da Luz, e a pessoa que também atua como voluntário na luz. Sobretudo, sou uma pessoa trans, que o índice de vida é 35 anos no Brasil, que sofre xenofobia, racismo, capacitismo, a carne mais barata do mercado, a marcada para viver compulsoriamente da prostituição. Mas eu sou uma pessoa trans diferenciada, porque a minha identidade sexual é assexual, então, nem para o programa eu sirvo, mas eu serviria para entrar em programas de redução de danos, enquanto artista visual, enquanto eu quero uma prolongação da minha fala, porque é minha por direito, até para organizar e sistematizar minhas ideias, porque eu já cheguei aqui desestabilizada de passar meia hora para chamar um carro de aplicativo para estar aqui, nesse estado, que não é democrático por direito, porque eu, enquanto morador de hotel social, não compõe esse GTI, mas tenho que ser violentado já pelo estigma de hoje estar acolhido em um hotel social. Não é só a situação da luz, nem dos moradores que pagam IPTU. Me sinto contemplada em ter a Roseli dialogando conosco. Sou grata à Roseli, porque, quando estive em situação de calçada, quem me acolheu, não vejo aqui compondo essa mesa, que chama-se Pastoral do Povo de Rua e Padre Júlio Lancelotti. Eu não vejo uma pessoa como a Ana Maria, coordenadora da Pastoral, e tantos outros voluntários e caritas que atuam com pessoas que fazem uso de substâncias de drogas. Eu sou usuário de maconha, a maconha que eu uso está aqui. Regulamentada, cadê o Tarcísio para tirar do papel e pagar R\$ 1.500,00, que se a AGC me pegar com 5 gramas de saquia, morador de hotel social, eu não sou morador que paga IPTU, não. Tira o porra de bomba depois que vem audiência de custódia.

Porque pessoas pretas, em situação de rua, não são vistas como dignas de usar esses dois medicamentos que vão ter, o expocannabis esse fim de semana, que vai alimentar o maior circuito de maconha medicinal no Brasil, e nós que somos usuários de maconha medicinal, porque toda maconha é medicinal, e todo óleo produzido com THC, CDB, ou outro medicamento, fitocannabinoide, não está sendo a primeira porta de saída para o uso problemático do álcool, do crack. E por que o usuário de pó, que, para virar o crack, só basta botar o bicarbonato. Eu nunca fumei uma pedra de crack, não, mas eu sei a realidade. Eu, enquanto situação de calçada, eu tive a oportunidade de, em três meses, distribuir sopa para os usuários do território denominado Cracolândia. E o que mais me choca é que a sociedade aporofóbica violenta e discrimina corpos e corpos, como o meu, e empurra pessoas trans para o território denominado Cracolândia. Por quê? Não existe porta de saída qualificada. Se a pessoa faz uso de cigarro e outras drogas dentro de um hotel social, já é motivo de desligamento. Se a pessoa é alcoólatra, faltam três dias porque não pode voltar para o hotel porque está fazendo uso problemático de álcool, é desligada do equipamento. Se um autista como eu e muitos que lutam por uma moradia individualizada, porque não conseguem conviver com barulhos, cheiros e odores, e não conseguem um Uber para vir nessa Casa Democrática de Direito, porque eu não vou dizer onde estou pernoitando para não me expor ainda mais, mas nenhum carro quer entrar. Sobretudo, principalmente, quando eles veem que nós somos moradores de um hotel social. E por que nós, que moramos nesses espaços, não estamos incluídos nesses GTs? Por que o padre Júlio Lancelotti e a pastoral do povo de rua não estão incluídos nesses GTs? Porque a pastoral da sobriedade, que eu venho terminar a minha fala repudiando o financiamento a comunidades terapêuticas, eu tenho total oujeriza à internação compulsória, porque eu não gostaria de ser internado de forma compulsória, por indicação de uma pessoa que olha cinco minutos para a minha cara, porque o setembro amarelo da hipocrisia está aí para debater a prevenção, combate e a prevenção do suicídio de pessoas com poder aquisitivo e considerando

também que essas vidas são frutos do capitalismo higienista e escroto, nós estamos aqui debatendo vidas e políticas para quem? Para financiar um governo que continua sendo higienista, porque não tem muita dificuldade de se compreender que pegar uma pessoa compulsoriamente e colocar é só assistir o bicho de sete cabeças e fazer um cine debate. Quantos usuários da Cracolândia estão aqui nessa casa? Quantos poderiam entrar se chegasse com um saco preto? Porque eu tenho o privilégio de tomar banho, e os que não têm? Eles entrariam nessa casa pela porta da frente sendo dadas boas-vindas? A aparofobia é um discurso que deve ser discutido sim, porque o uso problemático de substância, 99,9% das pessoas que eu escutei entregando sopa, na Cracolândia, elas dizem que os relacionamentos interrompidos é que as levam para a situação de rua, de uso problemático de drogas, de toda a situação que todos estão discutindo aqui, menos, sobretudo, os usuários, usuárias e usuários do Fluxo. Eu gostaria de indicar o padre Júlio Lancelotti, a dona Ana Maria e a mim mesmo, enquanto usuário, enquanto morador de hotel social, que é denominado território luz e que não paga IPTU para compor esse GT, porque é muito simples discutir com um morador que paga um dos IPTU mais caros da cidade. E o que vocês empurram de toda forma, porque muitas vezes a Ampara São Paulo tem uma busca qualificada e ativa, quando entra no sistema de assistência, desconstroi tudo o que está sendo construído na rua. Não existe falar da rua sem a rua. Então, é muito equivocado e problemático falar de usuário do fluxo. O Dentinho me representa também, mas o Dentinho é uma pessoa que já está com a vida dela organizada. Quem é que vai me contratar pelo Corte de Trabalho para eu dar aula para a galera na rua? Quem é que vai interromper a minha fala enquanto eu estou reivindicando diversos direitos? Porque em um ano que vocês discutem, há meses que eu fiquei em situação de rua, e quem me ajudou não foi nenhum de vocês que estão aqui, sobretudo, quero agradecer a Roseli, que foi a única das poucas que me ajudou. Eu sofri a aporofobia, higienismo, psicofobia, por eu ser autista em estado de crise, ser confundido com uma pessoa que faz uso problemático de drogas, de substância denominada drogas, porque drogas eu

usava quando eu estava fazendo uso substancial de psicotrópicos compulsoriamente prescritos por um psiquiatra. Então, a aporofobia é um lugar de discussão aqui também. E pessoas que moram no hotel social, aliás, sobretudo, pernoitamos. Não tem como organizar a nossa subjetividade nessa situação. Quero agradecer à Luna e ao Suplicy, que sempre está, o Suplicy, principalmente, em todas as discussões relacionadas à maconha medicinal. Viva a maconha! viva as marchas da maconha, descriminaliza STF e pelo fim do financiamento, higienização social e retirada de pessoas, internação compulsória e principalmente e sobretudo em comunidades terapêuticas, que não trata e não é política de ressocialização para ninguém.

Vereadora Luna Zarattini.

Obrigada pela fala, Lírio, Roseli. Depois, Eduardo Tostes. E, por favor, gente, realmente a gente precisa tentar agora o tempo. Três minutos.

Roseli Kremer, Comitê POP Rua (Membro GTI).

Bom dia. Eu vou ser bem breve. E vou passar depois para a mesa. Eu vou ser bem breve porque a gente vai ter bastante tempo para discutir e conversar. Eu só quero falar aqui para todos que eu acho que o mais importante é todos nós conseguiremos encontrar uma porta de saída, porque todos nós merecemos, e estamos aqui para isso. Então, eu venho pedir aqui aos direitos humanos e a tudo uma vila reencontro para a Cracolândia, uma vila onde a pessoa vai ter a sua dignidade e o seu tratamento, Porque eu quero também convidar aqui a uma terapia alternativa para nós. Porque não é compulsoriamente, não. Porque quando a pessoa quer sair, ela sai por ela mesma. Porque essa transformação e essa... Cura vem de dentro, de nosso próprio empoderamento, de saber administrar a nossa droga diária. Porque quem é que não é viciado em alguma coisa?

Quantos de nós chegamos em casa e não vemos a hora de usar as nossas amarras, tirar os nossos sapatos, fumar o nosso beck ou beber o nosso uísque? ou tomar o nosso café. Então, existem

diversas formas de vício nesse mundo. O que a gente tem que ter é amor e visão mesmo àquele, porque não é agredindo e violentando e oprimindo, porque nós vivemos hoje, sim, numa cidade sitiada. Estamos sitiados pela polícia na rua. Não temos o direito nem de parar e conversar. Nós estamos jogados de um lado para o outro. E temos que pensar que todas essas políticas vêm acima da nossa compreensão, porque nós estamos nessa situação há mais de 50 anos, na realidade. Então, a verdade é o seguinte. Vocês estão trabalhando? Perfeito. Vão trabalhar com redução de danos e portas de saída. Porque a cultura é uma coisa que transforma o ser humano. É o primeiro passo. Tem que ter trabalho, tem que ter acolhimento, tem que ter uma forma de alternativa de saúde. E saúde é saúde coletiva, é total, em todos os patamares dos direitos. Então, vamos conversar, sim. E eu peço, sim, uma Vila Reencontro e convidar aqui o Sidartha Ribeiro e o Eduardo Scherzberg, e o Dr. Drauzio Varella a participar dessas diálogos que nós vamos conversar. Porque nós temos que ter uma transformação, e é humanitária.

Vereadora Luna Zarattini.

Muito obrigada. Vou passar agora... Roseli, muito obrigada. Vou passar para o Eduardo e para o Flávio, que são as últimas falas, e depois vou passar aqui para a mesa para nós encerrarmos.

Eduardo Tostes.

Muito bom dia a todas as pessoas presentes. Eu sou Eduardo Tostes, promotor de justiça do Ministério Público de São Paulo, atualmente assessorando o Procurador-Geral de Justiça Mário Luiz Sarrubo. Estou na coordenação do Centro de Apoio Operacional da Saúde Pública. Saúdo inicialmente à mesa as vereadoras Eli, Luna, deputado Suplicy, secretária Sônia Francine e todas as pessoas aqui presentes e as que nos ouvem por meio da teletransmissão. Creio que as pessoas que iniciaram a fala aqui, Luna, Suplicy, Soninha, foram muito felizes. Me identifiquei demais com a fala da Luna, acho que foi de uma felicidade na sua síntese, que nós queremos políticas públicas, não

queremos só segurança pública, queremos dar centralidade ao cuidado dessas pessoas, que é de interesse de todo mundo. Os dramáticos depoimentos aqui ouvidos, das pessoas que, de um jeito ou de outro, estão envolvidas e são impactadas por esses problemas, demonstram o tamanho dos desafios. Mas, apesar das divergências, como muito bem destacou o nosso queridíssimo, a nossa unanimidade, Eduardo Suplicy, apesar das divergências, nós temos um ponto de convergência. Nós queremos melhorar a vida de todas as pessoas que vivem naquele território. Evidentemente que não é algo fácil. Se fosse fácil, já teria sido feito num passo de mágica. Mas precisamos aprender com os erros e prosseguir, e avançar. Soninha de uma felicidade ao expor aqui os serviços, sintetizar. Que alegria ver essa explanação. Um verdadeiro roteiro para a gente seguir cuidando dessas pessoas. Claro que tudo demanda aperfeiçoamento ampliar o serviço, realocar num local mais adequado. Aqui tivemos contribuições interessantes que certamente serão levadas em conta por aqueles que estão aqui e por esse grupo de trabalho interinstitucional. Também ouvi com muita alegria, apesar dos dramáticos depoimentos, que conseguimos avanços. Avanços que também, certamente, foram impactados pela primeira edição deste grupo de trabalho. E aí quero aqui falar o principal motivo de minha fala nesta manhã. é elogiar o cronograma, a sistematização, o plano de trabalho. Eu que participei da primeira edição, talvez a gente tenha que fazer o mea culpa e reconhecer que a metodologia não tenha andado bem. Me parece que segmentando, não sem dar voz a todo mundo, nós teremos uma ambiência muito mais favorável para ouvir os diversos segmentos, para dar voz a todo mundo, para aquilatar todos esses dramas e chegarmos às possíveis posições de consenso. Nós temos divergências, mas nós temos um ponto que nos une de consenso. Eu sempre costumo dizer para o pessoal, olha, de 0 a 10, até no 5, talvez a gente consiga ter consenso. Vamos andar até no 5, porque a gente melhora a vida de muita gente. Vamos baixar um pouco a guarda para a gente poder caminhar até os cinco. Dos cinco para frente, até com a vida de todo mundo melhorada, se conhecendo melhor, se respeitando mais, a gente volta a divergir novamente, e aí cada um, pelos

meios democráticos, vai levar para aquele caminho que entender melhor. Então, muito obrigado pela oportunidade. Contem com o Ministério Público. Estaremos presentes nos trabalhos deste GT principalmente por conta desta metodologia muito bem elaborada, muito bem idealizada. Muito obrigado.

Vereadora Luna Zarattini.

Obrigada, Eduardo Tostes. Muito importante a presença do MP aqui com a gente. Só reforça cada vez mais o GTI. Agora eu vou passar a fala para o último inscrito, Flávio Campos, pela OAB.

Flávio Campos – Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil

Boa tarde a todos. Eu quero aqui saudar todos os presentes nesse grupo de trabalho na pessoa da nossa presidenta, a vereadora Luna Zarattini, uma ótima tarde. Vereador Eduardo Suplicy, desculpe, deputado Eduardo Suplicy, senador Eduardo Suplicy e tudo mais que podemos dizer de Eduardo Suplicy. É um prazer vê-lo, Soninha, também sempre um prazer vê-la e vereadora Eli. Nós temos a alegria de saber que chegamos até essa construção desse trabalho, nesse GTI, com dados, onde a gente já pode estabelecer uma base para a discussão. E isso é o que eu compreendo de mais valioso dentro do que nós estamos construindo. Eu vi aqui algumas compreensões sobre o método que está sendo empregado, e até em resposta a visão do Ministério Público, eu posso dizer que eu acho que há também uma necessidade de uma compreensão sobre o método também, para nós avançarmos, isso já sendo bem objetivo. A OAB, com certeza, está presente nos trabalhos até a conclusão, especialmente pela Comissão de Direitos Humanos no qual eu sou membro, e aqui venho representando a minha presidenta, a doutora Patrícia Vanzolini, e a vice-presidenta Priscila Beltrame, e dizer que, realmente, é para nós motivo de entusiasmo esse trabalho, em vista do que está sendo construído como concreto. Em um primeiro momento, na análise do relatório, vimos que houve uma perspectiva sobre os equipamentos de saúde. E parece que, já na proposta do método, já está

compreendido que será ampliado o leque de visão e o aprofundamento nos dados. Então, se no primeiro momento se focou nos equipamentos de saúde, agora, como nós temos visto, nós vamos passar para outros pontos. Mas eu acho importante. Justamente isso, não perdemos em vista o que já foi construído, resgatarmos esse relatório, que foi construído ano passado por esse GTI, trabalharmos em cima desses dados, que é onde a gente vai poder discutir. Acho que tem muito para caminhar, tem muito para avançar ainda, dentro desse trabalho que esse grupo está fazendo, mas já tem algo de bastante concreto. Então, estamos todos nós de parabéns, fazemos parte do trabalho. Podem contar com a OAB sempre. Quando anunciaram só o nome do promotor, eu fiquei preocupado, porque dar a palavra para o promotor e não dar para o advogado seria, com certeza, um ato antidemocrático nessa reunião, mas a nossa presidenta não permitiu que isso acontecesse. E eu sou muito grato pela escuta de todos e desejo um ótimo dia. Muito obrigado.

Vereadora Luna Zarattini.

Obrigada, Flávio. Então agora eu vou passar para a mesa, para o deputado estadual Eduardo Suplicy, e depois para os demais, e a gente vai encerrando aqui a nossa primeira reunião.

Deputado Eduardo Suplicy.

Primeiro, quero cumprimentar todas aquelas pessoas que aqui se pronunciaram. A Sônia, O Charles, os dois João Carlos, Major Villardi, Alexandre Araújo, Cleyton Pereira, Roberto Ottaviani, Rose, Livro Negro, Lírio Negro, Roseli, Eduardo Tostes, e promotor de justiça. É importante também a contribuição dos representantes da segurança pública, porque se trata de uma preocupação de todos. e o Flávio Campos, que comigo trabalhou, colaborou muito, acho que Eduardo Tostis, e da Soninha, da Eli Teruel, e Luna Zarattini. Esse encontro foi muito enriquecido pelas palavras de cada um, inclusive dos moradores que aqui insistiram que precisam ter a sua palavra aqui ouvida. Eu quero lhes dizer, vocês mencionaram que faltou algo no documento. Por favor, encaminhem por e-mail,

por escrito, para nós, para que possamos considerar as observações que vocês fizeram. Além disso, esta reunião estará com as notas taquigráficas registradas para que nós possamos bem analisar as opiniões de todos. Queria dizer, Lírio Negro, que eu estarei terça-feira, talvez você esteja também, na reunião na Câmara dos Deputados, que justamente vai estar analisando a importância de se autorizar a cannabis para fins medicinais no Brasil. E nós estamos também engajados nesta luta. E queria, brevemente aqui ainda, dizer que acho que faltou algo aqui no cronograma proposto, porque vocês estejam certos, eu tenho a convicção, vocês sabem que eu muito tenho batalhado para a implantação, o quanto antes, da renda básica de cidadania universal e incondicional para todos. No dia 19 de junho, o presidente Lula, com o Fernando Haddad, Simone Tabet e Wellington Dias, assinaram e publicaram a lei que extingue o auxílio Brasil, que Bolsonaro tinha colocado, reinstitui o Bolsa Família, e diz que o programa Bolsa Família é um passo na gradual implementação da universalização da renda básica da cidadania. E eu tenho... Eu estou propondo ao governo do presidente Lula que crie um grupo de trabalho com os melhores pensadores, especialistas, economistas no Brasil e até no mundo, que venham a estudar como, através, seja da reforma tributária e de outros meios, possamos ter o quanto antes, ainda durante o governo do presidente Lula, a instituição da renda básica da cidadania para valer, quando isto estiver ocorrendo, eu tenho a certeza que vai haver muito menor, inclusive, criminalidade em nossa cidade e no Brasil. Podemos lembrar os ensinamentos de Thomas More, acho que o senhor conhece, em Utopia, quando se está debatendo que a pena de morte não havia colaborado para diminuir a criminalidade violenta, eis que um personagem, diz assim, muito mais eficaz do que infligir estes castigos horríveis a quem não tem outra alternativa, senão de primeiro tornar-se um ladrão, para daí ser transformado em cadáver, é você assegurar a sobrevivência de todas as pessoas. Com base nesta reflexão, um amigo de Thomas More, Juan Luis Vives, escreveu ao prefeito da cidade flamenga de Bruges um tratado de subvenção aos pobres, onde, pela primeira vez, propôs a garantia de uma renda. E, por esta razão, Thomas More

é considerado um dos grandes pensadores da história que defendem a renda básica. Muito obrigado.

Vereadora Luna Zarattini.

Muito obrigada, deputado Eduardo Suplicy. Agora vou passar a palavra para a vereadora Eli Teruel fazer o uso e depois a nossa secretária Sonia Francine e eu vou finalizar aqui a nossa reunião.

Vereadora Eli Teruel.

Olha, muito bom dia a todos. É de extrema importância que a gente hoje tenha trazido a nossa secretária para fazer algum esclarecimento e até mostrar o quanto a cidade de São Paulo tem o comprometimento de estarmos cuidando dessa causa tão nobre que precisamos nos dedicarmos. É o que muitos moradores falaram. A gente sabe que o problema já existe há mais de 30 anos, e não quer, como a nossa moradora ali citou, daqui a 30 anos, como vai estar. Então, a gente tem essa preocupação, acredito eu, e tenho certeza, junto ao nosso prefeito Ricardo Nunes, junto com a secretária, que quero agradecer e muito obrigada por ter aceito o nosso convite de estarmos aqui hoje nesta comissão tão importante. Não só para a vida da gente, como dos nossos netos, dos nossos filhos. E quero também citar aqui algumas pessoas, não consigo citar todas devido ao tempo em que nós estamos realmente, o Charles, que falou sobre a preocupação do pós, principalmente ali na 25 de março, que eu ali cresci e vivi na cidade de São Paulo, indo na 25 de março, fazendo as minhas compras. Fui comerciante também, não ali da região, mas sei o que vocês estão passando. E estou aqui me dedicando ao máximo para que a gente possa atuar ali, sem muita violência, para que a gente possa ver dos dois lados. Porque uma mãe, gente, uma mãe que chora todos os dias, não é, Soninha? Em busca de recuperar o filho que está ali, naquela situação, em situação não só de rua, mas de droga, enfim. Ela chora todos os dias. E isso, como nós temos um programa social há mais de 20 anos, atuando na cidade de São Paulo, junto com meu esposo, nosso deputado federal, Fábio

Teruel, através do rádio, da comunicação, a gente recebe diariamente o choro dessa mãe, desse pai, dessa avó, e a gente sabe exatamente onde o trabalho e o programa de redenção, o programa que a secretaria, junto com a nossa secretaria, tem feito com o prefeito Ricardo Nunes, eu estive na inauguração do Boraceia, eu estive conversando com muitas pessoas que ali estavam, e vocês veem, a droga, infelizmente, além do álcool, do vício, enfim, tem sido um tormento na vida dessas pessoas, dessas famílias. O sonho de uma mãe é recuperar o filho e dele voltar para casa. Então, claro que esse trabalho é árduo, esse trabalho é constante, e eu quero agradecer. Só o fato, né, Luna, de nós estarmos nessa comissão, né, Suplicy, lutando, o senhor que estava como presidente aqui, a Câmara sente muita saudade do senhor, viu? O senhor esteve com a gente nesses dois anos, e a gente sente muita saudade dessa sua experiência. E quero agradecer também, quero que leve ao nosso governador Tarcísio o nosso abraço, ao Major Villardi. Agradecer também ao secretário de Segurança, o Derrite, por estar empenhado nesse trabalho da nossa segurança, não só no nosso município, na nossa cidade de São Paulo, mas no Estado. e o Roberto Arrosé, o Eduardo do MP e, claro, da OAB, que também está aqui. Qual é o seu nome? Desculpe. Eu não anotei aqui, Flávio. Parabéns pelo trabalho, pela fala de cada um de vocês. Ao Dentinho. Dentinho, parabéns pela sua fala também. A gente consegue se colocar no lugar ali de cada pessoa. Então, assim, são muitas coisas que eu anotei aqui para a gente citar, falar, o tempo está muito escasso, mas eu quero parabenizar a Secretaria, junto ao nosso prefeito, Ricardo Nunes, e a Câmara Municipal, que tem atuado e trabalhado. E ouvir a população, gente, é prioridade. Quando o nosso... Eu esqueci o seu nome, desculpe. Sueli? Roseli? Quando a Rose falou que a gente precisa cuidar das pessoas, a gente já vem cuidando. Eu coloco hoje um H bem grande no nome do nosso prefeito Ricardo Nunes, porque eu tenho apresentado junto a ele todos os problemas da nossa cidade como vereadora, e eu falei para ele, prefeito, eu nunca vi um prefeito como o senhor, que tem colocado o olhar humano na cidade. E eu tenho certeza que nós não chegamos, obviamente, é muito pouco tempo para que ele

consiga fazer tudo o que ele tem almejado, mas eu tenho certeza que ele vai realmente continuar olhando com esse olhar humano para a gente e para a nossa população. Então, meu muito obrigada, agradeço a todos e um bom dia.

Vereadora Luna Zarattini.

Obrigada, vereadora Eli Teruel. Vou passar agora para a secretária, Soninha fazer uso da palavra. Agradecer as falas e a escuta.

Soninha Francine - Secretária Municipal de Direitos Humanos.

Foi muito bom seguir nesse debate, vereadora, de uma maneira cada vez mais ampla, e aprofundada. É bem a cara do Suplicy. O Suplicy é a pessoa que faz uma reunião com o Silvio Santos e o Zé Celso Martinez Correia. Esse é o cara. Então, é... E ainda estamos querendo resolver o impasse entre eles. Só a favor. Então, obrigada pela presença de todas as pessoas, moradores, comerciantes, segurança pública, ativistas, usuários, professores. Muito, muito bom. É só assim que vamos conseguir encontrar saídas para as questões tão complexas da sociedade. Obrigada pelo convite. Estamos à disposição.

Vereadora Luna Zarattini.

Muito obrigada, secretária. Eu queria, então, novamente agradecer todas as falas, todo mundo que trouxe seu relato, trouxe sua opinião, contribuição, dizer que a gente anotou todas as contribuições, que a gente vai fazer visita aos moradores, visitas noturnas, que a gente vai discutir a prevenção a partir da adoção da renda básica de cidadania, que eu acho que é um dos instrumentos mais importante de combate à vulnerabilidade social. A gente vai trazer mais organizações, a Pastoral, o padre Júlio Lancelotti, que é um parceiro nosso aqui da Comissão de Direitos Humanos, trazer

também o Hotel Social, trazer figuras como Drauzio Varella. A gente vai ter uma série de reuniões específicas de diversos temas no cronograma. saúde, educação, trazer esses especialistas, essas pessoas que estão pensando o tema, para a gente conseguir avançar nesse assunto tão caro e importante para nós. Agradecer muito aqui à mesa, agradecer novamente à secretária de Direitos Humanos, Sonia Francine, que esteve presente, que trouxe essa apresentação, que contribuiu demais, trazendo as políticas atuais e como a gente também pode dialogar, uma pessoa muito aberta, uma secretaria muito aberta ao diálogo. Dizer que a Soninha também vai estar presente numa próxima reunião da Comissão de Direitos Humanos para apresentar todo o trabalho da secretaria e, de forma mais ampla, também convidar vocês aqui. Agradecer a vereadora Eli Teruel, que tem sido uma parceira na Comissão de Direitos Humanos. Não é fácil entrar nessa casa, gente, acreditem. É muito difícil estar aqui, mas a gente está tentando fazer o melhor trabalho possível, trabalhando de domingo a domingo. Hoje nem vou almoçar, porque já teria que entrar em uma reunião aqui. E agradecer o Eduardo Suplicy, que também tem sido um parceiro enorme para mim, para todos nós, sempre continuando os debates. O Suplicy é uma pessoa que inspira na política, porque ele nunca abandonou os temas que ele construiu, e por isso que ele é uma figura tão importante para todos nós, não só aqui em São Paulo, mas nacionalmente. E é muito bom poder trabalhar junto com o Suplicy, E é muita responsabilidade ocupar um espaço que o Eduardo Suplicy ocupou, que a deputada Erika Hilton ocupou e que a gente ainda tem muito trabalho pela frente. Obrigada pela presença de todo mundo, MP, OAB, todas as organizações e toda a sociedade civil. A gente vai fazer esse trabalho e eu espero que a gente, apartir daqui a um ano, consiga dizer. Conseguimos entregar isso. Eu espero mesmo, gente. E, de verdade, obrigada. Até a próxima reunião do nosso GTI. Obrigada, gente. Só para fazer, antes de encerrarmos, desculpa, presidente. Pela ordem. Pela ordem. Essas formalidades, eu sou meio ruim, viu, gente? Eu estou muito no meio do povo, então, eu gosto, a minha fala sempre vai acontecer essas gafes. Bom, eu só queria colocar que eu gostei muito da fala de uma das pessoas,

e eu entendo que, realmente, a educação na nossa cidade precisa estar envolvida, para que a gente não chegue onde nós estamos. Então, eu estou sugerindo aqui, já me comprometendo, de convidar o secretário de Educação para estarmos aqui, esclarecendo para a gente, quais as ações que a nossa Secretaria de Educação, hoje, dentro do governo do nosso prefeito Ricardo Nunes, tem para esse objetivo. Então, já pedi para o meu chefe de gabinete, a gente já entrou em contato com o Padula, e a gente vai dar andamento nesse processo. Está bom, Luna? Muito obrigada. Boa noite. Bom dia. Ótimo, vereadora. Obrigada. E é isso, gente. Nada mais a declarar. Declaro encerrada essa reunião do GTI Cracolândia. Obrigada, pessoal.

**4º Reunião do GTI da Cracolândia, na Assembleia Legislativa de São Paulo em 23/10/2023.
Processo de apresentação, escuta e diagnóstico a partir das Secretarias Estaduais e Municipais.**

Participantes

Gabinete da Vereadora Luna Zarattini
(11) 3396-4236/4613
lunazarattini@saopaulo.sp.leg.br

Gabinete do Deputado Estadual Eduardo Suplicy
(11) 3886-6406/6407
eduardosuplicy@al.sp.gov.br

-
1. Luna Zaratini - Vereadora e Presidente da Comissão de direitos Humanos e Cidadania da CMSP
 2. Major Rodrigo Vilardi - Coordenadoria de Políticas em Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.
 3. Edsom Ortega - Secretaria de Governo Municipal - (Executivo de Projetos Estratégicos)
 4. Inspetor Jairo Chabaribery Filho - Diretor da Divisão de Defesa e Vigilância Ambiental (DDVA) da Secretaria Municipal de Segurança Urbana – SMSU
 5. Cecília Galicio - Conselho Municipal de Álcool e Drogas
 6. Marcos Muniz - Conselho Municipal de Álcool e drogas
 7. Roseli Kraemer - Comitê intersetorial da Política Municipal para a população em situação de rua - Comitê Pop-Rua.
 8. Professora Tanieli Rui - Universidade Estadual de Campinas
 9. Flávio Falcone - do Teto, Trampo e Tratamento
 10. Thiago Fidalgo - Universidade Federal de São Paulo
 11. Matuzza Sankofa - Coordenadora Geral do Centro de Convivência É de Lei
 12. Thiago Bezerra – coordenador da frente na prefeitura da secretaria de projetos estratégicos e do Programa Redenção.
 13. Isabel Figueiredo – participante da equipe dos projetos estratégicos e COMUDA.
 14. Charles Souza - Associação Geral do Centro de São Paulo
 15. Rildo Marques CDH OAB São Paulo.

Vereador Eduardo Suplicy

Declaro aberta a segunda reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre a região conhecida como Cracolândia. Registro com muito prazer à presença dos nobres deputados e vereadores, Lunas

Zarattini, o major da PM Rodrigo Garcia Villardi, da Secretaria de Segurança Pública, Edson Ortega, da Secretaria de Governo Municipal, Inspetor Jairo Chabaribery Filho, da Secretaria de Segurança Urbana, a Cecília Galicio, do Conselho Municipal de Alcool e Drogas, a senhora... o senhor Marcos Muniz, do Conselho Municipal de Álcool e Drogas, a senhora Rosalie Kramer, do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População em Situação de Rua, a senhora Taniele Rui, da Universidade Estadual de Campinas, Flávio Falcone, do Teto, Trampo e Tratamento, Tiago Fidalgo, da Universidade Federal de São Paulo, Matuza Sankofa, do E de Lei.

Enviaremos um relatório da reunião do dia 14 de setembro por e-mail para os membros. Caso haja alguma observação, peço a gentileza de nos responder por e-mail. Nós temos hoje como objetivo a escuta e diagnóstico sobre as políticas públicas existentes no território da chamada Cracolândia. Um problema extremamente complexo que envolve questões como a dependência química, as desigualdades sociais, a segurança pública, a falta de moradia e acesso a serviços básicos. Tudo isso contribuiu para que a resolução da questão se torne um desafio muito significativo. No dia 14 de setembro de 2023, lançamos um novo momento do Grupo de Trabalho Institucional da região caracolândia e conforme deliberado na reunião, que na segunda reunião seria realizado o processo de apresentação, escuta e diagnóstico a partir das secretarias estaduais e municipais. Eu gostaria de passar a palavra para a nossa nobre vereadora Luna Zarattini, para que ela possa fazer uma saudação. Por favor, seja bem-vinda, Luna Zarattini.

Vereadora Luna Zarattini.

Bom dia, deputado Eduardo Suplicy, bom dia a todos e todas que estão aqui participando dessa reunião do Grupo de Trabalho sobre a Cracolândia e também bom dia para as pessoas que estão assistindo a gente através do link da TV Alesp. É importante a gente retomar que o intuito do nosso GTI, que tem a participação dos membros do Executivo, do Legislativo, membros da Sociedade

Civil, OAB, Defensoria, Ministério Público, tem duas fases. A primeira é uma fase de diagnóstico do território, onde a gente vai escutar secretarias que atuam no território, Secretaria de Direitos Humanos, Saúde, Assistência Social, Segurança Urbana, também a Subprefeitura da Sé. A gente também vai escutar os trabalhadores da Saúde e da Assistência Social, os moradores da região, os comerciantes, e também os coletivos e os usuários que estão ali naquele território. Então, nessa primeira fase, a gente está nessa fase de diagnóstico e de escuta para a gente ir para uma segunda fase de maior elaboração. Uma fase onde a gente vai buscar fazer materiais de recomendação para o poder público, focado em políticas públicas de segurança urbana, saúde, assistência, moradia, habitação, direitos humanos. E também a gente vai fazer visitas ao território. Então, esse grupo de trabalho vai fazer visitas ao território, às residências, aos comércios, conversar com as pessoas, porque também faz parte da nossa atuação aqui. Então, é muito importante a gente estar aqui nesse momento de escuta. Eu estou à disposição, nosso mandato está à disposição, eu sou presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, que faz essa atuação junto aqui com a Comissão de Direitos Humanos da Alesp. Então, obrigada e prazer para quem eu ainda não conheço.

Deputado Eduardo Suplicy.

Muito obrigado, vereadora Luna Zarattini. Gostaria agora de passar a palavra para os representantes das secretarias que vieram fazer suas apresentações, cada um com aproximadamente 15 minutos. Poderíamos começar com o Major Villardi, da Secretaria de Segurança Pública. Ah, então, se estiverem de acordo, o secretário de Governo Municipal, Edson Ortega, pediu para se pronunciar primeiro.

Secretário Edsom Ortega (secretário de Governo Municipal).

Eu posso aguardar o major perfeitamente.

Major Villardi (Secretaria de Segurança Pública).

Tenha a palavra, por favor. Perfeito. Bom, deputado, inicialmente em nome do governador Tarcísio, vice-governador Felício Ramuth, secretário de Segurança Pública Guilherme de Derrite, é um prazer mais uma vez participar dos debates realizados para que a gente consiga melhorar a situação de segurança, a situação de direitos humanos de todos ali na região Central. Em decorrência da questão do tempo, e acho que o mais importante aqui é ouvir do que apresentar e falar, mas pelo menos para dar esse panorama do que a Secretaria tem feito, eu vou até ali para colocar o site na tela da secretaria, acho que vai ajudar. Bom dia a todos, bom dia a todas. Na Secretaria de Segurança Pública, desde o início do ano, as ações realizadas sempre em conjunto com a Prefeitura, de respeito não só apenas à Segurança Pública, mas as demais ações, elas basicamente foram realizadas, estão sendo realizadas por etapas. A primeira etapa foi o diagnóstico. Obviamente que a Segurança Pública não para, então isso, as ações, elas já desde janeiro, elas continuaram e foram reforçadas, policiamento. Mas os três primeiros meses foram basicamente de entender o atual cenário e como melhorar principalmente a questão da segurança pública na região. Dentro desse diagnóstico que foi realizado nos primeiros três meses, um resultado é o que a gente colocou aí disponível no site. Então a gente tem aqui no site da Secretaria de Segurança Pública, aqui a página principal, clicando aqui em sistemas. Tem aqui o sistema de monitoramento de cenas abertas de uso, que na verdade até é uma determinação da lei de política estadual de drogas, que é o eixo de monitoramento, de prevenção. E aqui, compartilho com a sociedade e com todas as autoridades, os órgãos, tanto o diagnóstico que tem sido feito desde então, mês a mês, ações e possíveis resultados. Então, basicamente, nos primeiros três meses, o que a Secretaria de Segurança Pública identificou? conversando tanto com policiais quanto os demais órgãos em reuniões semanais que eram feitas no Centro Integrado de Comando e Controle, presididos, coordenados pelo próprio vice-governador

Felício Ramuth, o secretário Ortega também participou desde o início, inicialmente com o secretário Alexis e com o secretário Ortega. E o que foi identificado é que, além do problema da questão de vulnerabilidade e de questões de necessidade de serviços estatais para aqueles que estão no fluxo de usuários, a gente tem uma demanda muito grande de violação de direitos humanos de trabalhadores, de pessoas que moram, residem e frequentam a região. Os indicadores de roubos e furtos na região do terceiro e 77 DP, ou segundo a Cia do sétimo, segundo a Cia do décimo e terceiro, eram os indicadores, e ainda continuam, apesar da queda, mais altos da capital. E isso está diretamente relacionado à situação de degradação ambiental e à questão do fluxo de usuários e tráfico que tem sido constatado em cenas de uso ali naquela região. Então, nesse diagnóstico, a partir do momento em que isso foi identificado, nós estabelecemos uma sistemática de acompanhamento de todos os registros criminais, especialmente roubos e furtos, que é a principal reclamação dos moradores e comerciantes ali da região, além da preocupação com a tranquilidade e com a possibilidade de poder usufruir da tranquilidade em suas casas, e a gente passou a disponibilizar neste site aqui as informações referentes a roubos e furtos. Se clicarem aqui no diagnóstico, período a período, semanalmente, desde abril, nós temos todos os crimes de roubos e furtos registrados nessa região das cenas de uso e do seu entorno. Esses mapas são utilizados tanto para que as polícias possam atuar de uma maneira mais cirúrgica, em termos de prevenção criminal, quanto também a população possa acompanhar aquilo que está sendo uma das principais demandas que nós ouvimos com moradores e comerciantes, que é a questão criminal, o que está sendo registrado e como isso tem impactado e quais são os resultados que estão sendo alcançados. Então, este é o mapa para que possa ser acompanhado a evolução desse problema identificado nessa fase de diagnóstico. Para que não tenha algumas discussões como nós percebemos no começo, a questão, ah, mas os dados, os dados podem ser manipulados, os dados podem não refletir a realidade. Então, nós entregamos também todos os boletins de ocorrência para que isso possa ser verificado. Então, o mapa, ele não é criado a partir de

nenhum gabinete, ele é extraído exatamente do sistema e isso é disponibilizado para a população, para que a população tenha essa credibilidade de onde vem esses dados, de onde vem esses números. Então, todo o boletim que é registrado é colocado e disponibilizado aí dentro da metodologia apresentada e isso disponibilizado para a população, obviamente sem dados pessoais, mas para que todos entendam e possam acompanhar e tenha transparência e auditabilidade dos dados da segurança pública. Além disso, é definido também um relatório semanal em que a gente apresenta as ações policiais desenvolvidas semana a semana. Então, desde basicamente o início de abril, toda semana nós temos a disponibilização dessas informações, tanto do mapa, com os registros criminais de roubos e furtos, quanto aos boletins de ocorrência para que todos os dados possam ser auditados e aqui informações detalhadas. Isso iniciou esse diagnóstico, então esse foi um resultado desse diagnóstico para a gente entender qual que é a ação em política pública, ela tem que ser baseada em diagnóstico, metas definidas a partir desse diagnóstico e indicadores de monitoramento para que a gente possa avaliar também tudo dentro desses dados desse diagnóstico que foi colocado. E aí, dentro desse espectro, a gente vai observar ali, o que está em vermelho, no campo de cima, são os primeiros meses do ano, e embaixo, essa sequência em vermelho, são os meses de 2022. Então, nós tivemos 15 meses seguidos de alta de roubos e furtos na região. Os três primeiros meses foi a primeira fase de reuniões, diagnósticos, de ações, nós ainda tivemos alta e isso também se deve, aconteceu no estado inteiro até por uma retomada, nós não tivemos carnaval no ano passado e nesses primeiros três meses nós tivemos carnaval, então isso também impactou, mas enfim, a partir do momento em que o diagnóstico foi apresentado, a partir de março e abril, as polícias, elas passaram a reforçar por meio da atividade delegada, que foi inclusive aprovado agora um aumento pela Câmara Municipal, o que já tem gerado resultados muito positivos em termos de mais policiais naquela região. Nós tivemos um aumento da Operação Impacto pela Polícia Militar, mais efetivo policial na região, e também a **Operação Resgate pela Polícia Civil, que passou a focar no combate ao tráfico de drogas que**

abastece as cenas de uso, não só nas próprias cenas de uso, na região central, mas o que abastece de outras regiões. Então, dentre esses primeiros três meses, a partir de então e até hoje, nós já tivemos cerca de 1.500 criminosos presos, seja por tráfico, roubo, furto e os demais crimes praticados ali na região. Isso significa em torno de 50% de aumento quando comparado ao ano passado. E, por conta dessas ações policiais, é que a gente, a partir de abril, isso contribuiu para que, a partir de abril, a gente revertisse, começasse a reverter esses 15 meses de alta de roubos e furtos e passasse a verificar as primeiras quedas de roubos e furtos nesse período. Desde abril até agora, nós tivemos, em termos de roubo, os meses seguidos, então sempre houve redução de roubos, e nos últimos três meses houve uma pequena variação em termos de furto. A gente está identificando agora essa variação foi por conta do aumento especialmente de furtos cometidos no interior de estações, então provavelmente o mês de setembro já apresente um resultado um pouco diferente, porque houve um reforço nessas ações. Mas, enfim, houve a reversão do cenário de roubos e furtos de alta para queda. O primeiro objetivo, então, está sendo alcançado. Isso significa, não são números, só nesses cinco meses, significa em torno de 1.500 vítimas a menos, ou crimes, até mais, vítimas a menos de roubos e furtos do que comparado ao ano passado. Então, houve um aumento de prisões, prisões qualificadas, prisões de roubos, furtos e tráficos, e uma diminuição de roubos e furtos, que era a primeira meta. Além da questão de roubos e furtos, uma outra métrica da secretaria é a questão, a partir daí, então, da requalificação de cenas de uso de logradouros e uma diminuição do fluxo. Inicialmente, nos primeiros meses, na primeira etapa, então, o fluxo, o número de pessoas estava mais esparsa. A partir do momento em que as polícias começaram a conseguir resultados de redução de roubos e furtos, o segundo passo, a segunda meta era efetivamente então diminuir o fluxo de pessoas, porque nisso a gente está trabalhando tanto com devolver direitos às pessoas que estão em situação de vulnerabilidade naquela região, quanto a moradores e comerciantes que acabam tendo tanto a questão dos crimes de roubos, furtos e demais, até latrocínios, tivermos na região praticados, quanto também

a sua tranquilidade. Então, na segunda etapa, começamos a requalificar algumas vias, então, iniciou-se o trabalho de requalificação da Rua Guaianazes, da Rua Vitória e da Rua Conselheiro Nébias, a partir desses movimentos de requalificação de ruas, porque os moradores não conseguiam dormir ou não conseguiam, nós tivemos até aqui na audiência pública aqui na Alesp, o senhor participou inclusive da segunda audiência na Rua Guaianazes, em que uma criança, uma mãe veio com a criança que não conseguia sequer fazer o atendimento do serviço de necessidades especiais. Então, a Rua Guaianazes, Conselheiro Neves e Vitórias, foi iniciada essa requalificação para que as pessoas pudessem voltar a ter uma vida minimamente razoável nessa região e, por conta dessas ações, o fluxo passou a se concentrar e hoje ele se concentra em dois pontos. Em linhas gerais, durante a noite ele permanece na Rua dos Gusmões e durante o dia ele permanece na Rua dos Protestantes. Vias, logradouros, em que também nós estamos começando a trabalhar com a requalificação, tanto a Gusmões, quanto toda aquela região. E agora, neste momento, nós estamos entrando na terceira etapa, que é, uma vez que já foi alcançado o resultado de redução de roubos e furtos, primeiro objetivo, e ele tem se consolidado para que a gente devolva a segurança da população naquela região. Uma vez que algumas vias já começaram a ser requalificadas, ou seja, as pessoas na Guaianazes, na Vitória, na Conselheiro Nébias, já estão conseguindo sair de suas casas para ir trabalhar, já estão conseguindo dormir, ainda não é a situação ideal, mas já iniciou esse trabalho. E agora nós, na terceira fase, estamos trabalhando efetivamente para tentar resolver o problema do fluxo de usuários, que acaba explorando pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. Então, as pessoas que estão ali estão sendo vítimas de exploração de diversos grupos criminosos. E, além disso, enquanto nós não resolvemos o problema do fluxo, nós, simplesmente, não adianta ficar empurrando de um lado para o outro, porque sempre isso vai estar atrapalhando alguém. A Cracolândia não é um local, as cenas não são um local, são pessoas que ali estão. Então, nessa terceira etapa, o que a Secretaria de Segurança Pública, em conjunto com as demais secretarias, está realizando? **Passou a**

realizar a qualificação e identificação das pessoas que estão no fluxo, seja por meio de ações policiais cotidianas, corriqueiras, seja por meio de operações policiais, seja operações destinadas ao combate ao tráfico, especificamente, seja operações destinadas ao combate à perturbação de ordem pública e demais contravenções penais, tranquilidade dos moradores. Foram identificadas, já qualificadas, cerca de 1.200 pessoas no fluxo dessas 1.200 pessoas, pouco mais de 600 são pessoas que estão em descumprimento de condições judiciais, estão respondendo processos criminais, ou seja, são pessoas que foram presas e estão respondendo o processo pela prática de crimes e estão em liberdade mediante algumas condições, ou pessoas que estão cumprindo pena nas ruas mediante algumas condições. Então, mais de 600 pessoas foram identificadas já nessa situação. E aí, o que tem sido feito para essas pessoas por parte da segurança pública. Esses dados são compartilhados com a saúde e com assistência social para que as ações de saúde e assistência social possam ser focadas de uma maneira mais cirúrgica e mais direcionada ao fluxo em si, os serviços possam ser ofertados e também aqueles casos em que a lei está sendo descumprida, nós estamos comunicando o Poder Judiciário. Já fizemos cerca de 150 comunicações ao Poder Judiciário desses descumprimentos dentro do devido processo legal, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, atuam nesse processo caso a caso para analisar e o que a gente oferece nesse pedido, solicita e oferece, é que esse indivíduo, essa pessoa que foi identificada naquele local, descumprindo condições da lei, ou seja, a lei estabelece que ela não poderia estar ali em determinada situação. Então, nós estamos informando que ele está descumprindo, estamos solicitando que a lei seja cumprida e efetivamente ou haja uma regressão da pena para que o condenado ou o acusado passe a responder ou preso ou cumpra o regime na prisão e não nas ruas porque ela está descumprindo as condições que foram acordadas com o judiciário ou se entender que não é o caso de prisão que ao menos determine o monitoramento, ou seja, o tornozelamento, que a Secretaria de Segurança Pública, por meio de uma parceria com a SAP, já disponibilizou isso para o Judiciário, para que, então, essas pessoas possam ser monitoradas. E, além

disso, que também o Judiciário determine ou indique que essa pessoa se apresente aos serviços de saúde e assistência social para que ela possa receber o serviço, nada mais, nada menos do que fazer cumprir a lei. Nenhum desses casos são casos aleatórios, são casos de pessoas que ou já estão condenadas, estão cumprindo penas e têm que cumprir condições para estarem nas ruas, ou estão respondendo em liberdade também mediante algumas condições. E a gente informa isso para o Judiciário. Além disso, nós temos pessoas que não têm nenhum retrospecto criminal. Independente disso, todas que são qualificadas, nós informamos a Saúde e Assistência Social para que a Saúde e Assistência Social, então, possa ofertar de uma maneira mais precisa, mas cirúrgica esses serviços e a gente, então, ofereça, não apenas do ponto de vista da segurança pública, o nosso foco é a questão, seja de ordem pública, seja de segurança pública, a questão criminal, mas também do Estado, ofereço uma gama de serviços como um todo. Essas são as medidas que estão sendo adotadas pela Secretaria de Segurança Pública. A região central é a prioridade do governador Tarcísio. Houve essa determinação logo no início do ano. O vice-governador Felício Ramuth acompanha diariamente essa situação. E o secretário de Derrite tem trabalhado diuturnamente com as polícias para que a gente possa, aos poucos, devolver a segurança para a população do Centro. Os resultados, até então, que estão sendo observados é a redução de roubos e furtos, que a gente pretende que seja aprofundada, e a gente retorne às situações de normalidade nessa região, como em qualquer outra região da capital, e também que a gente passe, a partir de agora, de uma maneira mais efetiva, a reduzir as pessoas que estão no fluxo, porque as pessoas que ali estão, elas estão sendo exploradas por diversos grupos criminosos que atuam na região, por conta dessa degradação, acabam fomentando esse cenário que propicia a situação de roubos e furtos, vitimando também moradores e comerciantes e também a questão da tranquilidade das pessoas que ali moram, que ali trabalham. Então, essas são as ações até então desenvolvidas pela Secretaria. A transparência dos dados, aqui no site da Secretaria de de Segurança Urbana, que faz a contagem, o número de usuários que a gente está agora monitorando e

que pretende que, aos poucos, dentro desses serviços de saúde, sim, social ou questões criminais, ilegais, esse fluxo seja reduzido, que é uma outra meta alcançada, visada pela Secretaria, além da redução de roubos e furtos. Nós estamos à disposição para qualquer esclarecimento, para ouvir também todas as perspectivas, porque uma política pública que queira ser eficaz, como os primeiros resultados estão aparecendo, ela tem que ser baseada exatamente nisso. Na escuta, como aqui tem sido feito, tanto na Câmara Municipal quanto na ALESP, a escuta de todas as partes interessadas, identificação dos problemas, ação conjunta, medição de resultados e avaliação também conjunta para que a gente possa evoluir, para que não seja nem o que A, B, C ou D queira, mas o que todos em conjunto, democraticamente assim, estabelecem e de acordo com o que a lei determina. A gente agradece, a gente está à disposição, deputado, vereadora, é uma grande honra em nome do governador e do secretário se colocar à disposição para essa escuta e para esse aperfeiçoamento. Obrigado

Deputado Eduardo Suplicy.

Muito obrigado, major Villard. Eu acho que se trata de uma situação de grande complexidade é muito difícil de ser enfrentada. E, inclusive, eu tenho algumas perguntas a fazer, mas acho que será importante primeiro ouvirmos o Dr. Edson Ortega, que é secretário-executivo de projetos estratégicos da Secretaria de Governo Municipal. Se o senhor quiser estar aqui à mesa, com muito prazer, por favor.

Secretário Edsom Ortega (secretário de Governo Municipal).

Muito bem. Bom dia a todos. Bom dia, deputado Eduardo Suplicy. Bom dia, vereadora Luna Zarattini. Em nome de ambos, queria agradecer aos parlamentares da ALESP, da Câmara Municipal, e cumprimentar por esse trabalho que envolve um tema de enorme desafio. Queria cumprimentar o

Marcos, que é presidente do Comuda. Em nome dele, cumprimentar as pessoas e entidades da sociedade civil que estão aqui presentes. Queria cumprimentar o Major Villardi. Em nome dele, cumprimentar os representantes do Governo do Estado, o Major Thiago Bezerra, em nome dele, cumprimentar os representantes das secretarias do município que estão aqui presentes. Ele que representa a Secretaria Municipal de Segurança Urbana. A Secretaria de Projetos Estratégicos, ela não é uma secretaria setorial. Ela tem, como integrante da Secretaria de Governo, um papel de coordenação. Acho que é importante dizer isso, porque nós fazemos uma ação de fortalecimento das ações e de articulação das ações do município. Dos diversos organismos e secretarias e a articulação com o governo do Estado, que nesse trabalho a coordenação é feita pelo vice-governador Felício Ramuth e tem, na área de segurança, o major Villardi, que faz um trabalho excepcional de articulação, sobretudo na área de segurança pública. Eu queria colocar, já está ali, os eixos estratégicos que nós estamos trabalhando, vereadores, senadores, senhoras e senhores, que envolve desde atenção à saúde, atenção à saúde e ofertas de tratamento, envolve proteção social, segurança de acolhida e acesso a alternativas de moradia, envolve segurança pública e sistemas de justiça. Envolve diagnóstico e intervenção nas cenas de uso. Envolve gestão e requalificação urbana. Envolve prevenção ao uso abusivo e dependência química. Envolve o tema de educação continuada. Nós estamos trabalhando nesses eixos, senador, com base no conceito utilizado com muito sucesso na área da saúde, na campanha que o Brasil foi vitorioso em relação à AIDS. E eu destaco esse conceito porque o Brasil é referência no mundo em relação a essa doença, porque só foi possível vencê-la por conta de ações simultâneas executadas em diversas frentes. Eu costumo mencionar, como um bom exemplo desse trabalho da campanha em relação à AIDS, a questão do coquetel, coquetel de medicamentos. E tenho mencionado, senador e vereadora, se tivéssemos a metade dos medicamentos do Coquetel, teria dado certo? Não teria dado certo. Se a metade chegasse num semestre e a outra metade no outro semestre, teria dado certo? não teria dado certo. Se os profissionais da área da saúde

não tivessem tido oportunidade de treinamento, capacitação, não tivessem sido ouvidos, teria dado certo? Não teria dado certo. Se a rede de saúde, de proteção social, não tivesse sido preparada, fortalecida, para dar atenção às pessoas que tinham e têm, aquela doença teria dado certo? Não teria dado certo. Eu estou dando esse exemplo porque é possível usar esse conceito utilizado com sucesso, como disse, pelos governos e pela sociedade civil e venceu algo, e está vencendo, os resultados são extraordinários em relação a algo muito difícil. E a questão da dependência química e das cenas de uso é um problema presente no mundo todo. Nós temos diferentes experiências de como lidar com isso. O senador Suplicy, sempre senador Suplicy, já esteve comigo há mais de 10 anos na Cracolândia. Na Cracolândia, na Rua Helvétia. Fomos juntos lá algumas vezes. Como foi agora também, como vai de vez em quando lá também. E sabemos que não é fácil. Se fosse fácil, já teria resolvido. Por isso que esses grupos de reflexão no Parlamento são muito importantes. Porque aqui, quando a gente fala de segurança pública e sistema de justiça, envolve muito o Parlamento também. Porque nós dependemos da legislação e, mais do que isso, da interpretação da legislação, quer seja federal, quer seja estadual, quer seja municipal. E aí o envolvimento do judiciário, o envolvimento do Ministério Público é um fator muito importante e esse diálogo está sendo ampliado. Eu queria mencionar, por exemplo, no próximo slide, sobre ações integradas na área da saúde. A oferta de tratamento. O prefeito Ricardo Nunes tem enfatizado muito a importância do fortalecimento da rede da saúde e da rede da assistência social, assim como das alternativas de trabalho e renda e alternativas de moradia a essas pessoas e as suas famílias. Na área da saúde, eu posso destacar a expansão e requalificação da rede de atenção psicossocial, os CAPS, que é fundamental que esses equipamentos estejam fortalecidos em todo o município, de tal modo que eles não se desloquem, as pessoas não têm que se deslocar para outras regiões onde esse serviço é oferecido. Aqui destacamos também a criação de um SECO, que é um serviço também da área da saúde, que favorece muito diferentes tipos de tratamento, inclusive a dependência química. Importante destacar, senador, nessa

questão da rede de atenção psicossocial, a importância de fortalecer a rede dos demais municípios, sobretudo da região metropolitana de São Paulo, mas também de outros estados. Daí a importância do diálogo com o governo federal e temos feito esse diálogo, inclusive os colegas do Comuda têm feito também esse diálogo com o governo federal para fortalecer também as redes nos outros estados. Vocês conhecem os números em relação às pessoas que frequentam as crackolândias. Parte deles são oriundos de outros municípios e oriundos de outros estados. É preciso que essas redes estejam fortalecidas para que a gente possa dar atenção a essas pessoas preferencialmente nos seus locais de origem, que possivelmente, em boa parte dos casos, se não todos, mas aonde for mais favorável promover a inserção, a recuperação, o bem-estar dessas pessoas nas suas regiões de origem, nós devemos nos esforçar para fazê-lo. Não se trata de modo algum de querer transferir problema para ninguém, e sim uma ação conjunta naquilo que for melhor para a pessoa que está sendo tratada nas cenas de uso, a partir das cenas de uso. Expansão e requalificação das redes SEATs. Redes SEATs são equipamentos da Secretaria Municipal que foca especialmente no tratamento de pessoas em cenas abertas de uso. Não só, mas, sobretudo, para essas pessoas. E temos vários equipamentos que, no site da Prefeitura, da Secretaria, é possível verificar os vários tipos de SEATs, vários tipos de serviços em expansão, inclusive. O diagnóstico sob atuação de serviços de cuidados prolongados, que é outra alternativa. No passado, o senador chegou a participar comigo de debates, que eram uma polêmica no passado, entre redução de danos e tratamento por abstinência. Hoje, felizmente, isso já está superado, porque depende muito da singularidade de cada pessoa. Os profissionais de saúde devem definir qual é a melhor estratégia em função da característica e realidade da pessoa. Então, se o melhor é redução de danos, que seja praticado esse caminho. Se o melhor é a abstinência, que seja oferecida essa alternativa. Se for melhor mudar no meio do caminho a estratégia em função do diagnóstico médico de saúde, que isso seja propiciado. Então, isso são avanços importantes e há sintonia em relação a isso, tanto em relação à rede do município, quanto em relação à rede estadual. Então, acho que isso é

importante para que possamos ter avanços cada vez mais substantivos e propiciar às pessoas alternativas de tratamento que façam com que elas fiquem melhor. O importante aqui também, um dos últimos pontos lá, a integração com o Governo do Estado, qualificando a gestão compartilhada das informações, fluxos, protocolos, de modo a otimizar os recursos terapêuticos localizados no município. Eu quero destacar isso porque tem sido um ponto que dedicamos muita energia da nossa equipe, senador, deputado e vereadora. um problema muito sério em relação à conexão das portas dos diferentes tipos de equipamentos. A pessoa recebe um tratamento de qualidade num determinado equipamento e depois nem sempre ele tem a sequência do tratamento. Então, a nossa equipe, junto com o Governo do Estado, com áreas da saúde, da assistência social do Governo do Estado, do município também, já estão avançando nos protocolos de conexão, onde a pessoa sai do equipamento já com endereçamento para o equipamento subsequente que for adequado em função da característica dele. Isso está favorecendo, portanto, a maior eficiência no tratamento dessa pessoa. Nós temos pessoas muito complexas nas cenas de uso, com histórico de vida que traz uma maior dificuldade e, portanto, temos que ter na nossa estrutura de atendimento de saúde, de assistência, profissionais também preparados e qualificados para poder dar o suporte a essas pessoas. Eu queria fazer um destaque aqui do que o Major Villardi comentou em relação ao perfil das pessoas que estão na cena de uso. Que é diferente de muitos dados que temos disponível, vereadora e deputado, que trata das pessoas que chegam até a rede de tratamento ou a rede social. É diferente o dado. Na cena de uso, nós temos muitas pessoas que não aceitam encaminhamento para a rede. Portanto, esse trabalho feito a partir do cadastro da Secretaria de Segurança Pública está nos mostrando informações muito valiosas para que a gente possa sofisticar ainda mais o trabalho de saúde e de assistência. O dado, por exemplo, de uma data anual da amostra chegou a 62% das pessoas que estavam na cena de uso, eram oriundos do sistema penitenciário ou beneficiários de medidas em meio aberto, é um dado muito importante. Tão importante também a informação de que 28% são mulheres. Isso é muito grave. A

quantidade de mulheres que estão em situação de vulnerabilidade e muitas sendo exploradas ali. E me causou surpresa ao saber que somente 8% estão chegando até as portas de entrada da Secretaria da Saúde. E o que fizemos com essa informação? Só para dar um exemplo, e aqui se trata de exemplo, que o tempo aqui é limitado, nós fomos procurar o sistema penitenciário, o que é feito com essas pessoas antes delas saírem do sistema penitenciário e como podemos aprimorar o trabalho de apoio social, de apoio à saúde a essas pessoas, a essas mulheres, 28% das mulheres, o que podemos fazer e já fizemos três reuniões, senador e vereadora, com a SAP, que está muito engajada, interessada nesse aprimoramento, de tal modo a evitar, antes delas saírem, fazer com que elas tenham um fortalecimento da sua rede de proteção social e de saúde. Em relação aos que já saíram, também, nós estamos detalhando a análise do perfil dessas pessoas em relação à saúde, assistência social, em relação à rede de proteção pessoal, família, amigos, tudo mais, o que podemos propiciar para que essas pessoas fiquem menos vulneráveis como disse o Major, esquemas do crime organizado que submete boa parte das pessoas que estão ali nas cenas de uso e temos que evitar com que essas pessoas fiquem expostas como estão. Estou fazendo esse recorte porque eu acho que é muito grave a situação e não depende só do município, depende de vários organismos. E estamos atuando e queremos velocidade nisso. O prefeito está nos dando todo o apoio para que possamos, municípios junto ao Governo do Estado e organizações da sociedade civil, poder propiciar retaguardas de apoio preventivo a esses grupos que saem do sistema penitenciário e também de medidas em privação de liberdade que envolvem jovens. Felizmente é pequeno o número de jovens e nós estamos, quero aproveitar para destacar a ênfase que estamos dando no sentido de tentar evitar com que jovens, menores de idade sobretudo, fiquem nas cenas de uso e isso tem sido um foco da área da saúde e da saúde social junto com organizações da sociedade. No bloco seguinte, eu vou ser mais rápido porque é o bloco da Segurança Pública. Você pode passar? Pronto. Porque o Major Villardi já teceu aqui com maestria os dados e informações aqui da Secretaria de Segurança, mas, claro, as ações estão em torno

da questão do combate ao tráfico e outros crimes. Quero destacar o diálogo que nós fizemos com a superintendente da Polícia Federal em São Paulo, no trabalho importante que fazem em relação à entrada das drogas pelas fronteiras e também pelo porto, pela Baixada Santista, o relato que eles nos fizeram desse trabalho, da articulação da Polícia Federal com a Polícia Rodoviária Federal, que inclusive essa semana fez apreensões importantes aqui na rodovia, acho que foi na Washington, Luiz, Major. Então, esse trabalho também com a Polícia Federal vem sendo ampliado cada vez mais. A questão da localização de pessoas desaparecidas, importante também a Secretaria de Segurança Pública, junto com a Secretaria de Direitos Humanos do município, identificando pessoas que estão na Cracolândia e estão sendo procuradas, mais de 100 pessoas desse bloco de cadastros feitos pela Secretaria de Segurança Pública, e está lidando com todo o cuidado que isso tem que ter, com todo o cuidado para preservar a pessoa e, claro, verificar também como que as famílias dessas pessoas podem lidar com essa informação da presença delas nas cenas de uso. Eu volto a destacar isso, que a gente não pode divulgar, claro, não estamos falando em nomes, estamos falando em informações, mas nós sabemos que nesse campo de pessoas desaparecidas tem um protocolo que deve ser observado em relação a essas pessoas. Mas estou aqui compartilhando uma informação que, para nós, é muito importante também lidar com ela. A outra é a questão da preservação do espaço público e da livre circulação. Como foi dito aqui, é preciso que os moradores daquelas regiões, os trabalhadores daquelas regiões, os comerciantes daquelas regiões, os estudantes, as pessoas que vão para essas regiões, também tenham seus direitos preservados. Então, é preciso encontrar pontos de equilíbrio, onde, ao mesmo tempo, fortaleça as ações de saúde pública, de assistência social, as ações de segurança pública nos grupos que lhes são pertinentes. Mas a preservação do território, para que as pessoas possam também ter a sua dignidade preservada, esse é um ponto que está no nosso coquetel, que é preciso não passar ao largo dessas ações. O major comentou aqui de várias ruas que a Prefeitura já está revitalizando. A própria região da antiga Cracolândia, na Helvética, senador, nós

discutimos lá atrás que faríamos ações de implantação de programas habitacionais, de saúde, hoje já é uma realidade lá o hospital da mulher, já localizado, já funcionando, vários prédios das parcerias públicos, privadas, feitos pelo município e com o Governo do Estado, e várias outras obras em andamento de equipamentos públicos na região e fortalecimento das alternativas de comércio, serviços, naquelas regiões também. Acho que o senhor também estaria considerando as crianças que, ao caminhar para a escola e voltar para casa, que têm sido uma grande preocupação das mães e pais. Isso. Quando eu falo a questão dos estudantes, eu destaco especialmente as crianças, porque eu vejo, via, sobretudo quando estava lá na Guaianazes, tinha uma escola muito perto lá, grupos de crianças que ficavam numa esquina se juntando para poder passar em grupo por aqueles circuitos onde tinha antes lá as cenas de uso e tal. Então, realmente, esse destaque é importante, que nós precisamos preservar a segurança das crianças, dos jovens, e permitir com que eles vão com segurança para as suas escolas. O bloco que está em seguida é sobre as cenas de uso. Eu falei já um pouco aqui sobre a questão do aprimoramento da análise do perfil das pessoas que frequentam a cena de uso. Isso tem sido, como falei, importante para refinarmos, para sofisticarmos as ações conjuntas do município, do governo e com a sociedade civil também. Vou ser um pouco mais rápido, estou vendo que o meu tempo está passando rápido. Em relação à prevenção, esse é um outro leque que destacamos, uma outra vertente que destacamos, porque entendemos que essas ações tanto de iniciativa do Governo do Estado, de várias secretarias do Governo do Estado, quanto secretarias do município, quanto organizações da sociedade civil, nós precisamos ampliar ainda mais, porque as redes sociais oferecem uma enorme oportunidade de informações e nem sempre são informações qualificadas, então é preciso também se aproveitar das experiências, das boas experiências de organizações da sociedade civil para que juntos com governos, a área da educação, sobretudo, a área da saúde, a área da assistência social, possa levar, sobretudo aos jovens, mas a todos as informações necessárias para que se evite o consumo de drogas, sobretudo drogas mais severas, que causam danos muito

complexos às pessoas e é fundamental que essa difusão dessas informações por meio de programas de prevenção, de educação, seja propiciado de forma mais ampliada. E volto a dizer, isso nós temos que fazer não só na cidade de São Paulo, por isso que esse ambiente aqui da ALESP é muito importante. Esse programa, e o Governo do Estado está fazendo isso, tem que mirar a parceria com todos os municípios, e claro, destaco aqui sobretudo os municípios da região metropolitana, mas com certeza os demais municípios, como o Governo Federal também propiciar programas como esse a todos os estados, da nossa federação. A outra vertente fala sobre a requalificação urbana, que já foi comentado aqui rapidamente, a importância de fazermos a requalificação urbana dessas regiões que têm cenas de uso, e estamos trabalhando muito nisso aqui, podemos, ou as próprias secretarias setoriais, vindo aqui, podem detalhar os exemplos das ações de revitalização, como os que eu mencionei aqui na área da habitação, na área da saúde, fazendo revitalização completa dessas regiões. A próxima vertente tem a ver com educação continuada. Esse tipo de público, como eu já mencionei antes, tem um perfil mais complexo. exige profissionais cada vez mais preparados para lidar com a complexidade dessas pessoas na área de saúde, na área de debilidade social. E daí a importância de termos na rede da saúde e na rede do município, profissionais cada vez mais preparados para isso. Portanto, avançarmos na ampliação dos programas de treinamento profissionais, como o exemplo que eu dei aqui da AIDS, que foi feito um amplo programa de capacitação profissional, é preciso que aqui também, porque nós verificamos que muitos equipamentos da saúde e da assistência, tanto do município quanto do Estado, Organizações da sociedade não têm profissionais preparados na quantidade necessária para atender esse tipo de pessoa que tem um nível de complexidade maior. Portanto, é uma prioridade definida pelo município e pelo Estado e isso passa não só para profissionais da saúde e da assistência. Passa também para os profissionais da Secretaria de Segurança. A Secretaria de Segurança, tanto do Estado quanto do município, estão investindo muito, porque não é a mesma forma de atuar, um profissional de

segurança pública quando atua num bairro convencional e quando atua numa cena de uso. Tem que ter um preparo muito mais sofisticado e é preciso dizer que isso tem sido feito. Também em relação aos profissionais que trabalham nas subprefeituras, os trabalhos de zeladoria, que é um trabalho muito importante. Temos investido muito em treinamento dessas equipes para que eles tenham condições de lidar com aquela peculiaridade. Uma coisa é tirar o lixo da rua, num bairro qualquer. Outra coisa é tirar resíduos de dentro das cenas de uso. Ele se depara com situações que ele tem que ter preparo para isso. Do mesmo modo, a nossa guarda civil. Os profissionais que trabalham naquela região precisam ter e precisam ter cada vez mais treinamento sofisticado. Então, esse bloco aqui do tratamento aos diferentes profissionais que lidam com essas pessoas, inclusive das clínicas mais distantes. Muitas vezes, a clínica mais distante não tem profissionais para lidar com as pessoas mais complexas. Então, esse é um eixo que eu quis aqui destacar também. Então, esse conjunto de eixos é o que a gente faz alusão ao coquetel da Cracolândia, ao coquetel da campanha da AIDS, que vai fazer com que essas ações integradas sejam realizadas de forma simultânea, nós acreditamos que podemos ter mais efeito. No sentido, de um lado, melhor tratamento, a melhor alternativa de tratamento a essas pessoas, prevenção para evitar que elas cheguem às ruas ou fiquem às ruas de forma debilitada, ou se depararem com drogas devastadoras que corroem o seu poder de decisão. Então, esse conjunto, não vou repetir, mas esse conjunto de frentes, de eixos, são as ações que estão marcando as prioridades que a administração municipal e o governo estadual estabeleceram nessas frentes. Então, ao trazer aqui essas informações, queria dizer, agradecer mais uma vez, parabenizá-los e colocar a Prefeitura à disposição, seja por intermédio da Secretaria de Projeto Estratégico, seja por meio das secretarias setoriais. Aqui, eu vou precisar sair, como eu comentei, por conta de um outro compromisso que eu tenho, mas vai permanecer aqui o Tiago Bezerra, levanta a mão, Tiago. O Tiago, ele é o coordenador dessa frente na Prefeitura, da Secretaria de Projetos Estratégicos, ele coordena o que chamamos de programa Redenção, e participa dessas reuniões, todas essas reuniões setoriais. E, do lado dele, está

Isabel Figueiredo, que também da nossa equipe, também como ele, dedicada a esse assunto, participa do Comuda, já há muitos anos também, e está aqui à disposição também para complementar dados, o que vocês precisarem. Então, muito obrigado e boa sorte no trabalho e contem sempre conosco.

Deputado Eduardo Suplicy.

Muito obrigado. Como secretário-executivo de projetos estratégicos, se me permite, antes que eu me ausente, eu gostaria de lhe perguntar. tem havido experiências em diversas cidades do mundo, na Europa, nos Estados Unidos, no Canadá, de áreas onde É possível o consumo de substâncias tóxicas, tal ou crack ou outras, mas com o sentido de procurar recuperá-las através da redução dos danos e até chegar à abstinência. E, nessas áreas, é permitido a utilização das drogas, mas com a supervisão de pessoas ali. Então, a minha pergunta é se... Porventura, a Prefeitura e o Governo Estadual têm considerado a possibilidade de realizar experiências dessa natureza. Então, antes que o senhor saia, ainda, acho que faz cerca de três semanas ou algo assim, a jornalista Fernanda Mena fez na Folha de São Paulo, uma reportagem a respeito desses lugares em diversas cidades do mundo. Então, é a pergunta que eu deixo antes que o senhor se ausente.

Secretário Edsom Ortega (secretária de Governo Municipal).

Senador, eu conheço vários países, fui visitar em função desse de conhecer como lidaram e lidam com esse problema das drogas. E o senhor tem razão, tem alguns países que têm a legislação e estrutura de saúde pública que é possível ter uso assistido de drogas na linha de redução de danos. No Brasil nós não temos legislação sobre isso, nós já fizemos essa reflexão aqui em São Paulo, agora recentemente, tem várias propostas nesse sentido, de que pode realmente contribuir se você tiver cenas de uso controlado, assistido, tem experiências positivas nesse sentido, mas a legislação federal nossa não dá conforto jurídico para agentes públicos caminharem por essa proposta. É importante

dizer isso, porque muitos acadêmicos também já compartilharam essa situação no Comuda, e depois o Marcos pode também falar sobre isso, mas nós estamos aqui no Parlamento do Estado, do município, e, com certeza, na articulação com o Parlamento Federal, quem sabe pode chegar em caminhos de experimentar alternativas como essa. Então, eu queria compartilhar isso. Eu gostaria de deixar em mãos, vou deixar também aos demais representantes.

Deputado Eduardo Suplicy.

Eu... encaminhei, na semana passada, uma carta ao presidente Lula e aos seus ministros de diversas áreas, sobretudo do desenvolvimento social, mas da fazenda e outros, propondo que venha a ser constituído um grupo de trabalho para estudar as etapas previstas na Lei 10.835, de 2004, bem como o artigo 6º da Constituição, e também obedecendo a uma decisão do Supremo Tribunal Federal, para que logo seja regulamentada, implementada, a renda básica de cidadania. O próprio governo, na lei 14.161 de 19 de julho de 2023, na mesma lei que extinguiu o Auxílio Brasil e reinstituiu o Bolsa Família, afirma que constitui etapa do processo gradual e progressivo da implementação da universalização da renda básica de cidadania na forma estabelecida na Constituição e na lei que eu me referi. Então, eu aqui cito 104 pessoas que, no meu entender, mas poderá haver muitas outras que poderão colaborar com esse grupo de trabalho. Então, vou deixar em suas mãos e também aos demais representantes, vou pedir Maria Angélica para entregar aos demais representantes das secretarias aqui presentes e continuemos em diálogo construtivo. Eu queria saudar a presença do Rildo do Marquês, da Comissão da OAB de Direitos Humanos. Acho que ele precisou sair, eu espero que ele possa voltar. Também a Fernanda Balera, da Defensoria Pública. O Charles e o Clayton, que são moradores do território da Caracolândia. E... Gostaria de informar que a Malu, levante o braço, vai inscrever as pessoas que queiram falar após os representantes das secretarias que aqui estão presentes. Então

agora eu chamo o senhor Jairo Chabaribery, da Secretaria de Segurança Urbana. Posso falar daqui mesmo? Pode, mas se quiser vir aqui, tá convidado. Obrigado, deputado. Bom, boa tarde a todos.

Inspetor Jairo Chabaribery Filho - (Diretor da Divisão de Defesa e Vigilância Ambiental (DDVA) da Secretaria Municipal de Segurança Urbana – SMSU).

Boa tarde, em nome da secretária Elza Paulino de Sousa, quero cumprimentar a mesa, deputado Suplicy, vereadora Luna Zarattini, a todos os presentes, cumprimentar o major Villardi, que representa o Governo de Estado. Eu acho que tanto o major Villardi quanto o secretário Ortega já falou bastante do trabalho que é realizado ali com esta coordenação. Eu vou sintetizar aí um pouco do trabalho da guarda. A guarda está naquele território para garantir a chegada e entrega dos serviços públicos essenciais. Limpeza urbana, zeladoria, serviços de saúde, que é muito importante para aquele público e também de assistência social. E isso, graças a Deus, tem ocorrido diariamente, durante todo o dia, com bastante tranquilidade. Quem acompanha a Cracolândia já a algumas gestões, pelo menos duas ou três gestões, assim como o nosso inspetor Guilherme acompanha esse período, sabe que hoje a relação da Guarda Civil Metropolitana com os usuários é muito mais tranquila do que anteriormente. Tivemos momentos difíceis lá, mas hoje a gente tem observado, graças à nova gestão, o novo comando das unidades que estão ali trabalhando, uma nova diretriz e isso tem facilitado bastante esse relacionamento. Óbvio que isso não nos acomoda, estamos trabalhando para melhorar ainda mais através dos cursos de formação continuada e curso de formação dos guardas que são inseridos na instituição, é importante que nós não percamos esse feeling dessa atenção. No mais, eu me coloco à disposição para responder perguntas. Comigo aqui presente o inspetor-subintendente Guilherme e o inspetor-subintendente Pedroso, que estão à frente das unidades que prestam serviço naquele território. Muito obrigado.

Deputado Eduardo Suplicy.

Eu gostaria de abrir para ponderações as questões que os demais convidados aqui presentes. Cada um pode ter até três minutos, mas, antes, vou passar a palavra para a Luna Zarattini, se quiser fazer alguma consideração.

Vereadora Luna Zarattini

Deputado, tem algumas pessoas que já se inscreveram aqui. Se você preferir também ir chamando e as pessoas que foram convidadas também se inscreverem com a Malu, acho que fica mais fácil de a gente organizar. Pode ser?

Deputado Eduardo Suplicy

Está muito bem. Então, vamos convidar o Dentinho Cleiton Ferreira para... Vamos dar três minutos para cada um. Só falar aqui.

Cleiton Ferreira - É de Lei e artista do território

Opa, vou falar daqui também, eu acho que tá mais fácil. Boa tarde a todos, todas e todes, deputado, Suplicy, Luna, a todos aqui presentes. Me chamo Cleiton Ferreira, sou morador do território e também atuo ali, sou trabalhador e artista do território, trabalho pelo Centro de Convivência de Lei, na Ponta, no âmbito da construção do cuidado e liberdade, da redução de danos. Eu vou trazer uma questão aqui, eu acho que é uma questão com certa pergunta. O inspetor que acabou de falar ali, o inspetor Guilherme está aqui também, trabalha com a gente na Pop Rua, está sempre do nosso lado. E essa construção dessa coletividade das frentes para atuar nesse fenômeno que é o fluxo, que é a Cracolândia, que já vem há mais de 30 anos. E eu, como morador, sofri uma grande violência esses dias. Teve uma operação, aí não sei quais são as frentes que atuam, mas eu sei que a Guarda Municipal, nesse âmbito, eu acho, por conhecimento dessa comunicação, me assegurou, mas, mesmo

assim, fui violentado como morador. Na madrugada de uma segunda-feira, de segunda para terça, eu estava voltando de um evento, passando no meu bairro, que eu vivo ali há anos, há oito, mais de oito anos, entre a Rua dos Gusmões e a... e a Rio Branco, descendo a Rua dos Gusmões para ir para onde eu vivo, que é na Triunfo, fui abordado numa operação na madrugada, onde as luzes todas do território estavam apagadas. E aí, isso de estratégia, desde a época quando a Cracolândia era, na Dino Bueno e em Helvétia, não sei qual que é o acordo que tem dessa estratégia de apagar as luzes do território. Isso não é por causa de roubo, furto de fios, que não é sobre isso. Acontece, sim, a gente sabe, na grande São Paulo, no geral, mas nessa especificidade, nessas operações, as luzes do bairro são apagadas. E aí pergunto, por quê? E, voltando, fui abordado. Onde a tática de abordagem nessas operações é uma tática voltada ao que aconteceu no Carandiru, que é uma grande violência, né, que é mandar as pessoas sentarem ao chão. E eu, como morador e trabalhador da rede, me neguei a sentar no chão. Fiquei uma hora e vinte minutos com a polícia civil à minha mercê, em minha volta, me hostilizando, me diminuindo, me violentando. Eu, que sou uma pessoa afrodescendente, E porque não tinha droga, porque assim, para os padrões, é uma coisa que me falaram, né? Você está andando no bairro, você mora, você não mora. Você está andando aqui no bairro, mas você não está nos padrões. Que padrões são esses? Será que para você viver naquele lugar no fluxo, você tem que estar sujo, você tem que sair da rua, só porque você é um afrodescendente? Isso é um puta preconceito. Então, eu fui hostilizado por 1h20. Graças a esse trabalho coletivo que a gente está fazendo, um dos guardas municipais, quando eu saquei o celular para filmar, que estava sendo filmado o meu rosto, o meu corpo estava sendo violentado, onde estava sendo qualificado como traficante, porque eu não estava no padrão, não tinha droga, não tinha crack, não tinha nada, estava com uma garrafa artesanal de uma cachaça, que eu gosto de tomar cachaça, porque eu sou usuário, e em especificidades o crack, mas hoje é ambicidente do crack, através da redução de danos. Mas ainda continuo usando substâncias, adoro beber minha cachaça, adoro tomar minha cerveja. Estava com uma garrafinha de

uma pinga artesanal, que era uma pinga de gengibre, essa pinga, esse oficial da lei, que se diz da lei, segurança, quebrou. E aquilo era uma coisa minha, de muito valor para mim. E aí um guarda municipal me deixou ligar, fazer uma ligação e conduziu. Porque até quando eu saquei o meu celular, porque estava sendo filmado, o celular para ele seria roubado. E aí eu falei assim, eu tenho direito a ligação sim. E aí um guarda municipal, acho que a gente vem fazer um trabalho de comunicação com a guarda ali, né? Os trabalhadores da ponta. A gente consegue minimamente conversar. Logicamente, é uma situação muito complexa. Mas esse guarda, eu sou grato a... Vou colocar aqui as questões, porque eu seria preso. Esse guarda falou assim, não, o senhor, então o senhor vai ligar, então o senhor liga aqui, fica aqui do meu lado e liga, faz sua ligação. E eu fiz a ligação. Através da ligação, consegui ligar para a Secretaria de Direitos Humanos, onde falei com o Damião e toda a rede. Já estou indo, já. E mais uma coisa muito específica, só um minutinho para se prolongar. E isso é uma grande violência para nós. E uma outra questão que vem acontecendo, que é isso, quando a gente trabalha falando, quando a gente fala sobre reduzir danos, é reduzir danos totais, porque isso traz traumas para a gente. No outro dia, eu fiquei sem sair para a rua, fiquei com medo, porque, automaticamente, eu fui qualificado como traficante, fui qualificado como uma pessoa que não cabe, eu fui violentado. E para além das violências que esse corpo já sofreu, que nem eu sou deficiente visual por causa de uma questão de uma bomba que explodiu no meu rosto, eu tenho muitos traumas. E quem paga a minha terapia? Graças a Deus, eu tenho uma rede muito bem elaborada, tanto de pessoas que me acolhem, tanto de pessoas que me ouvem, tanto de trabalhador. E aí, uma outra coisa, só para terminar agora, eu queria aproveitar que o guarda municipal está aqui, todos os profissionais estão aqui, para ajudarmos a gente, porque a gente está passando uma certa dificuldade também, que a gente atua ali com redução de danos. Em uma prática no teatro de containers, que é aberto, para que as pessoas tenham acesso à água, porque não existe acesso à água na cidade, que as pessoas tenham acesso ao banheiro, que as pessoas tenham acesso a tomar um café, que as pessoas tenham acesso à

escuta. Pegar um insumo, que seja um absorvente, que seja um preservativo, que seja algo que faça que a pessoa se sinta, que ela também pode ser cuidada. E é isso que a gente fala, redução de danos é cuidar em liberdade. E aí, a gente vem dialogando com a guarda municipal para que, nesse lugar, que seria na frente do teatro, não se coloque a viatura ali. Porque, querendo ou não querendo, por mais que sejam os profissionais que estão trabalhando na ponta, para quem vai trazer esse cuidado, tem tantas questões que atravessam o corpo dessas pessoas, que nem atravessam o meu corpo também, que fazem as pessoas não quererem chegar e elas ficam com medo. E, assim, não é com medo, talvez, do profissional, é com medo de... de não ser punida mais do que já é. Então, eu peço aqui que a gente comece e dialogar melhor, que nós, trabalhadores da ponta, que nós, sobreviventes ali daquele espaço, que isso é um espaço de sobrevivência há anos, há mais de 30 anos, porque eu chego na Cracolândia em 2013 e hoje estamos em 2023, então eu já sou morador ali há mais de 10 anos, que a gente consiga dialogar melhor. Então, pensando aqui no Inspetor Guilherme, que é um grande parceiro, e aos outros, que a gente consiga, minimamente, trazer novas soluções que caibam. Então, eu peço para vocês, como eu, como trabalhador, na prática, que, minimamente, que a viatura, nas nossas práticas, tanto na minha quanto no TTT, quanto outras pessoas que articulam essa vivência, que a viatura não esteja nem naquele espaço. E é isso. E aí deixa a pergunta, o que é segurança para nós, para os nossos corpos? Obrigado. Muito obrigado.

Deputado Eduardo Suplicy.

Cleiton Ferreira. Eu queria sugerir que após ouvir as diversas pessoas que se inscreveram, possam os representantes das secretarias aqui presentes responder às diversas questões que estão sendo levantadas. Está bem assim? Então, agora, Roseli também. Onde está a Roseli? Com três minutos. Três minutos. Vou me ausentar um minuto, no máximo, só para ir ao banheiro e volto. Mas pode falar.

Roseli Kraemer (Comitê intersetorial da Política Municipal para a população em situação de rua - Comitê Pop-Rua membra do GTI).

Bom dia. Eu acho que, para discutir sobre a caracolândia que a gente sabe, eu acho que a primeira coisa que a gente também tem que lutar muito é para a discriminação das drogas. Agora, o que eu tenho pedido muito, eu acho que só a GCM está aqui, porque a militar não está presente. a segurança militar e a civil que age no território, apesar que vocês fazem todos os seus trabalhos juntos. Seria importante, porque a gente tem também algumas coisas que gostaria de saber direto com a instituição. Agora, o que eu tenho pedido e acho que é importante, junto com esse projeto de vocês, é uma Vila Reencontro da Cracolândia. É fundamental que a gente trate a Cracolândia dignamente. A gente não está pedindo uma Vila Reencontro para moradia, não. É para um trabalho de terapia alternativa e inclusiva, que é as novas terapias que estão aí e que estão dando resultado. E gostaria também de depois apresentar uma lista de pessoas que eu acho tão importante estarem aqui para falar sobre essas terapias psicodélicas, de respiração, de ar e tudo que funciona, porque eu não acredito na abstinência. Não acredito, porque eu só acredito que uma pessoa quer ter ajuda mesmo é no limite, quando ela já está passando tudo que é possível e quer viver mais um pouco. Porque hoje nós temos um grande número de suicídios e também desaparecidos do território. que eles somem, ninguém sabe, eles desaparecem, sumiu. Então, eu gostaria de ter acesso a essas pessoas que também desaparecem do local e outras pessoas que foram para esse tipo de tratamento. Qual é o resultado? Até hoje, já faz um ano que as pessoas estão sendo aí sem direito à decisão a ser acolhido e ser tratado. Eu quero saber qual é o resultado, porque a gente sabe que a única coisa que deu certo aqui para a redução de danos, para a Cracolândia, foi o De Braços Abertos. E todo mundo sabe mesmo, que não adianta falar não, porque não sei o que, sabe que teve resultados. Tem pessoal aí que tem muita consciência, muito estudo, muita pesquisa. Então, a gente tem que fazer coisas que vão dar

retorno, que tirem essa pessoa da rua. Entendeu? E outra, vocês estão usando filmadora nos uniformes? Por que a polícia trabalha toda apagada durante a noite? Por quê? Está procurando o quê? Está querendo caçar o quê? E não quer ser visto. E outra, o que está sendo feito aqui no Centro de São Paulo já é reconhecimento pelas câmaras que estão sendo instaladas aí. Tudo bem, é segurança. A gente tem que pensar que a criminalidade só não está também só no usuário. Existe hoje o crime organizado que as pessoas vêm das periferias, vêm de outros lugares, são pessoas tratadas, saradas, que estão aí roubando nos faróis, que estão roubando em tudo. E a culpa cai em quem? No mais frágil, naquele que está na rua mesmo. Então, eu acho que tem que ser feito, trabalhos mesmo, acho que esse GT é muito bom para a gente poder ter construção, portas de saída, sabe? A gente tem que ser sustentável, tanto na droga, eu acho que aquele, porque tem aquele barão que está lá do seu prédio, nos seus... palácios, né, na sua segurança, muros e tudo, eles estão protegidos lá dentro, certo? Estão usando, estão fazendo suas raves, suas festas e tudo mais. E aquele que está na rua, que é preto, periférico, mulher, entendeu? Esse não, esse não tem apoio, não tem ajuda nenhuma. Então, por favor, eu acho importante esse encontro, entendeu? E eu acho que é importante mesmo a gente construir alguma coisa real e que dê resultado. Porque o que eu vejo aí é a mesma coisa da guerra às drogas. Nada. Foi mundialmente aprovado que não deu resultado nenhum ao mundo. Foi uma grande destruição e isso tem que acabar. Vamos direcionar esse dinheiro para a saúde mesmo, para o tratamento, para a individualidade de cada um. Obrigada.

Deputado Eduardo Suplicy.

Muito obrigado a senhora. Eu queria primeiro agradecer a Roseli Kremer, do Comitê Intersetorial da Política Municipal para a População e Situação de Rua, pela sua forma construtiva com que aqui está dando a sua colaboração.

Cleiton Ferreira, (É de Lei Membro do GTI).

Só um adendo, da Roseli, que ela trouxe uma coisa importante, na minha abordagem, na abordagem que não é feita na madrugada, nenhum dos oficiais que ali estavam, estavam identificados. Isso dificulta muito, então isso vem acontecendo diariamente na cidade de São Paulo. E só para a gente ter isso em mente, que isso são abordagens de forma altamente violentas e altamente irregulares. Obrigado.

Deputado Eduardo Suplicy.

Agora, o senhor Flávio, é da Comissão de Direitos Humanos? Não, ele é do Teto, Trampo e Tratamento. Flávio, do Teto, Trampo e Tratamento.

Flavio Falcone (Teto Trampo e Tratamento Membro do GTI).

Bom dia para todos, todas e todes. Minha fala hoje vai ser bem propositiva. Antes, queria só corroborar e me solidarizar com o Dentinho. Infelizmente, isso que o Dentinho relata, que viveu recentemente, é muito mais comum do que a gente imagina. Dos trabalhadores do Teto Trampo Tratamento, que estão toda semana na região, isso também tem acontecido essas abordagens violentas inclusive tem duas pessoas que estão respondendo processos judiciais por desacato à autoridade que não é nem mais crime isso na legislação e novamente essas duas pessoas que estão respondendo esses processos a cor da pele deles é a mesma eu trabalho na região desde 2012, sou morador da rua Helvétia desde 2020 e eu nunca fui abordado nem pela GCM, nem pela PM, nem pela Polícia Civil e eu sei que isso é por causa da cor da minha pele. A única vez que eu fui abordado foi quando eu estava ao lado de uma pessoa preta. Então, a gente precisa acabar com isso e o nome disso é racismo. A segunda coisa que eu gostaria de reiterar é que se a gente respeitar o que a ciência produziu até agora como conhecimento, a gente não tem o que discutir de que a política pública deve abordar a maior parte de abordagens que para a gente ter um resultado para a maior parte das

peessoas, a gente apostar numa política que privilegia a abstinência total como parâmetro de sucesso no tratamento é a gente apostar numa política ineficaz ou a gente tem outros interesses por trás dessa proposta que deve ser principalmente o dinheiro que está sendo endereçado às comunidades terapêuticas, onde eu sei que há relatos de conversão de gênero, o que é um crime e trabalho escravo. Tem uma pessoa que eu acompanho que ainda está dentro do HUB de cuidados do governo do estado e que relatou para mim que saiu de uma comunidade porque ele era submetido a trabalho escravo e o trabalho escravo é construir novas unidades dessa comunidade sendo que isso é custeado com dinheiro do governo do estado isso é um absurdo e isso precisa ser investigado. As minhas perguntas são: eu só vejo aqui a segurança pública falar em aumentar as estratégias para o encarceramento e eu gostaria de saber quais são as políticas de reinserção social dos egressos do sistema penitenciário? Eu não vi até agora nenhuma política para essas pessoas, e na Cracolândia a maior parte daquelas pessoas são egressos do sistema penitenciário, a maior parte daquelas pessoas entraram para o crime organizado ainda no início da adolescência, abandonaram a escola por conta disso e estão sendo massacrados e torturados dentro de um sistema que não recupera, mas se vingam dessas pessoas e aí não dá para você pedir para elas pararem de roubar se a gente não oferece outra alternativa. É real que essas pessoas são exploradas pelo crime organizado, todo mundo sabe disso, mas o que a sociedade e principalmente o poder público tem feito para recuperar os egressos do sistema penitenciário e para finalizar? Eu gostaria de saber, da assistência social, quais são os projetos de moradia primeiro que estão sendo oferecidos para essas pessoas? O que eu conheço das unidades é um sistema que não considera a realidade dessas pessoas. Por exemplo, as pessoas que estão em moradias assistidas da Prefeitura, se elas ficarem três dias fora da unidade de moradia, elas são desligadas do projeto. Então, quem criou essa regra com certeza não conhece a realidade do território e isso não serve para ajudar a Cracolândia. A gente precisa de programas de moradia de baixa exigência para que a gente possa efetivamente recuperar essas pessoas e melhorar a qualidade de vida

para todos na cidade e todos os moradores da região, não só os moradores na maior parte brancos e com CEP. E os moradores de sem teto também são moradores. Essa é a minha fala.

Deputado Eduardo Suplicy.

Parabéns, Flávio Falcone, por sua dedicação ao tema de como resolver os problemas da Cracolândia. E aqui nos dá um depoimento também importante.

Flavio Falcone (Teto Trampo e Tratamento Membro do GTI).

Eu só tenho mais uma pergunta, que é a mesma do Dentinho, que é por que as luzes estão apagadas? Faz mais de mês que eu passo na Gusmões com Rio Branco e as luzes estão apagadas. Isso não é roubo de fio. Isso é combinado e a gente sabe muito bem disso.

Flavio Falcone (Teto Trampo e Tratamento Membro do GTI).

Muito bem. Agora passamos a palavra para o Charles Souza da Associação Geral do Centro de São Paulo.

Charles Souza - Associação Geral do Centro de São Paulo

Boa tarde a todos, boa tarde ao deputado e à vereadora Luna Zarattini, a todos que compõem essa mesa e esse GT. Me consterna estar aqui hoje diante de fatos tão negativos e tão pesados. Quanto à situação que aconteceu ontem na Cracolândia por volta das 19h20 e hoje com a situação da escola em Sapopemba. Então quero deixar aqui as minhas sinceras condolências a todas as vítimas que sofreram 16 pessoas atropeladas na Cracolândia ontem. E mais três óbitos violentos na escola em Sapopemba. Então fica aqui a nossa consternação e solidariedade a todas as famílias por parte da Associação Geral do Centro. Eu vou inverter, eu vou falar um pouquinho aqui, bem sucinto um discurso, mas eu vou inverter falando um pouquinho sobre positividade, acho que nesse um ano e

meio de trajetória que vem esse GT, mais ou menos, e alguns pontos negativos. Os positivos, eu acho muito fundamental esse diálogo que hoje a gente consegue estabelecer tanto as entidades em defesa dos usuários e dos moradores em situação de rua e drogadição da comunidade e dos poderes públicos. Esse acho que é o grande ponto positivo que nós conseguimos avançar e isso propicia a gente caminhar no sentido mais robusto de uma solução plausível e digna ao ser humano. As estratégias e políticas também que estão começando a nascer nessa nova consideração do diálogo. Então, acho que está começando a se criar rumos e estratégias em reuniões, em órgãos, Tive com o Marcos do Comuda, tivemos com o Edson Ortega também, com o Major Villardes. Então, a gente está começando a enxergar as coisas num parâmetro muito maior, mais macro. Isso é muito positivo, porque realmente o problema é muito complexo. E o menor índice de furtos e violências que também está começando a ser reverberado, a gente como morador ali do território está começando a identificar uma diminuição de todos os lados, isso é muito positivo. Os negativos, o fluxo atualmente dobrou de números. inclusive eu combato as estatísticas e os dados que são dados por alguns órgãos porque geralmente essa contagem do fluxo é feita durante o dia e é num horário onde realmente tem menos pessoas ali porque a maioria estão catando recicláveis ou fazendo outro tipo de trabalho ou até mesmo estão dormindo por conta que passaram a noite em claro. Então, esses dados não são reais. Nós, enquanto moradores, vimos uma queda substancial até novembro do ano passado e hoje nós a vemos triplicar de volume. Nós analisamos em média de 3 a 4 mil pessoas na hora já do alto fluxo, que geralmente é à noite e geralmente nos fins de semana. E com isso a gente vê também o terceiro ponto negativo que são mais pessoas em estado de vulnerabilidade. Fato, algo previsível que a gente já tinha falado sobre essa possibilidade, o que aconteceu ontem. Nós já tivemos um indício de um motorista que revoltado entra, faz uma conversão na Rio Branco, entra na calçada, atropela um usuário ou um criminoso que furtou o seu veículo e atropela e derruba um poste. Ali já foi o primeiro sinal de alerta vermelho para os órgãos públicos poderem tomar uma atitude e, ao meu ver, nada foi

feito porque o fluxo dobrou. E lamentavelmente não sei de fato segundo o boletim de ocorrência que eu estou com ele aqui a família estava passando com o seu veículo foi furtado a esposa foi furtada a bolsa foi furtada e com isso o condutor do veículo assim ele o alega no boletim de ocorrência acelera em defesa da sua vida e da vida dos seus e acaba atropelando 16 seres humanos. Se é verdade ou não, a justiça vai apurar os fatos e cada um responde por si, mas nós, enquanto sociedade, fica a reflexão. Nós já temos vários índices de moradores que muitas vezes falam em fazer justiça com a própria mão, isso eu já também denunciei em outros GTs e vejo isso com muita preocupação. A gente sempre toma medidas austeras nos grupos com relação a discurso de ódio, até com exclusão de pessoas, mas é algo real e que a gente precisa discutir. Porque imagine alguém descer com uma arma, que nem hoje aconteceu numa escola pública, e sair metralhando um monte de pessoas que estão ali doentes. Então, a gente precisa entender que o fato de lutarmos pela retirada deles das ruas, não é questão de higienização, mas sim uma questão de segurança para a vida deles mesmos. E eu acho muito importante esse diálogo que estamos começando a estabelecer com os poderes públicos e, finalmente, alguns órgãos têm entendido que nós precisamos dar uma continuidade, que é o pós. Não adianta só tirar essa pessoa para desintoxicação por uma semana ou 15 dias e depois jogá-los a esmo. Para onde eles vão? Para onde vocês, senhores, iriam? Eu iria para o local onde eu me sinto seguro, onde eu sou bem quisto, onde eu não sou tratado com discriminação. Então, fica essa lição de casa para nós, o que aconteceu ontem. São 16 vidas. Eu estive lá ontem, eu saí da minha casa e fui lá verificar e foi uma coisa que eu estou consternado, eu nem dormi direito. Eu vi pessoas no chão, com fraturas expostas, se debatendo. 5 ambulâncias, insuficiente, porque quando eu cheguei lá existiam ainda 9 pessoas no chão. Então é algo assim, estarrecedor. Então nós precisamos sair com medidas mais assíduas e efetivas e com urgência. Porque eu estou vendo realmente a hora do fato de uma desgraça ainda maior acontecer e nós somos responsáveis por essas vidas e por esse sangue derramado, nós enquanto sociedade, nós que exercemos alguma atuação de militância ou até de

responsabilidade governamental. Então, a gente precisa realmente fazer e construir mais reuniões, mais rápidas, com todos os envolvidos. Eu estive no Ministério Público, propus ao Procurador-Geral que a gente criasse um TAC, um Termo de Ajuste de Conduta, para que todos saiam ganhando, inclusive a vida, que é o mais importante. Estamos também já numa provocação a nível federal, uma vez que essa droga vem das fronteiras. Então, a responsabilidade do Governo Federal nisso, para nesse processo de construção, é de suma importância. E lembrando que São Paulo tem a maior cracolândia da América Latina. Então, é um dever pioneiro do Estado de São Paulo, junto com o Governo Federal e Governo Municipal, desenvolver política pública para resolver o problema. Porque, até agora, têm sido políticas de governo, onde a gente vê que a cada saída de secretário, Começa-se um trabalho do zero e nada se avança. Então, vou deixar aqui a reflexão para os senhores e gostaria, acho que no final, se todos concordassem, um minuto de silêncio em prol dessas vítimas desastrosas de ontem e de hoje, que é algo surreal, é inaceitável. Muito obrigado.

Deputado Eduardo Suplicy.

Primeiros cumprimentos, empresário Charles Souza, da Associação Geral do Centro de São Paulo. Sim, vamos acatar a sua solicitação de um minuto de silêncio ao final da nossa reunião. Temos ainda Cecília Galício e Marcos Muniz do Comuda. Matuza, Sankofa e o Rildo Marques, inscritos para falarem. E daí vamos ouvir os representantes das secretarias. Então, Cecília Galício, do Comuda Olá.

Cecília Galício (Comuda Membro do GTI).

Bom dia a todos, todas e todes. Meu nome é Cecília Galício, sou advogada, eu estou aqui como vice-presidente do Conselho Municipal de Política de Drogas, mas também sou representante e conselheira do Conselho Estadual de Política de Drogas, o CONAD, e na última sexta-feira, aqui juntamente com a companheira Matuza, nós tomamos posse em Brasília, no Conselho Nacional de

Política de de drogas também nesse movimento de retomada da participação social na construção das políticas públicas, numa virada inédita, agora nós temos pela primeira vez representantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Política de Drogas. É sobre essa perspectiva que eu quero direcionar a minha pergunta para todos os secretários. A exceção do secretário Ortega que, de uma maneira inédita e isolada, tem consultado o Conselho Municipal de Política de Drogas para a construção das ações, o que não se repete nos outros nas outras instâncias de governo. E eu estou dizendo isso porque nada deve ser construído sem a participação social, e isso não é porque a gente quer, é porque é uma garantia constitucional da participação da sociedade civil na construção de políticas públicas, que é o reforço e a valorização da democracia. Isso é muito maior do que muita coisa que a gente está discutindo aqui, inclusive. Antes de direcionar a pergunta diretamente, eu gostaria de fazer algumas considerações na fala do secretário de Segurança Pública, porque posso ter me equivocado na oitiva, mas eu escutei a expressão violação de direitos humanos para falar de furtos e roubos. Acho que, consensualmente, a gente tem que deixar aqui bem claro que furtos e roubos não são violações de direitos humanos. As violações de direitos humanos são perpetradas por quem tem a garantia ou a obrigação de promovê-las, ou seja, é o Estado que viola direitos humanos. E nessa questão específica da Cracolândia, as violações de direitos humanos, o topo da violação de direitos humanos ali é a criminalização excessiva de usuários de substâncias, então o que nós temos ali é uma violação de direitos humanos sem precedentes, essa criminalização das pessoas que fazem uso de substâncias na região da Cracolândia é absurda, eu gostaria inclusive de citar um dado do relatório da Defensoria Pública, a doutora Fernanda está aqui também pode me complementar, 90% das prisões a que o secretário se refere não foram mantidas, então isso a gente percebe que é uma atuação que todas as pessoas que estão aqui e que não representam o Estado, mas representam a sociedade civil tem clamado por, uma outra questão também que agora direcionada realmente à pergunta, eu gostaria de saber qual que é a ferramenta de participação social que as secretarias têm se

utilizado para ouvir a sociedade civil, já que, como falo aqui com propriedade, não é no Conselho Estadual de Política de Drogas que essas informações estão sendo trocadas. E aí, muito embora exista a questão da segurança pública e de todos os seus desdobramentos, com relação à política de drogas, nós temos que atuar de uma maneira específica. Esse GTI, inclusive, é uma resposta dessa questão. Quando a gente está falando de política de drogas, são questões intersetoriais, intersecretariais e que precisam da participação da sociedade civil para serem construídas com eficiência. Essa é a minha questão. Obrigada.

Deputado Eduardo Suplicy.

Muito obrigado, Cecilia Galicio, do Comuda, e agora o Marcos Muniz, também do Comuda.

Marcos Muniz (COMUDA membro do GTI).

Bom dia a todos, todas e todes. Nobre deputado, nobre vereadora, bom dia, muito feliz de estar aqui. Eu sou o Marcos, sou psicólogo, represento o Conselho Regional de Psicologia no Conselho Municipal de Política de Drogas e Álcool, COMUDA, e atualmente componho a coordenação executiva, sendo presidente com a Cecília, a vice-presidente do COMUDA. Eu fiquei, me chamou muito a atenção a fala do doutor Villardi, de fazer essa qualificação. Então, a minha pergunta é objetiva, como é essa qualificação dos usuários da Cracolândia? Porque me soou, acho que uma investigação. Então, queria saber, todos os usuários da Cracolândia estão sendo investigados, isso que é chamado de qualificação? É a minha pergunta para o doutor Villardi e para o doutor Jairo, inspetor Jairo. O senhor falou que a relação está muito tranquila com os usuários do fluxo. Eu queria entender como que é essa relação de tranquilidade. Eu tenho ido na Cracolândia, já fui com o Conselho Nacional de Direitos Humanos, até apresentamos isso para o doutor Ortega, para fazer isso chegar na comandanta Elza, atual secretária, de que a visão dos usuários, das pessoas que estão no fluxo é muito diferente. Os relatos que foram falados diretamente para mim nessas visitas é de que a GCM

ok, o problema é a IOP. Então, eu queria saber, como é essa relação tranquila? Eles falaram que nunca foi tão truculenta as ações, hoje em dia não tem mais tantas bombas, mas são ações muito rotineiras, então isso vai cansando muito as pessoas que estão ali, vai gerando um trabalho, uma animosidade. Então eu queria entender melhor qual que é o papel da IOP, que relação mais tranquila é essa, que está ali com os usuários sendo que os relatos são bem distintos e para o doutor Villardi isso, como que é essa qualificação, e só um adendo doutor Villardi também, o senhor falou que a Secretaria Estadual de Segurança Pública está pedindo que o judiciário determine que a pessoa se trate enquanto profissional de saúde e pesquisador, eu vou contar um segredo para o senhor, isso não vai resolver, tá? As pessoas irem fazer cuidado se tratar a partir de determinação judicial. Então, é isso. Minha contribuição e muito obrigado.

Deputado Eduardo Suplicy.

Muito obrigado. Marcos Domingos, do Comuda. Eu só queria informar a todos que no máximo às 14 horas nós vamos ter que terminar porque vai começar a sessão e já estou prevendo que vamos ficar sem almoço, mas... Então, tem três ainda para falar antes dos representantes da Secretaria. Matuza Sankofa, do É de Lei.

Matuza Sankofa (É de Lei membro do GTI).

Boa tarde a todas e a todos aqui presentes. Eu sou a Matuza Sankofa, coordenadora-geral do Centro de Convivência É de Lei. Sou uma pessoa que vivi durante 11 anos da minha vida em situação de rua, em situações de vulnerabilidade e eu gostaria de fazer uma fala primeiro nesse sentido de trazer para os senhores e para as senhoras que estão aqui presentes de que é possível vencer a situação de vulnerabilidade, a situação de escassez e as situações que a gente vê e vivencia todos os dias no território do Centro, e nem vou dizer da Cracolândia, porque a partir das ações que a gente teve do

final do ano para o começo desse ano, a Cracolândia virou todo o Centro da cidade de São Paulo. Eu sou trabalhadora e moradora, inclusive, do território, moro ali na região do Largo do Arouche, e também sou especialista há 11 anos trabalhando com pessoas e com a política de drogas no Brasil. Como Cecília disse, a gente também está compondo agora o Conselho Nacional de Política de Drogas, tentando ajudar ali o poder nacional a desenvolver políticas públicas de cuidado às pessoas. Eu acho que a gente tem experiências aí com o centro de convivência É de Lei, que está há 25 anos atuando nos territórios de uso de droga na cidade de São Paulo e um acúmulo para dizer que a segurança pública só, ela não resolve e nunca vai resolver a situação da Cracolândia aqui na cidade de São Paulo, assim como não resolve em território algum. Outro convite que eu gostaria de fazer os senhores e as senhoras a pensar é que a ausência e a presença do Estado por si só, ela empurra as pessoas para a situação de vulnerabilidade. Vou fazer um convite que eu acho que vai levar a gente para um lugar de empatia. Numa cidade tão fria como São Paulo, às vezes a gente chega dentro dos nossos apartamentos e a gente precisa abrir uma garrafa de uísque ou uma garrafa de vinho e tomar uma dose para continuar dando conta dos nossos afazeres à noite, nos dias mais frios nessa cidade. Numa cidade como São Paulo, onde o Estado escolhe retirar os pertences das pessoas, retirar das pessoas os cobertores, os documentos, as barracas, a única possibilidade para que essas pessoas acordem vivas em noites frias, como a gente tem nessa cidade, é o uso de substância. O uso de substâncias para algumas populações é a única possibilidade de vida. No Largo do Arouche, onde a gente tem uma cena de prostituição, no terceiro, quarto dia, últimos dias, para as pessoas trans, que tem como única possibilidade de trabalho num país em que mais mata-se corpos de pessoas trans, em que 90% de nós está na prostituição, a única possibilidade de não ir para uma situação de vulnerabilidade maior é o uso de substância para trabalhar com o seu corpo e conseguir recursos para pagar o quarto e banheiro que se mora nas periferias ou nas pensões pelo centro da cidade. Então, o que eu estou dizendo nesse, quero dizer com a minha fala, é que a ausência de políticas públicas de

moradia, de acesso a trabalho, a educação, empurra parte da sociedade para a situação de vulnerabilização. Eu não considero essas pessoas vulneráveis, não me considero, por exemplo, uma pessoa vulnerável, nós somos vulnerabilizadas pela ausência de políticas públicas nesses territórios e pela presença da política pública quando escolhe lidar com o assunto Cracolândia e paramentar o que se chama de cuidado, e eu vou botar muito entre aspas, porque a segurança pública não oferta cuidado naquele território, deslegitima e empurra cada vez mais para a precariedade as pessoas naquele território, inclusive colocando em situação de conflito moradores, eu sou moradora, estou na reunião do condomínio do meu prédio, por exemplo, em que a gente tem que discutir com seres humanos dentro da reunião de condomínio o porquê outras pessoas que estão dentro dos seus apartamentos em segurança jogam água nas pessoas que estão morando na rua, embaixo das marquises. Então, eu gostaria de apelar para os senhores que, com muita sensibilidade, no nosso lugar mais humano, que a gente consiga se colocar um pouco no lugar dessas pessoas. E aí faço até um convite de que uma pessoa que viveu anos, desde a adolescência, em situação de rua, eu convido os senhores para que passem um dia sem os ternos, as fardas, sem todos os privilégios em situação de rua, porque a partir daí a gente vai conseguir entender de fato o quanto o Estado brasileiro, enquanto a Prefeitura e o Estado de São Paulo têm sido omissos e violentos com essas pessoas. A partir daí, a gente vai conseguir ter empatia para criar políticas públicas que, de fato, estejam focadas no cuidado com as pessoas. Porque a guerra que a gente tem posta hoje, e que a gente chama de guerra às drogas, é uma farsa. Não existe guerra a um objeto. Se eu for lutar com o meu celular aqui, eu jogo ele no chão e ele espatifa e acabou. A guerra que o Estado tem escolhido travar hoje é uma guerra contra pessoas, pessoas pretas, pessoas pobres, pessoas LGBTQI+. O nosso Estado tem pavor e aversão às pessoas pobres. Essa guerra, ela está posta para matar pessoas. É uma guerra que mata, inclusive, o Estado mata mais do que o uso de substância e nós temos, inclusive, enquanto humanidade, muito mais tempo de experiência na liberdade do uso de substância do que tempo de repressão e de

proibição do uso da substância. Então, eu convido que a gente faça essa reflexão e gostaria de fazer uma provocação e trazer um relato de enquanto coordenadora de uma organização que está todos os dias no território, é que tem se intensificado os relatos de que, junto às operações da polícia e junto às operações da guarda civil metropolitana no território, o serviço CRATOD agora é HUB, o HUB tem levado seus profissionais para o entorno para junto com as operações levarem compulsoriamente as pessoas internadas. Eu considero que no meio de um caos com a segurança pública oprimindo as pessoas e ao mesmo tempo vem a oferta de internação, eu estou dizendo para essas pessoas que existem duas únicas alternativas para elas, ou cadeia ou elas saírem para uma comunidade terapêutica. E que, para finalizar, a comunidade terapêutica não resolve nada também para ninguém. Porque você ir para uma fazenda onde você não tem acesso à substância, é óbvio que você vai ficar ali seis, sete meses sem fazer o uso da substância, a gente precisa fortalecer os serviços que estão no território, as pessoas precisam ser treinadas e cuidadas a lidar com o problema de uso de droga delas e que eu repito que na grande maioria das vezes elas têm uso prejudicial de droga porque o estado brasileiro é omissivo em outros lugares e desacolhe, desassiste essas pessoas em outros lugares e elas têm como única opção esse lugar, elas precisam ter tratamento no seu território, a gente precisa fortalecer os CAPs, os centros de acolhida, a gente precisa inclusive trazer para próximo a contribuição que a sociedade civil tem a fazer, a redução de danos, as organizações que trabalham com a redução de danos e, fechando, eu ousou dizer que com o Estado tentando me prender, me matar, me tirar do convívio social, eu só estou viva e diante dos senhores hoje, porque ao longo da minha trajetória eu encontrei a sociedade civil, eu encontrei organizações da sociedade civil que tiveram um olhar muito sensível, diferente do que o Estado tem feito ao longo desse percurso. É possível, não é exclusividade minha a saída da situação de vulnerabilidade a partir da redução de danos, É uma coisa que se a gente implementa, se a gente para de comprar fuzil, se a gente para de comprar bomba, se a gente para de paramentar esse lugar violento e passa a pensar em moradia primeiro, em saúde, a

gente consegue de fato resolver um problema falido e que há 25 anos a gente está batendo a cabeça na parede, deputado Suplicy, e usando a mesma estratégia que não dá certo e mostra números e vem operação a cada eleição, operações policiais no território que nunca se resolve. Então eu acho que chega o momento desse GTI que é o momento da gente pensar em outras estratégias e estratégias que sejam ampliação do investimento em outros setores. E aí a minha pergunta inclusive é essa, quais são os investimentos para além da segurança pública e qual que é essa escala de investimento também financeiro em outras políticas públicas como assistência, saúde e educação para que a gente consiga, de fato, lidar com essa situação e deixar de lado uma estratégia que há mais de 30 anos a gente tem enxergado e todas as vezes sentado à mesa para conversar sobre ela e todas as vezes entendendo que ela não funciona. Muito obrigado.

Deputado Eduardo Suplicy.

Parabéns, Matusa Sankofa, do É de Lei. O seu depoimento é muito importante e considero um depoimento importante, tendo em conta toda a sua experiência de vida que é relatada. E eu gostaria de... de passar as mãos a carta na qual eu sugiro ao presidente Lula e seus ministros que logo venham a implantar a renda básica de cidadania. Eu acho que vai ser bom para pessoas como você, tá bom? E agora, da comissão da OAB, Rildo do Marquês tem a palavra, por favor. Seja muito bem-vindo. Em seguida, a Taniele Rui será a última, antes dos representantes das secretarias.

Rildo Marques (CDH OAB membro do GTI).

Bom dia a todos, bom dia a todas. Obrigado, deputado Suplicy, parabéns pela iniciativa junto com a vereadora Luna e um abraço a todos. Eu, na verdade, hoje vim substituindo o doutor Flávio Campos, eu sou suplente dele aqui nesse GT, ele teve um problema com o filho. Mas, na verdade, ouvindo aqui o pouco que eu pude ouvir de todas as pessoas que puderam expor, a OAB, na verdade, não fez

uma reflexão de algumas reuniões que nós já fizemos em torno desse tema. E, na verdade, não temos pergunta para fazer para nenhuma autoridade, porque, para nós, está muito claro o que está acontecendo na situação, mas nós queremos colocar para o GT os desafios, porque primeiro que o vice-governador Felício Ramuth convidou a OAB para uma conversa no Palácio, expôs a sua nova visão, uma nova versão de uma ação do governo do Estado em torno da questão da Cracolândia. E disse que ia construir um grupo de trabalho para ouvir todas as partes, ouvir todos. Mas já com uma posição muito clara e definida. E eu me recordo, deputado, sobre si, quando a doutora Patrícia Vanzolini falou, espera lá, a OAB tem duas questões aqui que ela quer discutir melhor. E o governador disse, não, então vocês façam um estudo e depois nós retomemos a conversa. A primeira foi com a questão das internações forçadas, das internações compulsórias e as não fiscalizáveis comunidades terapêuticas. E a segunda questão foi exatamente sobre uma proposta de cuidados a partir da redução de danos. E até hoje a OAB não foi reconvidada para conversar, para externar de fato a sua posição sobre esses dois pontos, que eram pontos inclusive colocados pelo próprio governador. Então, nós queremos deixar aqui registrado no GT e me parece que debater esses dois assuntos, não da perspectiva dos programas ou planos que são apresentados pelo governo, porque já foi dito que é mais do mesmo há dezenas de anos, a segunda questão que a gente quer registrar foi a reunião do encontro que nós tivemos com o prefeito Ricardo Nunes. A OAB teve uma reunião diretamente com o secretário exatamente para tratar da questão da violência, ou seja, todas as ações hoje do poder público que envolvem a ação na Cracolândia traz um bojo de violência que não se consegue nem medir. A OAB, inclusive, tinha o Balcão de Direitos lá no bairro da Luz e, simplesmente, se tornou um trabalho inócuo registrar a quantidade de violência cometida por todos os agentes públicos. Chegamos a fazer uma denúncia que virou uma ação civil pública, impetrada pelo Ministério Público contra a Guarda Municipal, por conta de ações só de tiro, porrada e bomba, sem nenhuma ação humanitária ou ação de saúde ou de cuidados. Me parece que isso também não

conseguiu resolver. E a reunião com o prefeito Ricardo Nunes foi no sentido de externar ele a visão da OAB de que nos parece que, assim como diz o secretário Ortega, dando um exemplo sobre a Aids, de como o HIV, o Brasil conseguiu vencer essa pandemia, ele só esqueceu de dizer que só foi possível controlar HIV por causa da redução de danos, onde o Estado fornecia seringas e camisinhas gratuitamente. O Estado não foi combater a droga injetável e nem foi combater a prática sexual entre as pessoas, pelo contrário. Ele deu camisinha gratuitamente e deu seringas para que as pessoas não se contaminarem ou para evitar a contaminação da doença. Então, a redução de danos nos parece que foram as melhores experiências exitosas com respeito à dignidade daquelas pessoas. Me parece que foi isso. E na reunião com o prefeito, nós falamos sobre a redução de danos e o prefeito, Ricardo Nunes, está convicto em dizer que ele não vai usar redução de danos em nenhum programa do município de São Paulo. Ele externou isso claramente. Então, o secretário diz uma coisa, mas o prefeito é convicto de que não haverá política de redução de danos no governo municipal. E nos convidou, inclusive, para visitar a experiência dessa permanência longa, que é um equipamento lá, salvo me engano, na Barra Funda, em que tem lá 60 pessoas, ou 30, 60 pessoas. E, deputado, foi a mesma coisa de nós entrarmos no manicômio. As pessoas não têm liberdade. Elas são obrigadas a uma série de ações contrárias à sua própria natureza. Então, a gente até acha que espera que dê certo, mas a gente não consegue ver, do ponto de vista da saúde, como aquelas pessoas vão para frente aderir a um programa da obrigatoriedade, como eu aqui até ouvi dizer, pela Secretaria de Segurança Pública, as pessoas estão sendo cadastradas na segurança pública, por diversos momentos, e eu não sei no que vai resultar isso, mas o fato é que a pessoa que vive hoje na região do bairro da Luz, ela não é tratada com a dignidade humana, ela é coisificada, aquilo é uma coisa, é um objeto. É um objeto que, para ele, qualquer coisa serve e só vi aqui, por enquanto, política de exclusão e não de inclusão social e não de inclusão de direitos. Essa é a mensagem da OAB e agradeço aqui a oportunidade em nome do Dr. Flávio Campos.

Rildo Marques (CDH OAB membro do GTI).

Muito obrigado, Rildo Marques, da OAB. Agora, vamos concluir, antes dos representantes das secretarias, com a senhora Taniele Rui, da Unicamp.

Taniele Rui (UNICAMP membro do GTI).

Eu acho que já é boa tarde, depois dá uma boa tarde a todos. Eu queria saudar a constituição desse GTI, saudar a vereadora Luna, deputado Suplicy, todos que estão aqui presentes. Só para me apresentar rapidinho, eu sou a Taniele Rui, sou professora do Departamento de Antropologia da Unicamp. E eu acho que eu estou aqui um pouco para tentar contribuir com algumas reflexões, porque esse é um dos temas que mais tem me interessado ultimamente, que eu tenho feito variadas pesquisas. Mas acho que a ideia aqui hoje era a gente fazer uma escuta, pensar num diagnóstico, e eu acho que a gente sai daqui um pouco com essa reflexão, dos limites que o debate em torno da segurança pública coloca para pensar estratégias de cuidado e estratégias de atendimento. Então, a gente está falando muito sobre violência e segurança e não conseguiu muito hoje, pelo menos pensar em cuidado e tratamento, eu acho que, nas próximas sessões, a gente vai conseguir avançar nessa direção. E também fica bem interessante pensar que o número de pessoas que foi presa, o Major Vilarde falou que aumentou em quase 50%, o número de pessoas presas na região não diminuiu o fluxo na região da Cracolândia. Então, a prisão também não provoca diminuição de pessoas em situação de rua. Ao contrário, ela faz o que a gente tem chamado de uma espécie de porta giratória. Fica na prisão, fica um pouco na prisão, de repente está na rua de novo. E eu acho que uma das questões importantes que sai daqui hoje é como pensar esse acompanhamento e monitoramento das pessoas que estão no cárcere e que estão saindo para a rua também. Eu acho que isso é uma questão super importante. Se me permitirem, eu quero dar um depoimento. Dia 6 de outubro, eu estive na

Penitenciária Feminina da Capital, onde a gente foi participar do Seminário da Semana de Cidadania da Penitenciária Feminina. Ali tinha uma moça que foi acusada de furto na região da Cracolândia, estava grávida de quatro meses, passou toda a sua gravidez ali na ala feminina materno-infantil, teve essa criança e a criança estava com quatro meses. A gente teve a possibilidade de ver, isso era uma sexta-feira, ela ia sair na segunda-feira, a criança já estava encaminhada para abrigo institucional e ela ia sair sozinha naquela porta, tendo que resolver uma série de burocracias com a criança já encaminhada para acolhimento institucional. Então, quando se fala, qual é a rede que está olhando e acompanhando essa pessoa que vai sair do cárcere e que precisa ser acompanhada. A gente conseguiu atuar, tem uma ONG que se chama Por Nós, e que foi na saidinha depois tentar ver essa moça, mas a gente ao final da semana perdeu o contato dela, mas certamente esse é um tipo de caso que ela poderia voltar à região da Cracolândia e sem contato nenhum com essa criança e com mais um trauma aí, na sua existência alargado. Então, acho que também desse GT pensar tipos de política e acompanhamento nessa direção, poderia ser muito importante. E a gente também junto com a Defensoria Pública, a gente fez a pesquisa sobre a Operação Caronte, se o Major Villardi pode, não sei o que ele acha disso, mas, a partir dessa reflexão, eu fiquei pensando que também ali a Operação Caronte já era uma das estratégias de conhecimento e monitoramento das pessoas que estavam ali na região. A gente viu mais de 500 pessoas detidas e já era uma dessas estratégias. E aí eu queria perguntar, que é curiosidade mesmo, como é que está sendo hoje esse monitoramento e acompanhamento e quantas pessoas estão com tornozeleira ali nessa região, e como é que vocês estão acompanhando isso?

Deputado Eduardo Suplicy.

Muito obrigado, professora Taniele Rui, pelo seu testemunho, muito importante, e a sua dedicação a estudar esse tema para também ajudar a resolver. Eu vou passar agora a palavra ao major Villardi.

Tantas perguntas foram formuladas. Se o senhor me permitir, eu farei mais uma. O que o senhor apresentou é a relação de acontecimentos de furtos na região chamada da Cracolândia. Se puder informar, aquele... O tipo de furto mais frequente que foi constatado é de que natureza é o roubo de celulares ou de outras coisas. Se puder apenas informar isso, considero relevante, por favor. Mas agora tem a palavra.

Major Rodrigo Vilardi (Coordenadoria de Políticas em Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo).

Bom, agradeço a todos pelas colocações, pelas perguntas. A gente vai tentar abarcar todas aquelas que nós não conseguirmos pelo tempo ou talvez não ficar claro também. A gente continua à disposição como a Secretaria sempre esteve, desde o início do ano, conversando com todas as entidades para que a gente possa, porque isso aqui é só um início, é mais uma frente de diálogo e de possibilidade de aperfeiçoamento das ações que estão sendo realizadas lá. Com a permissão do deputado, iniciando pela própria questão do furto e depois eu sigo a sequência, o mais frequente é o furto de celular, tanto roubo e furto, em termos numéricos, em termos absolutos, o furto e o roubo de celular. E até nessa questão, o diagnóstico que a gente coloca, ele especifica o tipo de furto, se foi um furto a transeunte, se foi aquela situação do quebra-vidro, que é muito frequente na região, o tipo de roubo, se o indivíduo estava com arma, se não estava com arma, o objeto que foi furtado. Então, todas essas especificações, nós temos uma equipe que, desde janeiro, ela lê diariamente todos os registros, então, por isso que a gente recomenda sempre e reforça a importância das pessoas registrarem o boletim de ocorrência, porque é só a partir daí que a gente tem a ciência e pode realizar as atuações. Então, nós temos uma equipe que lê todos os boletins, faz essa análise especificando essas características e disponibiliza para a população no site, tem todas essas informações, então até para as pessoas que ali moram, que ali frequentam, ter essa ciência do local, do horário, do tipo de

ação. Então, respondendo objetivamente à pergunta do questionamento do deputado, o furto e roubo de celular, como em toda a capital, é em números absolutos o mais frequente. E a transeúntes também, quebra-vidro, ou seja, os furtos e roubos são praticados a pé e tem uma relação muito próxima com a questão do fluxo. E por que isso? Por conta da desordem que gira em torno desse local. Não é a questão só dos usuários, mas em toda, toda a desordem. Nós temos, em média, na capital, os distritos e companhias, a média de 50 roubos, de 30 a 50 roubos registrados no mês. E lá naquela região, Nós, em janeiro, assumimos com cerca de mil roubos praticados ao mês. Hoje está em torno de 500 e 600 roubos ao mês. Ainda é uma situação extremamente grave, mas esse é o caminho que está sendo traçado. Com relação às perguntas que foram colocadas, eu vou tentar abranger os pontos principais de cada um, mas, como a gente tem indicado, esse é só um início e a gente vai continuar também à disposição para não só responder as perguntas, mas como efetivamente aperfeiçoar todas as ações que estão sendo realizadas no local. A primeira observação do Sr. Clayton é a questão da Rua dos Gusmões e Rio Branco em relação às luzes. Efetivamente, a gente fez a checagem, as luzes ainda estavam apagadas, na noite de ontem estavam apagadas. A gente fez contato, conversando agora com o secretário Ortega, a empresa de iluminação já tinha feito um reparo com relação e identificado que aquela queda foi por furto e roubo de cabos. Não há qualquer intenção, pelo contrário, a não ter luz no local. É algo que dificulta a ação da polícia, as ações de prevenção e de repressão ao crime. Então é interesse imediato das polícias que isso não ocorra e é só naquela região exatamente do fluxo que a gente já vai trabalhar, verificar para que nessa noite isso já seja restabelecido ou mais próximo e a gente já coloca até a informação aqui de quando for restabelecido para o deputado e para o grupo para que tenham ciência. Isso obviamente não é muito longe de ser qualquer em relação com a polícia. Pelo contrário, é um crime que está sendo praticado em regra e, para a polícia, é muito melhor, muito necessário, não só para a segurança, mas para as ações policiais, que a gente tenha a iluminação total ali. O Sr. Clayton também fez uma observação,

que eu acho que a questão do diálogo e, por isso, o diálogo é muito importante, por isso que a gente está aqui. E, mais uma vez, eu ressalto, na segunda audiência pública que nós participamos aqui, que tinha um público bem diferente do atual grupo, mas o deputado Eduardo Suplicy fez questão de participar, porque, exatamente, a gente tem que ampliar todos os locais de debates e de diálogos, de canais, para que a gente possa entender todas as perspectivas. O senhor Clayton fez uma observação que ele estava com uma cervejinha. O que aconteceu em específico, e aí a Secretaria de Segurança Pública e as corregedorias das polícias sempre à disposição para entender o caso concreto, mas, em linhas gerais, efetivamente, se houve ou não algum tipo de violência, e aí a gente está à disposição para identificar esse caso, mas a violência por ele relatada foi que, durante a operação, ele ficou sentado e que ele estava tomando uma cervejinha no fluxo ali. A gente tem ali naquela região cerca de 700 a 1.000 chamados meios de ocorrência de perturbação de sossego público. A ocorrência de perturbação de sossego público não é só uma contravenção penal, ela é uma das maiores violações de direitos humanos que nós podemos vivenciar. Porque ela afeta diretamente o direito das pessoas de ter a tranquilidade de ser a sua casa. Um dos principais direitos humanos, aliás, um dos primeiros, ainda quando se começa a falar lá do João sem terra, é o direito à inviolabilidade do nosso domicílio. E a perturbação do sossego que é cometida ali na região, ela viola de uma maneira extremamente grave o direito de cada um de ter a sua tranquilidade na sua casa. Nós temos moradores ali que pagam arduamente a sua prestação para conseguir ter essa sua moradia e eles têm esse direito violado. Isso não significa que as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, que estão sendo exploradas pelo crime organizado na região, não tenham o mesmo direito. O que nós não podemos é simplesmente excluir um em vista do outro. E essa questão que o Sr. Clayton colocou, ela acabou, do ponto de vista individual, sendo uma cervejinha de um indivíduo que está lá tomando a sua cervejinha durante a noite, mas isso com 1.200 pessoas e aqui o senhor Charles, deixe que ele já saiu. O Charles bem observou, durante a noite essa medição não está sendo colocada no site, é algo que a

gente pode aperfeiçoar. As medições que estão sendo feitas com relação ao número de usuários no fluxo durante a noite, em torno de 1.200, se eu não me engano, pela média que a gente tem acompanhado, não em torno de 3.000, mas por isso que é importante a transparência, total e absoluta, para que os dados da população possam checar e possam trazer essa informação, se bate ou não, das operações e ações que a gente tem acompanhado lá em torno disso. Então, são cerca de 1.200 pessoas tomando essa cervejinha, fazendo uso de entorpecentes, ou sendo exploradas pelo tráfico, que é um crime extremamente grave para a sociedade, e que acabam impactando essa região. Então, por isso as ações policiais. A cervejinha e esse uso de entorpecente ali na região, ela resulta nessa violação de 700 a 1.000 ligações, e isso que as pessoas muitas vezes sequer continuam ligando. Elas ligam quando estão realmente desesperadas, porque não aguentam dormir, não aguentam ter o mínimo de direitos respeitados dentro da sua residência. Então, esses dois pontos que a gente precisa entender. Não significa que as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, que não têm direito a moradia, que não têm as condições básicas de renda e de vivência, não tenham que ter seus direitos respeitados, pelo contrário, nós temos que entender que ali são vários direitos e por isso a importância do diálogo reiterado. Então, com relação... essas observações iniciais do Sr. Clayton, a questão da viatura na frente do teatro, e a gente conhece lá a região, até fomos numa reunião com a Defensoria Pública no teatro, pelo que eu entendi é esse teatro ali dá Rua Protestantes, o Teatro Contêiner. Exatamente ali naquela região, o latrocínio que nós tivemos recentemente, os autores do latrocínio saíram, as autoras do latrocínio saíram exatamente daquela região em que o senhor colocou, que a viatura, pediu para que não houvesse uma viatura da GCM ali. As autoras, pelo que nós temos de imagem, estavam naquela região, elas saíram dali, foram até a esquina e praticaram furto, furto tentado, celular ou roubo tentado, e aí acabaram esfaqueando e matando uma vítima, um segurança que morava ali, o Sr. João, que morava ali dentro, próximo àquela situação. Isso para a gente entender que o cenário ali é complexo e que a gente precisa efetivamente ouvir todas as partes,

para que a gente possa chegar nesse consenso. Então, provavelmente, a questão da viatura ali, ainda que seja da GCM, mas muitas vezes tem das polícias, elas estão ali tentando evitar exatamente esse tipo de situação que ocorre de uma maneira muito clara, e aí a ciência, os dados que a gente disponibiliza demonstram isso, exatamente na região do entorno por conta desse influxo. A situação que o Charles mencionou ontem foi exatamente no entorno do fluxo. Uma tentativa de furto ou roubo a uma família no entorno do fluxo e, por isso, a reação da vítima do que está sendo tudo apurado, é que ocasionou essa situação lamentável que nós tivemos na noite de ontem. Então, isso tem uma relação direta com essa situação de desordem dentro dessa região que fomenta, inclusive, que criminosos praticam furtos e roubos no entorno e corram para dentro do fluxo exatamente para evitar uma ação da polícia, porque uma ação da polícia não programada no fluxo, ela vai causar transtornos e problemas maiores do que efetivamente aquela situação. Com relação ao que a senhora Roseli destacou, a Polícia Militar e a Polícia Civil estão aqui representadas, como a Polícia Tecnocientífica, a Secretaria de Segurança Pública, o major da Polícia Militar, mas pela Secretária representando as instituições. Então, qualquer demanda, a gente está aqui exatamente para coletar. Isso a gente faz em reuniões semanais com a Guarda Municipal, com o secretário Ortega, com os comandantes da Polícia Militar, Polícia Civil e Técnico-Científica. Toda semana nós nos reunimos para pensar, avaliar as ações da semana anterior e pensar nas ações da próxima semana. Então a gente está, sim, aqui à disposição. Com relação aos desaparecidos do local, que a senhora destacou, que muitos são encaminhados, é importante essa observação. Por isso que a gente tem trabalhado sempre, e tanto o âmbito municipal quanto estadual, tem trabalhado mais próximo até da Secretaria de Segurança Pública, e a gente tem indicado essa situação do site, das informações, dos resultados, que a gente explica exatamente o que aconteceu, para que essas informações possam chegar de uma maneira até mais clara para a comunidade e para a sociedade. Aí é uma resposta de quem está na Secretaria da Saúde e da Assistência Social, porque a gente tem a internação, mas a maioria dos casos são

acolhimentos voluntários, pelo que eu tenho acompanhado, via **COED**, e aí acho que seria importante abrir esse canal para que as pessoas que entendam, que tem aquela pessoa que saiu para um tratamento e não apareceu mais, para que elas possam ter essas informações. Isso é algo que a gente vai levar nas reuniões e tentar colocar à disposição. Diferente de um caso de desaparecimento. Aí, caso de desaparecimento, na hora, registrar um boletim de ocorrência e as ações policiais de imediato a gente está à disposição. Mas é uma observação muito importante e a gente vai levar para as secretarias para que a gente verifique se há esse canal e quais as possibilidades para familiares e assim por diante. Só ainda com relação a uma questão dos braços abertos. A senhora destacou que o De Braço Aberto foi a única política que funcionou, eu acho que uma das questões que a gente tem tentado trabalhar lá, e o vice governador coloca isso de uma maneira muito clara desde o começo, é que nós temos aqui diversas opiniões, muitas delas científicas, de acadêmicos, pesquisadores, profissionais da saúde, assistência social, e, mais do que ficar discutindo aqui o que funcionou melhor ou pior, é que a gente entenda cada problema, porque cada pessoa que está ali se trata de uma pessoa, e que o Estado possa oferecer um leque maior, de maiores possibilidades possíveis, para que a gente não fique nesse fla-flu, palmeiras e corinthians, de ah, isso funciona melhor ou pior. Só lembrando que o próprio programa De Braços Abertos, nós tivemos denúncia de desvios de milhões com relação ao **TES**. Isso foi alvo de um inquérito civil. O inquérito civil foi arquivado pelo Ministério Público porque o De Braços Abertos acabou se encerrando e se iniciou Redenção. Redenção também foi alvo de investigação no inquérito civil e todos os programas que têm sido adotados naquela região têm sido objeto de inquérito civil, muitas vezes pelo próprio escrutínio público, que é da transparência e não há nenhum problema nisso. Mas eu acho que mais do que entender ou ficar elencando o programa A ou B como o melhor, eu acho que a gente tem que trabalhar, como a senhora destacou, na questão de resultados. E é por isso que a Secretaria de Segurança Pública, junto com essa escuta dos moradores, essa participação, esse acompanhamento,

essa conversa diária que nós temos com os moradores, com os comerciantes, com todos os que estão atuando ali na região, foi estabelecido esse diagnóstico em conjunto. As pessoas falaram que o problema era nós termos roubos e furtos em demasia, os dados demonstravam isso, e termos problemas de perturbação de sossego, que as pessoas não conseguiam dormir ou não conseguiam trabalhar. Então são essas as metas estabelecidas atualmente, dentro de uma política pública, todas as metas elas podem ser revisadas dentro do ciclo de diagnóstico, meta, avaliação e assim por diante, mas hoje essas metas elas não apenas foram discutidas com a comunidade, com a sociedade civil, mas como elas estão sendo transparentes, publicadas e colocadas à disposição para serem questionadas, como o Charles aqui questionou hoje a questão do fluxo noturno que realmente não está lá, disponível e algo que a gente tem que aperfeiçoar. Então, essa questão das metas e dos objetivos que a Secretaria tem buscado alcançar. Com relação ao Flávio, acho que ele não está mais aqui, está aqui, Flávio? Teto, Trampo e Tratamento. Flávio Falcone. Perfeito. Ele reiterou basicamente o que o Sr. Clayton colocou é, só uma questão que ele colocou, de uma maneira que acho que a gente precisa repensar da maneira como essa abordagem é feita, é a questão da acusação de racismo porque o racismo é um crime imprescritível e quando alguém fala que não foi abordado por conta da cor, especificamente, isso é uma questão que precisa ser individualizada dentro de conduta. Eu sei que as discussões de racismo estrutural hoje estão em voga, estão dentro da jurisprudência, STF, STJ, em todos os níveis. Nós temos legislação e política para combater o racismo. Agora, generalizar e acusar uma instituição, e não a instituição, mas os policiais que ela integram, de praticar ou não uma abordagem por conta da cor, é uma acusação de um crime imprescritível. Então, eu fico assim, mais até como cidadão, como pai, quando alguém acusa os policiais de praticarem uma conduta baseada na cor o que nós temos diversos dados que demonstram que esse não é o principal isso não é em nenhum momento esse é o filtro ou este é o fundamento das abordagens depois nós podemos até abrir uma nova uma nova sessão ou estamos à disposição para

demonstrar o porquê que os dados eles desmentem essas informações, isso é extremamente ruim, isso é algo que acaba atrapalhando o debate ao acusar policiais de condutas racistas ou não ter sido abordado por A ou por B, pela cor A ou cor B. Isso é só uma observação que eu coloco até como cidadão, porque meu filho provavelmente ele vai assistir a essa ou está assistindo e quando a gente é acusado de ser uma pessoa adotar e trabalhar de uma maneira racista, isso é algo que impacta e acaba prejudicando o diálogo que o próprio Clayton aqui destacou. Com relação ao Charles, a gente já destacou, o Charles bem lembrou a questão do diálogo que nós temos conversado desde o começo do ano, com representantes, comerciantes, com moradores, com trabalhadores, e isso tem sido consolidado e amplificado cada vez mais, recebemos a Rose lá na Secretaria, perdão, recebemos o Charles na Secretaria, recebemos moradores da Protestantes, fomos duas vezes em reuniões na Protestantes, Fomos no evento da Defensoria Pública lá no Teatro, do Teatro de Container, ou seja, estamos aqui pela terceira vez em audiências públicas, fomos, enfim, estamos em estar inteira disposição para abrir o diálogo e receber as perspectivas de todos os envolvidos no processo, porque lá é um local de uma política que precisa dessa abordagem multidisciplinar e com todas as perspectivas. A questão do episódio de ontem e a questão do fluxo ter dobrado à noite, a gente vai levar essa informação que o Charles colocou para o grupo para que a gente possa disponibilizar essa informação que também é relevante em vista do que está se medindo lá. Com relação às observações da senhora Cecília, do Conselho Municipal, Estadual e Nacional de Política de Drogas, eu conversei agora há pouco com a com a Gleuda, que trabalha no gabinete de vice governador, e ela reinterou aquilo que a gente já tinha só uma confirmação, a presidente do Conselho Estadual de Drogas, a doutora Elaine, ela participa das reuniões, se não me engano são mais dois ou três representantes, então o Conselho Estadual de Drogas tem participado das reuniões semanais no começo do ano e mensais, agora as semanais estão sendo setoriais, desde o início dos trabalhos por meio da presidente do Conselho Estadual de Drogas. Com relação à maneira, se isso é o adequado ou não, isso dentro do

Conselho, acho que é importante que as senhoras e senhores deliberam e também estamos à disposição até para receber, na própria Secretaria, independente de estar no Conselho ou não, qualquer pessoa ou qualquer instituição que tenha um interesse nessa contribuição e que possa auxiliar na discussão dos problemas lá na Cracolândia. Com relação a furtos e roubos não serem violações de direitos humanos, é uma perspectiva que a gente respeita. A Secretária, ela se baseia na Constituição Federal, artigo 5º, que coloca o direito à propriedade, o direito à vida e à integridade física como direitos fundamentais e bases do nosso Estado democrático de direito. Então, por isso que a Secretaria entende que furtos e roubos são violações de direitos humanos. E, aliás, é uma conversa com quem mora na região, quem trabalha na região, ou até uma leitura de jornal ou olhando as abordagens da mídia a respeito daquela região, acho que fica claro como isso impacta e como isso viola direitos humanos das pessoas ali no local. Com relação ao estudo de 90% das prisões não foram mantidas, eu imagino que seja o estudo que a Defensoria fez sobre a Operação Caronte, nós tivemos lá na apresentação desse estudo, o que nós colocamos que esse estudo se refere a prisões realizadas até o ano passado, se não me engano, dois meses do ano passado, setembro e outubro, outubro e novembro de 2022, operações que se basearam muito na prisão ou na elaboração de termos circunstanciados de porte entorpecente. Não é a metodologia, não é o foco que as operações atuais têm sido realizadas, concretizadas na região. Então, esse estudo é extremamente importante para destacar um aspecto do que foi feito na Operação Caronte. Mais uma vez aqui, foi uma tentativa que foi feita dentro dos critérios legais, tanto dos critérios legais que as prisões foram submetidas ao Judiciário. O Judiciário deu a sua apreciação e esse dado é de 90%. Atualmente, as ações estão sendo feitas com base na repressão ao tráfico, então as prisões são baseadas com prisões de traficantes. A Operação Resgate já prendeu mais de 650 criminosos e essas prisões estão sendo objeto, obviamente, do processo judiciário e grande parte delas por associação criminosa, tanto que um desdobramento da Operação Resgate tem sido chamado de Operação AC-35. Hoje, o foco das prisões tem sido bem

diferente do foco da Operação Caronte, mas, de todo modo, esse relatório foi minuciosamente analisado pela Secretaria e foi também um dos pontos em que o foco e a maneira de atuação com relação ao combate ao tráfico de drogas se alterou nesse ano. Então, por isso que está um pouco diferente da Operação Caronte. E a ferramenta de participação social para ouvir a sociedade civil, ela tem sido isso, a gente fica de uma maneira muito tranquila, e de uma maneira muito clara e transparente, não apenas divulgando semanalmente todas as ações para que as pessoas possam acompanhar tudo que está sendo feito, mas nós temos conversado, participado de diversos fóruns e conversado diariamente com os moradores da região. Então, nós conversamos diariamente com moradores da Rua Guaianazes, da Conselheiro Nébias, da Vitória, da Protestantes, da Gusmões, e a conversa não é uma conversa só para ouvir elogios, pelo contrário, o que a gente mais ouve são demandas legítimas e que nos orientam, que nos auxiliam nas ações policiais que estão sendo realizadas lá no local. Então, a sociedade civil, ela tem participado de uma maneira extremamente relevante, em todas as fases das políticas públicas que ali estão sendo realizadas. Se algum segmento da sociedade civil entende que não está sendo devidamente representado, a gente, mais uma vez, continua de portas abertas para que, assim como nós conversamos com os moradores, com os comerciantes da Santa Efigênia, com os comerciantes da região da Conselheiro Nébias, com comerciantes ali da região, fomos até na Galeria do Rock recentemente, em uma reunião de uma associação. Estamos à disposição para conversar com todas as instituições para coletar essas informações. Com relação ao Sr. Marcos, como estão sendo realizadas as qualificações de cena de uso, se eles estão sendo investigados? É extremamente importante essa pergunta, esse questionamento. Nós temos a política estadual de drogas, uma lei de 2019, que ela estabelece como obrigatoriedade do Estado alguns eixos, e os eixos, dentro desses eixos, nós temos o eixo de monitoramento, nós temos os eixos de prevenção e o eixo, e dentre as ações previstas para o Estado, a ação de requalificação das ruas, para que nós possamos amplificar e melhorar a abordagem de uma

maneira mais eficaz e que garanta, eu posso ofertar todos os direitos a essas pessoas, então nós passamos a fazer essa qualificação das pessoas que ali se encontram, dentre as ações já legais e rotineiras da polícia. Então, se uma abordagem policial é realizada no entorno da cena de uso ou na cena de uso, essa abordagem, essa informação, ela é identificada, essa pessoa é identificada como está, de alguma maneira, em algum momento esteve nesta cena de uso, e isso é compartilhado para secretarias de assistência social, de saúde, dentro da respeito à LGPD e todas as ações, mas para que elas possam atuar preventivamente e também em cumprimento legal. Nas operações de combate ao tráfico, realizadas ali também na região com a Polícia Civil, com o apoio da Guarda Municipal, essas informações também são identificadas, que a pessoa estava ali nessa cena de uso e isso a gente tem feito exatamente para melhorar e para abordar, conseguir ações mais eficazes. Exatamente para chegar nessa conclusão, será que essa pessoa que está ali na cena de uso, ela efetivamente, ela não teve acesso a nenhum serviço público de saúde e assistência social, se ela teve acesso e ele não foi suficiente, por qual motivo que isso não aconteceu? Então, exatamente essa informação, ela é essencial para que a gente possa entender quais medidas podem ser adotadas para que a gente possa efetivamente tirar essa pessoa, ofertar esses serviços para que essa situação de vulnerabilidade não se perda no tempo e a gente consiga diminuir o fluxo, porque a pessoa que está na cena de uso ela está em violações de direito, ela está sendo vítima desse crime organizado e por isso essa identificação e esse trato cirúrgico realmente é muito importante. E além disso nós temos a questão legal, se pela identificação, por todo esse trabalho realizado em operações e abordagens policiais. Dos 1.200 qualificados até o momento, nós temos mais de 600 que estão em descumprimento de medidas, medidas legais. Então, a lei estabelece que o juiz dentro do processo legal estabeleceu que essa pessoa só pode ficar na rua por determinadas condições, senão ela estaria ou respondendo o processo com prisão preventiva ou ela estaria cumprindo pena em regime fechado ou regime semiaberto. Essas condições estão previstas na lei e é exatamente isso que a Secretaria de Segurança Pública e as

polícias se baseiam. Quando há um possível descumprimento essas informações são encaminhadas para o Poder Judiciário e dentro do Poder Judiciário, devido ao processo legal, a Defensoria Pública vai ser ouvida, o Ministério Público vai ser ouvido e o juiz vai analisar e deliberar sobre a medida mais adequada. E exatamente entendendo que, em muitos desses casos, a própria situação de inimputabilidade ou a situação de dependência do uso de drogas acaba levando essa pessoa para a prática criminal e muitas vezes pequenos furtos, é que a gente coloca em todos os ofícios, em todas as comunicações, não apenas a questão legal de regressão do regime, porque não é o que a Secretaria quer, mas é o que a lei prevê, e dentro do Estado Democrático de Direito a lei deve ser cumprida, dentro do devido processo legal, mas além disso a Secretaria coloca a possibilidade de realizar o monitoramento dessa pessoa. Essa pessoa permanece na rua, mas sendo monitorada para que as condições previstas em lei e definidas pelo juiz possam efetivamente ser cumpridas e também que ela possa se apresentar para um tratamento para entender os serviços e aí não é o internação compulsória. O que nós sugerimos, e aí depende do juiz analisar, é que essa pessoa se apresente aos serviços de saúde e assistência social e aí verifique se tem tensão ou não dentro da voluntariedade do que está previsto. A senhora Matuza colocou a questão que a segurança pública não se resolve, não vai se resolver, perdão, a questão é só com segurança pública, por isso que a gente está trabalhando de uma maneira integrada, os números não indicam nada, Efetivamente, sim. Números são números, mas aquela redução de roubos e furtos significa 1.500 pessoas a menos vítimas de roubos e furtos na região. Quando nós qualificamos ruas e mostramos as ruas, são milhares de pessoas que ali vivem que hoje podem sair da sua casa, o seu filho ir na escola, como o deputado colocou aqui, a criança pode, a perua pode chegar na porta da escola dela, na porta da casa dela, para que essa criança possa ir na escola. Então, esses números, na verdade, eles são indicadores para que a gente monitore o resultado para pessoas. Finalizando a questão da OAB, a OAB não foi convocada pelo governo, nós também estamos à disposição para receber, assim como o vice-governador já recebeu, nós nos

reiteramos para esclarecer as questões e participar. E com relação à doutora Tanieli, a questão da prisão não diminui o fluxo, esse é um ponto extremamente importante, porque as prisões são realizadas dentro do critério legal e com o objetivo de prevenção criminal. Então, para nós, a questão das prisões está relacionada mais diretamente à redução de roubos e furtos, por isso que o resultado tem sido, a gente entende que o resultado tem contribuído para essa redução de 1.500 roubos e furtos a menos nesse período. Porém, o outro problema que nós identificamos é como que nós prendemos mais de 1.500 pessoas criminosos na região e isso não resulta numa redução ainda mais drástica. Simples, como foi colocado, a senhora mesmo colocou a porta giratória, o sistema de justiça criminal no Brasil, infelizmente, ele tem sido realizado em termos de execução penal com falhas estruturais e esse descumprimento reiterado de medidas é um dos pontos que cientificamente tem sido demonstrado em alguns levantamentos recentes. Foi identificado que cerca de 50% dos presos por roubos e furtos no Estado estavam nessas condições, ou seja, já haviam sido presos e estavam ou respondendo o processo em liberdade e voltaram a praticar crimes ou estavam cumprindo ou praticando crimes, ou seja, roubando enquanto cumpriam pena nas ruas. Então, por conta disso, é que a Secretaria de Segurança Pública, junto com o Poder Judiciário, junto com a SAP, já disponibilizou, como projeto piloto, as primeiras 200 tornozeleiras. Nós temos hoje cerca de 50 tornozelados em audiência de custódia na capital. Metade deles, praticamente, são casos de violência doméstica. Isso tem sido extremamente importante, porque, aí um detalhe muito importante, A lei Maria da Penha, por conta de ser pauta de diversos grupos, e aí nós não temos muita divergência com relação à necessidade disso, então a Maria da Penha ela prevê que o descumprimento de medida caracteriza um crime autônomo. Então quando a gente coloca uma tornozeleira em um agressor de mulher, em que ele está respondendo por uma violação à lei Maria da Penha, e ele se aproxima da casa dessa mulher, ou seja, quando ele viola a medida pela qual a condição judicial, ele é preso em flagrante e retorna ao estabelecimento penal. Em decorrência disso, só nesses primeiros testes, os índices de reincidência

ou os índices de cumprimento de medida em violação Maria da Penha, eles são enormes. Inclusive, a própria lei Maria da Penha coloca que o custo da tornozeleira vai ser arcado pelo próprio agressor. Então, veja, a lei foi aperfeiçoada para proteger a vítima, as mulheres. Nos demais casos de tornozeleira que nós não temos, que não são de Maria da Penha, nós temos casos em que o indivíduo já arrancou a tornozeleira, casos em que o indivíduo está há 10, 15 dias violando as medidas pelas quais ele está na rua e aí nós temos que comunicar o Judiciário e aí o Judiciário ainda vai ouvir o indivíduo, vai ouvir a Defensoria, vai ouvir o Ministério Público e durante 30, 40 dias esse indivíduo vai continuar na rua praticando crimes ou descumprindo medidas. Então, esse é um dos outros pontos que a gente pretende também dentro, em conjunto com o Poder Judiciário, com o Ministério Público, com a Defensoria Pública, com todos os outros atores e especialmente com a sociedade, aperfeiçoar. Assim como Maria da Penha, nós temos esse aperfeiçoamento em que o descumprimento de medida é um crime próprio e flagrante, que a gente possa ter mais agilidade no descumprimento para que essas pessoas que não estão cumprindo o acordo pelo qual elas foram colocadas na rua, que elas tenham essa sanção e a sociedade volte a ser protegida, assim como as mulheres. Basicamente, acho que esses são os dados, deputado.

Deputado Eduardo Suplicy.

Peço desculpas, perdão. Só uma dúvida. Em relação às pessoas que estão no território da Cracolândia, quantas já estão efetivamente com tornozeleira? Porque eu já cheguei a ver essa comunicação da polícia em alguns processos. Sim. Mas eu queria saber qual é o número global de pessoas na Cracolândia com tornozeleira.

Major Rodrigo Vilardi (Coordenadoria de Políticas em Segurança Pública da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo).

São dois processos distintos, são duas frentes distintas. O projeto de tornozelamento é um projeto para toda a capital. O governo tinha a intenção de iniciar pela Cracolândia, mas em conversa com o judiciário se deliberou que foi para toda a capital. Então, hoje, todos que saem da audiência de custódia na capital podem ser tornozelados caso o juiz determine. Então, qualquer prisão na capital cabe ao juiz determinar. E hoje nós temos em média de três a quatro tornozelamentos por dia, desde que se iniciou no dia 11 de setembro, se eu não me engano. Então a gente tem essa média. E metade tem sido de violência doméstica, o que é muito importante, porque tem se mostrado muito eficaz. Isso tem sido uma política de sucesso e a gente pretende ampliar e outra metade para os demais crimes. Dentro dessa outra metade, nós temos alguns casos, cerca de cinco casos, quatro ou cinco casos, se eu não me engano, que são de pessoas da Cracolândia. E dentro desses casos da Cracolândia, nós temos alguns de descumprimento, que aí a gente tem essa questão processual. Dos 600 casos, isso é algo com relação à tornozeleira de qualquer crime da capital, que inclui a Cracolândia. Com relação ao descumprimento de medida, nós estamos prestes a finalizar um termo de parceria, um termo de cooperação com o Poder Judiciário, já pronto, já para assinatura, já nos ajustes finais, para que no Estado inteiro, em qualquer momento em que as polícias, militar, civil e depois com possibilidade de convênio com o GCM, enfim, qualquer autoridade pública que identifique uma possibilidade de descumprimento de medida, ela encaminhe de uma maneira automatizada para o Poder Judiciário, para que o Poder Judiciário, dentro do processo, tenha ciência desse possível descumprimento. Então, isso é algo para o Estado inteiro. Independente desse tempo de cooperação, que a ideia é que seja automatizado, na região central nós já iniciamos a partir dessa qualificação dos usuários, das pessoas que estão ali no fluxo durante as ações rotineiras de polícia, seja numa prisão em flagrante, seja numa abordagem, seja uma operação policial, então qualquer pessoa que está nas cenas de uso, independente se é usuário, se é traficante e assim por diante, por conta da política de drogas, se ela foi identificada como, nesses casos descumprimento, que são as

600, nós encaminhamos, já estamos encaminhando ofícios ao Poder Judiciário, foram encaminhados cerca de 150 ofícios e o grande problema agora é a melhorar a estruturação, na estrutura do Poder Judiciário para receber isso. Porque nós encaminhamos o ofício por e-mail, aí o cartório tem que inserir no processo, aí o juiz pede para o indivíduo se manifestar, depois pede para a Defensoria Pública, Ministério Público e assim por diante. Então é esses 150 primeiros casos que nós estamos monitorando e conversando com o Judiciário, Ministério Público, E provavelmente, não sei se já conversaram com a defensoria lá do Fórum, principalmente das execuções criminais, eu vou verificar com o pessoal se eles já estiveram nessa conversa, para aperfeiçoar essa comunicação, exatamente para que a gente tenha, ao mesmo tempo, respeitado o devido processo legal e a necessidade e a proteção da sociedade nesses casos.

Deputado Eduardo Suplicy.

Muito bem, maior Villardi. Eu quero cumprimentá-lo, porque o senhor prestou atenção em todas as perguntas e procurou respondê-las. Eu acho que a nossa reunião está sendo, assim, muito proveitosa. Sinceramente, acho que todos nós agradecemos o cuidado com que respondeu às perguntas. Nós estamos com o tempo estourado, mas temos ainda que ouvir, mesmo que brevemente, a senhora Isabel Figueiredo e Tiago Bezerra, que aqui estão representando o secretário Edsom Ortega. Eu abro a palavra a ambos para que complementem as informações e, em seguida, ao inspetor Jairo Chabaribery, da Secretaria de Segurança Urbana. Por favor. Comece, senhor Tiago Bezerra, então, por favor.

Thiago Bezerra – coordenador da frente na prefeitura da secretaria de projetos estratégicos e do Programa Redenção.

Boa tarde a todas, todos e todes. Então, como apresentado, sou Thiago Bezerra, sou psicólogo e trabalhador do SUAS, estou chegando agora à coordenação do programa Redenção, junto com a Isabel, que era da SMADES, já é conhecida aqui de grande parte dos presentes. Vou ser breve, por conta do tempo, passar aqui sobre uns pontos principais da fala de todos os membros aqui desse grupo. Sobre a questão da oferta de alternativas de moradia para as pessoas que fazem uso abusivo de substâncias. Queria destacar aqui dois pontos que seria, no caso da Vila Reencontro, uma portaria da SMADES que regulamenta a Vila Reencontro, Essa portaria já prevê a oferta dessa modalidade de equipamento para pessoas que têm maior tempo de vivência de rua. E aí, nesse grupo, podemos também incluir pessoas que fazem uso de substâncias. A gente tem discutido isso junto com a SMADS. O nosso papel na coordenação do programa é exatamente coordenar com as secretarias, tanto de saúde quanto de assistência, o melhor encaminhamento, o melhor uso dos equipamentos e das estratégias de ação junto a esse público. Então, já existe essa previsão na portaria, então, acho que o nosso desafio é conseguir implementar isso da melhor forma possível. E também um outro ponto sobre o auxílio moradia para pessoas em situação de rua, que também vai prever na nossa regulamentação, que já está para sair, também contemplar pessoas que fazem uso de substâncias e que sejam atendidas na rede, tanto de saúde quanto de assistência. Então, acho que tem esses dois pontos que eu gostaria de destacar. E, somado a isso, complementarmente a essa oferta de alternativas de moradia, nós temos encampado, junto com as secretarias, um ponto que é o fortalecimento da rede de CAPS no município, não só na região central, mas para além da região central, entendendo outras demandas no município também de pessoas que fazem uso de substâncias. Então, fortalecer os CAPS, a Secretaria de Saúde tem lá uma relação de unidades CAPS que elas gostariam de implantar e a gente está num processo de priorização, levar o equipamento para onde a demanda está colocada. Tanto no que diz respeito aos CAPS, como demais equipamentos da Rede de Atenção Psicossocial da Saúde e também a qualificação dos equipamentos da SMADS, da Rede

Social Assistencial, da rede sócio-assistencial que é um ator fundamental juntamente com a saúde para as ofertas do programa. Queria destacar também um outro ponto que é com relação aos egressos do sistema penitenciário que foi colocado aqui algumas vezes, nós estamos juntamente com as Secretarias de Assistência de Saúde e a Secretaria Estadual da Administração Penitenciária, a SAP, discutindo e também principalmente com a Secretaria de Direitos Humanos, que tem uma coordenação recém-criada para o tema de egressos, estamos discutindo e desenhando o fluxo de atendimento para pré-egressos e egressos do sistema penitenciário, entendendo que são pessoas que, pela sua condição, já estão numa situação bastante marcada de vulnerabilidade social. Então, em teoria, já deveriam ser atendidas pelas políticas, mas a gente sabe que tem uma dificuldade de acesso grande. Então, estamos desenhando junto com esse grupo a melhor forma de garantir que tanto a pessoa que já é egressa, mas também o pré-egresso, aquele que está próximo ali da saída, consiga acessar a rede de serviços de uma forma mais otimizada. E aí evitar, enfim, que essas pessoas, eventualmente aquelas que vieram da cena de uso retornem para a cena de uso e tenham acesso, falando mais propriamente do público do programa Redenção, tenham acesso aos equipamentos de uma forma mais otimizada e prévia ao retorno ao fluxo. Eu acho que é isso, acho que eu falei brevemente de todos os pontos que foram direcionados mais à Secretaria de Governo. Como estou chegando agora, me coloco à disposição dos demais membros aqui que precisarem. A coordenação do programa está aberta para a gente discutir o que foi preciso. Agradeço ao vereador, agradeço ao deputado e aos demais membros.

Deputado Eduardo Suplicy.

Muito obrigado, Tiago Bezerra. Isabel Figueiredo, para complementar, por favor.

Isabel Figueiredo – participante da equipe dos projetos estratégicos e COMUDA.

Obrigada deputado, acho que só fazer coro aqui a fala do Thiago assim como ele também está chegando agora na coordenação do programa tive esse tempo na SMADES e acho que a gente chega junto com o Secretário Edson Ortega justamente com a missão de fortalecer essa relação entre assistência social e saúde que a gente sabe que muitas vezes enfrenta umas dificuldades importantes e claro também olhando para as outras políticas públicas aí com destaque importante da política de desenvolvimento econômico e trabalho. Então, acho que a gente tem essas frentes de atuação, que é apoiar a saúde na expansão e fortalecimento da RAPS, especialmente a rede de CAPS, nos territórios periféricos, que a gente sabe que tem uma deficiência maior de serviços públicos. Acho que o Secretário Ortega vem com uma visão muito importante para o programa, que é, a gente precisa, claro, ter serviços no Centro, ter serviços na região da Luz, dar uma rede de proteção social e cuidado em saúde para as pessoas que estão na cena de uso, mas essas pessoas, elas vêm de algum lugar. E se a gente não der conta de cuidar dessas pessoas onde elas estão, a condição de vulnerabilidade e desassistência muitas vezes leva essas pessoas para a cena de uso. Então, acho que isso é uma coisa que a gente tem trabalhado muito forte. Outra coisa importante, acho que só complementando a fala do Thiago, é olhar para o modelo do serviço integrado de acolhida terapêutica, que são o SEATS 1, 2 e 3, acho que a gente tem agora já maturidade para fazer um debate sobre esse modelo de serviço. Lembrando que esse é um serviço que trabalha na lógica da redução de danos, que é o principal serviço do programa. Ele não é um serviço de abstinência, mas acho que a gente precisa olhar para esse serviço criticamente depois desses anos. Ele foi implementado em 2020 e pensar em termos de estrutura física, de processo de trabalho, o que está funcionando e o que não está. E aí eu acho que a gente conta muito com o COMUDA e com o Comitê POP-RUA aí nessa construção. Então, acho que revisitar o POT também como estratégia, que ofertas de trabalho são essas? Então, a gente tem hoje mil vagas no POT ligadas ao Programa Redenção, eram 600, teve uma ampliação importante, mas uma discussão que a gente tem feito agora mais recentemente é que vagas de inserção produtiva são

essas? Como que a gente pode qualificar essa inserção? A gente está falando só de vagas que estão ligadas a atividades mais de zeladoria, mais operacionais, como que a gente diversifica essas ofertas. Então, é isso, me colocando à disposição também aí, estamos de portas abertas, quem quiser nos acionar lá nas secretarias do governo para construir esse diálogo, estamos à disposição. Obrigada.

Deputado Eduardo Suplicy

Meus cumprimentos por sua contribuição, muito positiva, Isabel Figueiredo. Agora, o Sr. Jairo Chabaribery, por favor da Secretaria de Segurança Urbana.

Inspetor Jairo Chabaribery Filho - Diretor da Divisão de Defesa e Vigilância Ambiental (DDVA) da Secretaria Municipal de Segurança Urbana – SMSU

Gostaria de agradecer as perguntas, as observações feitas, muito inteligentes, por sinal que vêm colaborar com a construção do que está sendo proposto por esse grupo de trabalho. O major Villardi, de forma muito competente, respondeu praticamente todas as questões trazidas aqui, e aquelas que envolvem, de certa forma, a Guarda Civil Metropolitana, tranquilamente corroboro aí com as colocações, major. Mas é importante, uma pena o senhor Marcos Muniz não pôde permanecer até o final, mas é importante registrar aqui a resposta a ele. Eu chamei, na minha fala, eu convoquei o público presente a fazer uma comparação com o tempo passado, até de outras gestões, em que realmente era extremamente, como muitos aqui até colocaram, era muito desgastante o excesso de munição química utilizada, aquela correria diária que nós tínhamos no fluxo em outro momento, e hoje nós não vemos isso. É lógico, existe conflito? Existe sim, existe, uma vez que o crime organizado está presente ali, utilizando esses dependentes químicos, furtos e roubos a todo momento, a Guarda Civil Metropolitana, como uma força de segurança, ela é constantemente acionada, solicitada por transeuntes, por munícipes, por moradores do entorno, e ela dá esse atendimento. Me

lembro aqui pelo menos de três episódios em que os guardas foram ali no fluxo agredidos a tiros, pegando em escudo, numa das ocasiões, um motociclista nosso caído ao solo, o dependente, usuário, o criminoso, na verdade, ele pegou a arma do guarda e tentou efetuar disparo. Então, é lógico que é conflituoso, é lógico que é tenso, mas eu não tenho dúvida e tenho certeza que, se fizerem uma análise, nenhum dos senhores terão dúvida, que evoluiu muito. Evoluiu muito a segurança urbana, o comando da Guarda Civil Metropolitana está extremamente atento, porque ainda entendemos, como falei também na minha fala inicial, entendemos que precisamos evoluir e precisamos melhorar ainda mais essa relação. Ressaltando, não melhorou só por parte da Guarda Civil, eu acho que os próprios usuários entenderam o papel da Guarda Civil ali, viabilizar os serviços públicos que são oferecidos a eles. Para não tomar tempo, eu não vou discorrer sobre o restante das questões, até para não ser redundante, tá bom? Muito obrigado.

Deputado Eduardo Suplicy.

Muito obrigado, Sr. Jairo Chabaribery, por sua contribuição também. Eu tenho a certeza de que hoje nós avançamos muito no conhecimento da problemática dos problemas lá na Cracolândia. E eu quero ser muito breve, eu vou passar a palavra à vereadora Luna Zarattini e, inclusive, pedir a ela que encerre a presente reunião, como a minha companheira aqui. Muitíssimo obrigado a cada um de vocês por estarem participando desta reunião tão significativa e frutífera para um dos maiores problemas da nossa cidade de São Paulo. Luna Zarattini, para encerrar a nossa reunião.

Vereadora Luna Zarattini.

Muito obrigada, deputado Eduardo Suplicy, pela condução desse GTI, que é uma parceria da ALESP com a Câmara Municipal. Então, às vezes, a gente está fazendo aqui no espaço da ALESP, a gente vai fazer também na Câmara essas audiências, essas reuniões. Queria saudar, agradecer a presença, a fala do Major Villardi, da Secretaria de Segurança Pública, do Edsom Ortega, que esteve aqui

conosco também, da Secretaria de Governo Municipal, também do Thiago, da Isabel, que continuaram representando o secretário, e o inspetor também, Jairo Chabaribery, da Secretaria de Segurança Urbana. Também queria saudar todas as falas que foram colocadas aqui dos movimentos, dos moradores, das pessoas que estão na região, da universidade. Então, é fundamental que a gente estabeleça esse espaço de diálogo para a gente ter construções e saídas coletivas e efetivas. Acho que esse é o grande objetivo. Queria também me solidarizar aqui tanto com o caso de Sapopemba, da escola que sofreu um atentado, mas também do caso que aconteceu ontem na Cracolândia de 15 pessoas que sofreram atropelamento. Acho que aqui ninguém vai olhar para uma situação dessa sem se solidarizar com essas pessoas e com esse crime. Queria também saudar esse espaço novamente, dizer que é muito importante para mim, enquanto parlamentar, me somar nesse espaço de diálogo e de construção dessas políticas públicas. Eu acho que esse espaço serve para a gente se municiar de políticas públicas com mais qualidade, dialogando com os atores, atrizes do território e das pessoas que estão preocupadas com essa questão. Queria registrar aqui que tem uma ausência das secretarias. A gente convidou outras secretarias para estarem presentes aqui. Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Saúde, Secretaria de Habitação, todas essas secretarias, de assistência, todas as secretarias foram convidadas, mas não estão aqui. Então é muito sintomático que esteja presente apenas as secretarias que envolvam segurança urbana, segurança pública e as demais não estejam, porque é justamente esse diagnóstico que a gente quer fazer da intermediação dessas secretarias. Não há como a gente discutir seguranças sem discutir também a questão de saúde, seguranças sem discutir a questão da moradia, seguranças sem discutir a questão da assistência. Então é um registro e é sintomático que talvez a Secretária que tenha mais atuação seja a Secretaria de Segurança Urbana, seja a Secretaria que vai tratar dessas questões no território. Então, é preciso que a gente fale isso. Por último, terminando, tem o Minuto Celeste, que foi proposto pelo Marco eu já chamo. Só terminando, Suplicy, e acho que aqui foi trazido temas que até o Major Villardi respondeu muito bem

com a questão da iluminação, que a gente vai precisar ver, a questão dos desaparecimentos das pessoas, ações truculentas, espalhamento mesmo das pessoas no território, e essa questão de mais prisões, será que elas vão reverter em redução ali do fluxo ou não é algo que a gente vai precisar olhar. Então, vou terminar agradecendo esse espaço, agradecendo o deputado Eduardo Suplicy e também fazermos o registro de um minuto de silêncio. Muito obrigada. Queria declarar encerrada essa reunião, agradecer a presença de todos e todas.

5ª Reunião do GTI da Cracolândia, na Câmara Municipal de São Paulo em 23/11/2023. Diálogo com moradores e comerciantes da Região.

Participantes

Gabinete da Vereadora Luna Zarattini
(11) 3396-4236/4613
lunazarattini@saopaulo.sp.leg.br

Gabinete do Deputado Estadual Eduardo Suplicy
(11) 3886-6406/6407
eduardosuplicy@al.sp.gov.br

-
1. Luna Zarattini - Vereadora e Presidente da Comissão de direitos Humanos e Cidadania da CMSP
 2. Sônia Domingues – Moradora do Complexo Júlio Prestes
 3. João Carlos – Morador da Rua Helvetia
 4. Cleberson Charles de Menezes Souza - morador da região.
 5. Joseph Hanna – Comerciante da Santa Ifigênia
 6. Ivanete Araújo – Coordenadora do Movimento de Moradia e Justiça - filiada à Central dos Movimentos Populares.
 7. Matuza Sankofa - ONG É de Lei.
 8. Major Rodrigo Garcia Vilardi – Coordenação e Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo
 9. Taniele Cristina Rui- Pesquisadora e Professora Unicamp (online)
 10. Bel – Assessora da Deputada Federal Érika Hilton
 11. Flávio Campos – Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil
 12. Deputado Eduardo Suplicy
 13. Vereador Professor Toninho Vespoli – on-line
 14. Andreia - representante da ouvidoria das polícias
 15. Isabela Gomes – Coordenação de Política sobre Drogas Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - on-line
 16. Marcos Paulo de Oliveira - Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania
 17. Eduardo Tostes do Ministério Público – on-line

Vereadora Luna Zarattini.

Bom dia a todos e todas. Vamos retomar nossa reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional, formado pela Câmara Municipal e também pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Eu me chamo Luna Zarattini, sou vereadora aqui da casa, presidenta da Comissão de Direitos Humanos, e também quem está chegando aqui é o deputado Eduardo Suplicy, que é presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alesp, e compõe esse GTI. Que é uma iniciativa que não iniciou esse ano, mas que já vem de uma tradição das Comissões de Direitos Humanos, para abordarmos um tema essencial na nossa cidade, que é a Cracolândia. Temos feito uma série de reuniões nesse sentido, para que depois produzamos um relatório com recomendações para o Poder Público, para a Prefeitura de São Paulo, para as secretarias, sobre como nós acreditamos que é possível, é necessário e é preciso que nós atuemos em uma região, na região da Cracolândia, que é uma região central, onde nós sabemos que tem diversas desigualdades, diversas violências, e é preciso que a cidade de São Paulo dê um passo à frente na condução dessa questão. Eu queria saudar a presença de algumas pessoas antes de iniciar a nossa reunião. A Andrea, que está representando a ouvidoria das polícias, representando o nosso ouvidor, o Cláudio, a Angélica, que está aqui representando o mandato do Suplicy, a Bel, que está representando o mandato da deputada federal Erika Hilton, que já compôs, quando vereadora aqui, a Comissão de Direitos Humanos, e também foi presidenta dessa comissão. Queria saudar, de forma online, também o vereador Toninho Vespoli, registrar a presença, registrar a presença da Isabela Gomes, da Coordenação de Política sobre Drogas, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, queria saudar também a presença online do Marcos Paulo de Oliveira, da Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania. Também queria saudar o Eduardo Tostes, do Ministério Público, que está presente de forma online. Também saudar o Rodrigo Garcia Villardi, que é da coordenação, coordenadoria de análise e planejamento da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Se eu ainda não saudei alguém que está presente, por favor, escreva no chat para eu poder saudar aqui, porque essa forma meio híbrida, eu preciso olhar o computador, eu não consigo

mexer, mas vamos dando conta do recado. Então, antes de iniciar aqui essa primeira fala, eu queria também convidar algumas pessoas para comporem a mesa. Retomar esse GTI, a gente já está na terceira reunião. Então, a primeira foi uma reunião de apresentação do cronograma, do que a gente estava pensando para esse grupo de trabalho. A segunda reunião foi na Alesp, onde ouvimos o Poder Público. Convocamos todas as secretarias. Infelizmente, a que esteve presente foi a Secretaria de Segurança Pública. Isso mostra bastante como o Poder Público trata a questão da Cracolândia como uma questão de segurança pública, quando acreditamos que envolve outras questões, como saúde, como educação, como moradia. Uma série de outras mazelas. É uma questão social. É ruim que não tivemos a presença das secretarias nesse momento. Hoje vamos fazer um diálogo com os moradores e comerciantes que estão na região da Cracolândia. A ideia aqui é ouvir todas as partes para conseguirmos ter um diagnóstico dos melhores e para podermos ter uma construção coletiva desse processo. Eu acredito muito que nós só fazemos uma política positiva com a participação popular, com a participação social, e precisamos ter coragem para enfrentar essa questão. Eu sou a vereadora mais jovem dessa casa, de idade, e também sou jovem na entrada aqui, mas acho que estou encarando um desafio pertinente, porque sei que essa é uma questão que atinge muito as pessoas na cidade de São Paulo, e acho que precisamos ter coragem para enfrentar essas questões, mas tenho muita coragem porque sei que muita gente aqui tem vontade de ver a resolução dessa questão. Estou muito feliz de poder compor e contribuir com esse debate tão importante para a nossa cidade, que não vem de hoje, que já é uma questão de mais de 30 anos. Bom, para compor a mesa aqui comigo, enquanto a gente ainda não tem a presença do nosso deputado Eduardo Suplicy, eu queria convidar a Nete, da Ocupação Mauá, para fazer parte aqui da mesa conosco. Queria convidar Sônia Domingues para fazer parte aqui da mesa conosco. Queria convidar o João Carlos, da Helvetia, para fazer parte da mesa conosco, que tem composto esse GTI, sempre. Convidar o Charles para fazer parte também. Onde vocês quiserem. E o Joseph, Rana, assim? Pode, claro. Claro, com certeza. Obrigada. Tudo

bom? Bom, também, saudar a presença do Flávio Campos, da OAB São Paulo, que eu tinha citado anteriormente. Queria, então, iniciar essa terceira reunião, esse grupo de trabalho sobre a Cracolândia, em relação aos moradores e comerciantes. Queria passar a fala primeiro, para as pessoas que estão compondo a mesa, mas queria dizer que as falas estão abertas, aqui é uma comissão dos direitos humanos, mas que sempre abrimos a fala ao público, a quem está nos acompanhando. A Malu, que está me assessorando nessa área também, quem quiser se inscrever, se inscreve com ela, vamos garantir a palavra de todos e todas. Bom, gente, desculpe, a gente estava combinando aqui a ordem das falas. Quanto tempo a gente pode fazer? Cinco minutos? Vamos ver. É, obrigado. Acho que é um diálogo aqui. Sim, eu tenho algumas apontações. Quando tiver uns quatro, a gente... Não vou prolongar muito, não. Está bom. Então, vou passar primeiro para o João Carlos fazer uso da palavra. Obrigada por sua presença aqui.

João Carlos morador (membro do GTI).

Bom dia a todos, bom dia a quem está online. Meu nome é João Carlos, eu moro na rua Helvetia há mais de 20 anos. Eu nunca falei isso, mas eu sou professor, aliás, é assim, a ordem é, eu sou artista e professor, também há mais de 20 anos, e estou nesse GTI desde que iniciou, desde a primeira reunião. E na última reunião eu não pude vir porque eu pensei que eram as quintas, aí foi na segunda, e no trabalho não deu para faltar lá ou trocar. Bom, Luna, uma coisa que eu estranhei, na verdade, é sobre o cronograma, porque hoje, para mim, seria a segunda, terceira ou quarta reunião? Seria a terceira. E aí pulou para a quinta no cronograma. E isso deu uma desestabilizada...

Vereadora Luna Zarattini.

Desculpa te interromper. Aqui nós fazemos reuniões ordinárias da Comissão de Direitos Humanos e

extraordinárias. Está, hoje, é a 5ª reunião extraordinária, mas não é a 5ª reunião do GTI, entendeu? Porque a gente já fez outras reuniões extraordinárias, quando elas saem do cronograma normal. Então, hoje é a 3ª reunião do GTI, mas é a 5ª reunião extraordinária.

João Carlos morador (membro do GTI).

Então, isso ficou meio confuso, porque a gente não deu para mobilizar as pessoas para comparecer aqui. Enfim, esse era o primeiro. Eu queria falar aqui hoje, como morador, e também ouvindo vários comerciantes lá do meu bairro, ao redor ali, eu queria falar sobre direitos e deveres. Muito se fala em direitos, mas não se fala em deveres. Então, a meu ver, desde que eu estou aqui, as falas que eu tenho ouvido aqui só validaram o uso de drogas a céu aberto. Acho que a gente precisa pensar nisso. Quais são os direitos e quais são os deveres? Porque a gente sempre reclamou dos nossos direitos. Nosso direito de ir e vir, nosso direito de sair à rua, nosso direito de receber, nossos familiares, o comerciante, o direito dele poder vender, ter a loja dele lá vendendo. Outra coisa que eu queria falar é sobre ações... Falar não, levantar para a gente refletir nesse GTI. É sobre ações e consequências. Qualquer ação gera uma consequência. E essa consequência jamais foi falada aqui, porque essa consequência leva aos impactos que os moradores e comerciantes do bairro estão vivendo desde sempre. Muito se fala em espalhamento hoje, mas quando, antes de ter o complexo lá, Sônia, Lá já existia a Cracolândia. Ela começou na... Esqueci o nome agora. Mas ela não começou ali. Ela foi para ali. Ela foi para lá. Antes disso, ninguém falava disso. Todo mundo esquecia lá, mas já existia. Já existia lá. Já existia o uso de céu aberto de drogas. Ninguém falava. Depois, o complexo foi instalado lá. E eles continuaram lá. Ninguém também saía, vinha aqui, berrava, falava uma coisa. Só falava em violência policial. Depois da ação, acho que foi em 2011, se não me engano, em 2012, mais ou menos, teve uma ação muito forte mesmo, desumana mesmo, e aí começou essa fala de violência policial. Mas não fala na violência que nós sofremos. Não é violência só física, mas é

moral, e psicológica. Nós não saímos de casa. Eu, por exemplo, já foi relatado aqui, agora que estou me curando, mas eu não saía de casa. Para dois quarteirões, olha o absurdo. Eu ia de carro. Isso é um absurdo, você andar dois quarteirões e ter que ir de carro, por medo, pânico do medo. Então, esses impactos precisam ser discutidos aqui dos moradores, porque até agora a gente não ouviu isso. Não é relatado oficialmente isso. Isso não tem relato. Se você ver os relatórios, vou ler uma parte aqui agora, do último relatório que nós recebemos, olha só. Aí é a fala da Luna, segundo o relatório, a cena aberta de uso no território da luz, conhecida como Cracolândia, vem sendo cada vez mais debatida entre moradores da nossa cidade. Moradores da nossa cidade. Tendo sido formada, na década de 90, completamente, há mais de 30 anos, iniciativas do Poder Público para resolver a questão da saúde pública instalada no centro da nossa cidade. As ações policiais e medidas repressivas adotadas pelo poder público ao longo dos 30 anos fizeram com que o fluxo de uso se mantivesse pela região central, mas sem que a questão fosse resolvida. Pelo contrário, nos últimos anos, a sensação de segurança piorou. Onde está o nosso impacto aqui? Entendeu, Luna? É disso que nós estamos falando. É disso que, desde a primeira reunião que teve aqui, nós estamos aqui reivindicando. É disso. Onde está aqui o texto falando do nosso impacto? Não tem. E naquele relatório que nós contestamos, também não tem. Eu citei, são três palavras, eu não lembro mais, que falam sobre moradores, e não é específico o nosso. Moradores que podem ser eles, podem ser eles... Já estou acabando. Pode ser usuário de droga, pode ser um morador de rua, pode ser o nosso também, porque moradores. Então, acho que tem que ser mais contextualizado isso. Agora, para terminar aqui. Eu, aqui, coloquei algumas questões também para discutirmos, que é qual a responsabilidade dos direitos humanos, Ministério Público, Defensoria Pública e ONGs por o Centro da cidade se encontrar nessa situação? Porque eu acho que tem uma responsabilidade, não é só o poder público, como está aqui, como sempre foi falado aqui. O poder público não resolve. Mas qual é essa? Porque nós todos temos uma responsabilidade. Mas qual é a responsabilidade dessas

instituições? Eu gostaria aqui de chamar a atenção dos lugares onde estava o fluxo e não estão mais. Frederico, estendo, convido vocês a ir lá. Convido a ir lá no complexo, não é, Sônia? Onde as crianças brincam, tem o parque, elas usam o espaço, ainda tem lá perto, mas dentro da praça, ali, não tem mais. Onde eles ficavam? Estão voltando? Olha lá. Para finalizar, enquanto não houver um registro de forma oficial dos impactos causados na vida dos moradores e comerciantes do entorno, não haverá direitos e deveres, não terá ação e consequência, e não haverá justiça para ninguém. Não há justiça aí. Nós não vamos resolver esse problema se deixar o outro lado de fora. Muito obrigado.

Vereadora Luna Zarattini.

Obrigada, João. Agora eu queria passar para a Sônia fazer uso da palavra.

Sônia Domingues – Moradora do Complexo Júlio Prestes (membro do GTI)

Bom dia a todos. Bom dia à mesa, bom dia a quem está online. Como o João disse, o Complexo, eu moro no Complexo, me chamo Sônia, sou subsíndica de uma das torres do Complexo Júlio Prestes, que foi colocada ali com a função de revitalização do Centro, e que nós não estamos vendo isso hoje. Ainda nós temos, sim, uma boa parte da população de dependentes químicos que circula por ali e que habitam mesmo, habitam de verdade ali as nossas calçadas. E a gente se expõe muito, tanto aqui nas reuniões do GT, que eu acompanho desde o início, de várias vezes já, falando aqui tudo o que acontece na região. Eles, literalmente, ocupam a calçada sem dignidade nenhuma. Nós nunca chegamos aqui para atacar quem quer que seja. nem dependente, nem polícia, somos contra a truculência, só que é uma situação que precisa ser resolvida. Todas as vezes que temos uma GTI, saímos daqui com alguma esperança, porque alguma coisa nova surge. Na penúltima, a Soninha disse, dos centros de convivência, Eu achei ótimo, ainda elogiei, porque é ótimo você ter uma dignidade para um dependente físico, não deixá-lo ali jogado na calçada. O que acontece hoje?

Químico, dependente químico. O que acontece hoje? Hoje, os dependentes são tratados como massa de manobra. O pessoal vai com as vans, distribui marmita, fazem uma foto bonitinha, para jogar nas redes sociais. Quando faz a foto, já começa a distribuir três, quatro marmitas para cada dependente, para acabar logo, para ir embora. Onde o dependente vai comer? na calçada, junto com o vômito, junto com o caca, com o xixi, com o rato, com o barata. Então, o direito dos humanos... Simília, até desculpe, vereadora, precisa ter muita coragem mesmo, como você disse. E nós aqui, nos expondo, falando as coisas, a gente se expõe. A gente se expõe quando reclama, a gente se expõe quando pede dignidade para eles, a gente se expõe quando a gente fala que não quer mais sair na nossa portaria e pisar em caca, a gente se expõe diariamente, a gente precisa de muita coragem para mudar, de muita coragem. Os direitos humanos, a gente vê as estatísticas bonitinhas que falam lá sobre a situação da rua. Sobre a situação dos moradores, a gente não vê estatística nenhuma. O morador ali, seja de ocupação, seja que comprou apartamento, seja de apartamento alugado, a gente não vê uma estatística falando da real situação do morador. A gente só vê uma situação hipotética, hipotética, porque, quando a gente está lá na região, a gente vê que os dependentes também não são bem tratados, os moradores não são bem tratados, os dependentes não são bem tratados. Então, é um problema que está sendo empurrado, empurrado e empurrado, e ninguém resolve nada. Não tem estatísticas para os moradores. E as estatísticas que temos para os dependentes são falsas. Tem que ter estatísticas reais. O complexo sofreu ali por cinco anos. Eu morei ali por cinco anos. E ainda sofro. Por quê? Porque eles estão lá ainda. Pode não estar aquele fluxo imenso, como era, de duas mil, três mil pessoas, que a gente não podia nem sair. A gente tinha que sair por uma outra rua, porque a gente não podia sair pela nossa rua, pela nossa portaria, porque era impossível sair por lá. Era cheiro de droga na janela, era pedrada na janela. E isso, os dependentes. Agora, a gente tem uma outra problemática junto com os dependentes. Além deles serem massa de manobra, de muitos traficantes, que aí já é uma outra história, a gente tem também, temos também o problema dos

gangues de bike, trombadinhas, que ficam ali infiltrados com eles. Não são dependentes, mas também nos causam problemas. Então, é isso. Estamos aqui, nessa GT, esperamos a solução. Toda vez saímos daqui com uma esperança. Alguma coisa vai mudar. Só que não muda. Não muda. Nós já estamos ficando cansados disso, porque são sempre as mesmas coisas, as mesmas reclamações. Toda vez a mesma reclamação. Olha, precisa tomar um jeito. Olha, precisa dar dignidade. Olha, precisa olhar os moradores. Olha, as estatísticas estão erradas. Olha, o relatório não saiu que tem um morador. E nunca resolve nada. Eles ficam para lá, para cá, como massa de manobra mesmo, como se fosse um gado. E o morador sofre com isso. Sofre porque não quer, sofre porque vê a indignidade ali, e o que acontece? Nada. Gente, a gente precisa mudar. Se não for unido, todos os moradores, e fazer realmente acontecer, eu acho que a gente ainda vai muito tempo de GT sem uma solução. Olá, vereador. Senador. Eu ainda falo senador, vereador. Senador. Eu conheci em Brasília como senador, e eu tenho muito orgulho disso. Então, gente, é isso aí. Se a gente não for unido, todos, todos, seja de ocupação, seja morador, seja quem usa drogas ali, dependente, que está querendo se recuperar, se nós não formos unidos, a gente não vai chegar no coeficiente comum. A gente vai estar sempre nessa. Faz o GT, sai com esperança, volta no outro GT, sai com esperança, volta no outro GT. Quantos GTs já foram? Acho que uns oito já que eu participei. Acho que esse deve ser o oitavo. Aqui, na ALESP, voltou para cá, é sempre a mesma coisa. Então, eu peço para vocês que reflitam bem, que a gente está num momento de união. E essa união tem que ser total mesmo. Muito obrigada a todos que ouviram.

Vereadora Luna Zarattini.

Muito obrigada, Sônia, pela sua fala. Antes de passar aqui, eu queria convidar o nosso deputado estadual Eduardo Suplicy para compor a mesa, que acabou de chegar. Eterno senador, lutador da

nossa cidade. Também queria chamar para compor a mesa a Matuza, que é coordenadora do ED LEI, mas que é moradora do território.

Então, é muito importante estar aqui com a gente. Bom, eu vou passar, então, agora para o Charles fazer uso da palavra, enquanto o Suplicy vai sentando aqui. Agradecer muito as falas e obrigada também por estarem conseguindo falar no tempo para a gente ouvir todo mundo.

Charles (membro do GTI).

Bom dia a todos. Queria cumprimentar todos que compõem a mesa, o deputado Suplicy, que acaba de chegar, e a todos que estão no plenário moradores e munícipes aqui da cidade. Já estamos indo para dois anos desde o espalhamento da Cracolândia. E a gente vê muitos problemas e mazelas que se completam. Uma mazela que acaba dando espaço para uma outra mazela, que dá um espaço para outra mazela, e a coisa só aumenta de tamanho. Porque Cracolândia, hoje, nesses dois anos que a gente vem acompanhando, a gente encontrou vários personagens, e vários problemas. Porque quando a gente fala de Cracolândia, a gente fala, na visão da maioria das pessoas, de um problema do drogado, do viciado. Mas nós temos um problema de higiene básica, tanto do ser humano que está ali na rua se drogando, quanto do ser humano que mora de frente ou que trabalha de frente para essa cena de uso aberta. Nós temos problemas de furtos, de roubos, de agressão, nós temos problemas de saúde mental, nós temos o problema do próprio território, que acaba gerando um impacto imenso, negativo. Hoje, a cidade de São Paulo caiu em 30%, mais ou menos, o turismo da cidade. E é um reflexo da mídia negativa que está saindo sobre os problemas das mazelas da nossa cidade. Então, ou seja, é todo um impacto que é causado. Então, a gente tem que ter um olhar macro, mas, acima de tudo, um olhar humano, porque são vidas. E o valor da vida é o valor mais inestimável que nós temos dentro do nosso planeta. E assim, estou participando de várias frentes e vários esforços para a gente tentar corrigir algumas mazelas, não todas, mas algumas, pelo menos

aquelas que eu posso ajudar. Na parte de segurança pública, nós estamos vendo um trabalho de esforço muito grande, e que eu acho louvável, porque se há crime 24 horas acontecendo na rua, falando especificamente do crime organizado e do tráfico de drogas, tem que ser combatido. Mas, por outro lado, a parte social está deixando a desejar completamente. Porque nós também temos acompanhado isso com prefeitura, com secretarias, e a gente que ou não há uma boa vontade dos secretários que assessoram o prefeito, ou não há uma boa vontade do próprio prefeito. Por quê? Se sabe-se que as vagas são insuficientes, por que já não aumentou essas vagas? Nós estamos falando de dois anos. Ah, mas aí eu ouço falar o seguinte, se quiser hotel social para morador de rua... Morador de rua, que é totalmente diferente... Cortou o meu raciocínio aqui. Aí fala-se que tem hotéis sociais, vagas... Das vagas, hotéis sociais, exatamente. E aí, quando a gente vai para a prática, não é bem assim que funciona. Eu tive um caso ali no Largo Santa Cecília, recentemente, e eu falei isso até para a Smads, tive um contato com uma pessoa da Smads, onde um casal queria se abrigar. Eu falei, bom, já que estão falando que tem tantas vagas, que tem tudo isso, tanto aquilo, vamos ajudar. Porque eu, quanto à associação, enquanto morador, não estou aqui para massacrar um lado, estou aqui para tentar achar uma solução em conjunto. Eu sei que não é fácil, são muitas cabeças e cada um pensa de um jeito, mas a gente tenta fazer aquilo que está ao nosso alcance. E aí eu liguei para uma pessoa dentro da Secretaria da Casa Civil e a pessoa falou assim, Charles, não é assim que funciona, precisa ligar no 156. Eu falei, mas espera aí, a pessoa está em situação de rua. Mesmo que ela tivesse um celular, onde ela carrega para ela ligar? Ah, porque tem uma fila". Não, espera aí, mas o que falaram é que se quisesse tirar da rua ia ter 2000 mil vagas em hotel. Então a coisa não é como se fala, ou no papel é muito lindo, mas na hora da prática a coisa não evolui. Então, só para ser rápido e não tomar muito tempo, o que a gente precisa quando sociedade, como um grupo aqui, que quer uma solução para todos os lados? Porque a gente quer que o adicto seja bem tratado, tenha tratamento digno, tenha moradia. Aqueles que têm condições de ter uma casa sozinho, ele vai ter

uma casa sozinho, na nossa opinião é isso. Aqueles que não têm condições têm que ir para uma comunidade terapêutica ou para um outro tipo de comunidade que possa reinseri-lo na sociedade de forma digna. Mas nós também queremos segurança, nós também queremos higiene básica na rua, nós queremos que o lixo não fique todo dia sendo tirado 11 toneladas, 4 toneladas de lixo da rua, porque eles não produzem lixo. Ao contrário, muita gente diz que eles não produzem. Eles pegam o lixo produzido por nós. Então, a gente precisa encontrar soluções que dê destino aos nossos problemas. E o problema é nosso. O problema não é só do poder público, nós somos cidadãos e o problema é nosso. Então, a gente precisa debater essas soluções, que são imensas, são muitas coisas, são muitas frentes. Então, eu acho que a gente tem que, aqui, com o GT, Luna, eu quero sugerir de a gente começar a criar um cronograma focado nas soluções. Eu acho que o primeiro passo é tentarmos, inclusive eu tive, sexta-feira, na defensoria pública, na reunião do Conselho, para a gente fazer esse TAC, esse termo de ajuste de conduta, para ontem, em todas as... acho que marcar uma reunião com a equipe toda, sentar e fracionar, olha, tem esse problema, tem esse problema e tem esse problema, e fazer um cronograma com as diretrizes e tentar estabelecer um TAC junto ao Ministério Público. Porque o que eu vejo é muito plano de governo, e aí sai o secretário, cai tudo. Aí entra o secretário novo, começa tudo, e a coisa não vai. E a gente fica enxugando gelo e fazendo esse serviço incansável. Então, eu acho que está na hora de a gente começar a ditar as cartas da regra, as regras do jogo. Ditar essas cartas e estabelecer perímetros para a gente poder avançar, porque senão a gente fica discutindo e a coisa é muito ampla. Então, vamos resolver a primeira parte do tratamento dos dependentes químicos e a questão de abrigo, que eu acho que é fundamental, não só do dependente, quanto do morador de rua em geral. Porque se a prefeitura diz poder ter 2000 mil vagas disponíveis, então tem que encontrar um mecanismo que possa abrigar essas pessoas o mais rápido possível. Se tem dinheiro e se tem vaga, tem projeto. E aí estabelecer esse conograma para a gente começar. E podem contar comigo, porque eu sou aquele cara que eu falo o que está errado, cobro, dou a minha

opinião e não tem tendência aqui. Nós temos, sim, um lado, que nós sabemos que nós somos um pouco melhor do que quem está em situação de rua, porque nós temos trabalho, nós temos moradia, mas nós prezamos a vida. E a vida, ela é primordial. Por quê? Hoje, quem está lá talvez seja um qualquer, que para você é um qualquer, mas amanhã pode ser o seu filho. Eu tenho um problema em casa. Eu tenho filhos, eu sou pai de quatro filhos. Então, amanhã pode ser um irmão seu, um primo seu, e a gente tem que se colocar no olhar do próximo. Mas eu acho que a gente precisa ser um pouco mais enérgico a partir do ano que vem com relação a isso, porque eu estou vendo realmente a hora de acontecer uma tragédia muito pior e muito maior do que aconteceu nos últimos dias. Mas acho que a gente precisa reforçar e precisa partir para a ação. Obrigado, gente. Desculpa.

Vereadora Luna Zarattini.

Muito obrigada, Charles. Agora, Suplicy, quando você quiser falar, você tem todo o direito. A gente está ouvindo a mesa. Só para todo mundo que está chegando agora, a gente compôs a mesa com moradores, com pessoas que estão na região. Então a gente está ouvindo a mesa, primeiramente. Tem já alguma sequência de falas do público, então eu vou passar para a mesa, depois a gente vai passar para o público. Acho que em breve a gente vai fechar as inscrições, mas quem ainda quiser fazer as inscrições é só falar com a Malu. Depois voltamos para mim, para o Eduardo do Suplicy, para conversarmos, continuarmos esse diálogo. Vou passar para o Joseph, depois vou passar para a Nete, depois para a Matuza. Cinco minutos.

Joseph Hanna – Comerciante da Santa Efigênia.

Bom dia a todos. Eu sou o Joseph. Eu represento o comércio da Santa Efigênia. Eu quero agradecer primeiro à Luna por ter me convidado. É a primeira vez que eu faço essa reunião. Eu quero parabenizar o nosso eterno senador pela postura. Eu vim aqui para falar alguma coisa sobre o

comércio, sobre quem mora do lado do comércio. Primeiro, quero começar pela Cracolândia. Nós não temos Cracolândia na região. Nós temos uma situação chamada Cracolândia, não é um bairro chamado Cracolândia. Nós temos que lembrar sempre... E como comerciantes, como moradores, como políticos, nós temos obrigação de cooperar com a solução da cracolândia, ou do fluxo da cracolândia. Eu quero lembrar que a Santa Efigênia é o maior pólo eletroeletrônico da América Latina. Nós estamos falando de proprietários, nós estamos falando de comerciantes, nós estamos falando de trabalhadores. Pelo que eu sei, senador, eu vou chamar sempre o senhor de senador, o senhor sempre defendeu o trabalhador. É impossível defender o trabalhador se não defender o comércio que gera o emprego para o trabalhador. Nós estamos falando dos direitos das pessoas que são, me perdoem a palavra, parasitas da sociedade, que nós alimentamos. E se a gente não tiver emprego, talvez se fechar a Santa Efigênia, os caras saem de lá que não têm mais onde comer. Então, primeiro, nós temos que pensar no que trabalha na região, quem mora na região, não importa se é vamos dizer, inquilinos, se é proprietário, se é comerciante, se é ocupação. Nós sempre tivemos uma boa relação. Nunca teve episódios que lamentamos hoje a presença desse público aí. Nós já fizemos muitas propostas, já fizemos muitas reuniões, nunca foi no Direito Humano, primeira vez, quero agradecer mais uma vez. Nós já fizemos propostas até para dar emprego para as pessoas que saem do fluxo que querem se tratar. O comércio vai absorver todos eles, mas eu não vejo a boa vontade do pessoal sair do fluxo, muito menos do governo de resolver o problema do fluxo. Se essa pessoa não quer sair do fluxo, não quer trabalhar, por que nós vamos estar aqui defendendo ele? Eu acho absurdo nós defendermos uma pessoa que não quer fazer nada na vida. Nós não temos obrigação com essas pessoas. Nós temos obrigações com as pessoas que precisam de nós. Perder o emprego? A gente está se comprometendo aqui, com as associações, de arrumar emprego, caso ele tenha esse problema. Quer tratamento médico, o governo está colocando muita coisa para resolver o problema dele. E a pessoa que não quer saber de nada disso, por que nós estaríamos aqui defendendo ele? Isso

eu acho que nós temos que separar o joio do trigo quando a gente fala de direitos humanos. Eu acho que o direito humano tem que começar pelas pessoas que constroem o Brasil. Essas pessoas que são trabalhadoras, não importa que grau de trabalho que ele faça, se é comerciante, se é funcionário, se é um faxineiro, se é um presidente, não importa. As pessoas que constroem o Brasil têm que ter o direito em primeiro lugar. E eu acho que o direito humano tem que começar pelas pessoas que produzem a solução para o Brasil, não pelas pessoas que vivem à custa das pessoas que trabalham pelo Brasil. Eu quero que vocês contem com a gente como comerciante, eu quero estar sempre participando com soluções, eu quero construir soluções com vocês, porque eu acho que todos nós temos obrigações, e as obrigações começam pelo trabalho e não começam por exigir solução. Nós não estamos exigindo solução, nós estamos... nós estamos nos colocando à disposição para construirmos solução juntos. Agradeço muito.

Vereadora Luna Zarattini.

Obrigada, Joseph. Agora eu vou passar para a Nete e depois para a Matuza.

Ivanete Araújo – Coordenadora do Movimento de Moradia e Justiça - filiada à Central.

Bom dia a todas, todos e todes. Quero aqui cumprimentar a mesa, na pessoa da vereadora Luna Zarattini, do nosso eterno senador Suplicy, e todos aqui. Quero cumprimentar também o nosso plenário. Eu sou Ivanete Araújo, coordeno o Movimento de Moradia na Luta por Justiça, filiada central dos movimentos populares, e também sou assessora da deputada estadual Tainara Faria. O que eu quero primeiramente perguntar, vereadora, teria que estar também aqui nessa mesa ou online a parte do governo? aquele que se diz discutir a questão da política pública, voltada para a questão social, e aqui nós estamos falando dos moradores e moradoras de rua em situação de drogadição e na rua. Não sei se tem o pessoal da equipe de saúde, psicólogos, psiquiatras, porque eu já vou iniciar

minha fala dizendo o seguinte, a situação da Cracolândia, que não é de hoje e que não é o bairro Cracolândia, foi apelidada e foi dada esse nome justamente para juntar desvalorizar, na verdade, o pedaço. Desvalorizar e a especulação imobiliária chegar lá e comprar a terra. Certo, companheira? Então, é por isso que colocaram aí... e apelidaram de Cracolândia. Mas, quando nós nos tratamos da Cracolândia, apelidada há mais de 30 anos, há mais de 20 anos, eu estou ali no pedaço há, vai fazer 18 anos, e nunca mudou. A situação que eu vejo, a forma de tratativa que eu vejo é com a própria segurança pública empurrando de um lado para o outro, senta em cima da mão, levanta, está desse jeito. E eu vi, ninguém me contou, eu vi. Senta em cima da mão, sai daqui, vai para lá. Esse não é o atendimento e nem programa que atende moradores em situação de rua e na rua e com situação de drogadição. Quero também aqui atentar que, um pouco, porque levaram lá para a Rua Mauá, e nós precisamos, ou foi necessário fazer um cordão humano, tentaram colocar o povo contra o povo, sem teto contra a morador em situação de rua, e na rua e drogadição, Tivemos que fazer uma fala, fazer um questionamento, fazer o cordão humano para que evitassem esse tipo de política de atendimento. Tira daqui, bota ali, tira de lá, bota lá, sem fazer uma escuta. Jogam os profissionais, aqueles que usam aqueles avental verdinho, tem uns que vão lá, coloca os profissionais, que muitas vezes saem de lá chocados porque não têm o que oferecer, não é esse tipo de atendimento. Fala que tem o centro lá, o abrigo, mas não tem. Vamos parar de brincar, porque aqui não tem criança. Está certo? Aqui não tem criança. E culpar os próprios drogaditos, nós não vamos fazer isso. Sabe por quê? Eles são tão vítimas quanto nós, sem teto. Eles são usados, eles são empurrados, são enxotados, eles são vistos como um zero antes da vírgula na continha da matemática. O que é que nós estamos fazendo para que isso seja revertido? Tem tanta equipe social fazendo. Não tem. Cadê a escuta? Cadê a escuta com essa população? Eles são humanos, eles são gente. Muitas vezes, eles passam lá, perto da nossa ocupação. Eu estou desesperada, eu preciso de ajuda. Eu ouvi isso. Eu ouvi dizer assim, eu não quero mais ficar assim. E aí? Cadê o equipamento? Cadê a política de acolhimento? E, quando

eu digo acolhimento, não é catar e botar dentro de quatro paredes e deixar lá e já resolver o problema, não. Acolhimento completo. Escuta onde ele pode confiar depois e contar. Deixe-me contar uma historinha aqui para vocês básica. Nós estamos com um adolescente, o nome dele é Daniel. E esse adolescente, nós procurávamos ajudá-lo. Toda vez que nós dávamos um refrigerante, uma água para ele, ele fechado, ele saía com o produto fechado. O pessoal falava assim, não dá mais não, ele vai vender. Uma vez eu falei assim para ele, eu lhe dou o refrigerante que você está me pedindo, mas só se você abrir aqui na minha frente para você tomar. Ele não tomou e mandou eu tomar em tudo quanto era lugar. Vai tomar aqui, vai tomar ali. Falei, deixa, eu gostei desse menino. Deixa ele. Ele veio outro dia, veio no outro dia, veio vindo, veio vindo. Descobri que o nome dele é Daniel, ele não falava para ninguém. Daniel, quantos anos você tem, filho?" Tia, eu não sei quantos anos eu tenho. Eu não sei se eu tenho 14, eu não sei se eu tenho 12, eu não sei se eu tenho 15. A minha irmã Silmara, que está aqui, eu falei, minha irmã, vamos dar um banho no Daniel? Dar um banho, procurar dar uma comida para ele, alguma coisa. Minha irmã deu um banho nele. E, aos poucos, ele foi falando. A minha mãe me deixou aqui, a minha mãe também usa droga. Eu tenho vontade de sair, tia, mas eu não consigo. Aí que entra. Sabe o que foi feito ali? A escuta. Outro dia ele chegou com dor de dente. Eu preciso dormir, estou com muita dor de dente. Falei, você precisa ir no dentista, vamos ver esses dentes. Dei um remédio para dor de dente. Remédio de pirona. Ele tomou o remédio, dormiu. Ele voltou e falou, "- Tia, meu dente melhorou", e dormiu. "- Tia, você me dá dois reais?" "- Eu não tenho." "- Você me dá comida?" "- Dou." Ele comeu e voltou a dormir. É disso que estamos falando, gente. Custa? Custa você atender, você ouvir o próximo? Como é que vai querer ajudar? Vamos fazer uma internação compulsória. Ele foi na marra com raiva, ele vai para a clínica, ele volta para o mesmo lugar de onde o tiraram, porque foi na marra. Não discutiram, não perguntaram se ele quer ir. Então, a minha proposta, vereadora, para que a gente possa também ouvir as outras companheiras aqui, que estão lá dentro do fluxo, com o pé, com a alma, com o coração, há

muito tempo, junto conosco. A minha proposta é que tragam aqui os agentes que deveriam ser responsáveis, porque nós somos, sim, mas quem tem a máquina e quem tem a política de atendimento, a política pública e quem tem a caneta são eles. Tragam para essa mesa, e vamos discutir juntos uma saída. Não adianta trancar, não adianta colocar num cubículo achando que vai resolver a solução. E eu finalizo com um refrão de uma música e vou inverter o final dela. Vida de gado, povo marcado, povo infeliz. Muito obrigada.

Vereadora Luna Zarattini.

Muito obrigada, Nete. Agora eu vou passar para Matuza fazer uso da palavra.

Matuza Sankofa - ONG É de Lei.

Bom dia a todas as pessoas aqui presentes. Cumprimento a mesa e todos os presentes também na figura da vereadora Luna e do eterno, como já dito, senador Suplicy. Eu chego hoje aqui um tanto quanto assustada, eu estava me preparando para vir já, para participar aqui do GTI, mas nos últimos períodos, eu sou moradora do território aqui do Centro, moro ali no Largo do Arouche, sei e vivo também na pele o que as pessoas trazem em relação às questões em relação ao centro, principalmente por ser um corpo racializado, de ver o território do Centro sendo ocupado pela segurança pública como única alternativa do dito cuidado de uma situação que é muito complexa e que vai se arrastando por muitos anos, com o Estado investindo só na segurança pública como única alternativa para dar conta, e nunca se consegue resolver, na verdade, e, como a companheira muito bem disse, as pessoas vão ficando esquecidas ali, mas hoje eu chego bastante assustada, porque sou moradora do território, mãe, esposa, tenho um filho de seis anos de idade que estuda no território também, e sou coordenadora geral de uma organização da sociedade civil que se coloca para acolher e olhar para as pessoas, tendo em vista que o Estado não tem o feito. O Estado não tem ofertado essa escuta. O Estado não tem ofertado possibilidade de acolhimento e de cuidado com essas pessoas. E

essa organização está mudando de sede, saindo aqui da Praça da Sé e indo lá para Duque de Caxias, no Arouche, e desde que alugamos o imóvel e fizemos a nossa mudança para lá, viemos sofrendo duros ataques dos meus vizinhos, dos moradores do território. Já tivemos a porta pichada, já tivemos a porta do estabelecimento nosso invadido. Aqui o companheiro, que é representante dos lojistas, sabe o quanto é difícil ter o seu imóvel, às vezes, tentado ser roubado ou pichado. Toda vez que a gente coloca uma placa, tiram. E hoje, saindo para aqui, eu recebo da portaria do meu prédio esse envelope com o número do meu apartamento e uma ameaça de morte a mim e à minha família, caso eu resista em continuar com a organização e ocupando a sede naquele lugar. É um envelope, uma impressão, tenho quase que absoluta certeza de que não é uma pessoa, a mesma frase que está pichada na porta da sede lá da organização, eu vou ler para vocês, inclusive, é uma curta frase, numa folha de papel, em que diz, não vai dar certo. Isso já foi pichado na porta lá da organização. Vá embora daqui com essa sua ONG e seus noias. Perdão mesmo, porque eu estou muito, muito nervoso. Isso acabou de acontecer. A gente já vem de semanas lidando com essas situações dentro da organização. Sabemos onde você mora. Sabemos sobre você e sua família. Vá embora ou leva um tiro, seu veado. Não duvide. Eu sou uma mulher trans. Sou mãe de uma criança de seis anos de idade. Vivi em situação de rua. Fui expulsa de casa aos 13 anos de idade e a redução de danos, que é o trabalho que o Centro de Convivência É de Lei se propõe a fazer, foi o que me salvou da morte, o que me salvou do sistema prisional, o que me salvou da exclusão que o Estado traz para algumas populações. Se a gente olha para Cracolândia, a gente sabe qual a cor da pele das pessoas que estão ali, qual o gênero das pessoas que estão ali e que são pessoas. O mais importante disso é que são pessoas, são pessoas humanas, que merecem cuidado. Acabamos de viver um momento da pandemia em que, inclusive, o Ed Lei foi extremamente importante para aquelas pessoas, porque o Estado foi omissivo, a Organização Mundial de Saúde dizia para as pessoas que o recomendado era ir para casa, e as pessoas não tinham para onde ir. Muitas pessoas morreram. A alternativa para essas pessoas que

estão na rua às vezes, a única que se tem, numa noite fria, e disse isso na última reunião, é tomar uma cachaça para acordar vivo no outro dia, enquanto a Prefeitura tira os seus pertences. É fazer o uso de substância. E aí uma organização da sociedade civil, com pessoas que se movimentam para fazer e assumir o papel do Estado, é atacada com ameaça de morte. Eu sou mãe de uma criança, eu já vivo num país em que traz para o meu corpo uma realidade que é de uma expectativa de vida de 35 anos de idade, por ser uma mulher trans. Estou contribuindo com a sociedade, como o companheiro aqui disse, contribuindo junto com os meus colegas de trabalho, no sentido de dar conta de cuidar da situação que está posta na Cracolândia, da negligência em relação ao cuidado com as pessoas que estão ali, e me encontro, na manhã de hoje, sem saber como eu retorno para casa, como eu lido com o meu filho, com a porta da minha sacada quebrada de pedra, por estar acolhendo pessoas. Então, eu sei que... Eu acho que o delegado... O delegado não está mais aqui, né? O major? O major não está mais entre nós, né? Eu acho que o major ainda deve estar aí. Eu me pergunto o que a gente faz diante disso. O que a gente faz para que o trabalho que a gente vem desempenhando possa acontecer com segurança? Como que eu, coordenadora geral dessa organização, me sinto segura com a equipe de 15 pessoas que atuam no território, para essas pessoas irem para a rua, se eu hoje acordei sendo ameaçada e ameaçada com os meus filhos, com o meu filho e o meu marido ameaçados pelo meu trabalho? Sim, justamente. Temos recurso público. Acabamos, inclusive, de passar em primeiro lugar o... Angélica está pontuando, porque a Angélica antecedeu a coordenação geral do Ed Lei antes de mim. Acabamos, inclusive, de renovar um edital que ganhamos há muitos anos para executar o nosso trabalho, com recurso público. E aí temos a nossa sede atacada, agora a minha casa, porque sou moradora do território, então as pessoas sabem onde estou. Qual a segurança, Major, que temos? Qual a segurança que nós, como Organização da Sociedade Civil, temos para desempenhar... Opa, o que está acontecendo? Ele vai falar para poder desempenhar o nosso trabalho de acolhimento às pessoas no território. Hoje eu venho para aqui extremamente

assustada e sem saber como eu faço e como eu recebo o meu filho às 16 horas no retorno da escola. E que nunca me senti insegura com o meu filho no território em relação aos moradores que estão em situação de rua. Eu nunca me senti insegura para descer na praça e passear com o meu cachorro Zulu, E com o meu filho, para ele andar de bicicleta por volta das 18, 18h30, 19h, que é quando eu desço, nunca me senti inseguro. Muito pelo contrário, eu pego o meu telefone e uso o meu telefone, inclusive, na praça, enquanto o meu filho brinca. Mas hoje me sinto insegura por ser um ativista de direitos humanos em defesa da vida das pessoas que são os meus pares, das pessoas que estão em situação de vulnerabilidade. Eu trago isso nesse sentido e acho que precisamos olhar para essas coisas e pensar o cuidado desse território com muito, mas com muito mais humanidade, porque o buraco é muito mais embaixo. Como disse na última vez, a gente tem e o Estado tem pensado desde sempre o cuidado da Crecolândia com a segurança pública e isso não garante a segurança de ninguém naquele território, nem das pessoas que estão em situação de rua, nem de nós moradores, muito pelo contrário, causam um caos. Toda vez que estoura a Cracolândia, espalha-se tudo pela cidade inteira, viram-se milhões de cenas. E nós, enquanto organização da sociedade civil, temos há muito tempo tentado sentar com o poder executivo, para dizer e para dar caminhos que são possíveis de construir. A redução de danos é uma delas. A Organização da Sociedade Civil está disposta vereadora Luna, a sentar, a ajudar a construir políticas públicas que, de fato, sejam efetivas, que, de fato, cuidem das pessoas. Porque hoje eu chego aqui, enquanto trabalhadora, enquanto ex-pessoa em situação de rua, enquanto mãe, enquanto presidenta de uma organização, me sentindo extremamente insegura. A Segurança Pública não deu conta de impedir que chegasse essa carta na minha porta. Não deu conta de impedir a pichação na porta do imóvel da organização de que eu sou liderança. Então, eu fico com essa pergunta e acho que a gente tem muito o que discutir. Esse grupo, esse GT, ele é muito importante, porque daqui pode, sim, de fato, sair caminhos possíveis para a gente resolver essa situação que nos coloca em guerra uns contra os outros.

Vereadora Luna Zarattini.

Muito obrigada, Matuza. Também queria expressar minha solidariedade a você, a toda a Organização Ed Lei, que é uma organização muito importante no território, de atuação fundamental. Dizer que nosso mandato também está à disposição para a gente poder ajudar juridicamente, enfim, abrindo um BO, alguma coisa nesse sentido tudo da forma como vocês acharem melhor, porque eu acho que é realmente um absurdo. E que bom que você está aqui, podendo falar sobre isso. Acho que a ideia é garantir a atuação de todos e todas no território. Inclusive, na próxima reunião desse GTI, vamos ouvir os trabalhadores e as trabalhadoras do território, que estão na ponta, as organizações sociais. Acho que isso vai complementar toda a nossa discussão e queria chamar o Dentinho para compor a mesa, também queria saber se ele vai querer fazer uso da palavra e passar também aqui para o nosso plenário fazer o uso e para a gente depois retornar, tanto a fala para mim, para o deputado Eduardo Suplicy, eu peço muito encarecidamente que as pessoas que vão fazer uso da palavra falem em três minutos, porque aqui o trabalho não para. E além de eu ser parte aqui, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos, eu também faço parte da CPI da Enel. Fui a primeira vereadora a protocolar a CPI da Enel. Aqui nem tem almoço, gente. Então, vou sair daqui e ir para uma outra. Então, eu peço encarecidamente para a gente poder sair com encaminhamentos. Eu acho que a ideia é sempre a gente sair com encaminhamentos, com resoluções, com conclusões. Pelo menos que a gente tenha aqui esse espaço de escuta. As falas estão muito boas, muito importantes. Acho que aqui o clima que estamos construindo é fundamental para o que queremos. Vou passar agora para o Dentinho fazer o uso da palavra. Estamos fazendo aqui na mesa cinco minutos, mas, para o plenário, vamos fazer três.

Cleyton Ferreira / Dentinho.

Muito obrigado. Bom dia a todos e todas. Bom dia à mesa, a todos aqui presentes. Meu nome é

Cleiton Ferreira, com vulgo dentinho. Para além de morador, sou sobrevivente das ruas de São Paulo e também atuante, hoje, na perspectiva de cuidado e liberdade pelo Centro de Convivência É de Lei. E trago aqui também uma questão que é muito importante. O que é essa perseguição aos nossos corpos? Pensando que, quando eu chego na perspectiva de uma opção de vida, o É de Lei foi uma porta de entrada com uma perspectiva de progresso no âmbito sem culpa, sem punição, sem perseguição e sem construção ativa. E aqui estou eu, sentado nesta mesa, como profissional também. Mas, para além disso, também vou trazer uma questão que é muito importante para todos os moradores e para todos aqui presentes, que é o descarte social dos corpos presentes nas existências desse território chamado Cracolândia. Por quê? Porque eu sou um dos que deu certo no projeto De Braços Abertos, que era trazer o âmbito do cuidado em liberdade numa perspectiva de housing first, moradia primeiro. E esse mês agora que se passou, esse equipamento de oito anos de existência, dez anos de persistência na redução de danos, de construção, que quando eu adentro esse equipamento, eu tenho 51 quilos e um cachimbo na mão, e quando eu saio, saio não, quando eu sou retirado, porque eu não saí, eu fui retirado, eu sou uma pessoa viva, de 96 quilos de vida, com uma perspectiva ativa, deficiente, mas eficiente, porque a minha deficiência foi ofertada pela punição das ruas de São Paulo, no castigo desse estigma que é colocado no corpo dessas pessoas, que é o cracudo, que é o nória, que é o sem jeito, que é o demônio. E aí eu pergunto para vocês nessa mesa. O que é isso? Será que essa assistência só gera assistência? Ou será que essa assistência pensa em uma autonomia, em uma construção coletiva? Por que eu digo isso? Porque na perspectiva de vida, essa rede que a gente formou, do cuidado e liberdade, muitas das pessoas que ali adentraram entraram como eu. E essas pessoas construíram lares nas suas singularidades. E aí, pela oferta do desmonte de equipamentos, porque a grande maioria, se vocês buscarem, dados perante aqui, onde estão as pessoas De Braços Abertos, essas pessoas ou estão presas, ou estão mortas, ou estão sim nas vias de São Paulo aí. Agora eu tenho mais dez pessoas que estão aí. Ontem a gente estava conversando com pessoas, e elas

falaram sobre esses montes, esses karts. Lembrando o quê? Por que esse lugar ficou? Porque nesse lugar conseguimos ficar por não eliminar. Porque muitas das pessoas que ali estavam, nessa organização, começando uma vida, buscando uma alternativa de saída. Essas pessoas são deficientes, essas pessoas têm questões de saúde mental, essas pessoas têm questões de saúde física. E aí, pela liminar do juiz, que aderiu à demanda, conseguiu deixar que a gente construísse um lar. E para a rede, a gente era visto como um albergue. E como a prefeitura nos descartou as vidas de crianças sanitária, vem fazendo um trabalho massivo no centro da cidade. Muitas pessoas estão sendo desalojadas por causa dessa questão da higiene, da higienização, ou do prédio não ter condições de vida. Como não tem condições de vida, porque aqui estou eu. Mas perante a isso, quem abandonou tudo isso foi a própria assistência. E agora a gente vem numa perspectiva que somos uma organização séria, correta, que faz o trabalho, porque aqui estou eu como prova, trazendo o meu corpo, sobrevivente da Craco, sobrevivente do cárcere, sobrevivente do massacre de corpos, e somos perseguidos pelos próprios moradores. Pensando que o Ed Lei, sim, traz uma perspectiva de vida no cuidado e liberdade para todos os corpos e corpos. Porque os equipamentos ofertados hoje, não só de hoje, há mais de 30 anos, só buscam essa roda viciosa do descarte social. E aí eu pergunto para a assistência social, para a Secretaria de Assistência Social, qual é a medida de você pegar uma pessoa que tem uma moradia, que ela está no progresso, que ela tem vínculo, que ela tem rede, que ela tem uma vida ativa social, e colocar ela para trás? Porque o que me ofertaram foi o retrocesso, uma violência enorme, porque colocaram a minha vida numa mochila. É isso, gente. Quando você vai para uma CTA ou um albergue, a sua vida é condicionada a uma mochila. Então, quer dizer, o que eu tenho hoje de vida, eu estou debaixo de uma beliche, com um sistema de cárcere social, onde eu tinha total liberdade, e condicionado a regras do âmbito que eu estava morando, que eu tinha a minha construção de vida, minha TV, meu home theater, meu micro-ondas, fazia minha alimentação, tinha um lar, por mais que esse lugar não estava tão habitável pelo descarte social. E aí, só para

fechar essa fala, então, eu falo para todos aqui presentes, estes são os bastidores não contados. Porque a mídia em si especula demais e conta menos. E o que está chegando nas redes sobre o nosso trabalho, sobre a nossa vivência, está matando pessoas, está perseguindo pessoas, está violentando vidas. De uma trabalhadora que chega na sua casa, no seu lar do trabalho, para sua família e tem uma carta de ameaça, não só para ela, mas para toda uma instituição séria. Então, gente, vamos analisar, vamos deixar isso em foco, na mente, e vamos ver que as políticas públicas cumprem suas funções e que a gente entenda quem somos nós nessa roda. Beleza? Termina minha fala aqui e agradeço a paciência de todos.

Vereadora Luna Zarattini.

Obrigada, Dentinho. Obrigada mesmo. Também ficou ótima a reportagem que saiu recentemente sobre a questão do De Braços Abertos, do fechamento. Obrigada. Bom, gente, vamos passar agora para as falas do plenário. Eu vou falando o nome da pessoa e quem é o próximo para se organizar. Se quiserem fazer uso ali em cima, é melhor. Falem o nome de vocês. Desculpa, antes... Isso. É maior. Não vamos errar as hierarquias. Bom, gente, antes só de passar para o plenário, eu queria passar a fala para o Major Villardi. Obrigada pela sua presença. Ele está representando a Secretaria de Segurança Pública do Estado. Pode fazer uso da palavra.

Major Villardi, Secretaria de Segurança Pública.

Boa tarde, vereadora. O som está saindo bem? Está, a gente escuta muito bem. Obrigado. Boa tarde, vereadora, presidente da mesa, os vereadores presentes, autoridades, moradores, todos convidados. Peço até desculpas pela saída momentânea, a gente estava com uma demanda aqui do SPTV a respeito também da capital. Acompanhei as declarações iniciais dos moradores, especialmente do João, da Sônia, depois a soldado Raissa acompanhou e me passou as demandas e as observações de

moradores representantes de organizações de cidade civil acompanha a fala da senhora Matuza e agora ao final em resumo é o que a Secretaria de Segurança Pública apresenta como tem apresentado e participa feito questão de participar desse espaço importante espaço de diálogo de debate e discussão democrática com diversas perspectivas. É que desde o início do ano, a Secretaria de Segurança Pública, por meio das polícias, tem participado das ações coordenadas entre Estado e Prefeitura, que são coordenadas com as diversas secretarias, e especificamente com relação à Secretaria de Segurança Pública e à situação criminal e à situação de desordem local, o que tem sido feito é exatamente garantir o cumprimento da lei do Estado Democrático de Direito, as instituições democráticas, as instituições estatais, elas devem observar o que está previsto na lei. E nesse ponto, o que nós temos lá, o levantamento que foi feito, como nós já destacamos, nós temos os moradores, além de moradores, trabalhadores e todas as pessoas, inclusive as que vivem em situação de rua, sofrendo com altos índices de roubos e furtos, que houve um aumento exponencial ano passado, em 2022, e agora nós estamos revertendo isso desde abril, então, as polícias têm aumentado a presença policial para garantir essa redução e a volta à tranquilidade das pessoas. Agindo dentro da lei, houve um aumento de prisões de cerca de 20% a 30% de janeiro a setembro desse ano nessa região, prisões de criminosos. As polícias não prendem pessoas, as polícias prendem pessoas criminosas que praticaram crime e a prisão é levada ao judiciário por um devido processo legal. Então, é assim que as polícias atuam no local. Com relação às questões de pensões, às questões de estabelecimentos que estão sendo alvos de fiscalizações, são medidas também legais. Em regra, as polícias têm apoiado as ações da Prefeitura, porque é uma competência municipal. Inclusive, já houve a solicitação, está em trâmite até parabenizar a Câmara dos Vereadores pela aprovação do aumento da atividade delegada na data de ontem. E nós já estamos em trâmite para que algumas atribuições de fiscalização da Prefeitura também sejam compartilhadas com o Estado, porque a gente apoia o enfrentamento à desordem e às ilicitudes administrativas que colocam em risco as vidas das pessoas, de todo

estabelecimento, seja pensões, hotéis sociais, seja público particular, tudo é feito com base na legislação, em apoio às ações da Prefeitura e devidamente identificado, também passível a questionamentos judiciais. Com relação à observação da senhora Matuza, com relação à É de Lei, na última audiência pública, nós nos colocamos à disposição, tanto da senhora Matuza, quanto também do senhor né? Colocamos o nosso contato inclusive a disposição da senhora Matuza para que a gente possa também agregar essas demandas em todas as ações que estão sendo realizadas nesse planejamento de ações essas de todas as perspectivas, então, em qualquer ponto, nós ainda estamos aguardando o contato, continuamos à disposição da senhora Matuza, do senhor Dentinho e de qualquer morador, comerciante, trabalhador que esteja na região, para que a gente possa continuar agindo de acordo com os interesses de toda a população local, como um todo. E, com isso, continuar reduzindo roubos e furtos e também, agora, estamos com medidas destinadas à diminuição do fluxo, então, foi colocado em alguma observação aqui que a Polícia Militar, a Guarda Municipal, a Polícia Civil, as polícias só ficam empurrando o fluxo de um lado para o outro. Isso não é verdade. O que está sendo feito na região, com base na política estadual de drogas, é a requalificação de ruas. Então, esse é um mandamento legal, uma determinação da lei estadual, no Estado Democrático é assim que funciona, as instituições públicas cumprem a lei. Então, a lei estabelece a requalificação. Então, rua a rua, estamos requalificando. Atualmente, o fluxo tem permanecido na Protestantes, tem trazido prejuízos significativos aos moradores do complexo da Júlio Prestes, que alguns falaram aqui. E o que as polícias, então, têm feito, junto com a Guarda Municipal? Nós já fizemos a qualificação de mais de 1.300 pessoas que frequentam o fluxo. Já identificamos mais de 600 criminosos que frequentam o fluxo, dentre essas 1.300 pessoas. Já fizemos mais de 200 comunicações ao Poder Judiciário, indicando que esses criminosos estão descumprindo condições judiciais, então eles estão descumprindo o que a lei determina, o que o juiz determinou, e nós já estamos... Na data de hoje será assinada uma parceria com o Poder Judiciário para agilizar essa comunicação, não apenas para a

região central, que isso está sendo feito como prioridade, mas para todo o Estado de uma maneira informatizada, para que efetivamente a lei possa ser cumprida. E além disso, como foi colocado em algumas observações aqui, eu me atendo especificamente à última fala do Dentinho, a percepção ou a opinião de cada um sobre quais as melhores políticas locais, isso é importante, esse é um espaço para se debater exatamente isso. O que não vai avançar no debate, é ignorarmos as ações que estão sendo feitas. Então, falar que nós não temos ações de assistência social, não temos ações de saúde, isso não é verdade. Agora, nesse momento, nós temos o HUB na Rua Prates, e o Dentinho deve conhecer muito bem, como todas as pessoas que ali conhecem. Então, para qualquer pessoa que necessite de um atendimento social e de saúde, o HUB está lá, à disposição, por parte do Estado. Nós temos equipamentos da Prefeitura, né? São milhares e milhares de atendimentos que têm sido realizados desde o começo do ano, inclusive com acolhimentos, milhares de acolhimentos, seja em comunidade internações voluntárias em hospitais de saúde. Então, o serviço está sendo feito e agora, cada vez mais, nós estamos focando em atuar em relação às pessoas que estão no fluxo, que são as pessoas que estão em situação de maior vulnerabilidade. Essa atuação é para que a gente identifique lá os criminosos que estão descumprindo a lei, para que a lei seja cumprida, e aqueles que não são criminosos, pessoas que estão apenas em situação de vulnerabilidade, porque ela pode estar normalmente ali, estão nas duas situações. tanto é criminoso em situação de vulnerabilidade quanto uma pessoa que não é criminosa. Para essas está sendo ofertado saúde, assistência social e com atendimento nós estamos aprimorando para isso. Então, a Secretaria de Segurança Pública e o Governo do Estado está à disposição, continua à disposição e participaremos de todo qualquer debate democrático como esse importante debate capitaneado pela Câmara Municipal, a Casa do Povo, para que a gente possa cada vez mais acertar nas ações e abranger todas as perspectivas. Muito obrigado, vereadora. Peço desculpas um pouquinho pela extensão do tempo.

Vereadora Luna Zarattini.

Obrigada, major. Agora eu vou passar a fala para o plenário. Se alguém quiser declinar, eu não faço normalmente isso, mas, se alguém quiser declinar da fala, já se sentiu contemplado pelas falas que estão aqui, a gente pede gentilmente, enfim, para não ter repetição, porque a gente precisa sair com algumas discussões, alguns combinados aqui. Então, quem puder, por favor. A mesa é grande, a gente teve bastante fala. Aqui tem inscritos, Manoel Romão e Rose. Então, quem quiser... Manoel, você vai querer falar? Manoel Romão. Não, tem muitas. Abre mão? Ótimo. Ótimo não, não é? Obrigada. Queria agora passar para a Rose. Rose vai falar. Lídia. Lídia vai falar. Está bom. Três minutos. Não. A gente tem que ter disciplina. A disciplina é a nossa liberdade. Vamos lá.

Rose, plateia.

Bom dia a todos, todas e todes. Matuza, me solidarizo com você, com a situação. Sou moradora da Rua dos Gusmões e não sou nada religiosa. Então, eu vou usar uma frase aqui muito conhecida por muitos. Amar-vos uns aos outros, mas desde que o outro esteja bem longe de você. É assim, é essa a situação de nós que moramos na região. E a situação melhorou muito. Realmente, faz dois meses, fazem dois meses que nós dali do Gusmões conseguimos dormir e não acordamos com o fluxo para lá e para cá. Mas, à noite, continua a situação de barulho, de gritaria. Ontem teve ensaio de escola de samba. Quer dizer, nós não temos direito de assistir uma televisão, não temos direito ao silêncio, à limpeza. Nós continuamos saindo de casa pisando em fezes, em tudo. Quer dizer, melhorou porque tiraram um pouco, mas, como foi dito aqui, foi empurrado para a Rua dos Protestantes, que eu achei incrível, porque só agora estão se movimentando para isso. Quando estavam todos na Gusmões, não se movimentavam, agora doeu, por isso essa minha fala do amai-vos uns aos outros, mas deixe que o outro não esteja próximo a você, que agora a situação mudou. E essa é a escola de samba, essa barulheira da noite, a gritaria. Que pena que não dá para botar o som aqui, porque é gritaria,

barulheira. Eu não vejo mais da minha janela, mas eu ouço. Então, continua. E eu gostaria de perguntar... Nildo? Nildo? Tudo bem? Onde estão os direitos humanos? Nós temos visto muita criança ali, mães com criança de colo, esse final de semana mesmo, de sábado a domingo, uma mãe, até tentei me aproximar, mas se esquivou e saiu. Onde estão os direitos humanos? Nós temos visto muita criança na região, muita mesmo. Crianças de colo, não só crianças que vão com as próprias pernas, mas bebês de colo. É uma questão que fica, porque a gente... E o que fazer, Nildo? Depois você me explica. O que a gente faz numa situação... É isso que eu quero. O quê? Não, não é questão de tirar a criança da mãe, eu sou contra isso. Mas o que fazer com aquela criança que está ali no colinho da mãe? O que fazer? Está bom? Três minutos. Obrigada. Não, já terminei. Eu só quero depois falar com o Nildo. Obrigada, bom dia.

Vereadora Luna Zarattini.

Está bom. Obrigada, Rose. Vou passar para a Lúdia, depois para o Wellington. E, gente, eu tive uma informação que, na verdade, a CPI da Enel vai ser aqui. Vai ser aqui, nesse espaço. Então, realmente, a gente vai ter que encerrar antes das 13h. Eu vou continuar aqui. Eu não vou precisar me deslocar, mas assim... Então a gente vai precisar, quem puder, também fazer essa ajuda. Lúdia, depois o Wellington.

Lydia, Teto Trampo e Tratamento (membro do GTI).

Bom, gente, boa tarde. Falando em lei, vamos lá. Artigo 5º da Constituição todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade, nos termos seguintes, e aí vem com todos os incisos. Então, quando a gente fala com uma propriedade em detrimento da vida, já está errado. Isso daí veio de 1500 para cá e qualquer pessoa que coloque

um trabalho laboral com uma condicionante já está errado, já está partindo dos direitos humanos. E, sim, direitos humanos é para todos os humanos, não é para aqueles que a gente acha que é humano. Quanto às mulheres que têm filho, as pessoas engravidam. Discriminaliza, STF, o aborto. E a gente não quer castração de mulheres em situação de vulnerabilidade. Nós queremos a dignidade da pessoa humana. Enfim. Eu faço parte do TTT, Teto, Trampo e Tratamento, e nós, quando falamos sobre teto, não estamos falando de albergues, não estamos falando de hotel nem de CTA, estamos falando de moradia digna. Quando nós falamos de trabalho, trampo, é um trampo qualificado. Nós estamos com pessoas ali que ainda não têm alfabetização. Nós estamos falando de falta de escolaridade. Nós estamos falando de falta de qualificação para trabalhar. Não se usa condicionante com pessoas que nem alimento têm. Se discutem um relato de uma das manas lá, simplesmente que falou, como é que nós vamos ficar tranquilos se nós não temos o que comer? Eu quero ver quem fica calmo com fome. E quando nós falamos de tratamento, nós estamos falando sobre cuidado em liberdade, porque encarceramento, seja em cadeia, seja em comunidade terapêutica, para ser catequizado, não é tratamento. Isso daí é mascarar uma deficiência do Executivo. Porque nós vemos aqui alguns dos legisladores, mas alguns. E quando nós vamos falar de segurança pública, nós estamos falando de qual público? Porque é importante saber disso. E é importante a gente ressignificar a segurança pública e tirar esses militarizados do poder. Obrigada.

Vereadora Luna Zarattini.

Obrigada, Lídia. Agora eu vou passar para o Wellington. Não está? Oi, bom dia, na verdade. Você não se inscreveu, Wellington? É isso, ou se inscreveu? Não, eu me inscrevi. Então, pode falar, Wellington. Wellington, eu vou te avisar quando der os três minutos. Tá.

Wellington, plateia.

Primeiro, eu quero agradecer toda a mesa, parabenizar por estar presente, afinal não é todo mundo

que consegue numa quinta-feira estar participando, a gente sabe que muitas dessas pessoas trabalham, dessas pessoas estudam, enfim, então é importante a gente estar aqui. Eu quero agradecer também alguns vereadores que agora que a gente começou a ver e inclusive cumprimentar, eu acho que é Nete, me perdoa, acabei perdendo o nome dela, que é a representante da Ocupação Mauá. É importante começar a ver vocês nesses movimentos, vocês perceberam o quanto é difícil viver com fluxo na porta, até então, eu lembro de cada rosto de quem participa, tem algumas figurinhas que são bastante carimbadas, mas normalmente somos nós que reclamamos da dificuldade que é morar na região chamada... Teve uma fala também que eu acho interessante da gente refutar, porque a gente trabalha muito com a coisa da narrativa, né? Eu tô retornando para esse grupo de trabalho depois de quase dois anos. Muitos moradores da região não participam porque a gente tem medo de ser hostilizado. No grupo de trabalho que teve há um tempo atrás, acho que o senhor Eduardo Suplicy até vai se lembrar, nós fomos chamados de elite. E aí hoje eu fiz questão de vir aqui, mostrar de onde foi que eu vim. Eu vim do meio da favela. Eu não saí do meio da favela para ir para um bairro nobre. Eu estou morando num Centro, num projeto habitacional. Eu recebo dois salários mínimos. É o que eu recebo de salário. Entendeu? Na favela tem preto, na favela tem branco, na favela tem... A gente foi muito boba. A maioria das pessoas que estão aí, a Rose, a Sônia é trabalhadora, o Lourenço, o Charles, quase todo mundo que está aí é trabalhador, assim como o seu Joseph, que além de ser trabalhador, dá emprego para outras pessoas, entende? Então, eu queria muito que fosse pensada essa questão de, foi perguntado segurança pública para quem? A gente também se pergunta aqui, direitos humanos para quem? Porque até então, a gente não tem direitos humanos aqui. A gente viveu dois anos com o fluxo literalmente na nossa porta. Só depois que entrou a nova gestão do governo estadual, essa gestão nova, foi que a gente começou a ver alguma melhora na nossa situação. Vocês não sabem o que é passar no meio do fluxo. O pessoal da Ocupação Mauá teve essa experiência por dois dias e não aguentou. Não adianta falar que é um protesto contra a polícia,

porque não é. Vocês sabem disso, sejam honestos. Vocês sabem que vocês não vão aguentar ficar com a porta do fluxo com o fluxo na porta assim como a gente não tem ideia de quantos de nós perde o emprego tem o que eu tô vendo que aqui tá balançando a cabeça debochando talvez um pouco. 3 minutos. Tá tudo bem eu vou concluir pela ordem presidente pela ordem não tem ninguém debochando aqui não não tem Por favor, eu peço que o senhor responda com rigor e respeito a todas as pessoas dessa reunião, porque ninguém recebeu... Sim, e teve respeito ao senhor. Teve respeito ao senhor, foi uma impressão que eu tive, então eu vou reformular a minha fala. Talvez tenha parecido, e eu me senti um pouco debochado, quando eu tava fazendo uma fala. Então, procurem saber qual que é o projeto PPP Habitacional e pra quem ela é. Gente, olha, muito obrigada, Wellington, pela sua fala. Então, vereadora, agradeço, novamente, agradeço e peço, olhem por todos os moradores da região. Não podemos mais ter uma separação entre quem é o cara do fluxo, quem é o morador, porque a gente também está sofrendo.

Vereadora Luna Zarattini.

Obrigada, Wellington. E só reforçando aqui, todas as pessoas que estão aqui são trabalhadores e trabalhadoras, todas as pessoas. Então, acho que é por isso que também as pessoas que estão aqui presencial se sentiram ofendidas. Então, acho que não é algum, são todas as pessoas que estão aqui. Bom, obrigada. Agora eu queria passar para Roseli, depois Lírio. Agora, gente, sinceramente, precisa acabar nos três minutos, porque senão a gente vai ter que cortar as últimas falas aqui, infelizmente. Então, por favor, três minutos.

Roseli Kremer

Agora, eu gostaria de falar aqui para o coronel-general que ele devia ser preso. Sabe por quê? É abuso a todos os direitos humanos na rua. Todos, de vida. Porque o que eu vejo é repressão. O

peçoal da Cracolândia, a polícia, de todo quanto é cora, até o meio ambiente está lá. Eles vão mascarar o consultório na rua, os Céas e tudo. Isso é uma manipulação, é uma tortura mental, física e psicológica. Geral, meu, é uma destruição. Eu vou falar com o Alexandre de Moraes, vou estar com o presidente, porque a ação aqui em São Paulo é absurda, e desumana. Nós estamos sitiados pela polícia e não temos o direito de viver. O mínimo, porque esse governo que está aí é higienista, o comércio é higienista, porque no meu quintal não, no vizinho sim. Isso é um abuso de poder, é um abuso, e isso tem que acabar. Eu peço, sim, que nós estamos aqui para fazer uma construção, porque não é esse ano só que nós estamos lutando para a gente ter o quê? Braços Abertos, não funcionou, e o senhor tem a coragem de falar porque não funcionou, por causa de corrupção? Quantas armas são vendidas? Quanto? Quantas drogas desaparecem na Federal? Porque os ratos comem, lógico, porque volta para o fluxo. Então, não vamos falar aqui de quem é corrupto, de quem é desumano, porque esse governo é desumano. Ele está nos matando e está nos massacrando por uma manobra política. E eu acho bom a gente entrar num acordo numa coisa fundamental, que é vida, empatia. Ninguém quer a miséria na sua porta. Eu concordo porque nós temos que ter uma vila de reencontro. Essas vilinhas aí que estão sendo montadas para Cracolândia, para ser tratado com terapia alternativa, psicodélica, que dá certo. Não essa vacina aí para a gente servir como o quê? Como cobaia. É isso.

Vereadora Luna Zarattini.

Obrigada, Roseli, Lírio. Três minutos. A Andreia retirou a fala dela, mas só para a gente esclarecer que o Claudinho não está presente aqui porque está em uma atividade em Brasília e que sempre está à disposição para contribuir com o nosso debate.

Lírio, depois... Meu... Mildo... Mildo, desculpa. Três minutos, e a gente vai ter que interromper.

Lírio

O dia não começou muito agradável para muitas pessoas, assim como eu, que são violadas a todo momento com falas excludentes, discriminatórias, que ferem a nossa existência. Sobre tudo, eu quero pedir encarecidamente a todas as pessoas que estão aqui, por gentileza, não interromperem a fala de uma pessoa autista, porque isso desestabiliza qualquer pessoa em plenária. Ouvir aqui, eu venho primeiramente repudiar. E depois eu entro com o encaminhamento a qual esse não foi respeitado. Eu sou uma das pessoas com deficiências múltiplas, física intelectual, diagnosticada com transtorno do espectro autista, que está em situação de rua, pernoitando em um dos equipamentos, num território que existe não só um, mas várias cracolândias em todos os lugares do Brasil, inclusive zona sul, leste, norte, região metropolitana, ABC e todos os espaços. Eu não vou admitir ninguém silenciar a minha fala, porque eu estou desestabilizado por falas excludentes e discriminatórias, porque eu sou uma pessoa trans, que vai completar 45 anos, que está tendo todos os seus direitos violados, vendo uma mulher trans, coordenadora de um equipamento público, que teve sua vida modificada por uma política de redução de danos que não é só uma política punitivista, não é só uma política de abstinência. Então, eu aqui vejo repudiar a falta de conclusão dos encaminhamentos. Por que não tem pessoas do hotel social nessa mesa, como foi indicada na penúltima reunião, porque o Padre Júlio Lancelotti, que também faz um trabalho e é ameaçado a todo momento, e todos os irmãos que vão lá na pastoral do povo de rua, a maioria são todos denominados noia. Eu sou autista, convivo com essa população estigmatizada, marginalizada, devido ao espaço físico com cadeirantes, pessoas de todas as deficiências físicas, motoras, mobilidade reduzida, eu convivo com barulho! igual os moradores que pagam IPTU. E eu vou gritar aqui mesmo para eu não ser silenciado, porque eu não posso admitir ver uma mulher trans ameaçada e as pessoas naturalizarem o genocídio da população trans e repudiarem. Eu venho aqui repudiar veementemente falas higienistas pelos moradores, trabalhadores, que eu sou um trabalhador desempregado, tentando o meu processo de autonomia através de uma frente de trabalho, porque nenhum comerciante chega para dialogar com mãe que

está na rua com seu filho na porta e ofertar uma vaga de emprego e nem para pessoa trans. Eu venho aqui como um encaminhamento, mais uma vez, pedir a minha inclusão nesse GT que eu tenho direito, porque todos os meus direitos foram violados e só restou a Cracolândia. O Central de São Paulo como alternativa de pernoite enquanto o Estatuto do Autista é violado, se eu tiver uma crise convulsiva, é mais fácil um cidadão, um pop rua. Eu estou aqui representando a população de rua que também os noia estão inserindo nela e veio aqui repudiar mesmo o higienismo da mesa e exigir que esse GT venha a inserir os moradores e as pessoas que estão no hipernoite e os trabalhadores do hotel natal, que tem o fluxo aqui na porta, que não tá diferente da situação do Dedinho, e nem da Ocupação Mauá. Isso é um desmonte de tentativas de moradia ineficazes que a busca ativa acaba no próprio sistema que encaminha pessoas com deficiência e outras comorbidades que é o único local que aceita. E até hoje eu venho em reuniões e reuniões aqui dizer que eu não aguento mais ser tratado de forma marginalizada. Noia também a gente. O filho do senhor que tem para falar mais excludente de hoje pode se tornar um noia amanhã, não é Jogando Praga, não, é a moralidade. Lírio, a gente precisa que você conclua sua fala agora. Eu vou concluir minha fala com encaminhamento. Tem que ter um equipamento de moradia com redutores de danos dentro, porque a população estigmatizada como noia é pop rua. Ninguém vai para o fluxo ficar usando usos... Lírio, a gente precisa que você conclua sua fala. Eu preciso falar! E eu vou gritar porque é inadmissível. É inadmissível. Peço desculpa quem está em casa. Não fiz minha vídeo descrição. Peço desculpa porque eu sou autista e eu estou desestabilizado e vou repudiar. Uma fala inconstitucional, higienista, que um vagabundo, como foi citado aqui, para as pessoas que estão desempregadas, essa fala tem que ser repudiada perante toda a sociedade que não pode estar aqui porque eu não vou admitir mais, eu vim pra aqui, sair da condição que eu estou, ninguém pergunta quando os moradores do equipamento de idosos vão ser ouvidos. Se você não concluir sua fala, a gente não vai conseguir concluir a reunião. E eu também não sou obrigado a ser violentado num espaço democrático como

esse e ver uma justiça social dessa e todas as pessoas caladas normalizando isso. Isso não é higienismo. Mano e cômio nunca mais. Pelo fim das comunidades terapêuticas, pelo fim do higienismo, pelo fim das políticas genocidas, divorciem! Quem é o poderista morto? Eu levo bomba de efeito moral. junto com os trabalhadores e os trabalhadores do hotel. Eu quero agradecer a Luna e quero agradecer ao Suplicy e quero marcar com você, Luna. Nessa casa aqui, um momento de escuta no seu gabinete para ouvir as pessoas com deficiência que são jogadas no meio da rua, no fluxo, como o dejetos humano, como fazia com os autistas há 40 anos atrás. Entendeu? Tomei três doses de maconha medicinal pra poder ouvir o higienismo que eu ouvi aqui hoje. Lírio, muito obrigada mesmo. O autista tem que ser normalizado e o PCD. E o senhor que tá repudiando, abra a política de cota e pare de ser excludente. Qualquer, nenhuma pessoa vai trabalhar com uma pessoa que nem o senhor. Violentando ela, ela fez mesmo de afetar ela. Obrigada, Lírio. Obrigada.

Vereadora Luna Zarattini.

Bom, gente, eu peço desculpas para as outras pessoas que estão inscritas, mas a gente vai precisar passar aqui. Não, eu sei, mas o tempo é único. Eu não tenho como fazer mais. A gente tem uma CPI da Enel que, inclusive... Não, gente, por favor. Pode, pode, mas, por favor... Luna, posso dar uma sugestão? A gente pode manter as inscrições que sobraram agora como as primeiras inscrições da próxima reunião. A próxima reunião desse grupo de trabalho vai ser no início de dezembro, na primeira ou na segunda semana, a gente ainda vai definir. Como a gente não conseguiu concluir os debates feitos hoje, a gente pode se comprometer aos últimos inscritos que não conseguiram ter a palavra serem os primeiros inscritos da próxima reunião. Pode ser? Maravilha. Pode ser. Agora eu vou passar para o Eduardo Suplicy, e aí eu vou encerrar também essa reunião. Mas queria agradecer muito a fala de todas as pessoas que vieram aqui, porque eu acho que é fundamental para a gente construir.

Deputado Eduardo Suplicy.

Eu queria cumprimentar a Luna, a todos que estão aqui na mesa, tendo que ser breve, peço desculpas, porque eu tive uma reunião online de Salvador, que atrasou muito, e por isso cheguei, já tinha iniciado, mas eu quero saudar a continuação deste grupo de trabalho que foi iniciado quando A Erika Hilton era a presidenta e eu era o vice da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e que está tendo toda a continuidade através da dedicação tão significativa e importante por parte da Luna. E eu gostaria de lhes dizer Eu encaminhei ao presidente Lula e a diversos ministros responsáveis pelos programas sociais uma carta, há três semanas atrás, sugerindo que seja criado um grupo de trabalho para estudar os passos relacionados à lei que vai a lei já aprovada por todos os partidos no Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula em 8 de janeiro de 2004, que institui a renda básica de cidadania, ainda que por etapas a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados até que portanto, o programa Bolsa Família se transforma em uma renda básica igual para todas as pessoas residentes no Brasil, não importa sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica, todos passaremos a ter o direito de receber uma renda suficiente para atender às nossas necessidades vitais. Até para os que têm mais, sim, mas, obviamente, esses vamos contribuir para que nós mesmos e todos demais venham a receber. E eu gostaria, Luna, que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal também abrace essa causa, mas eu quero aqui ser breve para que seja possível você respeitar o tempo que foi designado. Então, vamos continuar o nosso trabalho, deste grupo de trabalho que está ouvindo pessoas que têm sofrido muito, Seja porque estão ali na rua, em meio a todos que procuram se recuperar das suas condições de uso do crack e de outras drogas, mas seja também aqueles que residem, que são comerciantes e que querem fazer com que a cidade de São Paulo seja uma cidade agradável, aprazível e com direitos à cidadania garantidos para toda e qualquer pessoa, inclusive para vocês todos que estão aqui. E, portanto,

parabéns, Luna. Continuamos juntos.

Vereadora Luna Zarattini

Muito obrigada, deputado Eduardo Suplicy. Eu tenho uma fala de três minutos. Lírio, você sempre vai ser bem acolhido aqui e vai ser também bem acolhido, bem acolhido, bem acolhido. Lírio, Lírio, e você vai ser bem acolhido sempre no nosso gabinete, porque tenho certeza que a sua dor pode representar a dor de outras pessoas que não puderam estar aqui para ter coragem e fazer a fala como você trouxe aqui. A gente está fazendo esse processo de escuta e a gente vai levar com muita consideração. Eu queria dizer, gente, que esse GTI é um esforço muito grande para a gente conseguir dialogar com todas as pessoas que estão no território. Todas as falas aqui foram registradas, vão ser acolhidas no nosso relatório. Concordo que a gente tem que trazer também esse olhar dos moradores. Acho que é fundamental. E eu acho que aqui o espírito é que a gente está buscando saídas qualificadas para as pessoas que estão em situação de desigualdade, de racismo estrutural, de uma exclusão social sem precedentes na nossa cidade. Então, você já falou, deixa eu terminar. Faltam dois minutos, por favor. Faltam dois minutos. A gente tem dialogado também com os comerciantes, com os comerciários, com o sindicato dos comerciários, para a gente buscar essas saídas qualificadas que envolvem todas as políticas de trabalho, de renda, de realmente políticas de habitação, como a Lídia colocou muito aqui, habitação qualificada. A gente não quer pouco para essas pessoas e nem para essa discussão. Mas a gente vai fazer ainda esse processo de escuta, trazendo os trabalhadores, as trabalhadoras que atuam na região da Cracolândia, as organizações sociais que atuam também, e a gente vai fazer visitas em loco. A gente ainda não passou por esse processo, mas essa comissão, esse GTI, tem esse papel de ir dialogar no território. A gente não vai ficar sentado aqui somente ouvindo e não indo ao território verificar todas essas situações e poder construir. Agora, entender, gente, que aqui é um processo coletivo e que a gente vai ter que fazer um processo intenso de mobilização para

garantir que o poder público, sim, se responsabilize pelo que está acontecendo na região da Cracolândia. E esse grupo de trabalho, ele pretende dar luz e voz para todos e todas. Então, gente, eu realmente preciso encerrar, porque a gente vai iniciar a CPI da Enel aqui, que eu também sou membro, e eu queria agradecer muito a presença de todos e todas, que têm composto esse GTI, que eu acho que é um grande passo para a gente poder produzir melhores políticas públicas mais efetivas para a nossa cidade. Obrigada, gente. E vamos que vamos. Obrigada. Boa tarde a todos. Um abraço, Luna. Um abraço, Suplicy. Obrigada, pessoal.

6º Reunião do GTI da Cracolândia na Câmara Municipal de São Paulo em 9/05/2024. A escuta dos trabalhadores da rede de saúde.

Participantes

1. Vereadora Luna Zarattini
2. Vereadora Luana Alvez

Gabinete da Vereadora Luna Zarattini
(11) 3396-4236/4613
lunazarattini@saopaulo.sp.leg.br

Gabinete do Deputado Estadual Eduardo Suplicy
(11) 3886-6406/6407
eduardosuplicy@al.sp.gov.br

-
3. Vereadora Silvia da Bancada Feminista - online
 4. Deputado Estadual Eduardo Suplicy
 5. Sr. Gabriel Pereira – médico da equipe “Consultório na Rua”
 6. Sr. Diego Renó – psicólogo, servidor do SUS e ex trabalhador do Hub de Cuidados de Alcool e Outras
 7. Sra. Rosângela Nimia – gestora do CAPS AD IV Redenção
 8. Sr. Marcus Paulo de Oliveira Alvez – Secretário da Justiça e Cidadania
 9. Sra. Roseli Krames – Comitê Poprua
 10. Sr. Eduardo Tostes – Promotor de Justiça do Ministério Público Estadual
 11. Sr. Flávio Campos – Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil
 12. Sra. Tanielle Rui – Unicamp – online
 13. Sra. Lydia Gama – Coletivo Teto Trampo e Tratament

Vereadora Luna Zarattini

E agora, após essa votação dos requerimentos, nós iniciaremos a reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI Cracolândia, uma iniciativa entre a Câmara Municipal de São Paulo e a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Instalado em dezembro de 2021, desde então tem feito um trabalho de análise, de monitoramento, de reflexão e também de recomendações de

construção e de recomendações de políticas públicas acerca de um tema muito importante na nossa cidade, que se arrasta por mais de 30 anos na região central de São Paulo, a chamada cracolândia, onde a gente tem buscado, através da escuta, do diálogo e de trazer diversos atores, representantes do Poder Público municipal e estadual, representantes das Secretarias, trabalhadores e trabalhadoras, grupos e entidades para que a gente pense, conjuntamente, saídas e garantias de cidadania qualificadas e como tratar de forma humanitária essas pessoas e toda essa situação.

A gente retoma agora o grupo de trabalho com presença do Deputado Eduardo Suplicy, que tem feito esse trabalho desde o início e que também preside a Comissão de Direitos Humanos na ALESP. Hoje a gente combinou de ouvir alguns trabalhadores e ex-trabalhadores dos serviços de saúde que atuaram e atuam diretamente na região da cracolândia. Contamos hoje com a presença do Gabriel Pereira, do Consultório na Rua, e a do Diego Rennó, do Hub de Cuidados em Crack e Outras Drogas do Governo de São Paulo.

Pergunto se há mais alguém presente. (Pausa) Não. Então, abrindo os trabalhos do GTI, passo a palavra ao Deputado Eduardo Suplicy, a quem agradeço a presença, e depois ouviremos os demais convidados. É sempre uma honra e um prazer estar com você. Tem a palavra, Deputado Suplicy.

Deputado Eduardo Suplicy

Muito bom dia a todos. Primeiramente cumprimento as queridas Vereadoras Luna Zarattini, Luana Alves e Silvia da Bancada Feminista, presente virtualmente. É uma satisfação voltar aqui na continuação dos trabalhos deste Grupo de Trabalho para estudar o que se passa na região da Cracolândia, localizada na área central de São Paulo, um dos principais desafios de nós representantes do povo e também da Prefeitura e do governo estadual. Eu fico muito contente de estarmos retomando os trabalhos do Grupo de Trabalho da Cracolândia, que desde 2022 tem reunido diversos atores importantes para pensar na complexa questão em torno das pessoas que vivem e

também convivem e trabalham na região.

Hoje vamos ouvir os trabalhadores de alguns dos serviços da área de saúde e assistência que atendem às pessoas ali na região. Agradeço a todos que se dispuserem a vir aqui falar e trazer suas experiências de contato e atuação no serviço. É muito importante que nossa escuta seja atenta para podermos estender esse conhecimento e propor soluções para as questões que estamos nos debruçando por todo esse tempo. E, para que o nosso encontro possa seguir mantendo o respeito ao tempo de fala de cada pessoa, reforço a importância de escutarmos com atenção e respeito cada um dos interlocutores para absorvermos ao máximo os depoimentos que aqui ouviremos hoje.

Cumprimento os convidados presentes, os Srs. Marcos Paulo de Oliveira Alves, presente virtualmente; Secretário de Justiça e Cidadania; Roseli Kramer, do Comitê PopRua; o Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Sr. Eduardo Tostes; Flavio Roberto Moura de Campos, da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP; Taniele Rui, da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, e Lydia Gama, do Projeto Teto, Trampo e Tratamento. Passo a palavra à nossa Presidente, Vereadora Luna Zarattini.

Vereadora Luna Zarattini

Muito obrigada, Deputado Eduardo Suplicy. Também saúdo os membros do GTI, os Srs. Marcos Paulo de Oliveira Alves, Roseli Kramer, Promotor Eduardo Tostes, Flavio Campos, Taniele Rui e Lydia Gama e passo a palavra ao Gabriel Pereira, do Consultório Na Rua para que ele fale um pouco de toda a situação.

Gabriel Pereira, médico do programa Consultório na Rua.

Bom dia a todos. Sou médico do Consultório Na Rua e agradeço o convite desta Casa para compor o Grupo de Trabalho que discute questões tão relevantes. Eu sou médico atuante no Consultório Na Rua da Sé, região que, apesar de abranger os territórios da Sé, Liberdade, Glicério e Cambuci, não

está diretamente relacionada à cracolândia. No entanto, nas nossas dinâmicas de trabalho, de fluxo e de acompanhamento territorial, nós estamos num território que apresenta uma dinâmica semelhante em relação aos serviços que atuam nesses territórios, e o que se pode notar é que a Política Municipal de Álcool e Drogas trouxe mudanças para a maneira como se entende o cuidado em relação à população em situação de rua que faz uso de substâncias, e ela envolve o Programa Redenção e suas diversas variantes, como SIAT e o SCP, que têm uma dinâmica de trabalho oriunda da ideia de álcool e drogas, que é distinta da nossa atuação no Consultório Na Rua, voltada à atenção básica e primária, que é do cuidado do sujeito nos territórios e acompanhamento longitudinal.

O consultório Na Rua da Sé é composto pelo SIAT I – Serviço Integrado de Acolhida Terapêutica, que é derivado da Política Municipal de Álcool e Drogas e do decreto regulamentador da Política Municipal de Álcool e Drogas, e é um serviço de triagem e encaminhamento para o SIAT II, onde existe a modalidade de serviço híbrido entre saúde e assistência social, dinâmica que acontece no território do Glicério e também no território da Luz. O SIAT II está presente nos territórios do Glicério e Armênia e é um serviço que é uma resposta do governo à questão do álcool e drogas, que impacta o território central e a população em situação de rua que vive e convive nesses territórios.

Não é sem angústia que a gente se relaciona com essa política, eu, enquanto trabalhador da atenção básica, da atenção primária, nossa noção de cuidado é a ideia do cuidado em rede, do cuidado compartilhado, da coordenação do cuidado, do acompanhamento longitudinal, de conhecer os sujeitos, conhecer as histórias daquelas pessoas, os itinerários, e a partir daí, em equipes inter e transprofissionais realizar um cuidado.

A noção da política de álcool e drogas me parece que não é essa mesma. Parece-me que é uma noção de encaminhamento e, em alguma medida, de encarceramento, remonta uma lógica manicomial, remonta a ideia de que temos que higienizar as ruas, levar pessoas a locais de cuidado, que não são exatamente de cuidado, mas, sim, distantes da sociedade, do Centro, para que o território fique sem

essas pessoas.

Não consigo considerar que isso seja uma política pública efetiva para a complexidade que é o cuidado à população em situação de rua, que é uma população que vive em extrema vulnerabilidade social. Existem algumas nomenclaturas em que a lei de álcool e drogas coloca, como, por exemplo, o termo de cena de uso aberta. Cena de uso é um termo que, muitas vezes, a gente acaba falando enquanto trabalhador, mas é um termo, enquanto indivíduo, enquanto pesquisador da área e atuante no Consultório na Rua, eu recuso fortemente a existência de cena de uso. O que eu vejo não são cenas de uso. São locais onde pessoas vivem, onde pessoas convivem, onde têm seus afetos e também onde fazem uso de substância. O conceito de cena de uso, segundo a lei municipal de álcool e drogas, é um agrupamento de pessoas que faz uso do logradouro público para se usar continuamente substâncias psicoativas.

Ora, se é um agrupamento de pessoas, estamos chamando a cena de pessoas. As cenas são pessoas, são indivíduos, e, nesse momento, existe uma separação entre quem é sujeito e quem é usuário. Essa separação é danosa e, para mim, remonta à ideia de guerra de raças no Brasil, de guerra às drogas, e que, em um dos braços, é um cuidado que não é cuidado, que é um cuidado, esse cuidado “encaminhatório”, que não é aquele que o Consultório na Rua atua.

Porém, segundo a Portaria conjunta número 4, de 2023, entre a Secretaria Municipal de Saúde, a SMADS e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, no Centro de São Paulo, o anexo único dessa portaria, inclusive, todo o Centro de São Paulo onde tem cena de uso, a atuação não é do Consultório na Rua, ela é do Redenção na Rua.

Até o momento, existem seis equipes de redenção na rua credenciadas no município. Porém, elas são credenciadas enquanto Consultório na Rua. Isso é um sequestro, na minha opinião, de política pública. Se o Consultório na Rua é uma política de atenção básica e você credencia equipes que trabalham na lógica de álcool e drogas enquanto Consultório na Rua, nós estamos chamando do

mesmo nome, credenciando, pegando verba para fazer algo que é distinto. É importante fazer essa separação.

Causa-me muita preocupação a ideia de que, por uma canetada, vamos dizer assim, o território em que eu atuo há três anos pode ser considerado um território de atuação do Redenção na Rua e não do Consultório na Rua.

Acredito que existem perdas nessa questão no significado do acompanhamento em saúde. Também me preocupa, eu acompanho também o Comitê Pop Rua, enquanto trabalhador. Porém, o Comitê de Pop Rua tem sido cada dia mais esvaziado da presença do poder público e da possibilidade daquele comitê ser resolutivo nas suas ações.

Por quê? Porque a política municipal de população em situação de rua não tem sido levada, na minha opinião, de fato a cabo, a sério, aquilo que está sendo colocado ali. E sim, a política municipal de álcool e drogas tem sido a forma que nós temos, enquanto poder público, nos relacionado com a população em situação de rua.

Acredito que aqui haja até consenso de que isso não é a abordagem correta para se lidar com a população em situação de rua. Nesse sentido, enquanto trabalhador, vejo que há desarticulação de uma política voltada à população em situação de rua que é muito intensa. Então, temos dificuldade para conseguir vagas em centros de acolhida.

Os centros de acolhida são ainda numa tipificação antiga, naquele modelo de galpão, com diversos beliches, diversas pessoas convivendo naquele espaço, não gerando uma ideia de acolhimento nesses serviços, nesses espaços, e, muito menos, sendo um modelo de moradia primeiro, que é o modelo em que a gente defende enquanto política pública para a população em situação de rua.

Assim como o POT também, apesar de ter diversos trabalhadores do POT, acredito que, ao longo do tempo, ele foi esvaziado da sua noção e possibilidade de reabilitação, e, cada dia, sendo voltado mais para trabalhos braçais e pouco instrumentalizadores, pouco com dinâmica de continuidade, e daquilo

ali ser o trabalho e a educação como possibilidade de transformação da realidade daquelas pessoas, por uma desarticulação, por uma desintegração das políticas públicas. Na saúde, a gente entende que existe a determinação social do processo saúde-doença. Isso quer dizer o quê? Que as dinâmicas sociais são geradoras de processos de adoecimento.

Eu gosto de falar que eu trabalho na Sé, e, na Sé, existe uma concentração de crianças e adolescentes em situação de rua fazendo uso de substâncias naquele território, o que seria configurado como uma cena de uso, e, segundo a lei, seria responsabilidade do Redenção na Rua. O Consultório na Rua faz esse acompanhamento dessa população.

O que a gente nota é que, há 40 anos, 30 anos, já existia uma mesma dinâmica que existe hoje. O que antes esses adolescentes usavam cola, ou tiner, ou outros inalantes, hoje, no momento, é o uso de K, das substâncias K. Porém, a dinâmica é a mesma. A dinâmica de vida, de noção, de estar longe da escola, de fazer uso de substâncias, de entrar em conflito com a lei, do acompanhamento desses adolescentes. O desfecho desse acompanhamento, diversas vezes, é o encarceramento dessas crianças e adolescentes precocemente.

Eu, enquanto trabalhador, quando vou abordar, busco estabelecer uma relação de redução de danos, de possibilidade de vida, de reintegração, de reabilitação. Mas o que eu tenho a ofertar é muito pouco. Eu não tenho... Para crianças e adolescentes, a gente tem o CRCA, que é um serviço pioneiro para cuidado, um centro de convivência para crianças e adolescentes, que fica aqui na Luz. Porém, vai ao CRCA e, depois? Vai ao SAICA? O SAICA não é atrativo para essa população que eu atendo. Quando o poder público vai pensar em diversificar as ofertas para conseguir entender o quanto é heterogênea a população em situação de rua, e o quanto que a gente pode ter, sim, políticas, mas essas políticas precisam ser pensadas vendo aqueles seres humanos vivendo enquanto sujeitos e que têm demandas distintas, e chegarmos em tipificações, em possibilidades, em articulações que tenha projeto.

O meu projeto é esvaziado, é o projeto de ir fazer um ato de redução de danos, conversar, um acompanhamento longitudinal de saúde, que alguns profissionais vão falar que é enxugar gelo. Eu não considero porque a gente tenta vir a esses espaços, a gente tenta conversar sobre política pública para mudar essas determinações sociais também.

Agora, a oferta de uma instituição religiosa que vai lá rezar com os adolescentes, eles levam a uma casa, nessa casa tem comida, tem lugar para ficar, você vai ficar aqui, vai rezar, vai orar, mas será que é adequado uma criança de 13 anos, 14 anos, ir a um lugar com alguém que não é o pai, nem mãe, nem responsável legal, e ficar habitando nesse lugar de uma instituição religiosa? Acredito que a lei nos diga que não. Mas qual é o projeto do poder público para essas crianças e adolescentes? Qual é o projeto do poder público para as pessoas que estão em situação de rua, em uso de substância, naquilo que ele entende enquanto cena de uso, ou que é o agrupamento de pessoas que fazem uso de substância?

Eu acho que a política municipal, para a população em situação de rua, trouxe caminhos, porém até hoje não a vejo ser implementada na prática enquanto projeto, e que a política de álcool e droga sequestra essas políticas e faz com que a gente só entenda as pessoas enquanto usuárias, e isso é uma perspectiva desumanizante, uma perspectiva violenta, uma perspectiva que favorece a questão da guerra de raças no Brasil, da qual eu me recuso a ser partícipe.

Então, enquanto trabalhador do Consultório na Rua, a nossa noção de cuidado é outra. Temos muitas limitações estruturais para conseguir desenvolver um trabalho em rede, porém sabemos que é uma política pública que pode trazer grande impacto.

Então, se eu fosse dizer o que eu acho de caminho para políticas públicas, seria que fortalecer a política municipal da população em situação de rua, fortalecer o comitê PopRua, se estabelecer espaços de troca com a população em situação de rua para pensarmos nessas tipificações, nessas articulações entre políticas públicas que sejam voltadas, de fato, para a população em situação de rua,

e que o modelo de cuidado e atenção básica para a população de rua seja o Consultório na Rua em todo o município de São Paulo, não apenas naquilo que não é cena de uso. Porque cena de uso, assim como a cracolândia, são nomes que são invenções para fortalecer determinadas ideologias desumanizadoras. Então, estigmatizantes. Eu acredito que seja isso que eu poderia falar, mas eu fico aberto àquilo que vocês queiram saber da minha prática e do meu trabalho também. Obrigado.

Vereadora Luna Zarattini

Muito obrigada, Gabriel Pereira, representando o Consultório na Rua. Vou passar agora a fala para o Diego Rennó, do Hub de Cuidados em Crack e outras Drogas, do Governo de São Paulo. Em seguida, eu vou passar para a Rosângela Nimia, que é do CAPS AD IV Redenção. E, aí, eu vou abrir a fala para todos os presentes, para os membros do GTI, para que depois a gente retome aqui - o Deputado Eduardo Suplicy e eu - essa finalização. Então, quem quiser se inscrever, eu peço para se inscrever com a Paula ou com a Amanda, para a gente já organizar essas inscrições.

Então, agora eu queria passar para o Diego. Muito obrigada por sua presença, é um prazer. E muito obrigada, Gabriel, por sua fala e por suas colocações.

Diego Rennó, ex trabalhador do HUB de Cuidados em Crack e outras Drogas.

Bom dia a todos. Eu sou Psicólogo, trabalhador do SUS há um bom tempo já. Atualmente, eu sou Psicólogo de um CAPS infantil, no território de Cidade Ademar, já há cerca de um ano, e eu atualmente trabalhei no Hub até 19 de março, onde eu fiquei por três anos naquele serviço, onde antigamente era chamado, conhecido como CRADOT. E há cerca de um ano, com a mudança da gestão do governo estadual, ele se tornou o Hub, Hub de Cuidados em Crack e outras Drogas.

Até então, quando o serviço ainda era CRATOD, era uma administração, uma gestão entre o governo do estado e a SPDM. Então, era uma gestão mista. Nós temos um CAPS dentro daquele serviço. Eu

era trabalhador desse CAPS. E o CRATOD sempre foi conhecido por ser esse serviço que encaminhava as pessoas para comunidades terapêuticas.

Antigamente, ainda como CRATOD, o serviço sempre teve uma meta de 100 encaminhamentos por mês para comunidades terapêuticas. Mas era realizado um trabalho de qualidade, um trabalho qualificado, onde trabalhávamos com os usuários e tínhamos autonomia de propor o acompanhamento em liberdade, o cuidado em liberdade no CAPS do CRATOD. Tínhamos essa autonomia como profissionais. Quando se tornou Hub, o serviço mudou. Então, nós não encaminhávamos mais pacientes para o CAPS, do próprio serviço. Os encaminhamentos eram apenas e tão somente para comunidades terapêuticas. A princípio, o governo do estado passou para a SPDM a administração total do Hub, em um termo aditivo de 18 milhões pagos em parcelas, e pelo Portal da Transparência do Estado - que até então estava no Portal da Transparência do Estado até o final do ano passado -, só no ano de 2023 foram 8 milhões repassados à SPDM, além de outras verbas.

Então, era um serviço que foi totalmente remodelado, reformado, passou por uma reforma na estrutura do prédio, uma mudança estética. E o serviço, então, passou a encaminhar os pacientes para a comunidade terapêutica. Todos os pacientes que passavam por aquele serviço eram encaminhados, seja para comunidades terapêuticas ou para hospitais psiquiátricos. Entre eles o Instituto Bairral, em Itapira; Bezerra de Menezes, em Espírito Santo do Pinhal; e Hospital Lacan, em São Bernardo do Campo, que são os serviços que mais disponibilizam vagas para o Hub. Inclusive, todos esses citados receberam investimento para aumento dos leitos disponibilizados para o Hub. E nós não podíamos mais negar internação para nenhum dos usuários que chegasse ao serviço. Era estritamente proibido. O Diretor do Hub, Dr. Quirino Cordeiro, em reunião, explicitava: “Não negamos internação. Todos serão internados. O paciente chegou, pediu internação, vai ser internado”. E a gente sabe que a maioria dos pacientes que procura o serviço solicitando uma internação, procura essa internação mais na procura de um espaço seguro onde ele possa dormir, se alimentar, se recuperar do seu uso. E os

pacientes, então, eram encaminhados para essas comunidades terapêuticas.

No início, tinham saídas para comunidades terapêuticas todos os dias, a todo momento. Se tivesse um paciente, era realizado o transporte desse único paciente. O serviço tinha um contrato com empresas de transporte privado que disponibilizavam essas vans, e os pacientes eram encaminhados. O Hub fez um ano e, aí, comemoraram cerca de 30 mil atendimentos. Quase 30 mil atendimentos. Mas vale lembrar que não são 30 mil internações, não são 30 mil atendimentos realizados com cuidado, 30 mil atendimentos qualificados. São 30 mil aberturas de ficha de atendimento, triagem. O paciente chega, abre uma ficha e esse número é contabilizado e esse número é divulgado de forma midiática e, para a população, fica subentendido que 30 mil usuários de substâncias estão deixando de fazer uso delas, o que é uma mentira. Pacientes eram internados em comunidades terapêuticas - e a gente sabe como as comunidades terapêuticas funcionam, eles iam em um dia, voltavam em uma semana. Quando não, voltavam no dia seguinte e novamente esse usuário era encaminhado, se ele pedisse internação, no dia seguinte. Era estritamente proibido qualquer tipo de atendimento qualificado e humanizado, fazendo assim com que o paciente em uso de substância não saísse dessa ambivalência, não desenvolvesse uma crítica em relação ao seu cuidado. Não era construída uma ideia de cuidado com esse usuário. E, sim, vamos internar todo mundo.

Com o passar do tempo, o serviço foi percebendo que esses usuários iam para as comunidades terapêuticas e retornavam de uma forma muito rápida: em um dia, dois dias, no máximo em uma semana esses pacientes retornavam, fazendo assim com que não se efetivasse a política higienista. Então, o serviço mudou a sua postura em relação a isso, passando a encaminhar os pacientes, em sua grande maioria, para leitos hospitalares, nesses hospitais que eu citei, além de Caism Água Funda e o Pinel em Pirituba. Esses hospitais disponibilizaram mais leitos, então eram feitos mais encaminhamentos para esses pacientes. Os pacientes que não fossem encaminhados no mesmo dia eram encaminhados para Casas de Passagem, na região do Tatuapé e Carrão. São duas Casas de

Passagem masculinas, com 20 vagas cada uma. E uma Casa de Passagem LGBT/feminina, com 10 vagas apenas. Os pacientes eram encaminhados para essas casas de passagem, e no dia seguinte era liberada a vaga de hospital, vaga hospitalar ou comunidade terapêutica, e esse paciente era encaminhado. O CRATOD, o Hub, conta com 34 leitos e é classificado como CAPS III, recebe uma verba federal, um repasse de 1 milhão e 600 mil, ano, mas o serviço, como CAPS, não podia utilizar nenhum leito sequer para os pacientes do CAPS. Quando era feito isso, o paciente que estava em acompanhamento no CAPS, era encaminhado para um hospital no interior.

Então, aumentou-se o número de vagas em hospitais, para que com isso se garantisse que o paciente, o usuário, ficasse mais tempo em hospitais. Recentemente, isso foi passado em reunião geral no CAPS, conhecimento de todos os profissionais do serviço, que, em uma unificação das políticas e dos desejos do Governo do Estado e do Governo Municipal, numa tentativa de reeleição do Prefeito Ricardo Nunes, o fluxo do serviço mudou.

Então, o serviço, o CAPS, o CRADOT, ele é um serviço porta aberta, 24 horas. O paciente chegou, ele vai ser atendido. Mas, atualmente, ele vai ser atendido se não tiver o paciente que foi encaminhado pelo SCP, que é o Serviço de Cuidados Prolongados do Município. Os pacientes encaminhados pelo SCP têm prioridade no atendimento e encaminhamento para hospitais. Então, o SCP faz a abordagem no fluxo, na Cracolândia, faz inúmeras ofertas, desde alimentação, moradia, banho, o paciente aceita de forma voluntária, chega ao serviço, é priorizado no atendimento, o envio desses pacientes é imediato ou, quando não, encaminhado para o leito no serviço.

Esses pacientes do SCP não são encaminhados para a casa de passagem, pois teme-se que esse paciente possa pedir o desligamento e a saída da casa de passagem e, assim, perde-se o encaminhamento desse paciente para um hospital. E o paciente chega de forma voluntária solicitando essa internação e, quando o paciente é admitido, na transferência desse paciente, ele não vai como voluntário, ele vai como involuntário. Assim, a sua permanência no hospital psiquiátrico não parte

apenas do desejo dele ficar ou não, e sim de uma conduta médica. O paciente chegou involuntário, quem vai decidir se ele vai sair ou não, independente se ele pedir, vai ser o médico, porque ele está involuntário, mesmo ele tendo solicitado a vaga de forma voluntária.

Então, é uma violência tamanha, inúmeras violências contra profissionais do serviço que, ao adotar um cuidado humanizado e qualificado, são hostilizados pelo Dr. Quirino. Semana passada, a equipe de segurança do serviço virou a polícia. A equipe de segurança patrimonial virou polícia no serviço, com agressões físicas, porrete e as câmeras não funcionam. As câmeras do serviço não funcionam, não registram. Com isso, os seguranças do serviço continuam cometendo suas violências. E quando os profissionais vão intervir, são hostilizados pela gestão do serviço e orientados a não intervir na conduta dos seguranças do serviço.

São retalhados os profissionais. Estamos a uma semana do dia, o ato da luta antimanicomial foi terminantemente proibido falar sobre luta antimanicomial no serviço pelo Dr. Quirino Cordeiro. Ele proibiu. Os profissionais não irão, não poderão ir ao ato na Paulista com os usuários. O CAPS não tem verba, não existe uma verba para o serviço. Nos grupos falta material, não é possível trabalhar com os usuários, porque não tem verba. Se solicita e a verba nunca chega. Lembrando que é um CAPS III, recebe verba federal, tem dinheiro, fora o que a SPDM já recebeu do Governo do Estado.

Então, são inúmeras violências que vão minando o trabalho. O CAPS, o Cratod, quando na passagem de Cratod para Hub, tinha cerca de 700 pacientes ativos. Hoje, conta com um pouco mais de 400 pacientes ativos. Eram quatro equipes no serviço, cerca de 10 profissionais por equipe, serviço robusto. Tinha clínico, tinha dentista, tratamento odontológico dos pacientes. Cada equipe do CAPS continha um médico psiquiatra, três psicólogos, dois assistentes sociais, mais equipe de enfermagem, e foram minando todos esses recursos. Não tem mais o acompanhamento odontológico, não tem mais o médico clínico, não tem mais os psiquiatras, têm um psiquiatra, dois psiquiatras que

se revezam em atender as quatro equipes.

Os profissionais que, de alguma forma, se opunham a essas práticas, foram demitidos. Eu solicitei a presença da Defensoria Pública em uma última Assembleia dos Usuários, a Defensoria Pública foi, participou da Assembleia, e na semana seguinte eu fui desligado do serviço por convidar a Defensoria Pública a participar de uma Assembleia dos Usuários.

Então, além de uma perseguição aos profissionais, é também uma perseguição à política pública de cuidados dos usuários de substâncias. Nós éramos proibidos de ir aos matriciamentos. O CAPS Cratod, anteriormente, participava de matriciamentos da rede municipal. Íamos às UBSs, aos serviços, íamos aos matriciamentos de serviços da Assistência, tínhamos como programa o CAPS na Rua, fazíamos sensibilização de usuários em centro de acolhida e formação para os profissionais dos centros de acolhida do Centro. Com a mudança para a Hub, isso foi determinantemente proibido. Não saímos mais do serviço.

O serviço foi vendido, fizeram propaganda que teriam 200 profissionais técnicos atuando nas ruas. Não existem esses profissionais mais. Nunca existiram os 200. E esses profissionais iam para a rua sem preparo. Primeira experiência de profissionais atuando na saúde. Recém-formados, sem qualificação, sem treinamento. As pessoas iam para a rua de jaleco, abordar usuários muitas vezes em uso, se envolviam em situações de risco, e com o passar do tempo, obviamente, adoecendo, esses profissionais iam saindo. Até o momento que esses profissionais foram incorporados dentro do serviço e faziam uma espécie de controle dos usuários que iam ser internados, para evitar que esses usuários saíssem do serviço. Usuários que iam ser internados ficavam em uma salinha chamada de sala pré-internação. Esses usuários não podiam sair para fumar, porque tinha que se evitar que esses usuários pudessem desistir da internação. Então fazia-se um controle desses usuários, evitando que eles saíssem.

Os usuários que procuram o Hub hoje, não sendo do SCP, são orientados a procurar o

serviço a partir das 5 horas da manhã, para tentar uma vaga. E muitas das vezes esses usuários ficam no serviço das 5h até por volta das 16 ou 17h horas, sem a garantia da vaga, sem conseguirem ser internados, contra o desejo deles. E detalhe, os profissionais técnicos não podem dizer que não tem mais vaga, que acabaram as vagas. Não podem dizer isso. O paciente tem que esperar para passar com um médico psiquiatra, e aí somente o médico psiquiatra pode dizer que não tem vaga. Em troca, ele recebe uma medicação e é orientado a voltar no dia seguinte.

Então, os pacientes ficam um dia inteiro aguardando vaga, em uma sala pequena, com um ventilador, sem ventilação, sem passagem de ar, sem corrente de ar nenhuma, ficam todos juntos. Na triagem, não se faz mais avaliação de risco: se o paciente está febril, se não está, se está com Covid, com tuberculose, ou algo do tipo. Então, mistura-se todo mundo. O paciente não recebe nenhum tipo de alimentação adequada para ficar o dia inteiro lá, só recebe um pão com manteiga e um copo descartável com suco. É isso que é ofertado para o paciente ficar o dia inteiro no serviço.

Então, o que a gente vê é um desmonte de um serviço que tinha potencial, que tinha recursos, que tinha profissionais que acreditavam que aquele serviço poderia ser efetivo. Mas, no ano passado, foram mais de 37 pedidos de demissão de profissionais que não aguentavam mais ser hostilizados pelos seus superiores, os atravessamentos, e por adoecerem. Esse é o Hub de Cuidados à população.

Então, a gente vê que o dinheiro público está sendo investido em uma política fadada ao fracasso, porque sabemos que a Cracolândia continua aí, há 30 anos, e não podemos trabalhar com o que a gente acredita que possa surtir efeito na vida daquele sujeito. Não se pode trabalhar com redução de danos, é proibido mencionar isso. Faça, faça, mas não deixe ninguém ver.

Os profissionais que hoje estão lá trabalham com medo de falar; fazem denúncias e, ainda assim, com muito medo, porque foi realizada uma caça às bruxas. Assim como eu, outros profissionais, em março e abril, também foram desligados do serviço por se oporem à ideia de

cuidado que o serviço estabelece nos dias de hoje. E a gente vê como o serviço foi capturado por uma corrida eleitoral, por interesses eleitoreiros.

É desolador imaginar que um serviço, no Centro, que tinha tanto potencial tornou-se hoje uma simples ferramenta de higienização e ideais políticos.

Obrigado. (Palmas)

Vereadora Luna Zarattini

Muito obrigada, Diego. Muito fortes essas denúncias, e muito importante você trazer isso para este espaço, onde a gente vai refletir e vai juntar todas essas informações, para a produção de um relatório final.

Tem a palavra a Sra. Rosângela Nimia, CAPS AD IV Redenção. Depois, eu vou passar para os membros do GTI, que está chegando uma lista. Muito obrigada, Rosângela, pela sua presença. Seja bem-vinda.

Sra. Rosângela Nimia – gestora do CAPS AD IV Redenção

Bom dia a todos. Eu acho que conheço alguns rostinhos aqui. Vou falar um pouquinho do que a gente vem desenvolvendo no CAPS IV.

Eu era gerente de um CAPS III e estou no CAPS IV há oito meses. O que eu posso dizer é que tenho tido experiências um pouco diferentes das que eu tenho ouvido aqui. O CAPS IV se diferencia do CAPS III – eu acredito que todos tenham conhecimento – porque é um CAPS que trabalha 24 horas, tendo um PS de pronto-atendimento. É um CAPS que foi pensado para a cena de uso.

Como gerente do serviço, trabalhadora, eu penso que, para trabalhar com a nossa população, que está adoecida, mas que tem, sim, a sua subjetividade, que são pessoas, que são seres humanos, que merecem ser vistos; e costumo dizer que, além da técnica, além de tudo que a gente estuda, a gente precisa ter a missão, o compromisso, de ouvir e atuar com a técnica, mas também com

a empatia. O nosso CAPS recebe pacientes de todos os municípios e de estados diferentes.

É um público que muda muito, um público muito rotativo. Temos pacientes com PTS ativos que estão alocados em alguns equipamentos e alguns serviços, que têm, sim, um processo de melhora, pensando em redução de danos ou até pensando em levar esse paciente para a internação e retornar para o serviço com outra proposta de trabalho, de tratamento, que seria ambulatorial.

Eu acho que diversos aspectos têm de ser melhorados, mas eu acho que esse compromisso de efetivar e de ter o pensamento ampliado não só para o cuidar, mas também para o tratar, faz a diferença aí no dia a dia desses pacientes. E costumo dizer que o meu serviço me faz todos os dias uma profissional melhor, me faz um ser humano melhor; porque ouvir histórias diversas impacta também na nossa história.

Eu sou filha de um pai dependente químico que, há 26 anos, está em abstinência. E, quando eu ouço meus filhos falarem do avô, não é o pai que eu conheci. Então, como a minha história pôde ser mudada, como a história do meu pai pôde ser mudada, eu costumo dizer para a equipe: é acreditar, é emprestar, é ser esse ego auxiliar que, muitas vezes, o paciente não tem; é vender essa esperança. Esse é um trabalho que deve ser feito todos os dias.

O Diego usou um termo interessante, que são os matriciais. Então, o quanto que você precisa olhar para a rede e buscar todos os recursos possíveis para que você possa permitir uma possibilidade de impactar vidas. Essa é a nossa função diária e esse é o nosso trabalho diário.

Obrigada. (Palmas)

Vereadora Luna Zarattini

Muito obrigada, Rosângela, pelo seu depoimento.

Pergunto se alguém quer se inscrever, de forma *on-line*, e já passar a palavra para os membros presentes do GTI. Vou pedir para o Clayton Ferreira (Dentinho) fazer uso da palavra. Depois, os inscritos: Flavio Campos, Eduardo Tostes, Lydia Gama, Roseli Kramer; e depois Robson

e Juliana Valente. É um prazer estar aqui com vocês. Vou passar a palavra para o Clayton. Seja bem-vindo.

Clayton Ferreira (Detinho)

Bom dia a todos, todas e todes. Eu me chamo Clayton Ferreira, sou conhecido como Dentinho na rede. Hoje eu atuo no Centro de Convivência É de Lei, como articulador social, redutor de danos. Além disso, sou pesquisador da Faculdade Federal e artista do território, como ator, na Cia Mungunzá de Teatro, o Teatro de Contêiner, localizado no território da Luz; pensando que o braço da arte é uma das maiores formas de diálogos sociais e redução de danos.

Antes de começar a minha fala, [gostaria de dizer que] eu me sensibilizo muito com a fala trazida pelo amigo, do Hub, e nós compartilhamos muito dessa angústia, dessa questão que nós nos formamos num cuidado humanizado, num cuidado que dialoga com as singularidades, com as histórias das pessoas e com as nossas histórias também. E me incomoda muito essa praticidade de sumirem as histórias, de higienizar as histórias, de maquiar as realidades. Eu falo muito sobre isso. E hoje venho a esta mesa com óculos de um olhar só, porque, em algum momento da minha história, o meu corpo, sim, foi fragilizado, e é fragilizado todos os dias no âmbito dessa invisibilidade.

Obrigado à Mesa – à Luna, ao Eduardo Suplicy. Obrigado a todos os presentes.

Vou deixar uma pergunta para a Mesa: por que nós ficamos batendo a cabeça na parede, e não cobra certas questões? Por quê? Porque temos aqui falas de pessoas importantes, desde esse GTI, que falam sobre essa fragilidade, falam sobre essa questão que vulnerabiliza até mesmo o trabalhador, o morador, o sobrevivente, porque viver nas ruas é emergência, ninguém está na rua porque quer. O Dentinho não dormiu na calçada porque ele quis, é porque alguma coisa na história dele aconteceu. E o uso de uma substância é a prática de vida daquela pessoa na sua realidade, não deixando esquecer que esse é um público potente – falamos sobre pessoas, falamos sobre um público com uma demanda de mais de 30 anos de história, quando se fala de cracolândia. A cracolândia é

uma marca na sociedade.

E aí, pensando pela perspectiva do cuidado, eu, hoje, como cuidador, como chego até esta Mesa hoje? Porque a rede funcionou, a rede estava qualificada para atender a minha demanda, a entender que o profissional que eu era – que eu sou formado em redes; a minha história, antes de eu ir para a calçada, é que eu sou o Clayton Ferreira, profissional de redes. Pós essa vivência, você se torna um novo ser humano. É um novo diálogo, um novo olhar, um lugar silenciado, é um lugar onde você não tem acesso à água, é um lugar onde você não tem acesso a banheiro. Você não pode falar. Você já é criminalizado por ser um morador de rua. Você já é olhado como diferente, você já está com estigma, e o que vendem da sua imagem no grupo de pessoas é uma questão altamente violenta, porque até mesmo esse profissional que traz segurança nos violenta.

O investimento da segurança pública, hoje, é um dos maiores investimentos, pensando que a rede é enorme. A falta de moradia, a questão do urbanismo, a questão da cultura, da educação, e muitas coisas mais que fazem essa rede funcionar.

E quando falamos sobre saúde, nós falamos sobre saúde física, mental e saúde humano. Como esse profissional volta para a sua casa, nas suas demandas, sendo que ele não pode falar, não pode argumentar?

E aí eu deixo uma pergunta: por que a rede não se comunica? Por que, quando nós, que somos da sociedade civil – porque hoje eu trabalho numa ONG que está há 25 anos fazendo cuidado em liberdade, falando sobre redução de danos. E pensando que, paralelamente, redução de danos não bate de frente com abstinência; pelo contrário, se comunica muito bem. Hoje, eu sou usuário de uma diversidade de substâncias, mas, nessa praticidade do *crack*, que era a substância da minha atividade, estou em abstinência, porque é uma droga que não socializada com a realidade posta no meu corpo, com a realidade posta no corpo de uma pessoa que puxa carroça todo dia, que limpa a cidade, e que, no *happy hour* dela, ela não vai parar no Bar Brahma para tomar uma cerveja, ela vai dar um trago,

mano. Uma pessoa que, às vezes, está na rua e busca um *hub* para moradia, para alimentação, para ter um banho, vai usar o *crack* na rua para ela ficar acordada, mano, porque já é violento. E eu posso falar isso com muita propriedade, porque para manter, hoje, essa minha vivência, para chegar aqui, eu tive que fumar muito *crack* na minha vida. E não foi o *crack*; na verdade, foi a pobreza. E é uma pobreza estrutural, uma pobreza social, uma pobreza nossa, porque, se nós temos um Poder Público, se nós estamos aqui, se as secretarias são funcionais, por que elas não dialogam entre elas?

Eu vejo um profissional capacitado, que estudou, que ralou, que acredita, ser totalmente descartado da sua realidade, não poder ser participativo, não poder conviver.

Hoje, vocês estão aqui porque a rede funcionou, porque o É de Lei trabalha no âmbito da construção de centro de convivência, que é através de convivências, das experiências e das expertises das pessoas que nós construímos a rede; e assim como muitos trabalhos são fomentados na ponta. Às vezes, falamos muito “falta trabalho”, mas como uma pessoa que está há 30 anos deitado numa calçada, ou que está há uma semana na calçada, sem ter direito nem a beber uma água, vai conseguir entrar para a sociedade?

Eu com minha propriedade e com a minha vivência, foram oito anos de redução na rede, e isso em vários pontos, desde o programa Braços Abertos ao É de Lei, a outros espaços que me acolheram. Esse espaço aqui foi um que abriu escuta para a minha voz, porque, quando falamos sobre reduzir danos, também falamos sobre escuta. Às vezes, uma pessoa que está na rua, falando, brigando, não é ouvida, tem que fazer esculacho mesmo, como eu já fiz, porque ela está mostrando que ela está viva e é a realidade dela, sem romantizar. Como capacitar essa pessoa para ser participativa? Porque, assim, somos profissionais também da ponta. O trabalho de uma pessoa com reciclagem, como vocês o que fazem no Minhocão, o trabalho que esses manos e essas manas fazem é fantástico. E aí vem a zeladoria urbana para fazer a limpeza, e limpa todo o trabalho de um dia inteiro de trabalho daquela pessoa porque entende que aquela reciclagem que ele fez é lixo. Não,

gente, aquilo é o trabalho dele, faz parte, não comunica. Ele está se organizando. Ele não tem um lugar para guardar as suas coisas. Ele não tem lugar para guardar os seus documentos e remédios. Eu falo com muita solidariedade a essas pessoas, porque essas pessoas, às vezes, se acumulam aos montes nas suas malocas próximo a lugar que tem água.

Ontem, estávamos numa reunião, montando um comitê junto com o Museu da Língua Portuguesa, porque coletivamente foi feito um trabalho fantástico – o Festival Pop Rua –, que deu um propósito, que mostrou uma realidade muito ativa e muito fantástica, que se comunica com todas as pessoas que são participativas nessa comunidade. E tem que ser participativa em todos os âmbitos. E no Museu foi falado sobre a própria questão da segurança, da polícia que ali trabalha, para tirar as pessoas que estão na frente da estação, dormindo, porque é um teto, pediram para o museu parar de fazer oferta de água. E se pensarmos no contexto todo, é o único lugar, fora o Sesc, que está um pouco mais afastado, onde as pessoas conseguem beber água, conseguem pegar um pouquinho de água para fazer a sua alimentação na sua maloca, porque querem viver. E aí quando ofertamos um espaço de convivência, que traz um novo lugar de participação ativa, que se comunica, para você entender a realidade dessa pessoa, não, não pode. Quando você chama um profissional da rede, como um profissional de uma UBS... Nós estamos doidos atrás desses profissionais para trabalhar com a gente, para ir na rede, para contar um pouquinho do seu trabalho; um profissional da saúde, um profissional da assistência, um profissional do CAPS 4, não pode ir ser participativo. E aí eu falo assim: “Por que essa rede não funciona?” Porque eu posso falar com muita propriedade: quando a rede dialoga de forma humanizada, entendendo a singularidades das pessoas no seu contexto, porque o contexto de rua daqui do centro é um, o contexto de rua dos entornos é outro, principalmente na quebrada. Muitas pessoas se deslocam para o centro da cidade é porque na quebrada não está tendo oferta de vida também, as pessoas têm que vir para cá.

Tivemos uma experiência com o projeto Vidas no Centro, que ofertava alimentação,

banho e a lavagem de roupa, e muitas das pessoas vinham de Guarulhos para tomar banho.

Em princípio, para pararmos um pouco de bater a cabeça na parede, é preciso entender como a roda está funcionando, porque os fóruns da cidade funcionam; trabalhar em rede; e se potencializar, tanto na ponta para dentro do equipamento. Porque é isso: temos muita fragilidade na comunicação de formação desses profissionais. É como o amigo falou: “Profissionais despreparados para a rua”. Você saiu da faculdade de saúde, você não está preparado para encarar aquela realidade. Então, precisamos fomentar as formações; e precisamos fomentar a rede. Entender quais são as potências e como que se dialoga com a população. Porque a população que está posta é o nosso público. A demanda só vem aumentando, tanto que estou vindo de um ato falando sobre moradia.

Para terminar, me estendi um pouco, fomentar vidas e respeitá-las. Pensando que é muito complicado entender que o investimento na saúde, desse hub, é tão precário e tão violento para um profissional que está aqui hoje e para todas as pessoas que participam. Valeu, muito obrigado, gente. (Palmas)

Vereadora Luna Zarattini

Muito obrigada, Cleiton. Muito obrigada mesmo. Quero saber se o Flávio Campos quer fazer uso da palavra? Está certo.

Então, para registro: a OAB está presente. Também registro a presença da Vereadora Silvia da Bancada Feminista, que se somou a nós.

Quero saber se o Dr. Eduardo Tostes quer fazer uso da palavra, representando o Ministério Público e a Promotoria?

Enfim, depois eu passo para os próximos. (Pausa)

Sr. Eduardo Tostes – Promotor de Justiça do Ministério Público Estadual

Muito bom dia a todas, todos e todes. Saudação especial para a vereadora Luna, Deputado Estadual Eduardo Suplicy.

Nunca será demais enaltecer a paciência, a resiliência de conduzir esse trabalho, este espaço de tão grande aprendizado.

Um agradecimento muito especial também ao Gabriel, ao Diego, à Rosângela. O depoimento de vocês é valiosíssimo, de muito aprendizado também. O Dentinho, sempre claro, objetivo, de quem vive essa realidade, nos trazendo subsídios para a gente poder refletir.

É impressionante como a gente quer que esse negócio dê certo. A gente repete sempre os mesmos erros, sempre as mesmas situações, e não há meio de o negócio engrenar.

Eu pedi a palavra porque, recentemente, a gente fez um evento no Ministério Público, em 12 de abril, envolvendo representantes do Brasil todo, e também, representantes do movimento Pop Rua.

E algo que eu já tinha ouvido neste espaço, numa reunião que fizemos lá na Assembleia, na legislatura passada, a Defensora Fernanda Balera, que também integra o GT, dizendo da experiência de Franca.

Acho que eu já tive a oportunidade de comentar com a maioria. Na realidade, eu estou afastado do meu cargo, que é na cidade de Franca. E a Fernanda trouxe a experiência do aluguel social, de como deu certo. E, para a minha surpresa, fiquei muito feliz com aquilo, comentei com várias pessoas.

Nesse evento do dia 12 de abril, um Pesquisador da USP, um Assessor do Conselho Nacional de Justiça, comentando sobre a mesma iniciativa. Então, a importância deste trabalho. A Fernanda disse – e foi muito clara, os amigos vão lembrar - que isso realmente resolvia.

Então, eu sei que, hoje, a gente está focado em um debate dos profissionais da saúde. A minha atribuição é na saúde pública. Atualmente, eu assessoro o Procurador-Geral de Justiça no

Centro de Apoio da Saúde Pública. Mas, como muito bem disse o Gabriel em sua fala, há uma conexão – e os demais também – sobre a importância da inter e da transdisciplinaridade. O Dentinho falou para a gente trabalhar em rede. Então, acho que é uma experiência que merece um olhar interessante.

Eu soube, inclusive, que o Ministério do Desenvolvimento Social esteve lá naquele canto do Estado. Franca, para quem não conhece, está no canto Nordeste do Estado, praticamente, na divisa com Minas Gerais. A primeira cidade de Minas Gerais, que é Claraval, está a 14 quilômetros, é praticamente um bairro da cidade.

Então, é claro que as complexidades dentro de uma metrópole como São Paulo são totalmente diferentes de um território menor, de 350 mil habitantes, como é aquela cidade, mas, me parece que não podem ser desprezadas.

A gente tem que trabalhar na redução dos danos, como muito bem colocaram todos aqui, mas isso tem que ser ofertado também para a pessoa sem tantas condicionantes, como possibilidade de autonomia, de reconstrução de uma vida.

Então, eu paro por aqui para dar oportunidade para os demais.

Anotei tudo que foi dito, levarei o meu amigo Arthur Pinto Filho, que é o Promotor da Saúde Pública da capital, de todos conhecido, também é integrante do nosso GT, que tem uma atuação exemplar, creio que ele já tenha conhecimento dessas situações, mas reforçarei com ele as graves situações que foram aqui retratadas.

Então, muito obrigado pelo espaço, parabéns pela iniciativa e, também, continuo aqui na plateia à disposição de todos. (Palmas)

Vereadora Luna Zarattini

Muito obrigada, Dr. Eduardo Tostes, sempre presente no nosso GT, contribuindo.

Quero passar a fala para a Lydia Gama, do projeto Teto, Trampo e Tratamento, e, depois,

para a Roseli Kremer, do Comitê PopRua.

Lydia Gama TTT

É um prazer estar aqui. Sou Lídia Gama, do Teto, Trampo e Tratamento. Eu não vou estender muito a minha fala. Eu vim trazer pontos específicos que estão acontecendo lá: Início nos momentos de limpeza e nos momentos de operação, truculências e impedimento de sair, inclusive, se é pedido para sair para ir ao banheiro, eles são atacados com cacetetes e com toda a truculência que a gente já sabe. Então, se o centro está fedendo, a culpa é da GCM.

O segundo caso que eu acho extremamente importante – até é importante que o Suplicy esteja aqui - na hora da operação, eles separam quem tem pendências judiciais, e a PM está oficiando o processo de execução, fazendo esse apontamento que eles estão ali na Cracolândia, na região do fluxo, e eles estão pedindo internação compulsória ou a sustação do livramento condicional.

Isso é importantíssimo e preocupa muitíssimo, por quê? Porque o contraditório e ampla defesa não chegam ali. Até porque o ato de intimação e citação já têm uma falha, porque não existe um CEP. Então, eles não têm nem como se defender antes disso, e a Defensoria não está sendo citada. Nós temos exemplos de prisão, e a Defensoria não foi chamada para falar no processo.

Temos casos também de desaparecimentos forçados. Esses dias, tivemos a notícia de que um dos nossos beneficiários se encontra no CDP de Belém, e eu encaminhei para o CDP de Belém, para o SAP, perguntando a localização, e o SAP me falou que ele está desde o dia 4 do mês de fevereiro do ano passado preso em Osasco. Essa é a informação que nós obtivemos da SAP. Ou seja, nem eles sabem o que está acontecendo, tirando que, pelo que nós entendemos, ficou quase 20 dias em um corró antes de ir para o CDP. Então, nós já entendemos que o contraditório e ampla defesa não existem para essa situação.

Só que eu estou trazendo esse apontamento, porque a criminalização do território faz com que isso aconteça, porque, nos processos, eles colocaram um boletim de ocorrência de até quem não

fazia nem parte dos autos. Só para qualificar a Cracolândia enquanto um território perigoso e que, de fato, precisa ser contido e exterminado.

Então, essa é uma política de genocídio, porque não é só quando não se morre que se vive. A gente está vendo aquela situação ali.

Eu vim falar sobre isso aqui porque a gente precisa fazer alguma coisa quanto a isso. A gente precisa, de alguma forma, que bom que a OAB está aqui e o Ministério Público também, porque, inclusive, quando eles vão de legítima defesa, a fé pública dos Policiais faz com que isso se reverta contra eles e vira um crime de desacato e resistência. Nós temos vários ali sofrendo desacato e resistência, justamente, porque eles agiram em legítima defesa, no momento de uma truculência policial, ou seja, eles têm que obedecer e apanhar calado, porque senão ainda vão presos por conta disso.

E a última coisa que eu preciso falar aqui é que precisa ser feita uma CPI no que está acontecendo com a GCM. Porque, é lógico, eles, como todo trabalhador do Brasil, não são bem remunerados, não têm uma atenção à saúde mental e eles reverterem isso para a população. Só que é inadmissível que um plantão seja humano e o outro não. É inadmissível que eles não tenham uma estrutura para lidar com os usuários, e que tudo seja na base da violência. Tem ali mulheres que se costuraram porque não querem nem ir ao CAPS, por exemplo, e não têm um documento para ir a um hospital.

Então eu vim aqui para falar especificamente dessa GCM que está atuando no território, que é uma GCM desumana, violadora de direitos humanos, e também peço uma atenção do Ministério Público, porque quando pegam esses processos de desacato e resistência, a primeira coisa que falam é sobre o território. Que eles tenham humanização, porque o Ministério Público está pedindo penas absurdas. Ontem, inclusive, teve um juiz que perguntou se a promotora conhecia o território para falar o que ela estava falando ali na audiência.

É isso. Eu encerro aqui pedindo a atenção e principalmente aproveitando a presença do Suplicy, não que ele seja melhor que as mulheres aqui maravilhosas; lógico que não, mas ele está lá no Estado, então, tenta dar uma segurada nesse Tarcísio, porque está osso.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Lydia, muito obrigada. É muito importante esse depoimento, essa denúncia. Se você puder falar com a Paula mais desses dados específicos, desse desaparecimento forçado.

Suplicy, a Lydia falou que estava fazendo essa fala aproveitando a sua presença. Porque não só a Lydia, mas todos nós aqui consideramos você a nossa grande referência na defesa dos direitos humanos. Não tem um lugar em que o Suplicy não esteja na defesa das pessoas mais vulneráveis, das pessoas que mais precisam. O Suplicy é incansável. Eu gosto de dizer que é difícil correr atrás dele. Ele vai correndo, você tem que ir atrás. Teve um dia que a gente marcou uma reunião e ele: “Não, não, não, a reunião vai ser na desocupação, lá na zona Norte.” E fui lá pegar o carro para ir atrás e, de repente, a gente já estava fazendo a luta, mas esse é o nosso papel, esse é o papel de parlamentares na defesa dos direitos humanos, na defesa da população mais vulnerável.

E, se você puder passar, Lydia, porque acho que a gente vai encaminhando melhor assim.

Queria passar a palavra para a Roseli, e depois já se prepara, Sr. Robson, para falar. A Roseli, do Comitê PopRua, está sempre aqui conosco, sempre na luta. Obrigada e bem-vinda também, novamente, a esse espaço.

A SRA. ROSELI KRAMER – Eu queria pedir e falar da gratidão por esse espaço de fala, porque nós, PopRua, não temos. Hoje nós vivemos sitiados em São Paulo. Há tortura diária, diária, em todos os sentidos, em São Paulo, com essa higienização que existe, em geral, na zeladoria, na polícia militar, na GCM. E tem aquela frase que Paulo Evaristo Arns sempre falou: “Brasil nunca mais”. Nunca mais, não, porque é verdade a gente vive torturado, desumanizado.

Vamos falar de cracolândia, aqui do Centro. Nós estamos em todos os territórios. Locais de uso existem em São Paulo, no Brasil e no mundo, porque só muito louco a gente consegue sobreviver a tanto abandono. Porque o sistema capitalista desse governo faz a gente se viciar diariamente.

Não é possível, porque nós não temos um lugar para ficar, não temos água, não temos banheiro, não temos nada, e eles tiram o nada da gente. Infelizmente. E com essa PEC 45, que é um retrocesso às políticas de droga, de legalização e discriminação, aí que o bicho vai pegar mesmo. Aí nós vamos ocupar, vão ter que construir muitos e muitos presídios.

Qual é a reparação humana, social, que nós precisamos? Precisamos ser acolhidos, precisamos de uma terapia alternativa e não presos para sermos tratados.

Eu tenho 62 anos e sou usuária de maconha. Se eu não fumasse, já estaria morta. Sabe por quê? Porque é muito desumano o que nós vivemos. Há o suicídio, há todos os tipos de violência, adrenalina, de onde veio a bala, de onde veio o chute? Porque nem descansar a gente pode, ou a gente é chutado ou a gente é morto.

Quantos estão desaparecidos? Quantos que ninguém fala? Sabe, o pessoal LGBTQIA+ são mortos, os trans, que ninguém fala, porque nós vivemos uma violência do governo e das pessoas que estão também na rua. Violência gera violência. Hoje a gente não tem segurança em lugar nenhum. A gente fala de uma pessoa comum e aqueles que são deficientes, que estão aí na rua? Os idosos, as crianças que sumiram, desapareceram das ruas, cadê elas? Cadê elas? Porque o tráfico de crianças, o tráfico de órgãos é liberado.

A venda de armas dentro do sistema de segurança sobe. Foram postos mais de 2.500 policiais da PM, 2.500 novos da GCM, sem preparo nenhum. Sabe, eles são preparados para a destruição. Eles já saem com sangue no olho para matar, porque eles são condicionados, porque eles têm direito a serem folgados, a não andar com câmeras, sabe? Agora com esse negócio de registro

pela face, quantos estão sendo presos aí? Sem um tratamento, sem uma terapia alternativa, cadê a nossa vila, que eu tenho pedido tanto? Uma vila para a cracolândia, para os usuários, para que tenha uma vida, que a gente tenha portas de saída, a arte e a cultura são transformadoras.

Como, se o PopRua não pode estar aí na rua trabalhando sem ter algum acolhimento. Qual é a garantia? A gente não tem. A gente só tem coisas sucateadas de baixo, de baixo, que é o que sobra, porque eles põem no bolso, porque vem muito dinheiro para nós, para projetos, para saúde, para tudo.

Eu tenho pedido um CAPS, há quatro anos que eu venho pedindo um CAPS para estar na rua, porque não é só drogas e álcool, é emocional, é a violência que a gente passa diariamente em todos os lugares. A gente vai procurar alguma ajuda, não, você é jogado para lá e para cá. Para que isso? Cadê o comprometimento legal, humano, a ética e a moral desses governantes? Cadê? Porque são eleitos, para quê? É uma máquina de manobra que existe para uma desclassificação e para baixar o preço dos imóveis do Centro, para o nosso governador vir com o seu castelinho para cá. Nós vivemos em mundos paralelos, o mundo de Ricardo Nunes e o mundo da rua.

E eu vou falar para vocês, a rua morre diariamente, e não é só aqui em São Paulo, é no Brasil e é no mundo. E o que funciona, eles não querem que a gente continue. Tudo que funciona dá errado, né? Falam de corrupção, mas cadê? Onde começa a corrupção nesse governo, que é geral e em todos os sentidos?

Agora, com essa PEC, a gente vai ter que começar a discutir o que a gente vai fazer, como a gente vai conseguir sobreviver a tudo isso. Agora na Alemanha foi aprovado o uso da *cannabis*, certo? E é dinheiro, é trabalho, é geração de renda, é saúde. Sem falar nos cogumelos, que também é saúde e é provado mundialmente que dá certo a terapia.

E aí? Ninguém faz nada, porque o que dá certo não interessa. Vamos continuar massacrando esse povo enquanto tiver esse Governo, porque a com a gente ganham muito, muito

mesmo com a gente. A gente tem que ter políticas públicas que sejam reais, reais! Porque além do Padre Júlio Lancelotti, a parafobia está aí, e quem usa? Ninguém, não dão acesso a isso. Aqui, o nosso Governo, a segurança pública, eu já falei, eles deviam ser presos, porque eles violam todos os direitos fundamentais, que é vida. A gente é condenada a sol, chuva, qualquer tempo, é uma repressão, sabe? É uma repressão emocional geral, humana é o ódio que se propaga diariamente na rua. A população, o comércio, não quer Pop Rua na sua calçada. E aí? Onde a gente fica com isso? Enquanto é gasto milhões e milhões para restaurar essas calçadas, aí está tudo bem. E agora com o desmonte do Centro, vai ser a maior desapropriação, quer dizer, muitos vão para a rua. Se você acha que têm muitos na rua, mais de 60 mil, porque para mim já tem uns 90 mil, em quantos nós vamos chegar nas ruas? E para aonde a gente vai? Vai ser assim extermínio total? Põe no paredão e metralhadora? Não precisa, porque com o abandono, a gente vai se matando, há suicídios. Quantos jovens estão se matando? Quantos idosos estão se matando porque não têm ajuda? Então, eu acho que é hora de parar, pensar e fazer alguma coisa mesmo, real para essa Cracolândia, porque não é só aqui no Centro, os locais de uso estão em todo território. Seria tratar essas pessoas com dignidade uma porta de saída mesmo que daria resultado. Certo? Porque eu estou aqui, eu não me matei, eu estou super deprimida, porque não tem alimentação, a gente está brigando por moradia, a gente está brigando pela vida, entendeu? E o que me deixa de pé, lutando, é a minha *cannabis* diária para eu aguentar essa loucura, essa falta de compromisso do Governo com a gente, porque é um absurdo, porque direito nós temos, está aí, mas quem é que faz?

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Roseli. Vou passar agora para o Seu Robson. A Juliana não está mais inscrita. Depois do Seu Robson, eu vou passar a fala para a Vereadora Silvia, para o deputado Eduardo Suplicy, para podermos comentar sobre essas falas. Tem a palavra, Seu Robson.

O SR. ROBSON MENDONÇA - Boa tarde a todos, todas e todes. Quero, na presença do Suplicy e da Luna, cumprimentar os demais da Mesa.

Eu acho que é muito importante esse debate, esse GT sobre a Cracolândia. Ou seja, usando a palavra que algum f*lh* d* p*t* resolveu botar, porque não existe Cracolândia, existe o Bairro da Luz. Então, eu não aceito esse Cracolândia. O Dr. Eduardo Ferreira Valério, que o nobre Promotor acho que conhece, disse uma vez: o Ministério Público precisa ser provocado para poder fazer alguma coisa. Mas às vezes dá medo de provocar o Ministério Público, porque eu me lembro bem da Dra. Fernanda Leão, Nara Leão..., que solicitou a presença de um prefeito na cadeira e ela foi excluída do Ministério Público. Fizemos até um manifesto aqui na Casa e ela disse que não adiantava voltar porque já vai estar aquele negócio meio... Então deixa eu aqui mesmo. Isso é para ver como é a ousadia, a máfia que comanda São Paulo.

A IOP da Guarda Civil Metropolitana, eu digo uns idiotas, porque imitam a ROTA quando trabalham com população de rua. Passaram lá na minha rua, gritando; IOP é mau, IOP quebrão, quebra geral, IOP é mau, quebrão, quebra geral. Isso é idiotice, é uma idiotice, é ser canalha gritar esses gritos de guerra.

A Polícia Militar, onde tem bandido fazendo o que quer, e aí vão lá proibir o Museu da Língua Portuguesa de dar água à população de rua. Olha que absurdo, proibir de dar alimento à população de rua. O que eles querem? Transformar seres humanos em marginais ou exterminá-los da face da terra? É esse o papel da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia Militar do Estado de São Paulo? Esse é o papel dessas polícias ou milícias exterminadoras dos menos desfavorecidos da Cidade? Agora, eu não culpo tanto os policiais ou a guarda, eu culpo o comando maior, o Governador e o Prefeito, que não são homens suficientes para botá-los no lugar deles, fazerem o seu papel deles. Se os comerciantes reclamam da população de rua e não querem nas suas lojas, porque defecam, urinam, deviam não querer um Prefeito e um Governador que não botou banheiro para eles

na Cidade, e não só para eles, mas para todo cidadão que chega nesta cidade, não tem banheiro público. Aí vão proibir de usar banheiro, proibir de alimentar, proibir de tomar água, depois proibir de se vestir, já estão proibidos de dormir nas calçadas, porque é jato d 'água, é chute, é cassetada, é *spray* de pimenta. Até quando, Srs. Vereadores, até quando, Srs. Deputados, até quando, Srs. Senadores, vamos admitir que bárbaros como esses sejam exterminadores de uma classe menos favorecida do nosso País? Leito na Cidade, para quem quer dormir, não tem. Eu tenho lá, eu recebo 300 pessoas para dormir, enquanto eu boto lá dentro 300 para dormir, tem 200 na porta atrás de vaga, e eu não tenho. Aí dizem: “ah, não querem ir por causa da regra”, é mentira. Às vezes não vão para algum equipamento porque tem aquela imundice, onde tem muquirana, tuberculose, paredes forradas de sangue, maltrato dos funcionários, despreparo. Tem muitas ONGs boas, assim como tem alguns policiais bons, mas tem muitas ONGs que fazem p*t*r**, desviam dinheiro, desviam alimentos, desviam tudo. Então é preciso realmente ter um olhar diferenciado para essa questão da população de rua.

Os companheiros estavam falando sobre internação. Uma senhora que estava estudando lá no Centro de Formação e Capacitação da População de Rua, pediu internação, implorando para tudo que foi canto, não conseguimos. Ela matou o tio dela e tentou se matar. Ela foi presa. Durante o tempo que ela ficou presa, ela conseguiu se abster um pouco da droga, mas depois saiu e voltou para a droga de novo, porque já saiu revoltada. Um outro cidadão pediu internação, não conseguimos, se atirou de cima do viaduto. Esses dias um outro pediu internação, liguei para a Soninha Francine, que entrou em contato com todo mundo, ela é Secretária de Direitos Humanos, conseguiu a internação, levamos o rapaz até lá, e simplesmente recusaram recebê-lo. Aí falam em internação compulsória. Vamos internar compulsoriamente esse pessoal, vamos pegar aqueles caras que não têm força nem para levantar o braço, botar no paredão, porque são bandidos perigosos? É pior do que o PCC, tem que chegar a Guarda, a Polícia Militar, botar tudo ali sentado na roda, sentado em cima da mão,

proibido de urinar, proibido de fazer suas necessidades fisiológicas, porque são usuários, são dependentes químicos. Olha o absurdo que chegou São Paulo, é revoltante ver isso.

Eu acredito que para muitos Vereadores, muitos Deputados e muitos da sociedade civil, ou seja, isso serviu para eleger alguns impostos que estão aí, e para muitos do Ministério Público, mas isso é revoltante. Mas também sei que têm muitos que aplaudem: “é assim que tem que ser feito mesmo, é assim que pode ser mesmo”. E eu não tenho trava na língua, nem papo na língua para falar o que tem que falar: esses imbecis que se lasquem, precisamos tratar todos como um ser humano, porque todos são seres humanos. Se morador de rua é praga, se morador de rua é problema, o primeiro morador de rua que foi problema, que a polícia matou, foi Jesus Cristo, que não teve nem onde nascer, quanto mais onde morar. Então é por isso que essa população é perseguida até hoje.

Então peço à nobre Comissão que procure fazer um requerimento para saber porque a Polícia Militar quer proibir a população de rua de tomar água na cidade de São Paulo, se essa é uma função, papel da Polícia Militar. E por que o Iope tem esse logo, quebrando, quebra geral, se tem um logo na viatura dele, amiga, protetora. Que proteção é essa que quebra?

A Polícia e a Guarda era para ser respeitadas. Sabe por que a pessoa não respeita? Porque tem medo. Quando vem a viatura, todo mundo fica com medo, seja da CGM ou da PM; fica com medo, não sabe o que vai acontecer, se vai ser forjada alguma coisa contra ele ou se vai acontecer alguma coisa com ele. Nós já tivemos polícia respeitada e precisamos ter polícia que tenha o respeito do cidadão e não que o cidadão tenha medo dela.

Era isso. Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) - Muito obrigada, seu Robson.

Agora eu vou passar a fala para a Vereadora Silvia e depois vou passar para o Deputado Eduardo Suplicy, para considerações finais.

Então, só retomando, o papel desse GTI é um papel de escuta de várias frentes, então a

gente já escutou secretarias municipais, secretarias estaduais, especialistas em diversos temas na área da saúde, na área da educação, na área da cultura. Hoje a gente teve um grande espaço com trabalhadores e ex-trabalhadores da questão da Cracolândia, então a gente está escutando esses trabalhadores. E a gente pretende continuar essas escutas, pretende fazer visitas, pretende também elaborar um relatório para que a gente tenha políticas efetivas de saídas qualificadas para essa população, para a população de rua também.

Vou passar agora para a Vereadora Silvia e depois para o Deputado Eduardo Suplicy fazer uso da palavra.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Obrigada, Vereadora Luna, Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Queria cumprimentar o Deputado, sempre Senador e sempre Vereador, Eduardo Suplicy. É um prazer sempre recebê-lo na Câmara. Queria cumprimentar também o Gabriel, o Diego - vamos ver se eu lembro os nomes -, o Dentinho, a Roseli, o seu Robson.

Eu não estava aqui, mas eu acompanhei toda a reunião pelo modo virtual, então eu ouvi todos os depoimentos de vocês. Queria, primeiramente, dizer que os profissionais e os ativistas que falaram aqui são muito capacitados...

Ah, e a Rosângela também que está lá.

São uma prova de que nós temos, sim, capacidade, de que nós temos profissionais totalmente competentes para solucionar problemas que são até de simples solução e que não são solucionados por falta de vontade política e por uma outra concepção até do que seriam. Eu acredito que, pelas falas, eu fiquei refletindo duas coisas. A primeira é que existem duas concepções de seres humanos. Para nós, os seres humanos têm que ser respeitados, são sujeitos, têm história, têm direitos. E, para eles, na verdade, tem aqueles que são os seres humanos, que são eles mesmos, e tem aqueles que não são nem humanos, que são números, e que não são tratados como seres humanos.

E eu estava pensando que a gente tem um Estado Democrático muito frágil, porque muda

governo e muda tudo. Como pode? Mudou o Governo do Estado e mudou uma política que estava dando certo, como o Cratod. Eu estava ouvindo você, não estava aqui, mas eu estava te escutando pelo celular. E como é que mudou tudo?

A gente não tem uma democracia a ponto de as políticas públicas serem políticas mais fortes do que os governos. Os governos no Brasil mandam e desmandam. Entra um prefeito, entra um governador, desmonta completamente políticas que estão dando certo. A gente tem outro exemplo, inclusive, Luna, da política do aborto legal que foi desmontada no hospital; uma política de excelência nacional que foi desmontada no hospital Vila Nova Cachoeirinha. Então, assim, constitucional.

Então, assim, o poder que esses prefeitos e que esses governadores e, no caso, o Presidente da República têm é muito grande, e o poder que os conservadores têm também é muito grande. Então a gente precisa, ao mesmo tempo, mudar governos, porque é verdade que a gente precisa de governantes que possam apoiar políticas públicas progressistas e democráticas, mas a gente também tem que ter um caminho, eu acredito que não é no curto prazo, mas no médio e longo prazo, de fortalecer políticas públicas capazes de perdurarem a governos, políticas de Estado. O Estado Democrático tem que ser mais forte do que o governo de plantão.

Então é um absurdo o que o Governo do Estado está fazendo, é um absurdo o que o Prefeito de São Paulo está fazendo. Então a gente só vem aqui mesmo reforçar que comissões como esta, presididas por uma Vereadora que tem uma concepção humana, de fato, são muito importantes dentro do Legislativo. E que a gente possa fazer requerimentos, que a gente possa questionar efetivamente os Poderes constituídos, porque eles não podem fazer o que eles querem.

O Subprefeito da Sé, que a gente oficiou, eu aprovei um ofício do nosso mandato hoje, para que o Subprefeito da Sé e a Polícia Militar estejam presentes na Comissão Direitos Humanos para serem questionados por que eles estão proibindo as ONGs de entregarem alimentação para a

população em situação de rua. O Prefeito deu uma declaração pública dizendo que é isso mesmo, que não pode.

Então, assim, é muito grave isso, passa por cima de direitos constitucionais. Ele não pode fazer o que ele quer porque ele está sentado numa cadeira. Existe política pública que tem que ser respeitada, existe legislação que tem que ser respeitada. Então eu acho que esta Comissão tem que ver quais mais requerimentos podem ser feitos. Agora o Sr. Robson acabou de falar que não é só alimentação, que é água também, que estão proibindo a população em situação de rua de tomar água, que pessoas deem água para eles.

Então, assim, é tudo muito grave e acho que os espaços, mesmo sendo espaços minoritários que a gente ocupa na Câmara dos Vereadores, ou mesmo na Alesp, devem servir, têm que servir para a gente poder fiscalizar, para a gente fortalecer as políticas públicas e as legislações progressistas, enquanto a gente ainda não consegue mudar de fato os governos e mudar de fato o Estado como a gente persegue essa mudança.

Obrigada, Vereadora Presidente. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) - Muito obrigada, Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

E agora eu vou passar para o Deputado Eduardo Suplicy fazer uso da palavra e comentários desta nossa reunião do GTI.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y - Bem, quero dizer que ouvimos depoimentos de muita relevância para sabermos melhor o que se passa nas ruas de São Paulo, especialmente ali na região da Cracolândia. Tendo em conta os depoimentos que foram feitos aqui, eu fiquei...

Alguns de vocês mencionaram a evolução dos programas. Durante o Governo Fernando Haddad houve o programa De Braços Abertos, que levava em conta o pensamento da redução de

danos, mas que foi substituído pelos programas Redenção e com outros nomes também, mas que não conseguiram resultados mais positivos do que os que haviam sido registrados pelo programa redução de danos.

E eu até queria informar: lá na Assembleia Legislativa, nós formamos uma frente parlamentar em defesa da *cannabis* medicinal e do cânhamo industrial, e que justamente vai realizar uma reunião e eu quero informá-los. Em princípio está marcada para dia 26 de junho, de manhã, das 10h às 12h. Eu gostaria de convidá-las para estar ali presentes, porque nós vamos, nesse dia, ouvir algumas mulheres que estavam viciadas – uma, por exemplo, com a cocaína; outra, com o *crack* – e conseguiram se libertar tanto da cocaína quanto do *crack*, com a gradual utilização da *Cannabis* medicinal. Então, nós vamos ouvir esses depoimentos. Eu acredito que sejam relevantes para o propósito desta Comissão e por isso eu gostaria de convidá-las para estar presentes. Em princípio, está bem marcada esta reunião. Se houver qualquer mudança, por alguma circunstância, eu avisarei, mas já podem anotar.

Eu acho que nós avançamos bastante, hoje, em ouvir os depoimentos, inclusive, do Ministério Público, dos representantes do PopRua, como a Roseli e o Robson, para nos informarmos mais a respeito. Então, acho que é uma reunião que avançou bastante e vou precisar ser breve, agora, também.

Parabéns a vocês. Vamos continuar o nosso trabalho.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Primeiramente, eu quero, novamente, agradecer a presença dos Srs. Gabriel Pereira, Rosângela Nimia e Diego Rennó. Agradeço, também, as falas do Sr. Clayton, o Dentinho. Agradeço a presença do Sr. Flavio, representando a OAB, do Sr. Eduardo Tostes, Promotor, da Sra. Lydia Gama, que falou pelo projeto Teto, Trampo e Tratamento, da Sra. Roseli Kramer, do GT do Comitê PopRua, e do Sr. Robson, também, pelo uso da palavra e por trazerem todas as colocações muito pertinentes sobre todo esse processo das políticas públicas

em relação à população em situação de rua e em relação, também, à população mais vulnerável.

Esta Comissão, a partir da construção do Grupo de Trabalho Interinstitucional, junto à Alesp, junto ao Deputado Eduardo Suplicy, tem como primeira tarefa a escuta. Não há como fazer políticas públicas no nosso país, que é um país extremamente desigual, sem a escuta e a participação da população, principalmente daqueles e daquelas que constroem esse tipo de política em uma região central como a região da Cracolândia, principalmente das pessoas que aqui estão representando entidades, representando movimentos, representando essa luta e essa resistência que acontece na nossa cidade. Então, eu acho que esse primeiro papel da escuta é fundamental nesse grupo de trabalho, para pensarmos, sim, políticas públicas eficientes.

Se a condição da população em situação de rua na cidade de São Paulo é grave, mais grave ainda é termos uma série de perseguições a entidades, a ONGs, que fazem doação de alimento, de água, de roupas e de cobertores para essa população. Essa perseguição temos visto acontecendo por parte da GCM e da Polícia Militar. Temos visto, dentro desta Casa, Vereadores que estão buscando criar leis para perseguir aqueles que fazem doação, aquelas entidades que atuam na região central, em vez de perseguir um dos grandes problemas da cidade de São Paulo, que é a vulnerabilidade, que é a fome. É o grande problema da nossa cidade: 52 mil pessoas em situação de rua. Se a situação da pobreza e da vulnerabilidade é grave, mais grave ainda é o que foi colocado aqui, por perseguição aos trabalhadores, que fazem esse trabalho de assistência, de saúde, de direitos humanos, na região da Cracolândia. Mais grave ainda é termos violação de direitos, como o direito de defesa e do contraditório. As pessoas estão sendo punidas, principalmente porque elas são pobres e porque elas não estão escolhendo estar nas ruas e nem nessa situação de vulnerabilidade. Mais grave ainda é termos internações compulsórias, como foram colocadas aqui, de maneira totalmente ilegal e ruim para a política em que acreditamos.

Contudo, eu acho que nesta reunião tivemos uma tônica muito parecida nas falas, que foi

repetida – e foi repetida porque eu acredito que a política que defendemos é essa política do cuidado, a política do tratamento humanizado, uma política interdisciplinar, que busque saídas realmente qualificadas para essas pessoas, respeitando os direitos dessas pessoas, a perspectiva de compreender as pessoas como sujeitos de direito, e não como objetos, e não como não pessoas, porque é muito do que vemos, esse trabalho em rede tão necessário, de que precisamos. Então, eu acho que isso é uma tônica que foi trazida à reunião pelas pessoas que falaram.

Eu acho que é algo que devemos levar ao nosso relatório, porque essa tônica da política do cuidado, do tratamento humanizado, de colocar as pessoas como sujeitos políticos, como sujeitos de direito na nossa sociedade, permite que pensemos essas políticas em outra perspectiva, em uma política de combater a vulnerabilidade social, e não combater o uso de substâncias, mas que não permitamos que as pessoas cheguem a uma situação degradante e vulnerável, como chegam, hoje em dia, na nossa cidade. Essa tônica tem de ser colocada aqui, de modo a ter formação entre os trabalhadores, formação entre as polícias, garantia de direitos, pensando políticas públicas de maneira efetiva.

Vamos realizar requerimentos em relação à PM e à GCM, a esse impedimento de doações e tudo mais. Já estamos, no nosso mandato, fazendo isso por meio do Instituto CEU Estrela Guia. O Mãos na Massa também nos procurou. A Vereadora Silvia da Bancada Feminista também colocou aqui um requerimento para convidar representantes do Poder Público para explicar essa situação. Esse requerimento foi aprovado na reunião de hoje. É um requerimento muito importante da Vereadora Silvia da Bancada Feminista e nós vamos trabalhar muito para continuar fazendo essa escuta, fazendo visitas, também, *in loco*, para buscarmos mais elementos e, depois, elaborarmos esse relatório que vamos enviar ao Poder Público, para garantirmos que tenhamos pessoas trabalhando em segurança, em condições adequadas, com uma política de cuidado, uma política humanizada. Que isso seja uma diretriz das Secretarias e da nossa Prefeitura de São Paulo.

É por isso que estamos trabalhando arduamente para isso e eu acredito que esse GTI tem cumprido esse papel de escuta, de acolhimento e, também, de pensar políticas públicas efetivas.

Muito obrigada.

Alguém tem algo mais a declarar?

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Se me permite, vocês conhecem muito bem que eu tenho batalhado muito pela renda básica universal e está constituído o grupo de trabalho que, juntamente ao Governo do Presidente Lula, está estudando quais os passos que nós vamos ter, para gradualmente passar do programa Bolsa Família até a renda básica universal. Isso também vai estar presente em nossas reflexões. Então, gostaria de acrescentar esse ponto.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Deputado. Realmente, a política da renda básica de cidadania é uma política de redução de danos. É uma política de redução de vulnerabilidade, porque permite que as pessoas tenham um patamar de viver muito melhor do que têm, hoje. Eu tenho certeza de que, quando implementada, de fato, vamos ter uma situação muito diferente nas cidades, nas capitais, muito diferente do que temos, hoje.

Então, se ninguém mais tem nada a declarar, declaro encerrada esta reunião da Comissão de Direitos Humanos, do Grupo de Trabalho Interinstitucional da Cracolândia.

Muito obrigada pela presença de todos e de todas.

7º Reunião do GTI da Cracolândia, na Câmara Municipal de São Paulo em 08/08/2024 . Oitiva das entidades do terceiro setor que realizam trabalhos na região conhecida como Cracolândia.

Participantes

1. Luna Zarattini - Vereadora e Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da CMSP.
2. Luana Alves – Vereadora membro da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da CMSP.
3. Silvia da Bancada Feminista - Vereadora membro da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da CMSP.

-
4. Eduardo Suplicy – Deputado Estadual – Presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALESP - on-line
 5. Carlo Cauta Belot – representante do Pagode na Lata
 6. Carmen Lopes – Coletivo Tem Sentimento
 7. Lídia Gama– Teto, Trampo e Tratamento
 8. Dania Amorim – É de Lei117
 9. Ananda Portaro – É de Lei
 10. Viviana Torrico – Solidariedade Vegan118
 11. Arthur Pinto Filho – Promotor do Ministério Público
 12. Sônia Maria – Moradora
 13. João Carlos de Souza – Morador
 14. Cecília Galízia Brandão – COMUDA – Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Álcool e Outras Drogas

Vereadora Luna Zarattini

Bom, agora eu queria passar para a nossa pauta do grupo de trabalho em relação à Cracolândia. O tema da nossa reunião hoje é a escuta das entidades do terceiro setor que realizam trabalhos na região conhecida como Cracolândia.

Queria anunciar a presença, de forma on-line, do nosso Deputado Eduardo Suplicy, que também faz parte e é membro desse grupo de trabalho enquanto Presidente da Comissão de Direitos Humanos na ALESP. Agradeço muito a sua presença, Suplicy, é sempre muito importante você por

aqui. Queria saber, Suplicy, se você quer fazer o uso da palavra agora ou se você acredita que eu tenha que compor a mesa para depois passar a palavra para você. O que você preferir.

Suplicy, você pode abrir o seu microfone? Nós te vemos muito bem, mas não estamos te ouvindo.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y - Sim, primeiro quero cumprimentar e apoiar o requerimento da Vereadora Silvia e, também, dizer que, tudo bem, primeiro vamos compor a mesa. Podem chamar as pessoas que estarão na mesa, por favor, que foram convidadas.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) - Muito obrigada, Deputado, nosso eterno Senador Suplicy.

Vou compor a mesa, então, com as entidades aqui presentes. Primeiro eu queria convidar o Pagode na Lata, quem o está representando é o Carlo Calta Belotti. Vou chamar também o Coletivo Tem Sentimento, Carmen Lopes. Também queria chamar a entidade Teto, Trampo e Tratamento, Lydia Gama, venha à mesa. Também convido Centro de Convivência É de Lei, Dani Amorim e Ananda Vieira Portaro. Também convido Solidariedade Vegan, Viviana Torrico.

Composta a mesa com as entidades presentes, apenas para relembrar que esta é a nossa última reunião aberta em relação à escuta de vários setores.

Então, a gente já escutou Secretarias Municipais, Secretarias Estaduais, o Poder Público, pesquisadores, moradores, também temos moradores presentes, agora estamos escutando as entidades.

É um espaço desse GTI de a gente ouvir e escutar pessoas que têm ações, vivem no território ou estão nesse território, para que a gente possa organizar, a partir desse GTI, um relatório que tenha recomendações para a Prefeitura de São Paulo em relação às questões da Cracolândia, que é uma questão que se arrasta na cidade de São Paulo há 30 anos, num território onde a gente tem a

vulnerabilização de pessoas, onde há uma dificuldade muito grande de atuação das políticas públicas de forma coesa, de forma integrada, para que a gente tenha, realmente, portas de saída; primeiro, para as pessoas que estão nessa situação, que a gente consiga ter essas portas de saída, mas muito mais que a gente impeça, também, ações violentas, truculentas, como a gente tem visto nos últimos anos.

Então, eu queria dizer que esta reunião também vai ser superimportante, passar a fala para o Deputado Estadual Eduardo Suplicy, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALESP e é membro, também, desse GTI, para fazer uso da palavra.

Muito obrigada, Suplicy, pela sua presença.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY - Meus cumprimentos, querida Vereadora Luna Zarattini, Presidente deste grupo de trabalho que envolve tanto a Câmara Municipal como a Assembleia Legislativa de São Paulo. Cumprimento os representantes das diversas entidades que agora compuseram a mesa e todos os presentes.

Fico feliz de realizarmos mais um encontro deste grupo de trabalho, que trata de fundamental questão da cidade de São Paulo: as dinâmicas do território chamado Cracolândia.

Hoje é um dia muito importante no nosso planejamento a escuta das organizações do terceiro setor que atuam no território. Já pudemos ouvir os representantes dos governos municipal e estadual, os comerciantes e os moradores e, no nosso último encontro, ouvimos os trabalhadores dos serviços públicos que ali atuam.

Em julho tivemos uma visita no CAPS Redenção e, também, tivemos a oportunidade de ir à localização atual do chamado Fluxo, definida pela Prefeitura de São Paulo, que fica na Rua dos Protestantes.

O dia de hoje se torna importante, não apenas para ouvir aqueles que se dedicam a melhorar a qualidade de vida das pessoas que ali convivem, mas, também, pelo processo constante de tentativa de criminalização que estas organizações passam.

Aqui mesmo, nesta Casa, um vereador tentou, até o fim, criminalizar organizações que executam serviços que deveriam ser políticas públicas de saúde, de Direitos Humanos, de cultura, de assistência social e de trabalho.

Há dois dias aconteceu mais uma operação policial na região que nos preocupou bastante. Não vamos nos opor ao trabalho da Segurança Pública, mas é que, entretanto, recebi algumas denúncias de violações de Direitos Humanos, presenciada pela minha Assessoria, em que várias pessoas foram despejadas dos seus locais de moradia, os hotéis e pensões, sem qualquer acompanhamento ou encaminhamento para Assistência Social, Conselho Tutelar, entre outros, que são obrigatórios nos casos de despejo.

É necessário garantir dignidade para que essas pessoas não fiquem em situação de rua e, por isso, precisamos cobrar o Poder Público para não vulnerabilizar ainda mais quem já é tão vulnerabilizado.

Quero deixar registrado, também, que estou acompanhando o caso de Janaína Xavier, que eu sei que muitos estão preocupados, assim como eu, e queremos que a justiça seja feita.

Conheço a Janaína Xavier há muitos anos, há décadas já; sempre estive junto ao meu trabalho na Câmara Municipal, bem como quando era senador; e sempre acompanhei os passos dessa mãe de dez crianças, que hoje está detida. Eu, inclusive, me disponho a prestar o meu testemunho sobre todo o trabalho que ela tem feito, morando ali na região da chamada cracolândia.

Por isso, agradeço às organizações aqui presentes que poderão compartilhar suas experiências e avaliações da situação atual do território. Todo o trabalho organizado por vocês contribui cotidianamente para o bem-estar das pessoas. Assim, peço que tenhamos uma escuta muito atenta, com extremo respeito a todas as manifestações, para que possamos desenvolver um trabalho eficiente para os nossos objetivos. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada. Suplicy, muito obrigada

pela sua colocação, pela sua fala. É muito importante sua presença aqui. Foi você que iniciou o trabalho do GTI, enquanto vereador. Neste momento, esse processo de escuta está terminando e a gente está vivendo um momento bastante crítico e de instabilidade.

Queria dizer que a gente vai passar a palavra para as pessoas da Mesa e também anunciar os membros do GTI que estão presentes: primeiro, o Promotor Arthur Pinto Filho, do Ministério Público. Se quiser pode fazer uso da palavra, após as falas da Mesa. Muito obrigada pela presença. Também tem alguns moradores aqui presentes: Sônia Maria e João Carlos Andrade Cardoso Júnior. Se quiserem, podem fazer uso da palavra após os membros da Mesa.

Meu Deus, tem dois João Carlos.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Certo. Quem está presente é a Sônia Maria e o João Carlos de Souza.

Depois, se você quiser fazer uso da palavra, fique tranquilo, mas primeiro, a gente precisa ouvir as pessoas da Mesa e quem faz parte do GTI. Está bom?

Vamos lá. Queria dizer também que eu vou tentar ser um pouco rigorosa no tempo, porque tem muitas pessoas e eu acho que a gente precisa conseguir se ouvir. Primeiro, queria chamar, para fazer uso da palavra, o Pagode na Lata. Não? Está bom. Então, vou começar com a Carmen Lopes, do Coletivo Tem Sentimento, por dez minutinhos. Pode ser? E eu aviso quando faltarem três.

Carmen, muito obrigada, por todo o trabalho, por toda a resistência, por estar aqui presente conosco.

A SRA. CARMEN LOPES – Bom dia a todos. Meu nome é Carmen Lopes. Eu sou coordenadora, presidenta do Coletivo Tem Sentimento. A gente atua ali na região da cracolândia.

Atualmente, o fluxo fica bem em frente à nossa ONG.

Eu vim aqui apresentar o nosso trabalho, que se chama Coletivo Tem Sentimento. Eu

queria começar desde quando começou.

- Oradora passa a se referir às imagens exibidas.

A SRA. CARMEN LOPES – Nessa tela, gente, o Tem Sentimento, que começou no Largo General Osório. Eu comecei a trabalhar naquele território em 2013. Atuei lá tanto como orientadora socioeducativa, como assistente social, até 2016. E quando eu comecei a atuar naquele território, comecei também a fazer ações de autocuidado para mulheres cis e trans daquele território. Durante a semana, eu atuava diretamente no fluxo e, no final de semana, eu fazia uma ação no Largo General Osório, que fica um pouco distante.

Pessoal, essas são as ações que a gente fazia lá no Largo General Osório, levando autocuidado para aquelas pessoas que também frequentavam o fluxo, mas era o momento de estar em outro espaço.

Nessa imagem, gente, eles estavam fazendo qualquer atividade. Tinha um bazar, e a gente colocava nele as doações recebidas. As pessoas que participavam das nossas atividades recebiam um vale-treta. Treta naquele território é troca. Então, eles recebiam vale-treta, iam nesse bazar e escolhiam aquilo que eles queriam. Eles poderiam participar várias vezes da mesma atividade ou outra e sempre ganhavam um vale-treta.

E foi daqui que surgiu o Coletivo Tem Sentimento.

Gente, depois disso, eu fiz uma ação pensando na situação dessas mulheres em vulnerabilidade. Nessa ação, elas poderiam costurar a sua própria calcinha, pensando numa necessidade muito grande que as mulheres têm em situação de rua. Se fala em absorvente, mas, infelizmente, para aquelas mulheres é mais importante ter uma calcinha do que um absorvente. Por isso foi pensado nessa oficina, onde elas costuravam sua própria calcinha.

Daí veio a necessidade, a ideia, o intuito de se fazer um projeto de geração de renda através da costura. Porque ali, na costura, deu para identificar que elas tinham uma memória muito

afetiva da família: “Minha mãe costurava, minha tia costurava”. Por isso foi pensado no projeto de geração de renda. E, quando se pensou no projeto de geração de renda, teve que se pensar em um espaço para o Coletivo, porque não dava mais para ficar só na rua. E a gente ocupou um prédio que tem ali na rua dos Protestantes, onde está o fluxo hoje. Foi ocupado esse prédio, onde a gente começou o nosso trabalho de costura.

Aí veio a pandemia e a gente passou a atuar dentro do Teatro de Contêiner, fazendo máscara para entregar para essa população. Então, a nossa produção já passou a ser para atender a demanda da população em situação de rua.

Depois, durante a pandemia, a gente conseguiu uma sede nossa, que fica dentro do espaço do Teatro de Contêiner. Hoje a gente tem três contêineres. E a gente conseguiu apoios da iniciativa privada, conseguiu adquirir equipamento, e hoje elas têm curso de costura.

Nessa imagem, a inauguração da nossa sede.

Bem, gente, a partir daí a gente começou a dar curso de costura para essas meninas, e elas recebiam uma bolsa de 500 reais. A gente fala: “é pouco”. É, mas para uma pessoa que está ali diariamente com a gente receber uma bolsa por mês de 500 reais é porque, realmente, ela quer estar lá e quer, de alguma maneira, mudar o sentido da sua vida.

E o Tem Sentimento trabalha muito na inclusão social. E a gente acredita muito, como faz diferença essas pessoas poderem estar inseridas financeiramente. O quanto isso é importante para essas pessoas. Porque você fala: “tem inclusão social”, mas precisa ter inclusão financeira para elas poderem sair da situação em que elas estão.

Hoje, fazemos também muitas atividades fora do território, mas é a partir do momento que as meninas têm o aprendizado dentro do coletivo.

Deixe-me dar uma respirada. Dá uma pressão, são dez minutos e você quer falar bem rápido. (Pausa)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) - Você quer uma água, Dona Carmen?

A ASRA. CARMEM LOPES - Ah, eu quero.

Hoje temos, nós começamos mais ou menos com sete meninas, hoje têm aproximadamente 70 pessoas no Tem Sentimento. Além do corte e costura, temos crochê. A pessoa chega lá, e não quer dizer que todos vão saber costurar, mas temos que olhar qual é a habilidade da pessoa, e o Tem Sentimento tem bastante esse olhar.

Hoje temos parceria com a Secretaria do Trabalho, onde elas recebem a Bolsa do Pote para estarem lá por seis horas, e o Tem Sentimento arca com todo o custo do professor, do material. Mas também é importante o poder público apoiar esse projeto, porque é bem difícil pensar em fazer um trabalho e para fazer não ter o apoio financeiro. Então, as ONGs que conhecemos, que estão atuando, gente, é só na base de milagre, porque é bem difícil atuar naquele território, todos sabem o quanto somos estigmatizados só por estar lá. Ali é um território que tem um sofrimento geral, sofre morador, sofre usuário, sofre comerciante, todos ali sofrem. Aí perguntamos: e o poder público sofre com a gente ou não? Sempre fica essa dúvida...

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) - Se puder encaminhar para o encerramento...

A SRA. CARMEM LOPES - Eu acho que o Tem Sentimento é um projeto, o intuito dele é ajudar aquela população que lá está. Eu acho que muitas vezes temos que esquecer o julgamento quando vamos ajudar um ser humano, pensar que todos que lá estão são seres humanos, moradores, usuários, comerciantes, e todos nós sofremos. Esperamos que para aquele território possamos ter realmente políticas públicas eficazes que possam, eu não sei se podem acabar com a Cracolândia, mas eu acho que tem um trabalho muito grande que dá para amenizar todo sofrimento naquele território.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) - Muito obrigada, Carmen Lopes,

representando o Tem Sentimento, que nos disse que não tinha muita familiaridade com o microfone, mas vejam que fala incrível.

E dizer a vocês que eu tive a oportunidade de estar no projeto Tem Sentimento, e realmente escutei as histórias das pessoas que lá estão, a questão da geração de renda, da reinserção das pessoas, da autonomia, principalmente das mulheres que estão no projeto. Isso muda vidas, tem um impacto gigantesco na sociedade, porque essas pessoas estão se colocando num outro espaço na própria sociedade. Então, parabéns pelo trabalho, pela resistência, que é estar no território, que é construir com essas mulheres, que é também dar oportunidade para as pessoas. Parabéns, de verdade. Obrigada por suas colocações.

Queria agora passar, pode ser você ou vou passar para a Lydia? (Pausa) Está bom, então vou chamar a Lydia para fazer uso da palavra, representando o Teto, Trampo e Tratamento. São dez minutos.

A SRA. LYDIA GAMA - Oi, gente, salve, salve, Lydia Gama falando. E para todos me verem: eu sou uma mulher negra, não retinta, tenho os meus cabelos negros cacheados, na altura do ombro, eles estão soltos. Estou vestindo uma roupitcha do Brechó TTT, que é a organização a qual represento, e visto não só a camisa, mas o *look* inteiro é do brechó.

Então, vamos lá: como falei, faço parte do projeto Teto, Trampo e Tratamento, idealizado pelo Flávio Falcone, psiquiatra que atua no fluxo vestido de palhaço, junto com a Mafalda, cuja artista é a Andréa.

Nós atuamos com a parte do Teto, que é a questão de tirar as pessoas de situação de calçada, trazendo um mínimo de cidadania, que o Estado não dá e nós tentamos suprir. Também temos a parte do trampo, que seria a questão das oficinas. A maioria das pessoas dali já sofreram e sofrem com vários marcadores sociais, não são estereótipos eurocêntricos, em sua maioria são negros, analfabetos, que foram passados por cima por todo um projeto de genocídio do povo negro,

aqui neste lugar chamado São Paulo, e estamos vendo aqui todos os quadros que comprovam isso. Também falamos sobre o Tratamento, Tratamento que vem com o Flávio com a Psiquiatria, e temos os redutores de danos, orientadores sociais. Eu atuo como advogada dessas pessoas que, eventualmente, já passaram pelo sistema. E nós todos construímos então um projeto mínimo de cidadania para essas pessoas.

Então, dito isso, eu vim aqui fazer uma denúncia. Há quem ache que só aconteceu na terça-feira, sabe, Silvia? Mas não aconteceu só na terça-feira, não. Dia 28 de junho, nós tivemos lá a polícia invadindo o hotel social. Eles já foram então retirados dos locais deles, já tiveram todo aquele transtorno, e nós sabemos que àquelas pessoas que lá estão, naquela situação de vulnerabilidade, qualquer coisa que tire o mínimo de paz que eles conseguiram, nós já sabemos que vai ladeira abaixo, é isso mesmo. Então, o dia 28 já aconteceu. Aí já buscamos essa informação e nós não soubemos o porquê, o que tivemos foi a mesma informação de agora, teve uma investigação, estamos em uma investigação, criminalizando, de fato, territórios locais e as pessoas que lá estão. Porque, quando eles vão, eles entram nos hotéis sociais, eles não vão pedir licença, meus amores, eu acho que vocês sabem disso. Eles chegam, porrada, bomba, qualquer coisa do gênero, e todo tipo de truculência acontece. Então, isso rolou no dia 28/6. E aí nós entendemos que, de fato, esse projeto do Tarcísio de higienização do Centro já está, de fato, acontecendo fisicamente. E nós tivemos também, terça-feira agora, mais uma vez, quantos hotéis foram, Cecília? Você tem a relação? (Pausa) Vinte e oito, 28 hotéis sociais foram fechados. Foram fechados 28 hotéis sociais, pegaram as pessoas e colocaram nas ruas. Eu estava lá, estava tentando ajudar as pessoas do TTT, levando as coisas deles, que já é difícil, porque sabemos que eles já não têm, eles não têm trabalho, eles têm fontes de renda, que são já bem poucas, porque entendemos como funciona o território. Então, eles já têm bem poucas fontes de renda, e o pouco que eles tinham, estavam perigando perder. Então, fizemos essa força-tarefa para tirar as coisas de lá, enfim. Gente, quando pensamos nessas pessoas, temos que

pensar o seguinte, e eu estou ali trabalhando com essas pessoas, eu tenho aqui propriedade para falar, porque um documento já é difícil de tirar, documento se sabe que é difícil de tirar, e quando pensamos ainda nesse consórcio que entrou no Poupatempo, fica mais difícil ainda, porque eles não respondem e-mail, não se consegue agendar um horário para uma população pop rua. Eu não sei se vocês já tentaram, eu estou tentando até agora, têm 15 dias que esse consórcio não me responde nada. Então, já fica difícil. Aqueles que conseguiram tirar, perderam as coisas, porque quando chegam lá, você tem duas, três horas para tirar, e as pessoas não estavam lá. Então tivemos que achar as pessoas para tentar fazer com que elas soubessem, para terem autonomia e conseguirem tirar as próprias coisas.

E a gente não está naquele lugar de escolha do que é viável para eles, do que é importante ou não. Então já foi complicado nisso. Quantos documentos já se perderam?

Aí vem uma outra situação. O MP - ainda bem que tem um mocinho aqui do MP -, eles não levaram nem o ofício de lacração dos prédios, querido. Entendeu qual foi o descaso do MP? A gente ficou ali 15 minutos esperando, porque eles não levaram físico. Eu acho que eles deveriam ter levado, não é? Mas não, não aconteceu. E eu sei porque eu estava lá, não vi na televisão, não; eu estava presente ali, eu vi. Estava eu, a advogada, inclusive, de um dos donos dos hotéis ali, que também é criminalizado porque está no território. Então a gente já sabe, o que está no território, quem está no território é criminalizado. Então eles não levaram.

O promotor que estava lá, querido, não teve o mínimo de dignidade de olhar para as pessoas ali no olho, representante do MP que está aqui. Aproveita para anotar. Eu não sei qual foi o nome do cara, porque eu não vou chamar de promotor, porque ele foi desumano. Ele simplesmente resolveu tirar todo mundo dali... um monte de polícia, tudo acontecendo. Crianças, mulheres, idosos, com o poder de uma canetada e a falta de humanização da instituição, foram tacados na rua, centenas de pessoas. E o pior, sabe? Porque foi o seguinte, senhor do MP: eles não deram nenhuma

justificativa.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LYDIA GAMA - Não, você vai ter fala. Não, compreendo. Amado, você vai esperar eu terminar de falar. Eu compreendo, mas eu estou no meu horário de fala e você vai esperar, você vai ter seu horário. Não me interrompa, porque eu não gosto de ser interrompida.

Nesse sentido, nós tivemos também, eu sou do território, nós temos uma ocupação ali no território, que serve de sede para o TTT. E essa mesma ocupação é a da Janaína. E nós sabemos que não tem criminalidade. Nós estamos, pelo contrário, tentando dar cidadania àquelas pessoas. Porque eu não vou nem dizer reinserção da sociedade porque, no molde que a sociedade está hoje, a gente não pode nem falar que a sociedade insere alguém, quanto mais reinserção.

Então a gente tem essa questão, que a todo momento nós somos abordados ali, a todo momento nós corremos riscos, porque, de fato, a polícia não tem um motivo cabível. O que eles têm são formas de ataques às pessoas que estão ali, formas de genocídio, porque o morrer não necessariamente é viver, porque as pessoas podem estar morrendo dia após dia ali. Elas morrem de doença, elas morrem sem saúde mental, elas morrem sem absolutamente nada ali. Quando chega ao final, a gente entende que a cidadania que deveria ter sido dada pelo Estado foi retirada de uma tal forma, e que eles ainda são questionados pelo fato de não terem essa cidadania.

Vocês percebem como o negócio fica muito louco? Você não tem o direito de ter o seu documento, você não tem o direito de ter uma escola, você não tem o direito de ter uma alimentação, e a todo momento é questionado pela criminalidade. Quem é que comete crime? É quem está com a caneta na mão, porque eles não cometem, gente. Para mim, a criminalidade, na verdade, ali, é a falta de alimentação, é a falta de cidadania, que quem comete é o Estado, enfim.

E agora nós temos a Janaína, que está presa. Uma mulher negra, mãe de dez filhos, um dos filhos que tem autismo, e outra, uma menina de dez meses - é isso, não é? -, uma bebezinha de

dez meses. E o juiz dá uma canetada dizendo que, sim, ela é uma pessoa que está no crime. Uma mulher que tem dez filhos, uma mulher que o marido já caiu no sistema por falta de cidadania que o Estado deveria dar, porque a gente sabe que grande parte das pessoas que estão ali no sistema é referente à desigualdade social, porque se não tivesse a desigualdade social, isso não aconteceria.

E aí a gente chega com um monte de polícia na porta de uma mulher negra, com dez filhos, sendo algemada e levada; não saiu na audiência de custódia e ainda permanece lá com um bandido. Eu posso falar, não é? Vamos lá, liberdade de expressão. Eles gostam também, a gente pode usar também, não é? O nosso Estado, nosso Governo de São Paulo sem a menor consideração pela população do Estado. Não, porque não é Estado dele, porque ele nem daqui é, então a gente já questiona um pouco.

E é sobre isso, gente. Então nós viemos falar aqui que está impossível atuar no Centro, é impossível atuar com cidadania no Centro, porque a todo momento a instituição nos atrapalha. Quer dizer, já não dão, e quem está tentando eles ainda atrapalham. Nós estamos buscando um mínimo de justiça para essa mulher e para todos aqueles que acordaram e foram despejados na rua, sem um nada. Tudo isso por conta de um projeto para o Centro de São Paulo, um projeto que a gente sabe que já caminha desde 1500 aqui, não é? Um projeto que escolhe aqueles que vão ter o direito de caminhar, o direito de comer e o direito de viver, não é? Porque a gente está falando de um projeto de morte, um projeto que caminha vivo, um projeto de morte de pessoas negras, porque ali o território é majoritariamente negro.

Só que eu estou avisando aqui que a Cracolândia vai resistir, porque burro é o Tarcísio de achar que ele vai chegar a fazer alguma coisa diferente. Já são 30 anos, meu amor. Tarcísio, se toca, entendeu? Então a Cracolândia vai resistir. E é importante que os comerciantes que estão aqui tenham essa compreensão de que a batata está estourando para todo mundo, porque no dia 28 de setembro várias bancas de jornal foram fechadas, vários pequenos comércios também foram fechados. Então se

tem alguém achando aqui que é mais do que o Tem Sentimento, que o TTT, ou que outros projetos, sinto muito, também vão se lascar, porque afinal de contas eles vão sair, porque a especulação imobiliária não vai permitir que os pequeninhos fiquem.

As próprias ocupações ali, se não se juntarem, vai dar ruim também, porque numa canetada podem sair de lá. O próprio Moinho, estamos sofrendo aqui com o Moinho, o Moinho tendo um ferro velho fechado. Gente, o ferro velho é sustento de mais de 30 pessoas que atuam com os recicláveis, que deveria ser política pública, porque a gente sabe que a gente está vivendo uma injustiça climática e os recicláveis deveriam ter o seu momento, seu lugar ali, até porque são muitos materiais. E não são eles, gente. É importante saber que aquele lixo todo que fica no Centro não é deles, porque eles não têm dinheiro para comprar nada. Então tudo aquilo é objeto das pessoas que estão ali, que têm dinheiro, porque eles não têm. A própria Miriam já falou isso, não é? A Miriam, nossa maravilhosa, já cansou de falar que o lixo quem traz são as pessoas que têm dinheiro para trazer, porque eles mesmo não têm nada.

Então eu vou encerrar pedindo o apoio não só dos mandatos, mas de toda a população de São Paulo, porque a violação de direitos humanos está tremenda. Com o poder de uma canetada eles criminalizam as pessoas, não têm o mínimo de dignidade. Eles não tiveram dignidade de olhar para as pessoas no olho, naquele dia. Eu estava ali. Não tiveram a dignidade de olhar as pessoas que eles estavam despejando no olho. Aquele promotor que estava ali, eu quero saber inclusive o nome dele, não é humano. Desculpa, gente. Aquele promotor que estava ali não é humano.

Então, essa é a minha frase dizendo: Janaína livre, corpos negros livres e o mínimo de dignidade para as pessoas que vivem.

É isso. Acho que está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Lydia, pela sua fala, pelas denúncias que fez, por mostrar e apresentar as diversas violações de direitos humanos que acontecem

há muito tempo, na região da Cracolândia, e que, nos últimos dias, aumentaram mais ainda com a violência policial, opressão e perseguição.

Eu conheço a Janaína também, já estive na ocupação da Janaína. É uma liderança do movimento de moradia, uma mulher que tem feito muita luta e que também, por estar no território, tem sido perseguida de forma injusta. Então, é importante a gente trazer essa fala aqui.

Também queria chamar, para fazer uso da palavra, Dani Amorim e Ananda Portaro, representando o Centro de Convivência É de Lei. E pedir também para se atentarem ao tempo de 10 minutos.

A SRA. DANI AMORIM - Bom dia a todes. Eu sou a Dani Amorim, redutora de danos no É de Lei. Graças à Carmen Lopes e ao É de Lei, sou estudante de arte dramática.

A SRA. ANANDA VIEIRA PORTARO – Bom dia. Meu nome é Ananda, sou psicóloga de formação e estou compondo o núcleo de *advocacy*, do Centro de Convivência É de Lei. Obrigada pelo convite.

A SRA. DANI AMORIM - Nós somos o Centro de Convivência É de Lei, uma organização sem fins lucrativos, que trabalha com a redução de danos, na cidade de São Paulo, desde 1998. Está relacionada ao uso de substâncias e redução de danos no nível social.

Porque quando a gente pensa em redução de danos, não pode levar só em consideração o uso de substâncias das pessoas, porque elas têm outras subjetividades para além do uso. Somos o primeiro centro de convivência para pessoas que fazem uso de diversas substâncias aqui no Brasil.

A nossa organização é referência nacional e internacional. O É de Lei tem bastante contato e intercâmbio com outras organizações em nível mundial para troca de saberes e de práticas.

A redução de danos não é um fenômeno isolado, mas mundial, bastante consolidado e considerado em outros países. Então é isso. O que é redução de danos?

Eu acho que não está passando. Vamos lá.

Então, conseguimos. Sobre nós.

- Oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. ANANDA VIEIRA PORTARO – Pode ir para o quarto *slide*, por favor.

A SRA. DANI AMORIM - O que é redução de danos? A redução de danos é um conjunto de práticas que visa minimizar os danos relacionados ao uso de substâncias, aos danos sociais diversos e tudo o mais que diz respeito à condição humana que seja passível de redução de danos.

É uma prática que começou a ter mais ênfase no final dos anos 80 e começo dos anos 90 na epidemia de HIV e AIDS. Foi uma forma de conter a infecção nos usuários de drogas injetáveis. Então os primeiros redutores ocorreram na Europa, especialmente na Holanda, quando faziam a troca de seringas para esses usuários.

Mas essa vontade da prevenção foi uma coisa que partiu dos próprios usuários, porque é uma especificidade da redução de danos levar em consideração a vontade do indivíduo. É o indivíduo que vai dizer o que vai funcionar para ele.

No Brasil começou, em meados dos anos 90, na cidade de Santos, também com essa perspectiva de prevenção. De lá para cá, o cenário do uso foi mudando de drogas injetáveis para o *crack*. O É de Lei começou fazendo a prevenção para o uso de drogas injetáveis, foi fazendo a migração também para a redução de danos no contexto do *crack*.

A redução de danos não é contra as políticas que já estão instauradas pelo governo, como a política de internação. Só que a gente acredita, e está mais do que na cara que a internação é pouco eficiente. Realmente muito pouco eficiente, tem efeito a curto prazo muito irrisório, principalmente se for uma internação compulsória.

Com esses intercâmbios e interações que a gente faz com organizações internacionais, também com a nossa própria expertise, a gente vê que a redução de danos é uma medida viável para médio e longo prazo.

As pessoas não vão parar de usar substâncias só porque é proibido. Então, a gente também tem que levar em consideração a subjetividade do indivíduo e é isso mesmo, fazer articulação de rede para que as pessoas possam circular pela cidade, possam ter outras perspectivas que façam com que elas se interessem por outras coisas além do uso.

Porque eu acho que deixar as pessoas confinadas num quarteirão, sem poder ir e vir, não oferecendo nenhuma outra possibilidade a não ser o uso, é muito contraditório.

Espera aí que eu tenho um roteirinho para seguir.

Nós temos diversos núcleos para fazer realmente com que o trabalho dê certo, como o conselho operativo, o núcleo administrativo, o de ensino e pesquisa, o de *advocacy*, o de comunicação e o de práticas de redução de danos.

Nós atuamos na Cracolândia com oferta de insumos, articulação com os outros coletivos e convivências. A convivência tem o intuito de criar um espaço seguro para os usuários, de forma que eles também possam interagir não só com outros usuários, mas também interagir minimamente com a sociedade.

A gente acredita que quando uma pessoa vai parar na Cracolândia é porque muita coisa já deu errada na vida dela. Não está dando certo só olhar para a pessoa enquanto condição de usuária, porque enquanto a gente vê essa pessoa só como usuária, ela é desumanizada.

A partir do momento que você desumaniza uma pessoa a esse ponto, é o que permite que ela sofra tantas violências arbitrárias, como é muito recorrente na Cracolândia. Então a violação de direitos humanos é uma coisa comum na Cracolândia, por parte do Poder Público.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Quatro minutos.

A SRA. DANI AMORIM - Há diversas convivências, como a que gente tinha lá no Teatro de Contêiner, também na nossa sede, que fica na Bela Vista, e no Museu da Língua Portuguesa. A nossa equipe sempre usa esse tipo de uniforme enquanto está em campo. A gente vai no território, realmente, levando insumos para a prevenção de ISTs relacionadas ao uso de substâncias.

Não é apologia, gente, não é apologia ao uso de drogas, porque as pessoas vão continuar usando. Então nós temos de ofertar para essas pessoas uma forma mais segura no caso de ela optar por fazer o uso.

A gente entrega vários insumos para além do uso. Como a Carmen falou, o Coletivo Tem Sentimento começou como uma oficina de produção de calcinhas. O É de Lei também oferta esses insumos, dentre outros.

A gente visa inserir o convivente em outros contextos que não sejam relacionados apenas ao uso. Inserir de forma que seja uma pessoa que tem posse também do direito de ir e vir pela cidade. E é praticamente isso, basicamente isso.

Nós temos outras diversas ações como, por exemplo, o mapa de bocas de rango e acesso a água, porque essas pessoas não têm acesso a água, nem a banheiro. Pensar que ofertar acesso a água e banheiro é uma forma de redução de danos tanto para os usuários quanto para os moradores.

É muito chato você levantar, sair para a rua e ver que fizeram necessidades na calçada, mas as pessoas não têm banheiro. E essas pessoas são humanas, gente. Essas pessoas não são só usuários, elas são humanas e têm outras subjetividades para além do uso.

Então, para ter uma medida que seja realmente eficiente, tem que se pensar que são pessoas além do uso. Por exemplo, a maior parte das mulheres que estão na Cracolândia sofreram abuso dentro de casa e estar na Cracolândia é uma forma de suicídio social. Como eu já disse, quando a pessoa chega ao ponto de estar naquela situação totalmente desumana, sofrendo essa série de

violações de direitos, é porque muita coisa aconteceu de ruim na sua vida da pessoa. Não adianta só chegar com políticas preestabelecidas que ferem o direito da pessoa de escolher, de pensar a própria vida. Isso não vai dar certo. Antes, há de se atentar a essa série de opressões estruturais que já acontecem e que ferem um público, que é o público preto, pessoas pretas, mulheridades, pessoas transexuais, dissidentes de gênero. Enquanto não se sanarem todas essas feridas estruturais, a Cracolândia vai continuar existindo nesses moldes.

Então, é isso. Há a redução de danos. O É de Lei acredita que se há de pensar no cuidado do indivíduo, mas em um cuidado holístico, em toda a vida do indivíduo, e não só para o uso de drogas. As pessoas não são apenas usuárias. Elas são pessoas.

A SRA. ANANDA VIEIRA PORTARO – Quero só fazer um comentário, assim. Acho que é isso. A internação e a abstinência são possibilidades, porém não devem ser as únicas ofertadas, que é o que vem acontecendo. Então, a pessoa sai da internação e continua sem casa e sem um trabalho. Entendemos, também, que políticas de moradia e de trabalho digno são formas de ofertar redução de danos para essa população.

A SRA. DANI AMORIM – Eu falo isso por experiência própria, porque eu sou uma pessoa que foi extremamente beneficiada positivamente pela redução de danos no território, começando pela Carmen Lopes.

É isso, gente. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Sras. Dani e Ananda, muito obrigada e parabéns pelo trabalho do projeto do É de Lei, dessa entidade importantíssima.

Nós, pelo GTI, visitamos o CAPS IV e ouvimos diversos trabalhadores e trabalhadoras sobre perseguições e tentativas de internação compulsória sem nenhuma medida judicial, de modo que as pessoas que estavam ali estavam sendo tratadas de forma desumanizada e com uma série de direitos sendo violados. Então, essa fala que a senhora traz, sobre pensar as pessoas para além do uso,

é fundamental para não termos essa desumanização, para tratarmos as pessoas como pessoas que estão ali, nessa situação de vulnerabilidade. Fizemos essa denúncia, pela Comissão de Direitos Humanos, em relação ao CAPS IV, a essa questão da internação compulsória.

Quero dizer outra coisa, para vocês terem uma ideia do conservadorismo da Câmara Municipal: nós, Vereadores e Vereadoras, podemos discutir com o Governo alguns projetos de lei para serem aprovados, como se tivéssemos uma cota de aprovação, para que a Oposição tenha, também, direito de legislar, o que é papel dos Vereadores. Aí, um dos projetos que eu trouxe para o Governo foi a criação de bebedouros públicos. É algo simples, que não poderia ser polêmico, mas isso não foi passado. A liderança do Governo achou polêmico criarmos bebedouros públicos na cidade de São Paulo. Agora, quando essas pessoas vão para a Europa, onde há os bebedouros públicos, todo mundo acha legal. Porém, quando estamos na cidade de São Paulo, com 80 mil pessoas em situação de rua, com a situação que vemos, de vulnerabilização em vários territórios, não só no Centro, mas também em territórios centrais, não temos isso. Realmente, há um conservadorismo gigantesco na Câmara, uma negação à cidade desse tratamento justo e humanizado para as pessoas.

Então, parabéns, também, pela resistência, pelo É de Lei, por estar aqui, falando. Acho que a senhora traz esse exemplo de como políticas integradas, políticas humanizadas, fazem a diferença na vida das pessoas. Que bom que está, agora, dirigindo esse projeto, podendo atingir mais pessoas.

Obrigada.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Posso fazer um comentário, também, Presidenta?

Quanto à questão da redução de danos, na Câmara, todas as vezes em que falamos esse termo e defendemos o termo “redução de danos”, nós somos foco de piadas, de todo tipo de

preconceito e de discriminação. As pessoas dizem que nós estamos defendendo a “Bolsa *Crack*”. Dizem que nós estamos defendendo o tráfico de drogas. Dizem, enfim, que nós queremos que as pessoas permaneçam no vício.

Essas pessoas não são ignorantes. Elas são maldosas. Esses Vereadores que falam esse tipo de coisa de redução de danos – que tem comprovação científica de que é o melhor para as pessoas usuárias de drogas – não são ignorantes. Eles estudaram. São pessoas maldosas e defendem exatamente outra coisa, que é a internação compulsória.

Quanto à internação compulsória, também temos de dizer que, além de não ter resultados, ela muitas vezes tem como resultado a morte. Vimos como uma pessoa morreu dentro de uma dessas chamadas clínicas de recuperação – que, todavia, não recuperam ninguém – e eu vou dizer um termo pesado: são verdadeiras máfias, porque essas clínicas também recebem dinheiro público para fazer um serviço que não fazem. Acaba sendo um dinheiro depositado ali, que não vai ter resultado nenhum. O Governo poderia muito, muito, investir nos projetos de redução de danos e o resultado poderia ser muito melhor, muito mais satisfatório.

Assim, quando falamos de redução de danos dentro da Câmara, infelizmente é tratada como um tabu; não se pode falar sobre isso. Contudo, falamos, mesmo assim, e temos de fazer esse debate em todos os espaços, porque é um debate supernecessário a ser feito. Eu já fiz audiência pública sobre Cracolândia. A Vereadora Luna Zarattini ainda nem estava na Câmara. Foi, assim, um *show* de horrores. Trouxeram toda uma galera para massacrar, para falar que estávamos defendendo o *crack* e o uso de drogas. Enfim, foi terrível.

Então, temos de comprar essa briga de forma unida, tão fortalecidos quanto possível, porque não é uma briga fácil. É uma briga muito difícil. Eles disputam a sociedade com uma narrativa extremamente conservadora e, infelizmente, acabam ganhando muita gente com esse discurso conservador e de extrema direita.

Obrigada, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

Quero anunciar a presença da Sra. Cecília Galício Brandão, que é integrante do COMUDA, Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Álcool e Outras Drogas, e também faz parte do nosso GTI, e da Sra. Surraily Fernandes Youssef, que é Defensora Pública, Coordenadora do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Muito obrigada por sua presença.

Agora, vou passar a fala para a Sra. Viviana, representando o Solidariedade Vegan. Tem 10 minutos.

A SRA. VIVIANA TORRICO – Olá, bom dia. Sou Viviana. Primeiramente, quero falar que eu estou muito feliz, porque vejo um monte de pessoas que encontro todos os dias, com as quais eu tenho articulações. Respeito-as e aprendo muito com todo o trabalho que essas pessoas fazem, do meu lado. É muito legal isso.

Eu sou do Solidariedade Vegan. Começamos, no dia 1º de abril de 2020, a fazer marmitas solidárias para distribuir na rua. De lá para cá, foram 260 mil marmitas que já foram distribuídas. Trabalhamos todos os dias e, nos feriados, duplicamos o trabalho, porque há muitas ONGs e outros lugares que estão fechados. Então, as pessoas sabem que é preciso mais alimento.

Entretanto, com essa entrega diária na cozinha e com toda essa movimentação, fomos descobrindo um monte de outras coisas e eu, na minha bolha – que não era tanto uma bolha, mas era –, acabei encontrando as pessoas do território. Meu trabalho é bem mais amplo. São aldeias, ocupações, favelas. Fazemos, aos domingos, o café da manhã na Matilha Cultural, que pega outro lugarzinho, que é mais perto da Roosevelt. Então, são 300 pessoas, que todos os domingos atendemos, desde o dia 1º de abril. Já foram toneladas e toneladas de arroz doce, de chocolate, de

água, de meias. Fazemos bazares para essas pessoas, também.

Criamos três brinquedotecas em três ocupações diferentes: a Brinquedoteca Sonho Colorido, que atua na Ocupação Alcântara Machado, na Ocupação São Vicente, na Bela Vista, e na Ocupação Luiz Gama, no Cambuci. Isso foi feito com dinheiro de uma banda. Eles doaram cinco mil reais para estruturar isso. Aí, veio o trabalho voluntário de um grupo de mais de cem pessoas, que proporcionaram aulas cotidianas, todos os dias: aulas de ioga, de boxe, de reforço escolar, de leitura, enfim, de várias coisas de que agora eu nem consigo me lembrar.

Criamos um projeto que se chama *Trampolink*, por meio do qual capacitamos. Preparamos um kit para as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, para elas encontrarem uma vaga. Fazemos o *link* com as empresas, preparamos as empresas para que elas possam recebê-los e tal. E aí tem uma coisa, que essas pessoas que entravam nesse projeto eram pessoas que estavam em situação de vulnerabilidade. Quando começamos a trabalhar um pouco mais, junto com o Padre Lancelotti e com outras pessoas que sempre articulamos e chegamos ao território. E o território me mostrou outras pessoas que não estão em situação de vulnerabilidade. Elas estão em situação de tortura sistemática. É o cotidiano. Falar de situação de vulnerabilidade na Cracolândia é romantizar o rolê. E tortura sistemática é todo dia. A partir da Cracolândia e desse encontro que tive com muitas pessoas maravilhosas, no Teatro do Container, da mão do Rafael Escobar, que foi quem me apresentou aqui a Primeira-dama, dona Carmen Lopes, aconteceu essa necessidade de não ficar somente na alimentação, que nós já estávamos fazendo outras coisas, com as brinquedotecas e com tudo mais. Durante a pandemia, distribuímos toneladas e toneladas de água. E eu fui atrás de saber o que acontecia com a água. Eu descobri que até 1980, a água tinha vários bebedouros na cidade. Tinha mais de 42 bebedouros na cidade de São Paulo. Mais de 42 bebedouros. É muito lindo isso. E com a história de engarrafar a água para vender, foram diminuindo esses bebedouros. Até o ano passado, retiraram um que estava na Praça da República, que as pessoas não só bebiam, mas também se

higienizavam e podiam fazer uso de outra forma da água. E, faz dois anos, retiraram um bebedouro que atendia o pessoal do território, que estava na frente da Sala São Paulo. Eu fui pesquisar qual era o valor de um bebedouro industrial. Eu tinha feito uma viagem para a Europa e tinha visto em Portugal, que foi notícia no mundo inteiro, que Lisboa hoje tem mais de 200 bebedouros. E são lindos os bebedouros. E eu queria saber o custo. Os valores são irrisórios para uma cidade como São Paulo e muito possíveis. Mas não são feitos. A gente distribui, acho que mais ou menos, são 300 garrafas duas vezes por semana na Cracolândia. A gente vai e distribui. Acho que alguns talvez podem acompanhar isso no nosso *Instagram*. Sempre tentamos registrar alguma coisa. Sempre quando é permitido pela GCM. Porque são os que vêm de forma violenta. Normalmente, somos mulheres as que vamos distribuir. Então, tem que ser muito na moita, na correria, tudo isso. Mas, surpreendentemente, os primeiros que vêm a pegar a garrafa de água filtrada, que não é água que a gente compra, pedimos doação das garrafas, higienizamos a garrafa, enchemos de água filtrada, colocamos na geladeira para oferecer água gelada. E, às vezes, quando a gente leva comida e água, eles preferem a água, do que a comida. Mas, surpreendentemente, os primeiros que vêm a pegar essa garrafa de água filtrada são as pessoas que estão trabalhando no território. São os de coletinho azul, que são educadores sociais. Então, você vê como essa cidade está muito cruel. E muito cruel nesse território, principalmente. Onde tem esse massacre, essa tortura sistemática. Não é possível que um trabalhador da prefeitura não tenha água para beber. A gente fez vários testes. Conseguimos implementar bebedouros industriais na ocupação Alcântara Machado, que até hoje atende a essa população e aos garis, que eles não têm onde encher a garrafa de água. Água filtrada e gelada. Não tem. Então, hoje tem dois bebedouros na ocupação Alcântara Machado, que foi com doações. E dois bebedouros na ocupação São Vicente, na Bela Vista, que atende não somente aos moradores, aos ocupantes, mas também às pessoas que estão transitando e trabalham.

Com essa questão da segurança alimentar, o que a gente faz são marmitas solidárias

veganos. Então, não tem nenhum insumo de origem animal. Porque tem outra questão aí, que eu acho que nem vem ao caso de falar agora. Mas a gente entendeu. E outra coisa que entendemos é a sapiência e os saberes ancestrais que as pessoas que atendemos, têm em relação à comida.

Então, nas nossas idas para doar em favelas, ocupações, aldeias, sempre aprendemos alguma coisa. Com isso, acabamos criando um projeto que se chama *Noise Against Misery* “Barulho contra a fome”.

Eu venho da área musical, não sei se vocês sabem, sou casada com um vocalista punk que se chama João Gordo, que tem uma banda há mais de 42 anos, que também é uma coisa fora do comum. Em São Paulo, no Brasil, uma banda atuante por 42 anos sendo punk, sendo que todos os integrantes já tiveram sérios problemas de drogas, inclusive meu marido, com crack, heroína e tantas outras que vocês possam imaginar, já teve. Mas acabamos criando esse projeto, que se chama Noise Against Misery, pegamos as bandas, pegamos os produtores, as casas de show, pegamos os alimentos que seriam destinados para as grandes e super ONGs que têm milhões por trás, não sei como funciona, pegamos e repassamos principalmente para as ONGs que trabalham no território. Nesse final de semana, tivemos três eventos e conseguimos arrecadar dez toneladas de alimento, apenas com três eventos. Então, tem uma coisa muito rica. Temos pessoas aqui que trabalham há muitos anos nesse território com um conhecimento e uma sapiência que acredito que nenhum vereador, nenhum deputado tem. Então, vamos até eles, até essas pessoas, para saber o que precisa ser feito. É muito lindo essa diversidade. Eu sou indígena, tem a Carmen, a Lydia, a Dani, é muito legal tudo isso. Então, é uma oportunidade que vocês todos estão tendo para que possam ter muitos argumentos. Essa questão dos bebedouros, vamos lá, estamos aqui, temos uma sapiência, um conhecimento, tem tudo. Aqui é a parte de capacitação, parte de lazer, de moradia. O Brasil é muito rico com tudo, e aqui não deixa para ninguém. É isso. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada. Passo a palavra ao Sr. Carlo Calta

Belotti (Cacá Pinheiro) representando o Pagode na Lata.

O SR. CARLO CALTA BELOTTI - Bom dia a todos. Bom dia, à mesa, às vereadoras, às pessoas que estão nos acompanhando pela *internet*, às coletivas que estão com a gente, de referência, partindo É de Lei, Solidariedade TTT, e tem sentimento a nossa mestra Carmen, Quilombo Periférico, a Alex está aí, que estou vendo também. Salve, todas as pessoas que estão aqui conosco apresentando a população que mora no entorno.

Meu nome é Cacá Pinheiro, sou do Pagode na Lata, desde sua fundação, há sete anos. E o que tenho para dizer, depois de tudo isso, resumidamente, o que me bate muito forte. O Pagode funciona humildemente, porque tem tanto trabalho, tão denso já acontecendo lá e a gente é muito novo no território. Estamos aprendendo muito. Sete anos é muito pouco para quem quer construir alguma coisa de tamanha dificuldade, tamanha precisão e tamanha maldade intrínseca dentro de tudo isso. Falamos de vários processos que a gente está comentando, ouvir palavras que me pega bastante como romantização. Eu sou totalmente desse pensamento. A gente romantiza muito as coisas. Romantizar situações que essas pessoas vivem é, no mínimo, escroto, para ser brando nas palavras, aproveitando que a gente está em um local assim.

Como podemos falar mais sobre isso? O trato, tudo o que acontece naquele território com aquelas pessoas de origem extremamente humilde, desumano, seria um adjetivo feliz para você falar isso para essas pessoas. As pessoas que estão lá sofrem muito, como a Vivi falou, é uma tortura constante. Uma tortura psicológica, física, emocional e espiritual. Para quem acredita e para quem não acredita. Independente disso, elas existem. Energia está aí.

Estar num lugar como esse, com essa representatividade, também, para mim, é de extrema importância. Representando o projeto que eu acredito fazer parte, que é o Pagode na Lata, nessa sala, nesse local, com esses quadros apontados para a gente assim, realmente é uma tortura. Relembrando o que está acontecendo ainda 524 anos depois com a população indígena, falando só do

território da América, falando dos Guarani-Kaio, falando de todas as populações indígenas. Todos os dias, quem acompanha, vê o que está acontecendo com elas, vê tudo que está acontecendo através da questão ruralista, enfim, da questão do Estado como um todo.

Obviamente que pessoas que estão trabalhando, que estão representando o Estado, que estão aqui, não pensam dessa forma, não é uma forma homogênea, tem pessoas que são contrárias a isso. Mas a questão é: o Estado está sendo omissos em relação a isso, assim como ele está sendo omissos em relação às questões que acontecem na cracolândia e no território central, certo?

Se você apenas analisar o que está escrito na Constituição, nada dessas coisas deveria acontecer; apenas se cumprir o que está lá na Constituição. Porque as pessoas mais fragilizadas, as pessoas mais pobres, as pessoas mais negras, indígenas, mulheres, trans, enfim, quanto mais frágeis, menos a gente pode errar. A gente não pode errar.

Se você deixar de pagar uma conta, eles vão cortar a sua luz. Eu já fui despejado, eu sei o que é ser colocado com a minha família para fora, beleza? Eu sei o que é, eu senti na minha pele, certo? Eu sou filho de família pobre, família trabalhadora, meu pai já foi do sistema carcerário, eu passei muita necessidade, assim como o meu irmão e a minha mãe; passamos muita necessidade por conta dessas situações, beleza? Isso é uma outra coisa também que engloba, mas não vamos esticar, como a Vivi falou.

Então, eu queria dizer também sobre a questão do território, certo? Sobre as pessoas menos favorecidas, que também atuam e trabalham no território. Como ela falou sobre as bancas de jornais, elas vão ser espiçadas do território. O nome desse processo se chama gentrificação, certo? Também conhecido como aburguesamento, para quem não sabe, ou para quem sabe, o nome do processo é esse. Ele ocorre desde sempre em todos os lugares, certo? Ele potencializa as questões que favorecem o financiamento financeiro do lugar e expurga os lados mais enfraquecidos e, obviamente, não higienizados e não participantes dos padrões pré-determinados da sociedade capitalista,

machista, patriarcal, católica apostólica romana, beleza? Independentemente de quem acredita ou não, a verdade que eu penso é por aí.

Então, também falo para as pessoas que trabalham lá, que não entendem ou que não aceitam. Como muito apropriadamente o pessoal da É de Lei falou, é difícil, é desumano, as pessoas não têm onde se banhar, as pessoas não têm onde comer, as pessoas não têm onde fazer as suas necessidades. É óbvio que tudo é muito ruim, então a gente tem que parar de romantizar realmente todas essas questões.

Eu vim hoje pelo pagode falar um pouco sobre isso. Agradeço a oportunidade de estar aqui do lado dessas pessoas que são referência para mim. Eu também sou uma das pessoas que fui e sou ajudada pelos projetos, pelo pagode, pela dona Carmen. Também participo disso também, e nós ajudamos as pessoas de uma forma muito branda. Eu gosto de falar isso, porque muitas vezes o pagode está tomando uma proporção muito legal, que, para mim e para nós, é uma coisa muito feliz, certo?

Mas a gente fala que a gente é muito branda mesmo, porque a gente ajuda muito pouco a pessoa perto do que a gente gostaria de ajudar. Porém, a gente tem que englobar tudo aquilo que já foi falado pelas pessoas que estão aqui com a gente, que são nossas companheiras. A gente não tem que tirar a pessoa apenas do vício, a gente não tira ninguém de nada, beleza? A gente tem que dar condições emocionais, financeiras, psicológicas, saúde pública, espiritual, tudo num conjunto.

Então não é fácil, não é fácil. A pessoa tem que tirar um documento; como você vai tirar um documento? Se eu chego lá num lugar, eu tenho um trato; se ela chega lá num lugar, ela tem um trato. Chega uma pessoa em situação de calçada, em situação de rua, cheirando mal, com aquela aparência, automaticamente o trato dela é outro. Desculpa, gente, a realidade é essa. Então, não é fácil, não é fácil para essas pessoas. Isso quando é alfabetizado; se não, tem que ter uma pessoa do lado que tem um mínimo de conhecimento para poder fazer essas coisas para essas pessoas, senão é

muito difícil, é muito difícil. Sem falar de dinheiro, porque a pessoa não tem o mínimo de dinheiro. Então, temos que abrir o olho, certo? A real é essa.

Voltando ao que eu estava falando, a gente trabalha com poucas pessoas, mas a gente tenta, dentro disso, fazer esse apanhado de cuidados para essas pessoas, desde ir a um dentista a tirar uma documentação. Uma das pessoas que está com a gente, que é o Jura, nosso mestrão, foi uma das pessoas que foi espirrada do hotel onde ele estava lá no dia 28, agora na terça. O Jurandir é uma das pessoas que trabalha com a gente, ele toca com a gente, ele morou na rua 25 anos, se não me engano; vários problemas, várias situações, uma pessoa negra retinta, e ele estava lá. Ele não é bandido porque ele trabalha com a gente, a gente vê ele, a gente convive com ele constantemente, e a grande maioria das pessoas que estão lá não são.

Elas têm problemas com o uso de substâncias, como todas as pessoas que estão aqui. Todo mundo fuma um cigarro, todo mundo toma um remédio, todo mundo toma álcool. Eu sou um cara muito chato em relação ao álcool, porque dentro do território da crackolândia, se você for dar uma olhada, não é todo mundo que usa *crack*, mas todo mundo bebe. O álcool é um grande potencializador de desgraça dentro de muitas famílias, beleza? Essa que é a real. Porque o álcool custa dois contos, uma granada, aquele álcool, “Corotinho, seu amiguinho”. Ele custa uma miséria, você mangueria ali rapidinho, dois, três, cinco contos, você compra uma desgraça daquela ali. Você não é bem-vindo num estabelecimento, num restaurante para você comer, porque você está fedendo, porque você não compõe um padrão de beleza pré-determinado. Agora você entra no bar e você consegue comprar isso daí beleza? E aí você se destrói. Não é fácil dormir na rua, não sei se alguém aqui já dormiu na rua. Eu, infelizmente, já dormi por muito pouco tempo, graças, mas eu já dormi. Não é fácil. Então você precisa. As violências que acontecem na madrugada nesses lugares, as pessoas não dimensionam, certo? Só quem está lá presente. A realidade é essa.

Então, dentro de tudo isso, eu queria vir dizer mais uma vez: o pagode não apoia nenhum

tipo de política relacionada a isso. O pagode tem questões muito sérias relacionadas à internação compulsória, em relação à cadeia, em relação às políticas que as polícias têm a mando do próprio Estado, certo? A GCM, não sei se tem algum representante da GCM aqui, ela não está aqui para ouvir, ela não está aqui para trocar ideia, certo? Ela não está aqui. A Polícia Militar sempre foi alvo de várias críticas. A GCM apareceu depois de muito tempo, depois ela se tornou militarizada; aí, em cima disso, ela começou a agir de uma forma horrenda no território. A mando de quem? Não é a mando da população, não é meu mando, não é a mando das Vereadoras, não é a mando de ninguém aqui; é a mando do Estado, certo?

E o que o Estado está fazendo? Há pouco tempo, agora, depois que eles encurralaram as pessoas naquele lugar atrás do Coletivo Tem Sentimento, atrás do Teatro de Contêiner, onde elas estão - e a gente está ali constantemente -, eles estão tendo uma ação com as pessoas que estão ali no território muito semelhante ao que acontece na cadeia. Eu não sei se alguém aqui já passou pelo sistema penitenciário. Agora, a situação é: antes, eles só tinham uma movimentação das pessoas, que era para limpar o espaço, certo? Porque as pessoas não têm onde jogar lixo. Não tem nem uma lata de lixo lá, o que se dirá de um bebedouro. Então, assim: sem romantismo. Exatamente essa ideia. Duas, três vezes por dia, essas pessoas são obrigadas a sair do lugar e ir para outro lugar, são colocadas em fila e são revistadas constantemente – agora, todos os dias -, passando por várias violências, passando por várias situações de humilhação. Então, como uma pessoa dessa vai ter um emocional, vai ter vontade de fazer alguma coisa da vida dela? Ela não tem vontade, ela não tem condições, ela não tem apoio, ela não tem ajuda. Sobre ela, é violência e mais violência constantemente.

Voltando a outra questão, as pessoas que trabalham nesses lugares, que praticam essa violência, majoritariamente são pessoas populares. Majoritariamente. Não tem pessoas de classe alta que estão atuando nesses lugares. Então, mais uma vez, é o povo contra o povo. Queria agradecer mais uma vez, obrigado. Salve salve a todos. Axé. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) - Muito obrigada, Carlo, e também parabéns pelo Pagode na Lata. Vou passar a fala agora para os membros e pedir muita colaboração no tempo. Temos, inscritos: Sônia Domingues, João Carlos de Souza, Jeferson, Surraily, Cecília e Mateus. A gente está pedindo o uso de três minutos de fala porque os membros sempre têm possibilidade de falar em todas as reuniões, e nesta a gente tinha um tema específico, que era ouvir as entidades do Terceiro Setor. Mas vamos fazer uso da palavra, falar de forma assertiva, que eu acho que conseguimos.

Bom, vamos lá. Sônia Domingues, moradora.

A SRA. SÔNIA MARIA DOMINGUES - Sim, eu sou a Sônia. Alguns aqui já me conhecem de outras falas. Parabenizo à Mesa, obrigada, Luna. E obrigada a todos vocês, fiquei emocionada com cada um de vocês. E é mesmo um trabalho de formiguinha que vocês estão fazendo. O Terceiro Setor trabalha muito bem, mas é um trabalho de formiguinha, porque o trabalho maior não está sendo feito. Senão, não tinha tantos adictos na rua.

Estou aqui falando como moradora. Sou membro da Associação Geral do Centro, pela qual também buscamos soluções para os adictos, tendo essa comunicação entre os poderes. Mas aqui estou falando como moradora da região. E, como moradora, vejo que é indigno o tratamento dado para os adictos, ali na rua.

Se tivessem as políticas públicas agido anos atrás, não estaríamos agora aqui tendo essa reunião. Por quê? Foi se deixando, se deixando. Interessa a quem? Eu sempre me pergunto isso: interessa a quem? O morador, ele é um ser humano também e nós tratamos os adictos como seres humanos, claro. Não vamos generalizar se é um trans, um cis, um branco, um preto. Não, são todos seres humanos. Como os moradores também da região são seres humanos, e também não são tratados como tal, porque vemos e não podemos falar nada.

Se falamos alguma coisa dizem que somos higienistas. Somos várias coisas ali que nem

dá para falar. E o que vemos é muita coisa, não é só a violência policial, aliás, não somos a favor da truculência. Eu acho que ninguém em sã consciência o é. Mas a Polícia precisa agir. Isso também ninguém nega, que a Polícia precisa agir. Não tem só os adictos e os moradores. Há outras forças ali que a polícia tem que intervir.

Talvez, não sei se eles intervenham em algo a mais, pois o que vemos também é muita violência entre eles: eles mesmos se batendo, às vezes, vai pessoa que não é Polícia, que não é morador, que não é dos direitos humanos, mas que vai ali e atua violentamente contra os adictos. E não são de políticas públicas, também tem esse ponto, que tem de ser muito bem olhado.

Como moradores ali nos sentimos acuados. Acuados porque a gente não pode recorrer a lugar nenhum. Quando vemos várias pessoas na nossa calçada, defecando, urinando, vomitando e depois recebendo a marmita, acho indigno esse tratamento. É muito indigno receber uma marmita no lugar que tem rato, que tem barata. Isso tem de acabar. Se acaba aí, acho que já começa um tratamento. Tem de recolher essas pessoas. Não digo compulsoriamente, mas, sim, tem de ter alguma coisa, alguma forma de se falar, a saúde pública ou a segurança, de tirar essas pessoas da rua e dar um tratamento digno para elas.

“Ah, mas sai muito caro”. Mas sai muito caro o quê? O que sai muito caro? A lavagem das ruas, os funcionários, as equipes multidisciplinares que vão lá, todo um aparato, muito policiamento. Isso sai caro. Não o tratamento. Um tratamento que, depois, pode ser continuado, vai, de repente, com uma moradia, com um estudo, com uma bolsa de empregos talvez, não sei, mas alguma coisa assim. Isso não sai tão caro.

A quem interessa os adictos na rua? Incomodam os moradores? Incomodam. É chato falar isso? É chato. Mas incomoda muito. E não só pela parte de sujeira, pela parte de criminalidade, pois que ali, no fluxo, vai muita gente que não é do fluxo. Nesse fluxo tem bandidos dentro, não só os dependentes químicos. Os bandidos se aproveitam dessa situação. Será que ninguém vê isso? É

preciso intervir.

E assim, gente, eu não sei o que vai ser daqui para frente, sabe, o que vai acontecer. Temos, sim, esse projeto lá do Governo de trazer o Palácio do Governo para lá, o qual é bem-aceito pela população.

Talvez não tanto por uma parte da população, mas por outra é aceito sim... Só que queremos também a dignidade para os dois lados, tanto para os moradores e, principalmente, para os adictos que estão ali na rua, porque vocês fazem - o Terceiro Setor, que hoje é o tema dessa GT - um trabalho maravilhoso pelo que estou vendo, pelo que vi cada um de vocês que falou hoje. É um trabalho bom? Sim, mas é um trabalho de formiguinha, que não está dando conta de um problema que é do Poder Público. Vocês estão pegando uma responsabilidade, de repente, que nem é de vocês e estão ajudando, claro que estão ajudando, porque estão tirando pessoas da rua, mas essa responsabilidade maior tem de ser revista, e eu não sei como.

Estou falando, não sei o que vai acontecer daqui para frente, mas ficar do jeito que está e nós sempre repetindo as mesmas coisas, GT através de GT, GT após GT, GT após GT, as mesmas coisas.

Tem clínicas boas de tratamento? Tem. Tivemos um GT, na Alesp, onde uma pessoa que se pronunciou e ela tinha uma clínica, inclusive ela estava lá e foi muito bem, foi até ovacionada, porque ela, essa pessoa dessa clínica, tinha retirado vários adictos da rua, os quais tinham, sim, se recuperado, mas porque teve um tratamento depois, teve uma continuação daquilo. E é isso que vai ser preciso fazer. Do mesmo jeito que tem ferro velho bom, tem ferro velho ruim; do mesmo jeito que tem ONGs boas, tem ONGs fraudulentas. Então, não vamos generalizar tudo: tudo é muito bom e tudo é muito ruim, não é assim, tem dos dois lados. É isso. Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) - Obrigada, Sônia. Agora quero passar a palavra para o João Carlos, depois eu vou passar para a Surraily, porque é membra da comissão. Se

der, três minutinhos.

O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA - Bom dia a todos. Vou tentar, serei o mais rápido possível. Acho que, primeiro, conheci um pouco o É de Lei, uma vez que teve uma reunião em um.GT. Conversei com uma pessoa, É de Lei eu acho, que me contou tratar uma doença, esqueci o nome, mas já fiquei ali meio esperto.

Respeito vocês, respeito muito o trabalho que vocês fazem, e, como sou morador lá há muitos anos, posso dizer que a Cracolândia está lá há muitos anos, e, antes de vocês, quem é que cuidava deles? Eram os moradores e os comerciantes. Eles tomavam banho no posto de gasolina, comiam no bar lá, entravam ali e no que as pessoas podiam ajudar, ajudavam.

Vou contar uma história aqui. Não sei se isso é certo ou se é errado, vocês podem até falar para mim. Mas eu dava dinheiro para as pessoas, toda vez que eu parava no farol, comprava. Saía da padaria: “Leite?” Toma, leite; “Pão?” toma, pão. E aí, depois que nós ficamos sabendo que isso virou mercadoria, virou dinheiro dentro do fluxo, parei de dar dinheiro e parei de comprar deles. Dói no coração isso, porque, para mim, no meu entender, depois, eu não estava alimentando ele, mas estava alimentando o tráfico. Entendeu? Então se estiver errado, podem me corrigir.

Esse foi o meu sentimento. E não só meu. Garanto que vários moradores e vários comerciantes têm essa mesma ação. E aí, tenho isso sempre na mente, assim: nenhum morador, nenhum comerciante, nenhum deles pensa em não dar comida para as pessoas ou que não querem dar dinheiro, ao contrário, todos querem, porque já fizeram isso.

Agora, o problema é uma pergunta, como isso é feito? Como é dada a comida, de onde vem a comida, quem paga a comida, para onde vai a comida, para onde vão os resíduos que ficam ali, essas são as questões.

Fui Conselheiro Participativo, e isso tudo foi tema. Pedi para as ONGs que entregavam comida para a população de rua que se organizassem. Elas recusaram, segundo a Subprefeitura, eles

se recusaram a se reunir e fazer uma organização para entregar comida. Porque, imaginem vocês, um morador sair à frente da sua casa e ter um monte de lixo ali, inclusive resíduos da marmita.

Então, quando estou falando isso, não é porque não quero entregar comida, não é porque o comerciante não quer entregar comida. É como se faz as coisas, entendeu? Se a gente chegar no como, na organização... Vocês são organizados, e a gente vê. Então, se organizar isso, sabe, Luna, a gente dá um passo, porque a gente está aqui desde o início, os moradores, falando com o comerciante, e somos esquecidos. Eu falo para vocês que nós somos invisíveis aqui nesta Comissão. Nós já falamos muitas coisas aqui que nós sofremos, e não é porque a gente não quer. A gente quer tratamento. Assim como a Sônia e várias pessoas aqui, e ninguém é desumano. Nenhum morador e nenhum comerciante são desumanos, mas, pelas falas que a gente ouve aqui, parece que nós somos carrascos.

E outra coisa: parece que nós somos milionários e nós não sabemos, sabe, Sônia? Porque toda vez que vimos aqui, eles dizem isso. Eu não sou rico. Eu trabalho desde os nove anos para ter o que eu tenho e, no que eu puder ajudar essas pessoas... Como eu disse, eu não dou mais dinheiro, eu não dou mais comida. Sinto muito, porque eu acho que estou alimentando o tráfico. Então, eu acho que as algumas falas que tem as ONGs, que eu respeito muito, são ofensivas aos moradores e aos comerciantes.

E, para fechar, terminando, sobre a Janaína. A hora em que eu li a matéria, eu fiquei pasmo, porque, quando a gente começou no GT, o Suplicy fazia parte.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – E também a Erika Hilton, que agora é deputada federal.

O SR. JOÃO CARLOS DE SOUZA – Exatamente. Na época, a gente veio aqui pedindo o nosso lugar de fala, porque, até então, a gente não tinha. Eu, a Sônia, o Charles, o Paulo Branco, o Walpone, tinham várias pessoas que estavam sofrendo ali, e a gente queria ter voz, queria

falar o que a gente estava sofrendo. Mas, quando a gente chegou aqui, nos falaram: “Não, mas vocês têm representante”. Mas, quem são? A hora em que eu fui ver o nome, era o João Carlos, a Janaína e mais outras duas pessoas. Eu falei que a gente não conhecia essas pessoas, que essas pessoas não representavam a gente. Eu fiquei pasmo e quero mesmo saber se tem a ver ou se não tem a ver, se tem alguma coisa envolvida ou não, porque a gente ouve muitas coisas, e a gente sempre ouviu que nos hotéis e que nas ocupações de lá tem tráfico envolvido. Isso é que a gente ouve. E aí eu pergunto se tem ou não tem. A gente tem ouvido isso. Eu estou resumindo. Nós estamos chocados com a Janaína, mas a gente tem uma interrogação, porque a gente sempre ouviu. Então, esta é uma oportunidade de responder isso para a gente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, João.

Agora eu vou passar a palavra para a Surraily Fernandes Youssef.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Sim. Como eu expliquei na minha última fala, como estamos com o tempo corrido, primeiro vai falar os membros do GTI, mas eu estou aqui e eu sou toda ouvidos. Nosso mandato vai poder ouvir você. Portanto, se não der tempo, a gente vai ter que encerrar.

Tem a palavra, Surraily.

A SRA. SURREILY FERNANDES YOUSSEF – Agradeço às Vereadoras Luna e a Silvia da Bancada Feminista e cumprimento todos os presentes.

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo, por meio do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos, acompanha a situação da cracolândia desde 2012. Já tivemos a oportunidade de estar aqui no GTI apresentando a pesquisa lançada no ano passado a respeito da Operação Cachimbo e dos processos de criminalização e ampliação da repressão policial em relação

às pessoas que fazem uso abusivo de substâncias. A pesquisa concluiu de forma muito importante e aliada de alguma forma algumas das atividades já realizadas pelas organizações aqui presentes, a importância da redução de danos ou de políticas públicas de assistência social e saúde que possam fortalecer os vínculos existentes entre as pessoas que fazem uso abusivo e as equipes da Assistência Social e da Saúde, para que isso permita não só a saída da situação de vulnerabilidade, mas caminhos possíveis de acesso às políticas de moradia, de saúde e de assistência social.

Percebeu-se que, na verdade, a maior repressão é um obstáculo para que a gente possa enfrentar a situação de grande miserabilidade vivenciada por uma série de pessoas em situação de rua que faz uso de substâncias, nesse caso, o *crack*. Nesse sentido, é importante percebermos que, na realidade, existe uma omissão que afeta moradores, organizações da sociedade civil, comerciantes, e que tem relação com uma omissão do Poder Público em articular políticas públicas de acesso a direitos econômicos, sociais e culturais.

O problema da cracolândia é de extrema pobreza e de miserabilidade, e é preciso que a gente enfrente isso. Diante das denúncias que o Núcleo Especializado tem recebido, da dificuldade de acesso à alimentação, do aumento de uma presença repressiva, da violência, das ações de zeladoria urbana que retiram os mínimos pertences que essas pessoas possuem naquele território, a ideia é intensificar a nossa presença no território a partir de atendimentos que vão ser realizados às quartas-feiras das próximas quatro semanas para fim de coleta de relatos e de oferta de orientações jurídicas.

Vamos estar à disposição das pessoas que estiverem no local, usuários de substâncias, organizações ou moradores, para fazer esse atendimento, mas, em especial, para compreender as dinâmicas naquele território, para que a gente possa fortalecer as políticas públicas de acesso à saúde e garantir que todos, a comunidade em si, possa se unir na construção de políticas públicas que, desta vez, consigam olhar para a situação da cracolândia e não reproduzir as saídas que já foram adotadas

há mais de 30 anos e que demonstraram a impossibilidade de solucionar a questão e, de alguma forma, garantir mínimos direitos a todos que habitam aquele território.

Por isso, eu me coloco à disposição. A Defensoria tem recebido uma série de denúncias também relacionadas às operações. É importante que a Segurança Pública faça o seu trabalho, que ela tenha espaço para fazer investigações, e que essas investigações não afetem aquelas pessoas em maior condição de vulnerabilidade por serem usuárias substâncias, que, na verdade, precisam de uma maior intensificação das ações da Assistência social e da Saúde. E, nesse ponto, eu queria dizer que o Núcleo de Habitação e Urbanismo também tem acompanhado a lacração das pensões naquele território e tem feito muitos pedidos relacionados às pessoas que residem ali mais de cinco anos naquele território para que possa ser garantida uma alternativa também habitacional a quem reside nos locais.

Eu agradeço a oportunidade de trazer essa fala. Como acredito que o meu tempo já tenha se encerrado, me coloco à disposição do GTI para contribuir com aquilo que for necessário no âmbito do acesso à Justiça.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Surraily.

Passo a palavra para a Cecília.

A SRA. CECÍLIA GALÍCIO BRANDÃO – Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui novamente e fazer parte deste Grupo de Trabalho. Até o mês de maio deste ano, eu ainda fazia parte desse GTI pela vice-presidência do Conselho Municipal de Política de Drogas e Álcool e, apesar de não fazer mais parte do Conselho Municipal, continuo ocupando espaços importantes de participação e controle social no que diz respeito à Política de Drogas, como o Conselho Estadual de Política de Drogas e o Conselho Nacional de Política de Drogas.

Acho que é bem importante a gente fazer aqui a pontuação de que, apesar de terem

inventado um jeito de associar a pobreza às drogas como uma ferramenta eficiente de tortura e massacre, a Política de Drogas, que é o que está norteando todas as nossas discussões, é competência do Governo Federal, como todo mundo sabe. Por isso, aqui a gente não tem muita margem para discutir o que é criminalização do usuário, o quão injusto é o sistema que está sendo operado, porque isso é uma instância diferente desta de hoje, da Prefeitura.

À Prefeitura cabem competências residuais a respeito da Política de Drogas, mas principalmente a assistência social, a saúde, a educação, o trabalho e a renda. Não cabe à Prefeitura discutir a criminalização das pessoas, a criminalização dos usuários como ferramenta de massacre, mas sim construir políticas públicas que atendam a essas pessoas. Nesse sentido, gostaria de destacar que a gente tem como órgão de Estado o Conselho Municipal de Política de Drogas para falar sobre drogas.

Em novembro do ano passado, nós produzimos uma conferência municipal sobre Política de Drogas, que deveria ser o documento norteador de todos os gestores para a construção das políticas públicas. No entanto, a própria Secretaria Municipal de Direitos Humanos, infelizmente, não agiu da maneira como deveria, e esse relatório só foi publicado oito meses depois. O apelo que a gente quer fazer aqui, inclusive na participação desses espaços, é que não só o Prefeito, mas também Governador e quem está responsável por essas operações que interseccionam a questão das drogas que, minimamente, façam referência ou consulta àquele que deve ser o órgão máximo de participação e de controle social a respeito de política de drogas, na qual inclusive tem relação estreita com o que a gente está falando aqui, que é a participação da sociedade civil nessas políticas.

Então, a ideia é que a gente faça, inclusive a partir desse espaço que é a Câmara, que antes de pensar em legislação ou qualquer coisa nesse sentido, que faça referência à Conferência Municipal que foi realizada, em São Paulo, onde foi ouvida toda a população, inclusive a população do Centro, porque nós tivemos uma conferência no Centro, e lá nesta conferência está dito, registrado

e confirmado o que a população, aquela população específica, espera das políticas públicas. É um absurdo que inclusive a gente ache natural e razoável que pessoas que nunca tiveram contato com essa substância ou nunca tiveram contato com uma cena aberta de uso venha a legislar ou opinar sobre o que deve ser feito com essa população.

Agradeço o tempo de fala, reforçando que a gente precisa tomar atenção para órgãos de Estado e não simplesmente de governo, mas também alertando que o governo está vinculado à oitiva da sociedade civil, e isso também poderia ser feito a partir dos conselhos municipais.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Cecília. Desculpa ter falado do Comuda, agora você corrigiu o Conselho Estadual. Queria passar para o Mateus, da Comissão de Direitos Humanos da OAB, fazer uso da palavra.

O SR. MATEUS – Boa tarde a todos, todas e todes. Eu acompanho a Comissão de Direitos Humanos da OAB, mais especificamente o Núcleo de Álcool e Outras Drogas, e a gente tem acompanhado o Comuda como tentativa de aproximar a OAB dessa participação popular e fortalecê-la este ano.

O que eu tenho para falar sobre essa participação? Tiveram dois casos no Comuda que a gente veio debatendo. Uma saiu nos jornais, inclusive: uma empresa com 10% em contratos da Prefeitura, da Secretaria da Saúde de São Paulo, queria compor esse grupo de participação social que é focado na redução de danos. Outro caso vinha da reclamação dos trabalhadores do CAPS 4 e 3 sobre intervenções de pessoas que falavam em nome de secretários, e tinha um conflito ali com a equipe do Redenção na Rua, que traz essa proposta de redução de danos.

Visitando os CAPS, conversando com os funcionários, com usuários do sistema, a gente chegou à conclusão de que, no final das contas, o cuidado que se busca ali com os usuários do fluxo, na verdade, é uma grande máquina de internação, uma máquina de leitos. Eles não estão preocupados

com o tratamento, com o resgate, com a reinserção dessas pessoas. Eles estão preocupados em quais hospitais têm vagas para elas serem internadas, ficarem lá o máximo de tempo possível, e o governo custeando tudo isso. A gente não vê nenhum investimento na saída desses fluxos em trabalhos de moradia, de trampo, tratamento, nada.

E agora, esta semana, a gente acompanhou, viu essa operação que acontece até hoje, na Cracolândia, na favela do Moinho, na região do Centro, e o que a gente pode ver é que a grande criminalização da pobreza dessas pessoas, desses usuários. Vejo os moradores preocupados com essa questão do tráfico de drogas. “Ah, a Janaína, será que ela é ou não é?” Eu conheci a Janaína esta semana, mas eu fui vê-la na delegacia. Eu cheguei lá e eu vi uma mãe de 10 filhos, desesperada, que ela tem filhos atípicos, ela tem criança que ela está amamentando, a preocupação dela era que o peito dela estava cheio e a criança não pega mamadeira. Quem ia alimentar? Não se sabe. As outras pessoas que apareciam no jornal como líderes de facção criminosa, pessoas de chinelo. Se é traficante, é bem pequeno. Parece um grande circo.

O Governador olhando de cima do helicóptero, sádico, e acho que mostra muito dos governantes e porquê que eles levam essa política dessa forma, eles não têm proximidade nenhuma. Eles não veem pessoas ali. Eles veem um enxame de animais que não tem cognição, não tem capacidade de responder por eles mesmos. Muitas vezes não sabem ler, não sabem escrever, não tem documento, não é ninguém. Ele é um apelido, sucateado.

No final das contas, fica todo esse circo dizendo que é o crime organizado, mas de combate ao crime organizado, ali a gente está vendo muito pouco. Não vi droga nenhuma sendo apreendida. Vi um rapaz com uma porção pequena de maconha que foi preso acusado de traficante. Os moradores do hotel, quem tivesse com droga ia ser associado com o tráfico. A Cracolândia é um ponto de consumo de droga, um ponto de venda, de varejo, onde tem vendedor, tem consumidor também, e a grande maioria. Mas você não pode generalizar. Cada um responde pelo que faz.

A questão é que onde não tem tutela do Estado, onde o poder está solto, alguém vai assumir. Quem tem coragem, quem não tem nada a perder, vai assumir. E, no final das contas, enquanto essas pessoas estão sendo presas porque estavam com uma porção de prensado, que eles chamam de maconha também, tem gente aí pagando mil reais numa consulta, pegando um papelzinho azul, tendo a chancela da branquitude, do jaleco branco, para poder comprar legalmente sua maconha e fazer seu uso no seu apartamento no bairro central.

Então, eu queria enaltecer o trabalho de todas vocês, essas mulheres que sobraram, como sempre, os homens se mandam, ficam as mulheres para limpar o prejuízo. Então, muita força, vamos juntos. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada.

Bom, gente, acho que a gente está bem no tempo, mas a gente fica depois para te ouvir.

Queria saber se o Deputado Eduardo Suplicy, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALESP, que é membro desse GTI, que tem uma trajetória nesse GTI enquanto Vereador, quer fazer uso da palavra para a gente caminhar para o encerramento também da Mesa.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y – Querida Luna Zarattini, parabéns por esta reunião.

Quero cumprimentar a todos que colaboraram do Pagode na Lata, o Carlo Belotti; a Carmen, do Tem Sentimento; Leona Jhovs, do Instituto Luz; a Lydia Gama, do Teto, Trampo e Tratamento; a Dani Amorim e Ananda Portaro, do É de Lei; Viviana Torrico, do Solidariedade, e as contribuições de Sônia, João Carlos, Surraily, Cecília e o Mateus, da OAB.

Eu acho que foram depoimentos e testemunhas muito relevantes que precisamos levar em conta e também estar atentos a quaisquer abusos, tais como os que infelizmente foram novamente registrados na maneira como foram ocupadas, invadidas tantos locais de moradia, hotéis e pensões sem um acompanhamento ou encaminhamento à assistência social, ao conselho tutelar e outros.

Quero também manifestar que avalio como muito importante o desvendar do caso da Janaína Xavier, porque o meu testemunho de tudo que eu conheço da Janaína Xavier como uma mãe de dez filhos e um bebê que está sendo amamentado, é importantíssimo que ela possa continuar a amamentar e seria fundamental que ela pudesse ter a possibilidade de ficar em casa para a amamentação de sua criança e de todos os filhos. E é muito importante que se esclareça logo, porque o testemunho pessoal que dou da Janaína Xavier, ao longo desses anos, é que ela é uma pessoa muito colaboradora de todas as pessoas que moram naquela região, e acho que merece um cuidado muito especial.

Meus cumprimentos a todos vocês.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) - Muito obrigada, Deputado Eduardo Suplicy.

Agora eu vou passar, para uso da fala rapidamente aqui de conclusão, para a Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Rapidamente, porque eu sei que o tempo está acabando, eu só queria dizer que eu morei na esquina da Rio Branco com a Duque de Caxias por cinco anos. Eu morei de 2014 até 2019, e eu vi muitas mudanças no território. Esquina. Morei na esquina da Duque de Caxias com a Rio Branco. Eu peguei todo o Projeto de Braços Abertos, quando estava implementado ali, e depois a mudança quando foi para o Governo Doria, que acabou o Projeto, e eu vi como as coisas foram piorando cada vez mais. Você tinha uma relação maior dos moradores com os usuários, principalmente quando eles estavam no Programa, que a gente saía do prédio e a turma estava lá de uniforme da prefeitura varrendo a rua, colaborando com a zeladoria, fazendo atividades e, depois, quando isso acabou, se romperam, se esgarçaram as relações e só foi repressão, repressão, repressão, repressão. E eu acho que isso é um projeto, eu queria dizer isso. O projeto é esgarçar relações, o projeto é - sempre foi -, o projeto ali é imobiliário, o projeto ali é desvalorização dos terrenos para poder fazer um projeto urbanístico no local que realmente retire -

a gente fala de gentrificação -, retire a população empobrecida, porque ninguém nasce pobre, as pessoas se tornam pobres depois que nascem, porque os herdeiros continuam tendo suas posses. Não vou nem falar rico, mas tendo suas posses, e quem não é herdeiro, quem é herdeiro de uma família já empobrecida vai continuar sendo empobrecido. Então, ali o que a gente tem é um projeto de necropolítica, um projeto de extermínio, um projeto totalmente desumano e que joga moradores contra. Aqui, a gente viu moradores com empatia pelos usuários, isso é importante, sim. Empatia é uma coisa importante, a gente se colocar no lugar do outro. Eu tive o meu celular, quando eu morava lá, na frente, estava lá vendo o celular, roubado por uma pessoa da bicicleta, mas eu não deixei de ter empatia. Eu fui lá, inclusive, tentar resgatar o celular, porque a gente tem de entender como que as pessoas estão dentro daquele ciclo de violência também, não deixa de ser um ciclo de violência. Mas eu acho que o projeto, que está sendo aplicado, é um projeto de não ter essa empatia, de colocar uns contra os outros, e mais: todo o projeto repressivo que foi aplicado na cracolândia só fez, inclusive, por parte dos moradores e dos comerciantes, desvalorizar ainda mais os terrenos e diminuir ainda mais o fluxo de pessoas querendo comprar as coisas dos comerciantes, entendeu.

Então, na verdade, o que nós precisamos é que todo mundo veja que isso é um projeto global, de colocar uns contra os outros para eles conseguirem fazer o que eles querem, que é tirar todo mundo de lá, inclusive os próprios comerciantes, e fazer um projeto urbanístico que não tenha a cara da pobreza.

Então, eu já não vou alongar aqui, porque a Vereadora Luna tem um horário aqui para terminar, mas eu acho que esse é um assunto que tem de continuar. Então, a gente vai continuar aprofundando, inclusive, neste momento em que a gente está discutindo projetos para a nossa cidade.

Obrigada, Presidenta. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) - Obrigada.

Bom, eu queria encerrar essa reunião, primeiro, saudando a presença de todo mundo, das

entidades aqui, que fazem um trabalho sério, um trabalho que muda vidas, um trabalho de formiguinha, como foi falado aqui, mas que tem um impacto no território, no debate político, no debate de projeto de cidade muito importante, de reversão dessas políticas que aqui todos nós negamos - essas políticas autoritárias, de violência, de escracho, de tortura, uma série de palavras que usamos aqui para a abordagem que existe nessa região chamada cracolândia.

Também agradeço todo mundo que fez fala, todo mundo que está aqui presente e dizer que este GTI foi criado dentro da Comissão de Direitos Humanos e é, sim, um espaço onde a gente tem atuado para fazer escuta de todas as pessoas que estão ali atuantes no território, como a gente já falou aqui, pessoas do Poder Público, entidades, terceiro setor, moradores, pessoas que ocupam aquele território, mas para dizer também que este grupo de trabalho aqui, instituído, iniciado pelo Deputado Eduardo Suplicy, pela Deputada Erika Hilton, que presidiram esta Comissão e que eu tenho muito orgulho... E digo que eu vou ainda precisar muitos anos para seguir os passos dessas pessoas que nos inspiram na política, dizer que é um ato de coragem ter este GTI aqui, porque muitas pessoas querem resolver a chamada cracolândia através da truculência e essa é a única resposta atualmente dada pelo Estado.

Aqui a gente está querendo criar um espaço de diálogo/reflexão e de atuação fundamental para que a gente tenha respostas reais e respostas que realmente olhem para a questão de forma humanizada, olhem para a questão dando saídas qualificadas para as pessoas que estão no território e buscando quais são os reais interesses pela manutenção daquele espaço.

Aqui, foi falado a disputa territorial, foi falado de higienização, foi falado de um processo de retirada das pessoas, mas é importante dizer que a cracolândia também é um dos casos maiores de racismo no nosso país. Então, acho que a gente está tentando buscar essas soluções, essas recomendações, buscar que o poder público tenha essas atuações de políticas públicas que sejam eficazes, e não isso que está acontecendo, porque, como foi falado aqui, qual traficante foi preso

nessa megaoperação que teve? Qual? Qual traficante foi preso? Têm vários tipos de inteligência em que a polícia podia atuar, mas a truculência é a primeira resposta. Então, é isso que a gente está tentando atuar aqui.

A gente vai produzir um relatório, todos os membros vão ser escutados. A gente vai entregar esse relatório para os órgãos competentes e a gente vai seguir lutando, vai seguir resistindo, vai seguir dialogando, vai seguir construindo até que a gente tenha, enfim, uma sociedade justa, igual para todos e todas.

E dizer também sobre a Janaína, como aqui a gente falou, nós conhecemos a Janaína. Eu fui à casa da Janaína e a Janaína é uma pessoa que faz luta, luta por moradia. Então, quando a gente vê esses casos, a gente vê um caso de injustiça, sim, porque essa mulher, mãe de 10 filhos, ela não precisaria estar presa antes de ser investigada. Então, qual que é a grande comprovação para ela estar presa e outras pessoas não estarem? Então, é isso que a gente está discutindo.

Que bom que a gente está aqui. Que bom que a gente está ocupando esse espaço. Aqui é a chamada Casa do Povo, mas, muitas vezes, esta Casa está fechada para a população e aqui a gente está abrindo este espaço de diálogo, de discussão, grupos de trabalho. Inclusive, na Comissão de Direitos Humanos, a gente tem um grupo de trabalho de catadoras e catadores de materiais de reciclável. Foi a primeira vez que a gente criou esse espaço para pensar a política pública com essas pessoas.

Então, eu acho que este trabalho aqui da Comissão é um trabalho árduo. Às vezes, a gente está falando as mesmas coisas e é essa sensação que a gente tem mesmo, porque a gente ainda busca respostas daqueles e daquelas que têm a responsabilização, que é o Poder Público, que é a Prefeitura de São Paulo, que é o Governo do Estado.

Então, obrigada pela presença de todos e todas aqui, por mais esta reunião do grupo de trabalho. Vamos agora nos debruçar no relatório para que entreguemos as melhores recomendações,

as melhores sugestões possíveis para podermos ter essa atuação de maneira honesta, de maneira justa e de maneira eficaz ali para todos e todas.

Obrigada, gente. (Palmas)

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Reunião da Comissão de Direitos Humanos, na Câmara Municipal de São Paulo em 04/06/2024. Oitiva dos colaboradores do Programa Redenção na Rua e do HUB de Cuidados em Crack e Outras Drogas do Governo de São Paulo.

Participantes

18. Luna Zarattini - Vereadora e Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da CMSP.
19. Luana Alves – Vereadora membro da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da CMSP.
20. Silvia da Bancada Feminista - Vereadora membro da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da CMSP.

-
21. Andreia Cristina Guerreira – Enfermeira, ex-trabalhadora do Programa Redenção na Rua.
22. Luísa Ribeiro – Terapeuta ocupacional, integrante do Fórum VivaSUS de Trabalhadores

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) - Com a presença das Vereadoras Luna Zarattini, Luana Alves e Silvia da Bancada feminista, regularmente convocadas, declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária de 2024 da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania.

Informo que essa reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, no *link* Auditórios Online.

A reunião contará com as seguintes pautas: informes, votação de requerimentos, escuta dos convidados.

Passemos aos informes. Algum Vereador tem informe a fazer?

A SRA. LUANA ALVES – Bom dia a todos os presentes, e à Presidente e Vereadora Luna Zarattini.

Darei um informe rapidamente. Ontem aconteceu uma audiência pública da Comissão de Educação da Câmara Federal aqui na Câmara de São Paulo. Teve transmissão *on-line*, então, primeiro agradeço a toda a equipe da Câmara Municipal que conseguiu fazer uma boa sintonia com a equipe de Comissão de Educação da Câmara Federal para debater sobre um protocolo que responsabilize e que consiga acolher vítimas de racismo na escola.

A gente conseguiu avançar do ponto de vista legislativo no município no último

período. Aprovamos a Lei Escola sem Racismo, que fala de capacitação e igualdade racial a todos os professores da rede, mas nós ainda não temos um protocolo do que fazer quando a violência racista acontece: como acolher o estudante, como responsabilizar quem cometeu essa violência, como lidar. Então, esse protocolo está sendo debatido em nível nacional pelo MEC, a gente quer ser parte disso, e tenho certeza que São Paulo pode contribuir muito. Acho que vai ser excelente a gente conseguir seguir nesse diálogo.

Foi tirado um comitê que vai tratar diretamente tanto com o MEC como com as Secretarias Municipal e Estadual de Educação para que seja um processo mais amplo, popular possível. Tem muitas famílias interessadas, professores interessados que querem ser parte da elaboração do protocolo a nível nacional, que vai ser extremamente necessário.

Obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) - Quero parabenizar a Vereadora Luana por esse evento, essa articulação. Também, ano passado, como eu faço parte da Comissão de Educação, a gente começou a receber esse tipo de caso. E, realmente, as escolas não estão preparadas, as pessoas não estão preparadas quando há o ato de racismo, de violência. E é fundamental que a gente tenha um protocolo, que a gente tenha essa ação. Inclusive, a gente também fez um projeto de lei, que depois eu até gostaria que você desse uma olhada, e que esse

GT olhasse também, para a gente poder contribuir junto nessa luta, que eu acho essencial, que é a luta contra o racismo, principalmente dentro da escola, onde a gente sabe que leis como a Lei 10.639 não são aplicadas por conta do racismo. Então, parabéns, Vereadora.

Pergunto se há alguma inclusão de requerimento em pé de pauta. E, se não houver, a gente vai fazer a nossa escuta, hoje, dos convidados que já estão presentes de forma *on-line*.

Nas últimas semanas, recebemos algumas denúncias de trabalhadores da Redenção na Rua, do CAPS AD IV Redenção, Hub de Cuidados em Crack e Outras Drogas, RAPS Centro, SEAS IV, CAPES AD Boraceia e vários serviços voltados à população mais vulnerável e em situação de drogadição. Esses trabalhadores, de alguma maneira, têm encontrado dificuldade de realizar o seu trabalho e, de alguma forma, estão sendo perseguidos por cumprir o seu papel e fazer a sua atuação diante de uma questão muito grande no Centro de São Paulo, na chamada Cracolândia.

Nós, aqui, temos também um GTI da Cracolândia, onde a gente aborda diversas vezes esses temas. E aí, eu já gostaria de passar a palavra para a Andrea Cristina Guerra, ex-colaboradora do Programa Redenção da Rua, para fazer uso da palavra e a gente fazer esse momento de escuta.

A SRA. ANDREA CRISTINA GUERRA - Bom dia a todos. Eu fui desligada pela

AFNE agora, dia 7 de maio, e o motivo do meu desligamento não foi dado. Pelo contrário, eles disseram: “Você está sendo desligada porque está sendo dado. Não tem um motivo, não tem justificativa, foi o querer da OS, então você está sendo desligada”.

Eu trabalhava ali na região da Cracolândia desde 2017 com a equipe do Redenção na Rua, Iniciei como enfermeira e com uma OS que já não está mais, a antiga IABAS. Da IABAS, a AFNE passa a assumir.

Em 2020, a gente começa a perceber já que tem algumas intervenções contrárias às políticas públicas de saúde mental lá no centro. A gente percebe que alguns serviços passam a ser instalados sem ser formalizados dentro do Ministério, dentro das Secretarias; serviços que não existem. Então, a gente ali já começou com o SIAT Emergencial, que teve a abertura dele junto com a Operação Caronte. Do mesmo jeito que ele abriu, ele fechou, ninguém viu. Ninguém sabe por que fechou, ninguém sabe por que ele foi aberto também, sendo que foi um serviço sem efetividade.

O SIAT Emergencial ficou menos de um ano aberto, fechou; e dentro das equipes de abordagem instala-se o SCP - Serviço de Cuidados Prolongados, como é chamado esse serviço, que passa a abordar os usuários com ofertas de internação. Ninguém sabe como chegou esse serviço também, como ele foi instalado, sendo que já havia equipes de saúde de abordagem,

tanto assistencial quanto da saúde, dentro do território, fazendo mapeamento qualificado e encaminhamentos para a rede RAPS.

Só que esse serviço vem de uma forma bastante bruta, bastante grossa, intimidando outros profissionais e até os próprios usuários, impondo internação sem nenhum tipo de pudor. É um serviço onde os colaboradores se colocam de uma forma agressiva, que brigam com os usuários, que saem na mão com os usuários. É um serviço que grita no território, na frente de qualquer pessoa: “Quem quer um vale internação?”, “Olha o vale internação”. É um serviço que não é efetivo, porque os usuários eles retornam para a cena de uso pois não têm uma porta de saída, não existe uma porta giratória. O usuário é abordado dentro do território, é encaminhado para o HUB, e do HUB ele retorna para o território de novo.

Muito me admira, porque já houve um processo - só mudou o nome - de internação durante o período, que também não funcionou, porque todo mundo pensa na internação. Hoje a cracolândia é vista como uma sujeira. Esses usuários são colocados como uma parte que não pode ser enxergada, então entra uma saúde higienista, literalmente de limpeza ali no território, que afronta toda a política pública, toda a Reforma Psiquiátrica, que demorou para a gente conseguir construir para que as pessoas tivessem entendimento e para que muitos desses usuários passassem a se dar conta de que existe um processo de saúde com que eles podem contar.

Quando entram esses serviços a partir da AFNE, acabam lesionando todo esse processo de cuidado que já existia, e a equipe fica refém, porque em nenhum momento foi avisado que essas equipes chegariam, em nenhum momento foi discutido qual serviço, em nenhum momento foi apontado por que que as outras equipes não poderiam usar o Hub para poder fazer o encaminhamento, somente o SCP.

Saí há um mês, e no tempo em que eu fiquei lá a gente percebeu uma movimentação de usuários de outros territórios, aproveitando que a preferência, pensando que é um serviço nacional, que a preferência desse serviço é somente para quem está nas cenas de uso, usuários que não frequentavam cenas de uso, residenciais, passam a frequentar porque é um serviço que foi mal feito, foi mal colocado dentro do território. Números absurdos de internações, gente. Internação é quem fica, quem faz o tratamento, quem passa pela desintoxicação. Da saída da internação, esse paciente vai para outro serviço de saúde e procurar residência, cuidado, família e assim vai.

Esse é o serviço que o Redenção fazia, e não simplesmente internar para a gente abrir uma ficha, ter um número, que é o que acontece. Esse SCP passa a se instalar dentro do CAPS IV, que é um serviço que funde, que hoje a gente não sabe o que é CAPS IV e não sabe o que é Redenção na rua. São dois serviços que fazem a mesma coisa, também por questões de números,

é quantitativo, não é um serviço qualitativo; é que conta, abriu ficha, passou pelo CAPS, preferiu internação; abriu ficha, passou pelo SCP, preferiu CAPS. Mas a gente não sabe como esses encaminhamentos funcionam.

Então, assim, são filas gigantescas na porta do CAPS, usuários aguardando internação. Um serviço que foi muito esperado para a cracolândia. Primeiro CAPS IV do município de São Paulo, então, assim, eu tive muita expectativa com a abertura para esse serviço na porta da cracolândia. Um serviço que era para ser um serviço ouro e hoje passa a ser um serviço de retaguarda, para mascarar um serviço de SCP, que é um serviço falho.

Os colaboradores, quando eles passam a apontar essas questões, apontando para os próprios gestores, porque apoio assessoral dentro da OS a gente não tem. O porquê que está mudando; por que essas normas mudam fora da configuração de lei municipal, lei estadual; e o uso dos nomes de profissionais que estão dentro da Secretaria de Saúde são usados todos os dias contra esses profissionais.

Quando eu me coloco contra... conhecedora 20 anos de enfermagem, eu passo a apontar que não, isso não está certo, não está certo, sete anos de trabalho descartados, sem motivo, eu sou demitida por causa disso. A equipe é ameaçada quando faz a confecção da carta, todos com muito medo. Mas, a partir dessa carta que a equipe fez, do Redenção na Rua, vieram

mais seis. Até eu fiquei assustada, foram mais seis cartas em cima de todos os serviços - se vocês prestarem atenção -, todos os serviços que passam por algum momento pelo SCP, por essa ideologia manicomial que passa a fazer parte.

Então, assim, os profissionais de saúde, os profissionais assistenciais, eles estão abandonados. São serviços que todos precisam, a gente precisa trabalhar, são colaboradores, a gente precisa trabalhar, mas a gente também tem a convicção e a gente acredita no melhor, sempre construído dentro da lei. E quando chega e acontecem essas coisas, o desamparo é muito desesperador.

Então eu fico muito triste com tudo isso que vem acontecendo. São colegas de trabalho, são colegas que a gente conhece, são profissionais que valem ouro, são excelentes profissionais, que, para trabalhar na cracolândia, a gente precisa gostar de estar lá, precisa ter conhecimento, precisa saber quem é o usuário, e só assim para valer a pena.

É isso, gente, eu acho que, no geral, é isso. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) - Andrea, muito obrigada por seu depoimento, pela coragem, pela resistência e por seguir nessa denúncia, que agora a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara toma conhecimento de forma pública, porque, enfim, a gente já teve esse primeiro diálogo, enquanto o nosso mandato que tem atuação nessa questão

da cracolândia.

Então te agradecer demais por esse relato, e que a gente vai fazer alguns encaminhamentos ao final da reunião, e que é importantíssimo a gente buscar que esses serviços sejam feitos de forma adequada, com segurança também aos trabalhadores que acreditam na transformação e que acreditam que esses serviços sendo feitos de forma eficaz, com eficácia, são fundamentais para a gente conseguir reinserir as pessoas de volta à sociedade, a gente conseguir garantir humanidade, um tratamento humano para as pessoas, e que a gente rompa esses ciclos de violência. Essas pessoas já estão numa situação de grande vulnerabilidade, não podem receber do serviço esse tipo de tratamento, tampouco os trabalhadores que fazem uma atuação brilhante na rede.

Antes de passar a palavra para a Vereadora, eu vou passar para a Luiza Ribeiro, integrante do Fórum Viva SUS. Pergunto se apenas a Luiza será ouvida? Então, vou passar para a Luiza Ribeiro fazer uso da palavra. Depois, voltaremos para a mesa.

A SRA. LUIZA RIBEIRO - Bom dia, gente. Eu sou a Zuba, terapeuta ocupacional. Hoje, eu falo com vocês na primeira pessoa, mas também representando o Fórum Viva SUS, que, inclusive, tem publicizado algumas denúncias, como a Andrea mencionou, também sobre os trabalhadores que têm sido demitidos do SUS, justamente por estarem lutando por ele.

A situação não está nada boa, como vocês podem perceber, pelo relato da Andrea. Apesar dos *slogans* que existem em defesa do SUS, de valorização do sistema de saúde e de seus trabalhadores, na prática, o que a gente está vivendo é um cotidiano de muita precarização de trabalho, de muita perseguição política, dentro do SUS.

Acho que a gente ainda fala pouco sobre isso, mas é o que tem acontecido. Eu e muitos outros colegas fomos e seguimos sendo demitidos e perseguidos no SUS por lutar por ele, por nos posicionarmos a favor de um cuidado que seja ético, humanizado, crítico, participativo, democrático.

Tudo isso já vem acontecendo há uns tempos. A gente já tem insistido nessa pauta há um tempo. Com a autorização da gestão municipal, que abriu mão totalmente, o SUS está completamente entregue às organizações sociais, que o interpretam a partir dos seus próprios valores, fazendo o que bem entendem com essa política de saúde tão importante.

Cabe dizer que vão, muitas vezes, até contra a própria política de saúde, produzindo muitas contradições, muitos abusos, muitos absurdos no cotidiano de quem está no serviço. Seja com os trabalhadores, que são cada vez mais silenciados, seja com os usuários, que passam a ter seus cuidados atravessados pelos valores morais dessas organizações, que não entendem nada de SUS, e sim, elas fazem questão de sufocá-lo. Razão pela qual há inúmeros relatos de violência

institucional que vem sendo testemunhados nos serviços de saúde da cidade de São Paulo.

O SUS que a gente conhece, que a gente gosta tanto de falar, não combina com violência, com opressão, com prática conservadora, com ilha de conhecimento, com fragmentação do cuidado, com salinha, com etiqueta, com poder médico, com esse *show* de horrores, da portaria das metas.

Então, ser demitido por querer trabalhar direito, é muito adoecedor. Como que a gente cuida do outro, estando desse jeito? Como que a gente consegue fazer política pública, tendo que vestir primeiro, e acima de tudo, a camisa de uma empresa, dentro do SUS, sendo SUS?

Eu trabalhava no serviço de saúde mental voltado para a infância e para a adolescência, um CAPS Infanto-Juvenil. Falando por mim, eu amava, pensem numa menina apaixonada pelo trabalho. Eu ia trabalhar com gosto, com vontade, com propósito, com sentido, e trabalhava muito direitinho, modéstia à parte - porque se a gente não se valoriza hoje em dia, a gente também, pelo visto, não está podendo depender muito dos outros.

Até pensando a linguagem dos números, que a galera adora, por vezes, eu fui a profissional que mais produziu dentro do serviço, apesar de todas as dificuldades. Mas, de uns meses para cá, as mães dos usuários me paravam no corredor, falavam: nossa, está com uma cara

de cansada, você está bem? Aquelas trocas que só essa construção do vínculo vai permitindo.

E aí, no meu trabalho, enquanto eu tentava produzir cuidado em saúde mental nessas condições, eu não podia dizer que o meu cansaço era porque o meu nome estava numa lista de trabalhadores para serem demitidos, sabe-se lá quando, por quem, por quê.

Nomes que supostamente foram definidos em uma salinha fechada, depois de uma série de encontros de supervisão institucional gentilmente oferecidos pela Secretaria Municipal de Saúde.

Aí, começamos a pensar: o que aconteceu? Qual foi a linha do tempo? Como chegamos até aqui? Não dá para fazermos afirmações, mas tirar trabalhador que pode dar trabalho em ano eleitoral pode ser uma boa estratégia. Entretanto, não posso afirmar; só supor. São suposições.

O fato é que eu durei por meses desse jeito, tendo, por vezes, de gastar mais tempo pensando em formas de não ser demitida por falar o que precisava ser dito do que me dedicando inteiramente aos casos, que foi para o que eu fui contratada, com dinheiro público. Hoje, a nossa luta é, também, para que possamos nos reconectar ao cuidado, sabendo que não há como cuidar se você está sendo silenciado, se você está sendo coagido, perseguido, se você está sendo ameaçado, se você precisa medir palavras para discutir tecnicamente um caso, para convocar os

princípios do SUS. Nada disso devia caber no trabalho que estamos ali para fazer.

Então, em abril, agora, deste ano, eu fui arrancada do SUS. Eles me demitiram, mesmo não tendo nenhum *feedback* negativo. Enrolaram, assim. Encheram linguiça, para justificar minha demissão, porque não havia, mesmo, tecnicamente, nenhum motivo, e eles me demitiram, mesmo a OS tendo muita dificuldade para contratar profissionais da minha categoria. Inclusive, eles me mandaram mensagem na quinta-feira, pedindo para eu fazer processo seletivo, lá. Então, eles me demitiram. Houve uma perseguição política, para um mês para frente querer me recontratar. Acho que eles não perceberam que eles tinham me demitido. Acho que eles falharam, aí, nesse ponto. Contudo, é isto: demitir profissional de uma categoria cujas vagas eles estão com muita dificuldade para preencher, sem nenhum *feedback* negativo. Então, isso só vai reforçando, mesmo, como a perseguição está muito forte.

Aí, eu consegui. Eu tive de sair de lá sem me despedir das crianças, dos adolescentes, dos cuidadores, das redes com que eu fui construindo vínculo por quase três anos. Eu fui tirada de uma equipe que já está reduzida, mal paga, precarizada, e, apesar do repasse bilionário que é feito para essa OS específica, ainda temos de ficar ouvindo, em reunião, dos assessores, que estamos ali para trabalhar por amor. Porém, o amor deles é mais bem pago que o nosso.

A justificativa, mesmo, para eu ter sido arrancada do SUS, foi porque eu não estava

alinhada aos valores da Organização Social, porque eu estou muito alinhada ao SUS. Também justificaram que foi pelo que eu faço fora do horário de trabalho, a militância em defesa do SUS. Então, não me demitiram por razões técnicas. Foi por razões políticas e isso acontecer no SUS é algo muito grave, mas eu acho que mais grave ainda é, além de trabalharmos, termos de ficar insistindo nesse discurso, nessa defesa, participarmos de espaço institucional e de reunião que não tem ido para lugar nenhum, dentro do SUS, fora do SUS, sermos usados para agradar, termos nossos discursos distorcidos, não conseguirmos avançar institucionalmente nessa luta, que é coletiva. Então, vamos ficando cada vez mais cansados e sobrecarregados.

Eu não vou mais me estender muito, porque acho que a ideia, aqui, é mais reforçar e trazer um pano de fundo, mas também acho que é importante sairmos daqui com uma provocação: o que queremos com mais este encontro, com mais esta reunião? Quem é que está, mesmo, por nós, trabalhadores do SUS? Quem é que está, hoje, de verdade, por nós? O trabalhador do SUS não tem, mesmo, proteção nenhuma – nenhuma, mesmo. A mesma CLT que nos dá algum respaldo é, também, o regime de contratação que autoriza a OS a nos demitir a partir dos próprios critérios – o que já estamos vendo que pode ser muito problemático.

Então, como trabalhadores, não podemos participar, falando muito nas reuniões do conselho gestor, sem se expor para a gestão. Então, o controle social está minado. A Secretaria

Municipal de Saúde está vendida. Algumas STSs, Supervisões Técnicas de Saúde, estão amarradas com as Organizações Sociais. O Conselho Municipal de Saúde não tem perna. Por vezes, não tem nem aliado, ali dentro. O Ministério Público não intervém. Não temos sindicato. São poucos os vereadores que abraçam, apoiam a causa, e mesmo quando abraçam, que têm boas intenções, não conseguem avançar tanto, porque tem limites institucionais. A mídia só quer saber de ficar repetindo frases de efeito e não escuta os trabalhadores.

E assim a história vai se repetindo e vamos percebendo é que deu certo demais para eles, porque, institucionalmente, estamos reféns de toda essa lógica, de todo esse raciocínio. Não estamos querendo nada demais - não sei se vocês repararam – mas estamos querendo que seja cumprido o que está previsto na política da saúde. O absurdo é tão grande que a gente quer só cuidar. A gente quer só poder ser SUS sem ter medo de ser SUS; ser SUS sem correr risco de ser demitido. O que pressupõe melhores condições de trabalho e valorização dos trabalhadores do SUS, porque o que fazemos é mesmo algo muito essencial. Mas, desse jeito quem vai sobrar no SUS? Se sobrar algo do SUS. Algum vestígio do SUS nisso que tem sido feito, com tanta violência.

Por fim, cabe essa reflexão mesmo, que é coletiva. O que pretendemos com mais essa conversa? Se vamos continuar só testemunhando esses absurdos ou se vamos conseguir

avançar nessa defesa concreta do SUS? Porque é muito evidente que tem um plano de ação que está sendo executado, que está sendo muito bem estruturado, que é de desmonte do SUS, de uma política pública fundamental. E é possível afirmar que, se continuar assim, o SUS estará em risco.

Então, acho que precisamos ser um pouco mais propositivos. E estamos juntos, galera. Valeu pelo espaço.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Muito obrigada, Luiza. Importantíssimo também seu depoimento de ser trabalhadora do SUS sem medo de valorizar o SUS, de valorizar os trabalhadores. Acho que reforça mais ainda esse cenário muito difícil que temos vivido na cidade de São Paulo.

Passo a palavra à Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES – Obrigada, Vereadora Luna. Eu queria primeiro agradecer muito a participação da Andrea e da Zuba. Queria agradecer, enfim, por terem procurado a Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Sabe que não é uma situação nova. Sabemos que o desmonte do SUS, a maneira como se tem usado as políticas de saúde, em especial de saúde mental, para levar a cabo um projeto, que é um projeto manicomial, um projeto

autoritário que tem sido uma situação desesperadora. Assim, essa gestão tem acelerado isso de uma forma terrível e vai para cima dos trabalhadores. A gente sabe disso. Então, o que acontece é que os trabalhadores ficam sem saída, ficam sem ter para onde correr. A gente tenta fazer todo tipo de ação. O nosso mandato tem uma atuação de tentar acolher o que eu chamo de demitidos políticos do SUS, mas a gente sabe que nós temos limitações.

Nós temos limitações, porque foi uma escolha colocar o trabalhador da saúde como CLT em empresas. As OSs, elas podem ter vários nomes: associação, sociedade, caridade, ou sei lá o quê. São empresas, gente! São empresas que, apesar de não terem formalmente a intenção de lucro, são empresas que têm absolutamente ganhos particulares para os seus donos. Sabemos disso. E os trabalhadores ficam muito sem ter para onde ir nessa situação.

Então, acho que é muito importante a gente pensar aqui em encaminhamentos em conjunto para a comissão, conseguir ser parte dessa rede de proteção aos trabalhadores e, claro, a gente conseguir lutar, construir condições políticas melhores para mudar esses vínculos de trabalho. Mudar essa estrutura, essa configuração no geral. Nós estamos em modo de sobrevivência, enquanto a gente não consegue, de fato, mudar a maneira como se fazem os contratos no SUS. Mas estamos aqui e estamos resistindo. Apesar de as vereadoras progressistas serem poucas, a gente é atuante e seguimos aqui enquanto possibilidade de atuação.

Obrigada, Andrea. Obrigada, Zuba.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) – Obrigada, Vereadora Luana Alves. É isso. A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania está aberta sempre para ouvir essas denúncias. Pensar como podemos dar passos seguintes. Acho que foi o que a Luiza colocou no final de sua fala. Eu vou querer propor alguns passos, mas também concordar com o que a Vereadora trouxe aqui e também com as falas, que foram muito fortes, que essa perseguição, que esse autoritarismo, que esse conservadorismo, principalmente em temas que envolvem a questão da crackolândia, que envolvem a questão de a gente atuar nessa área, é fundamental que a gente siga denunciando, mas que a gente também garanta para os trabalhadores e para as trabalhadoras um espaço adequado mesmo de atuação.

O que eu acho que é importante de a gente propor é oficializar, por esta Comissão de Direitos Humanos, um pedido de esclarecimentos sobre demissões arbitrárias que aconteceram. Então, a gente oficializa a Secretaria Municipal de Saúde e as secretarias responsáveis para a gente entender e ter registro oficial do porquê de terem acontecido essas demissões.

Eu acredito também que é importante oficializar o não cumprimento das diretrizes do Ministério da Saúde em relação a pessoas usuárias de drogas, perguntando por que essa abordagem tem sido feita dessa forma, e também fazer uma representação no Ministério Público

para darmos sequência a essas denúncias e não permitir mais que haja esse tratamento; enfim, que possamos ter um SUS sem medo e a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Não sei se a Luiza e a Andrea concordam com essas diretrizes, com esses encaminhamentos para a gente continuar essa luta e essa resistência. (Pausa)

A SRA. ANDREA CRISTINA GUERRA - Concordo sim, Vereadora, até porque se a gente não representar de alguma forma, a gente vai continuar tendo um monte de profissionais doentes e com medo, aguardando respostas de algum lugar que nunca tem. Eu continuo falando com muitos profissionais de toda a rede dos serviços, e o medo é constante. É desesperador ver o medo desses colegas de trabalho que estão lá. E garantir, para que não aconteça com eles o que aconteceu comigo, o que aconteceu com a Luiza, porque realmente não está fácil. Não é fácil chegar aqui, a gente falar com vocês e mostrar para vocês o que está acontecendo; e não é fácil ver esses colegas de trabalho nesse desespero, algemados a uma política que está sendo construída sem nenhum tipo de respaldo. Mas gratidão. Gratidão a todos.

A SRA. LUIZA RIBEIRO - Legal. Estou de acordo também; e aí, só, se possível, conforme for havendo devolutivas, irem compartilhando também, principalmente para ver o que a SMS teria a dizer sobre isso, sobre a justificativas das demissões.

A SRA. PRESIDENTE (Luna Zarattini) - Com certeza, daremos essas devolutivas

e, se precisar, também a gente vai se organizar politicamente para pressionar sobre essas questões. Eu e a Vereadora Luana, como também outras Vereadoras progressistas aqui, temos abordado a Secretaria Municipal de Saúde em vários temas, que têm sido absurdos.

A última foi a questão do Hospital Vila Nova Cachoeirinha, onde também trabalhadores e trabalhadoras estão sendo perseguidos por cumprir algo constitucional, que é o direito ao aborto legal. Então, a gente tem acompanhado diversos casos semelhantes, de perseguição, e a gente sempre vai dando essas devolutivas.

Agradeço novamente a presença e a fala de vocês, Andrea e Luiza. Muito obrigada pela coragem, pela disposição de virem à Comissão de Direitos Humanos relatar essas questões. Como eu falei, a gente vai oficializar, tentando buscar o esclarecimento dessas demissões arbitrárias. Vamos oficializar também a Secretaria sobre o porquê de não cumprir as diretrizes do Ministério da Saúde, e faremos essa representação no Ministério Público por meio da Comissão de Direitos Humanos.

Alguém tem mais algo a dizer? (Pausa) Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e todas e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

Luna Zarattini Brandão

Luna Zarattini
Vereadora

Ao Senhor Subprefeito
Roberto Bernal
Subprefeitura São Mateus

Ao Senhor Presidente
Jair de Souza Dias
CET - Companhia de Engenharia De Tráfego



Eduardo Suplicy
Deputado Estadual